

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CAMILA DE VASCONCELOS

**A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em
contextos socioeconômicos desiguais**

**Porto Alegre
Março de 2019**

CAMILA DE VASCONCELOS

**A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em
contextos socioeconômicos desiguais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência Política da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Dr. Rodrigo Stumpf González

Porto Alegre
Março de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

de Vasconcelos, Camila

A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais / Camila de Vasconcelos. -- 2019.

307 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Juventude. 2. Socialização Política. 3. Cultura Política Participativa. 4. Redes Sociais. 5. Contextos socioeconômicos desiguais. I. González, Rodrigo Stumpf, orient. II. Título.

A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais

Camila de Vasconcelos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Área de concentração: Comportamento Político.

Orientador: Dr. Rodrigo Stumpf González

Aprovada em 27 de março de 2019

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (Orientador/UFRGS)

Henrique Carlos de Oliveira de Castro (UFRGS)

Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha (UFPEL)

*Se no Brasil entre as classes há um abismo
Por aqui é um precipício cada vez mais difícil de saltar
Da Ceilândia a Asa Norte
De Brazlândia e P. Norte
E os ricos pobres do Cruzeiro e do Guará*

*A Brasília nordestina e a Brasília elitista
Mostram riqueza cultural
Por outro lado o preconceito, racismo e indiferença
Heranças podres do meu Brasil colonial!*

(“Pescador do asfalto” – Marimbondo)

Dedico aos meus pais, Luiza Mara e Paulo Ricardo,
apoiadores incondicionais deste projeto.

Agradecimentos

“Vá até onde puder ver; quando lá chegar poderá ver ainda mais longe.”
Goethe

Uma tese não é construída apenas pelo autor, ela pode ser um projeto individual, mas se faz em meio a um grande processo coletivo. Considero ser também um presente enigmático concedido por Deus a fim de oportunizar crescimento para quem se desafia a viver uma tese. Todos agradecimentos a Ele, porque é o grande criador de tudo.

Entretanto, algumas pessoas foram fundamentais nesse processo, meus agradecimentos são dirigidos principalmente ao meu orientador, Doutor Rodrigo Stumpf González, que não mediu esforços ao aceitar a árdua tarefa de me orientar, por ser escuta, por ser conselheiro e por questionar cada etapa, a fim de aprimorar todas as pontas da pesquisa. Sua dedicação como professor, pesquisador e amigo foi um dos principais incentivos para que essa tese chegasse até o fim. As falhas do texto, sem dúvida, são todas minhas, que parte por teimosia, parte por inexperiência, não fui capaz de alcançar.

Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual desde a graduação tem me proporcionado uma sólida instrução. Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que ao longo de minha formação suscitaram debates relevantes a formação dos estudantes. Ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que contribuíram para minha formação acadêmica, principalmente, ao Professor Marcello Baquero por indicar os caminhos da pesquisa acadêmica na minha trajetória estudantil, e, também, pelos professores Henrique Castro, Silvana Krause, Alfredo Gugliano, Gustavo Grohmann, Paulo Peres, Hélio Alves, Lígia Madeira, Fabiano Engelmann.

Agradeço aos amigos, Bruna Molina Leal, Simone Viscarra, Bruno Conceição, Rodolfo Marques que compartilhamos além de aprendizados, experiências, livros, leituras, congressos e alguns bons cafés, com certeza escrever uma tese não teria sido possível se vocês não estivessem por perto, vocês foram fundamentais. Aos amigos que possibilitaram a leveza da vida acadêmica Melina Morschbacher, Marcus Rocha, Luciana Wietchikoski, Enzo Lenine, Carlos Arthur Gallo, Raíssa Jeanine Nothaft, Vinicius Lara, Juliane Bento, Joyce Martins, Diego Santos, Carla Cruz, Carolina Pimentel, Luiz Eduardo Garcia, Jamile Tajra, Arthur Rotta, Rafael Lameira.

À equipe do Nupesal, Bianca Linhares, Bruno Mello, Jennifer Morais, Ísis Matos, Felipe Zorzi, por estarem junto no processo de fazer pesquisa, projeto, levantamento bibliográfico, coletas, análises, regras da ABNT e publicação, meu muito obrigada.

Agradeço ainda à CAPES, por viabilizar financeiramente praticamente toda minha formação acadêmica, financiando os primeiros dois anos dessa pesquisa. Ao Instituto Federal de Goiás que me recebeu no seu quadro de professores efetivos e apoiou em muitos sentidos para que eu pudesse concluir minha pesquisa e a escrita. Ao Programa de Incentivo à Qualificação do IFG, que concedeu a bolsa de pesquisa que permitiu financiar o levantamento dos dados dessa tese. À chefia de departamento Marizangela A. de Bortolo Pinto, ao Diretor do campus Luziânia Reinaldo de L. Reis Junior, ao coordenador do curso de Licenciatura Leonardo François de Oliveira, por incentivarem e compreenderem alguns dos momentos críticos pelo qual passei nesse processo. Aos colegas professores, Amanda Patriarca, Tânia Sampaio, Ernani Souza, Tiago Hoerlle, Diego Arantes, Camila Borges, Luiz Loja, Audir da Costa, Danielle Batista, Mariana Miguel, Tatiana Pacioni, Henrique Freitas, Rosmany Aires e o restante dos professores que de alguma forma foram ouvidos e torcida nesse projeto.

Aos meus queridos alunos, que permitiram que a tese se refizesse, que me ensinaram a ser educadora, que compreenderam algumas ausências e torceram ansiosos para a conclusão desse projeto. Se não fosse vocês, essa tese não teria sentido. Obrigada principalmente a turma de Ensino Técnico em Informática e em Química de 2016, por terem contribuído para que muitas reflexões fossem feitas. Aos meus orientandos de Iniciação Científica, Camila Lima, Milena Trindade Lucas, Natânia de Paula, Anna Isabelle Rodrigues, Flávia Felix, Victória Matias, Gabriel Roriz, Ana Clara Cardoso, que aceitaram experimentar a pesquisa científica ao longo do meu processo.

Agradeço também a Secretaria de Educação do Distrito Federal e de Goiás e a todos os diretores e professores das escolas selecionados na amostra que cederam parte do seu tempo e possibilitaram que seus alunos respondessem a pesquisa. E aos respondentes dos questionários, por dedicarem um pouco do seu dia às respostas que geraram os dados dessa tese, o compromisso de vocês com as respostas foi fundamental.

Agradeço aos meus amigos que estiveram presentes e compreenderam minhas tantas ausências. A Lisiane Vieira, obrigada por me tirar de casa para ver o sol, por ler algumas versões e por ser amiga em todo tempo e lugar! Elisa Bergamaschi, Raquel Kruger Miranda, Gabriela Pisoni Nunes e Léia Gurgel, vocês são minha inspiração para continuar evoluindo, obrigada por estarem por perto e se estão longe, por serem as de sempre. Caroline Seberino, Anelise Vieira, Paula Stefânia Santos, Luana Schonhofen, Juliana Silvani, Ana Gabriela Medeiros, Mirian Pires, Hellena Araújo, Cassiane

Albuquerque, Ana Borba, Ana Baratz não sei como esse projeto teria fim sem as infinitas conversas com vocês. Ao querido “rolê infinito” por ter sido o equilíbrio entre estudos e diversão, obrigada amigos por terem sido os digitadores dos questionários, os debatedores do processo da tese, por serem os parceiros de vida acadêmica e espiritual e por terem surtado comigo nessa reta final. Obrigada Giovanna Araujo, João Pedro Araujo, Kevin Kapel, Karina Kapel, Stéfanie Berthold, Ana Raquel Medeiros, Ana Laura Oliveira, Scarlet Motta, Arthur Cadmiel, Willian Fernandes, Gabrielle Rezes, Gustavo Travassos e Lincoln Speziali. Obrigada, também, ao Rafael Tabares pelo teu tempo, pela tua dedicação e pela tua paciência.

Agradeço ao Rafael de Vasconcelos e à Joice Viana de Vasconcelos, por acompanharem meus dramas e eventualmente me dizerem que não era tão dramático assim. Aos tios, primos e primas, obrigada por todas as orações e por compreenderem minhas escolhas acadêmicas! Agradeço à Rafaela Queiroz Farias e ao Gabriel de Vasconcelos, obrigada pelas conversas, amo vocês! As minhas duas famílias brasileiras, agradeço ao Gelson Pires e Divina Brás e ao Jeremias Evangelista Junior, Ana, Vivian Beatriz e Pedro, obrigada por me acolherem com tanto amor.

Entretanto, nada disso seria possível sem minha origem, meus queridos Paulo Ricardo e Luzia Mara, pelo verdadeiro suporte em todos os momentos, os mais felizes e os mais difíceis, por terem vibrado e chorado comigo, obrigada por me ensinarem a amar, por me darem o coração de vocês. Não há nada no mundo que eu possa fazer para que eu retribua o amor de vocês. Mas o amor é isso, não é? Incondicional.

Escrever uma tese é um trabalho árduo. São incontáveis os momentos de lágrimas, suor, sangue (sim, principalmente ao tentar carregar pilhas de questionários), mas para além de todo sofrimento, as pequenas vitórias da conclusão de cada etapa fizeram tudo valer a pena. Mas qual o real sentido de se propor a investigar um tema com tanto afincamento? Dedicando horas, anos e 13° salário a fim de ampliar a compreensão acadêmica de uma pequena fração da sociedade? A expansão das redes sociais fez parte do meu crescimento acadêmico, presencie a formação, expansão e até encerramento de algumas em meio a uma propulsão de mudanças na conjuntura política brasileira, bem como a sensação de ascensão econômica no país. Estes fatores, combinados podem ter sido o combustível para algumas mudanças no formato da cultura política do país. Entretanto, foi necessário construir uma investigação metodologicamente robusta para trazer elucidaciones desse processo. Mudar-me para Brasília na segunda metade do curso do Doutorado e

experimentar as gritantes diferenças econômicas das duas regiões do meu recorte me impulsionaram a modificar o foco da pesquisa inicial, a fim de compreender nossas “heranças do Brasil colonial”. Deixo aqui minha pequena contribuição nessa árdua tarefa que diz respeito a compreender a consolidação da democracia brasileira no século XXI.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (03/2014 – 02/2016)

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Institucional de Bolsas para Alunos de Pós-Graduação do Instituto Federal de Goiás (PIQ – IFG) (12/2016 – 02/2018).

Resumo

Os jovens brasileiros têm apresentado comportamentos de desinteresse e apatia política. Pesquisas indicam que tais ações de mobilização são dificultadas pela ausência de condições materiais mínimas a sua sobrevivência. Independentemente do nível social, é no processo de socialização política que os jovens recebem valores e atitudes das gerações anteriores. Tais valores podem ser diversificados de acordo com o segmento econômico do qual o jovem é proveniente, o que pode desenvolver a formação de subculturas políticas dentro de uma mesma região. Entretanto, possíveis mudanças podem estar ocorrendo no processo de socialização por causa das redes sociais. Isto porque essas redes possuem particularidades diferentes de outras mídias, possibilitando a divulgação de informações, de forma midiática, ao mesmo tempo em que proporcionam a interação social dos usuários. Essas redes são usadas, inicialmente, para comunicação e entretenimento, mas estudos indicam que elas têm protagonizado novas formas de mobilização social, trazendo questionamentos sobre sua força em acelerar mudanças sociais e políticas. Nesse sentido, questiona-se nesse trabalho qual é a influência das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens? Como os contextos socioeconômicos interferem nessa influência? Os valores culturais relacionados à política são objetos de estudo da cultura política, pela qual busca-se investigar no contexto de duas regiões, com aparente desigualdade socioeconômica, a influência do uso das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens. Assim, busca-se primeiro caracterizar a cultura política dos estudantes jovens da região do Distrito Federal e do Entorno do Distrito Federal. Segundo, analisar o uso das redes sociais nesses (possíveis) contextos socioeconômicos desiguais. E terceiro, verificar a influência da renda, dos tipos de escola e da escolaridade dos pais no uso das redes sociais sobre a cultura política dos estudantes jovens. Para isso realizou-se uma pesquisa comparada com duas amostras probabilísticas, uma em cada região investigada, Distrito Federal e seu Entorno, junto aos estudantes de Ensino Médio, jovens com idade entre 15 e 29 anos. A hipótese central é de que a utilização das redes sociais pelos estudantes jovens influencia na formação de uma cultura política participativa. Assim, verificou-se que em contextos desiguais os jovens têm dado usos diferentes às redes sociais, bem como têm culturas políticas diferentes. O que leva a concluir que há variações concomitantes na forma pelo qual os jovens utilizam as redes sociais e a cultura política dos jovens de cada uma das regiões, confirmando a hipótese. Ou seja, mesmo que os jovens possuam acesso às redes sociais e aos conteúdos ali veiculados, estes serão mais influenciados por elas se estiverem em um contexto socioeconômico seguro. Ao passarem a utilizar tais redes sociais os jovens que possuem valores pós-materiais é que acabam por ser influenciados por elas, salvo se este jovem estiver inserido em um tipo de escola que favoreça tal aproximação com a política, independentemente de sua condição material. Visto que os conteúdos políticos visualizados nas redes influenciam a agir de forma mais participativa, como é o caso das escolas federais.

Palavras-chaves

Juventude; Socialização Política; Cultura Política Participativa; Redes Sociais; Contextos socioeconômicos desiguais.

Abstract

Young Brazilians have shown behaviors of disinterest and political apathy. Research indicates that such mobilization actions are hampered by the absence of minimal material conditions for their survival. Regardless of the social level, it is in the process of political socialization that young people receive values and attitudes from previous generations. Such values can be diversified according to the economic segment from which the young man comes, which can develop the formation of political subcultures within the same region. However, possible changes may be occurring in the socialization process because of social networks. This is because these networks have peculiarities different from other media, enabling the dissemination of information, in a mediatic way, while providing the social interaction of users. These networks are used initially for communication and entertainment, but studies indicate that they have been staging new forms of social mobilization, raising questions about their strength in accelerating social and political change. In this sense, it is questioned in this work what is the influence of the social networks in the formation of the political culture of the young students? How do socioeconomic contexts interfere with this influence? The cultural values related to politics are objects of study of the political culture, in order to investigate in the context of two regions, with apparent socioeconomic inequality, the influence of the use of social networks in the formation of the political culture of the young students. Thus, it is firstly sought to characterize the political culture of young students in the Federal District and the Federal District. Second, to analyze the use of social networks in these (possible) unequal socioeconomic contexts. Third, to verify the influence of income, types of school and parents' schooling in the use of social networks on the political culture of young students. For that, a research was carried out comparing two probabilistic samples, one in each region investigated, Federal District and its Surroundings, with the students of High School, young people aged between 15 and 29 years. The central hypothesis is that the use of social networks by young students influences the formation of a participatory political culture. Thus, it has been found that in unequal contexts young people have given different uses to social networks, as well as having different political cultures. This leads to the conclusion that there are concomitant variations in the way young people use social networks and the political culture of the young people of each region, confirming the hypothesis. That is, even if young people have access to social networks and the contents there, they will be more influenced by them if they are in a safe socioeconomic context. When they use such social networks, young people who have post-material values are ultimately influenced by them, unless this young person is inserted in a type of school that favors such an approach to politics, regardless of their material condition. Since the political contents visualized in the networks influence to act in a more participative form, as it is the case of the federal schools.

Keywords

Youth; Political Socialization; Participatory Political Culture; Social networks; Unequal socioeconomic contexts.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Problematização dos conceitos	22
Figura 2 – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	31
Figura 3 – Modelo a ser testado	176
Figura 4 – Distrito Federal: efeito sobre atitudes políticas.....	178
Figura 5 – Entorno: efeito sobre atitudes políticas	179
Figura 6 – Distrito Federal: efeito sobre participação política	181
Figura 7 – Entorno: efeito sobre participação política	182
Figura 8 – Distrito Federal: efeito sobre Capital Social	185
Figura 9 – Entorno: efeito sobre capital social	186
Figura 10 – Distrito Federal: efeito sobre o conhecimento político.....	187
Figura 11 – Entorno: efeito sobre o conhecimento político	189
Figura 12 – Distrito Federal: efeito sobre valores democráticos.....	190
Figura 13 – Entorno: efeito sobre valores democráticos	191
Figura 14 – Todos: efeito sobre atitudes políticas.....	265
Figura 15 – Todos: efeito sobre Participação política	266
Figura 16 – Todos: efeito sobre Conhecimento político	266
Figura 17 – Todos efeitos Capital Social	267
Figura 18 – Todos: efeito sobre Valores Democráticos	268

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Combinação de estudos e trabalho	125
Gráfico 2 – Índice agrupado das Escolaridades.....	128
Gráfico 3 – Renda.....	129
Gráfico 4 – Interesse por política dos professores do Distrito Federal.....	133
Gráfico 5 – Interesse por política dos colegas de escola do Distrito Federal	134
Gráfico 6 – Interesse por política dos professores do Entorno do Distrito Federal.....	135
Gráfico 7 – Interesse por política dos colegas de escola do Entorno do Distrito Federal	136
Gráfico 8 – Interesse por política.....	138
Gráfico 9 – Opinião sobre discussão de assuntos de política em sala de aula.....	139
Gráfico 10 – Sentimento com relação as Ocupações das Escolas em 2016	140
Gráfico 11 – Índice de Saliência Política	146
Gráfico 12 – Índice de Conhecimento político.....	147
Gráfico 13 – Conceptualização política.....	148
Gráfico 14 – Eficácia Política.....	148
Gráfico 15 – Capital Social: concorda com as afirmações	152
Gráfico 16 – Capital social virtual: concorda com as afirmações	153
Gráfico 17 – Satisfação com a Democracia.....	154
Gráfico 18 – Considerando os problemas do país, o que é melhor? ****	155
Gráfico 19 – Com quem costuma interagir nas redes sociais	159
Gráfico 20 – Jovens que buscam saber sobre política nas redes sociais	162
Gráfico 21 – Comportamento em relação a postagens políticas.....	163

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Escolas selecionadas na amostra e Entrevistas realizadas	32
Tabela 2 – Dados socioeconômicos do Distrito Federal e Entorno (2010)	122
Tabela 3 – Religião (%)*	124
Tabela 4 – Escolaridade dos pais e responsáveis (%)	126
Tabela 5 – Tipo de escola (%)	130
Tabela 6 – Identificação Direita X Esquerda (%).....	141
Tabela 7 – Participação política e comunitária dos jovens.....	143
Tabela 8 – Confiança Interpessoal e Institucional	150
Tabela 9 – Costuma fazer frequentemente no uso da Internet.....	157
Tabela 10 – Utilização diária das redes sociais	158
Tabela 11 – Frequência com jovens conversam sobre postagens políticas	164
Tabela 12 – Rede social que é mais utilizada na interação sobre política	165
Tabela 13 – Participação em mobilizações pelas Redes Sociais	167

Lista de Quadros

Quadro 1	– Análises de correlação do Índice de Compartilhamento – R ²	170
Quadro 2	– Regressão logística sobre os tipos de escolas.....	172
Quadro 3	– Equação estrutural do modelo de trajetória.....	177
Quadro 4	– Distrito Federal: Efeito total do modelo de atitudes políticas.....	179
Quadro 5	– Entorno: Efeito total do modelo de atitudes políticas	180
Quadro 6	– Distrito Federal: Efeito total do modelo de participação política	182
Quadro 7	– Entorno: Efeito total do modelo de participação política.....	183
Quadro 8	– Distrito Federal: Efeito total do modelo de Capital Social	185
Quadro 9	– Entorno: Efeito total do modelo de capital social	187
Quadro 10	– Distrito Federal: Efeito total do modelo de Conhecimento político	188
Quadro 11	– Entorno: Efeito total do modelo de conhecimento político.....	189
Quadro 12	– Distrito Federal: Efeito total do modelo de Valores Democráticos	191
Quadro 13	– Entorno: Efeito total do modelo de valores democráticos	192
Quadro 14	– Efeitos diretos da Renda.....	193
Quadro 15	– Efeitos diretos da Escolaridade	194
Quadro 16	– Efeitos diretos do Envolvimento político nas Redes Sociais	195
Quadro 17	– Efeitos diretos da Conversa sobre assuntos	196
Quadro 18	– Efeitos totais dos modelos comparados	196
Quadro 19	– Comparação final das influências (maiores efeitos)	206
Quadro 20	– Descrição dos conceitos e variáveis	229
Quadro 21	– Estágios da Amostra por Conglomerados	231
Quadro 22	– Cálculo para seleção de Escolas da Amostra	232
Quadro 23	– Operacionalização do conceito de Atitudes políticas.....	239
Quadro 24	– Operacionalização Participação política e estudantil	240
Quadro 25	– Operacionalização das Sofisticação e Eficácia Política	240
Quadro 26	– Operacionalização do Capital Social.....	243
Quadro 27	– Operacionalização do conceito de valores democráticos.....	245
Quadro 28	– Entorno: Efeito total do modelo de Atitudes Políticas.....	265
Quadro 29	– Entorno: Efeito total do modelo de Participação Política	266
Quadro 30	– Todos: Efeito total do modelo de Conhecimento Político	267
Quadro 31	– Todos: Efeito total do modelo de Capital Social	267
Quadro 32	– Entorno: Efeito total do modelo de Valores democráticos	268

Sumário

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Objetivos	21
1.2. Hipótese	21
1.3. Justificativa	23
1.4. Recorte empírico	29
1.5. Estrutura da Tese	33
2. CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA	36
2.1. As premissas da perspectiva culturalista	36
2.2. The Civic Culture e a tradição da Cultura Política	48
2.3. Socialização Política	66
2.4. Democracia: contexto socioeconômico e valores democráticos	74
2.5. Cidadãos Críticos	79
3. JUVENTUDE E REDES SOCIAIS	83
3.1. O ser jovem: um debate entre Juventude e Geração	83
3.2. Estudantes jovens, participação e socialização política	90
3.3. As novas mídias	98
3.4. Redes sociais: plataformas de socialização	106
3.5. Redes sociais como mecanismos de envolvimento e participação política .	111
4. DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E CULTURA POLÍTICA	115
4.1. Formação histórica do Distrito Federal e do Entorno	115
4.2. Contextos socioeconômicos: o Distrito Federal e o seu Entorno	121
4.3. Os estudantes jovens das escolas do Distrito Federal e do Entorno	123
4.4. Cultura política da região do Distrito Federal e do Entorno	130
4.5. Cultura política dos estudantes jovens	137
4.6. Uso das Redes Sociais pelos estudantes jovens das escolas do Distrito Federal e do Entorno	156
5. INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS	160
5.1. Diferenças no uso das redes sociais em questões políticas entre Distrito Federal e Entorno	161
5.2. Influência das redes sociais sobre cultura política: tipo de escola	171
5.3. Descrição do Modelo de Análise da Influência das Redes Sociais	174
5.4. Influência das redes sociais sobre cultura política	177
5.5. Comparando os efeitos totais dos modelos	192
6. CONCLUSÃO	200
7. REFERÊNCIAS	209

8. ANEXOS E APÊNDICES	229
8.1. Construção do questionário	229
8.2. Seleção da Amostra	230
8.3 Histograma da Idade dos respondentes	233
8.4 Operacionalização dos conceitos para confecção dos questionários	239
8.5. Gráficos e Tabelas complementares:	246
8.6. Modelos de Trajetórias: Todos	265
8.7. Teste de Fidedignidade: Alfa de Cronbach	268
8.8. Listagem das escolas	285
8.9. Questionário	297

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas que tratam sobre a temática da juventude são aquelas que dizem respeito a vivência de indivíduos no processo de transição entre a infância e a fase adulta. Essas apontam às particularidades desse período com relação às características sociais e psíquicas dos jovens, argumentando que são distintas das experimentadas pelo restante da população (ABRAMO, 1994). Realizar a categorização do indivíduo jovem é importante por que eles são a parcela da sociedade mais suscetíveis aos dramas sociais, uma vez que enfrentam diretamente os problemas relacionados à escolarização e à entrada no mercado de trabalho (CEPAL, 2014).

Tais particularidades também podem ser associados ao envolvimento deles com a política e acabam sendo entendidas de forma estigmatizada. Pesquisas debatem sobre o posicionamento dos jovens, algumas indicam que esses se posicionam de forma participativa e protagonista em ações de mobilização, outras de que ocorre apatia, desinteresse e desmobilização. Nesse embate, a cultura política argumenta que tal apatia é decorrente da necessidade dos jovens canalizar suas energias a fim de resolver problemas de ordem material, enquanto que uma outra parcela desses, mais privilegiada por um contexto familiar com maiores garantias socioeconômicas, eventualmente, se engaja em prol de causas humanitárias e sociais (INGLEHART, 2009; PUTNAM, 2016).

Nesse sentido, considerar o contexto socioeconômico é relevante para compreender as ações dos jovens, inclusive com relação ao desenvolvimento humano e valores democráticos (INGLEHART, 2009). Assim, a ampliação da escolarização ocorrida no Brasil nos anos 2000 e o aumento de vagas nas universidades públicas, pode ter criado um quadro de melhores condições de vida aos jovens, comparado às condições das gerações anteriores. Isso porque, o aumento da escolarização e do nível socioeconômico nas sociedades modernas parece proporcionar às novas gerações capacidades de desenvolvimento humano superior às anteriores (INGLEHART, 2009). A superação das necessidades materiais em algumas sociedades tem proporcionado aos indivíduos a ampliação de valores pós-materiais, pelos quais se caracterizam por valores de pró-democracia, de autonomia individual e de auto-expressão. Significando que as novas gerações são capazes de incorporar em sua formação cívica novas conjunturas sociais, o que pode favorecer a contestação dos modelos tradicionais de desenvolvimento político. Todavia a desigualdade social e a econômica podem continuar delimitando a

forma pela qual os jovens se relacionam com seus dramas e dilemas cotidianos, e até mesmo na forma como alcançam conteúdo político.

Por esse ângulo, os indivíduos jovens de uma sociedade apreendem os valores políticos dos indivíduos anteriores através do processo de socialização política, o que possibilita a base da formação de suas orientações e atitudes políticas. Nesse processo, as agências de socialização – família, escola, mídia e grupos de pares –, são as responsáveis por transmitir a cultura de uma geração anterior para a seguinte (ALMOND e VERBA, 1965). Embora esse processo ocorra da mesma forma em qualquer nível da sociedade, os valores transmitidos podem ser diversificados de acordo com o segmento econômico do qual o jovem é proveniente. Assim, a articulação de subculturas políticas, derivadas desses segmentos, em uma sociedade podem causar mudanças na cultura política de uma geração para outra (ECKESTEIN, 1988). Processo esse que pode ser acelerado devido ao desenvolvimento de mudanças sociais, pelas quais sugere-se aqui a crescente utilização de redes sociais dentro do espaço da Internet, como Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp e YouTube.

Nesse contexto, no século XXI, novas ferramentas midiáticas modificaram a forma pela qual a informação circula nos diferentes segmentos da sociedade. A internet, e principalmente as redes sociais, tornaram horizontais a transmissão de conteúdos e informações, inclusive as políticas, rompendo com barreiras de tempo, de espaço, e, mais recentemente, ampliadas a maioria da população (CASTELLS, 2009 e 2013). As redes sociais possuem, assim, capacidade para divulgação pessoal de conteúdo político e, também, de interação entre os usuários a respeito desse próprio conteúdo (WELP, 2015). As outras agências de socialização midiática, televisão, rádio, revistas e jornais, impõem controle sobre a quantidade e qualidade de informações políticas veiculadas¹.

Entretanto, dentro das redes sociais, o conteúdo político é compartilhado pessoalmente por qualquer usuário, permitindo que outros, inclusive, interajam com tal conteúdo, fazendo comentários e divulgando informações para seus próprios contatos (ANDUIZA *et all*, 2012; GIL DE ZÚÑIGA *et all*, 2012). Uma vez que os usuários podem vincular suas identidades aos conteúdos políticos postados, de forma ilimitada, esse conteúdo se pulveriza entre outros, causando muitas vezes uma aproximação não intencional do usuário com determinado assunto político (BESSI e FERRARA, 2016). Entretanto, as

¹ Revistas, jornais e possuem segmentos para a livre manifestação do usuário em seções específicas, entretanto tais mídias até podem limitar a publicação dessas manifestações ou mesmo impedir sua participação.

interações ocorridas dentro das redes podem operar como reforço das opiniões, uma vez que podem ser construídas bolhas sociais de retroalimentação (HWANG *et all*, 2012).

Nesse processo, os jovens são a parcela da população que mais acessa e se relaciona por meio dessas redes (IBGE, 2018), ora criando espaços de afirmação de sua identidade, ora na construção de conteúdos de interesse de seus pares. Os jovens que mais utilizam as redes sociais estão entre 14 e 17 anos, em fase de escolarização. Os jovens nesse período estudantil incorporam as suas experiências ao processo de socialização herdado pelos pais (DUBET e MARTULUCCELLI, 1997). Isso os tornam mais suscetíveis e propensos a serem influenciados, tanto por publicações de gerações diferentes da sua, constituindo-se em uma socialização virtual, quanto por aqueles produzidos por eles próprios, que se relacionam a seus dilemas cotidianos, em um processo de auto socialização (BAQUERO *et all*, 2016; SWIGGER, 2013).

Dessa forma, a rápida difusão de mensagens e conteúdos políticos, por meio das redes sociais, pode propiciar um espaço de divagação sobre os problemas cotidianos dos jovens e de questões políticas conjunturais, o que pode favorecer um espaço de diálogo e de debate entre os usuários, na medida em que é possível deliberar livremente sobre os assuntos políticos. Castells (2013) argumenta que as emoções compartilhadas nas redes, nos diálogos ali suscitados entre seus usuários, desconectadas no tempo e no espaço geram entusiasmo por ações de mobilizações. Tal protagonismo estimulado pode desencadear, no aceleração do processo de mudanças na cultura política, o que pode significar na criação de instabilidade nas democracias (ALMOND e VERBA, 1989). O espaço de interconexão ilimitado favorece o debate ou a aproximação dos jovens junto aos conteúdos políticos ali expressos, o que pode significar na circulação de valores democráticos e antidemocráticos (BAQUERO *et all*, 2106; COLOMBO *et all*, 2012).

É importante ressaltar que nos últimos anos as democracias latino-americanas já vêm sofrendo com uma deslegitimação política, na medida em que os cidadãos têm apresentado recorrentes graus de desconfiança com as instituições políticas (MOISÉS, 1998). No Brasil se verifica atitudes políticas ambivalentes, ou seja, embora os cidadãos apoiem o sistema democrático, estes têm atitudes que aceitam decisões políticas autoritárias (MOISÉS, 2008). Considerando que as democracias necessitam do apoio popular a fim de que sejam legitimadas (EASTON, 1968; ALMOND e VERBA, 1965), torna-se relevante investigar se a utilização dessas redes sociais pode estar favorecendo um ambiente de debate democrático ou de reforço da desconfiança política. Assim, o

fluxo de diversos conteúdos políticos propagados nas redes sociais pode estar favorecendo a formação de atitudes políticas entre os jovens que prezam pela pluralidade e pelo debate de ideias, estimula valores democráticos ou, fortalece atitudes políticas de desconfiança derivadas da transmissão de outras agências de socialização política transmitidas pelas gerações anteriores. As redes sociais podem interferir sobre o processo de socialização política e de mudanças na cultura política? De que forma contextos sociais e econômicos desiguais influenciam nesse processo? Tais questionamentos apontam para o seguinte problema de pesquisa:

Qual é a influência das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens? Como os contextos socioeconômicos interferem nessa influência?

1.1. Objetivos

Tem-se como *objetivo* central verificar a influência do uso das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens.

Os *objetivos derivados*, são:

- Caracterizar a cultura política dos estudantes jovens da região do Distrito Federal e do Entorno do Distrito Federal.
- Analisar o uso das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais, entendidos aqui como o Distrito Federal e Entorno.
- Verificar a influência da renda, dos tipos de escola e da escolaridade dos pais no uso das redes sociais sobre a cultura política dos estudantes jovens.

1.2. Hipótese

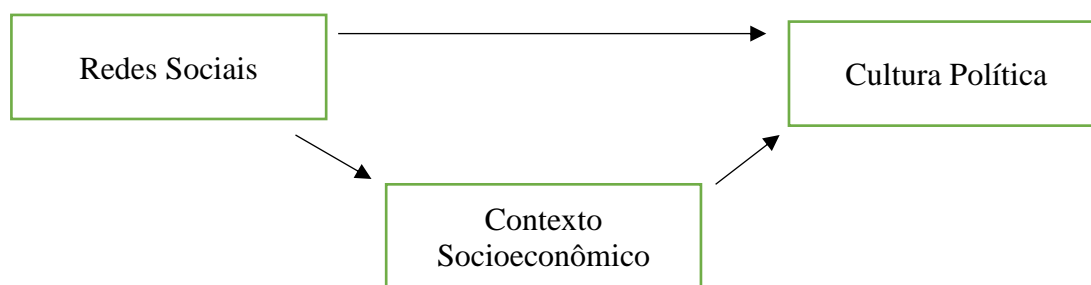
Assim, a *hipótese central* é de que a utilização das redes sociais pelos estudantes jovens influencia na formação de uma cultura política participativa.

Para testar a hipótese central realizou-se uma pesquisa com estudantes jovens de Ensino Médio oriundos de duas regiões socioeconomicamente distintas, o Distrito Federal e a região de Entorno do Distrito Federal. Acrescentando-se as seguintes *hipóteses derivadas*:

- A cultura política dos estudantes jovens do Distrito Federal é mais cívica do que a cultura política dos jovens do Entorno do Distrito Federal.
- A influência do uso das redes sociais com relação à política depende do contexto socioeconômico.
- O uso das redes sociais, o tipo de escola e a escolaridade dos pais influenciam mais do que a renda na formação da cultura política dos estudantes jovens.

Nesse âmbito, problematiza-se aqui a força das redes sociais sobre a formação de tais valores. As redes sociais atuam como variável independente, as variáveis de cultura política como variável dependente e os contextos sociais e econômicos desiguais como variáveis intervenientes (medidos pela renda, escolaridade dos pais e região de moradia, caracterizados aqui como as regiões do Distrito Federal e do Entorno do Distrito Federal). Conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Problematização dos conceitos



Fonte: elaboração própria.

Os valores, as atitudes e os comportamentos são mais bem acessados pelos pesquisadores por meio de pesquisas que utilizam *surveys* (NORRIS, 2009). Uma vez que pesquisas *surveys* são utilizadas principalmente para testar hipóteses de causa-e-efeito (BARBETTA, 2002). Elegeu-se como instrumento de pesquisa um formulário auto aplicado, em formato de questionário, para que pudessem ser identificados as predisposições e os comportamentos dos respondentes².

² A elaboração do questionário é descrita no apêndice 8.1 deste trabalho, bem como a forma pela qual foram operacionalizadas as variáveis. O questionário utilizado para a pesquisa consta no apêndice 8.7.

1.3. Justificativa

A crescente popularização da internet suscita muitas questões sobre a sua influência na sociedade (NORRIS, 2009; KATZ e RICE, 2002; SMITH *et all*, 2009, CASTELLS, 2009). Pesquisas envolvendo a internet e a cultura política, nos últimos anos, têm enfatizado como esses espaços contribuem na construção de cidadania, mas, também, reforçam as atitudes e os comportamentos dos usuários (NORRIS, 2001; COLOMBO *et all*, 2012; ANDUIZA *et all*, 2012; BOULIANNE, 2009). O distanciamento histórico possibilita distinguir diferentes perspectivas que consideraram o tipo de efeito da internet sobre a cultura política; ao longo dos anos 1990 a 2010, primeiro, um olhar otimista sobre a internet, em seguida um pessimista, até que, recentemente, verifica-se tais influências sobre um viés funcionalista (BOULIANNE, 2009). Contudo, identificou-se que tais perspectivas pouco discriminam sobre o impacto das diferentes ferramentas disponíveis na internet, considerando especificamente as próprias redes sociais, bem como com relação a utilização em segmentos diferentes da população. Entretanto, torna-se necessário identificar tais perspectivas aqui, a fim de compreender a direção que a literatura da área indica sobre os impactos dessa nova mídia.

A primeira perspectiva, surge nos primórdios do uso da internet como uma nova mídia de comunicação. Esta pode ser chamada de otimista, pois seus defensores argumentam essencialmente que a internet possui grandes impactos sobre a sociedade, uma vez que possibilita a interatividade entre os usuários (RHEINGOLD, 1993; WELLMAN, 1997). Nos primeiros anos do uso da internet, antecipavam que haveria um aumento de atitudes políticas e de participação política online (abaixo assinados, envio de e-mails), devido à grande quantidade de informação circulante na internet e aos baixos custos. Os otimistas defendem que é possível encontrar efeitos na mobilização política, por haver um maior contato com a informação política online. Assim, a própria esfera online é vista como uma oportunidade para participar politicamente, facilitada pela formação e comunicação de grupos políticos (SMITH *et all*, 2009). Tal perspectiva foi bastante defendida até o final do século XX, visto que a internet proporcionou a catálise da mobilidade coletiva em casos de engajamento coletivo ao redor do mundo, como: do Movimento Zapatista no México, da seita chinesa Falun Gong e dos protestos contra a OMC em Seattle, em 1999 (CLEAVER, 2000, CASTELLS, 2013).

Já na primeira década do século XXI a internet passa a ser vista como um mecanismo capaz de amenizar os déficits da participação política nas democracias. Nesse sentido, agendas de pesquisa dentro da ciência política buscaram compreendê-las como espaços de reunião da esfera pública, e questionavam a contribuição dessas novas mídias na geração de democracias deliberativa, ou *Cyberdemocracia* (CEPIK e EISEMBERG, 2002; FERBER *et all*, 2007). Pesquisas semelhantes investigavam a internet pela sua contribuição na transparência digital (BERTOT, 2010; MARGETTS, 2011; AMORIN, 2012). Os pesquisadores atribuíam a contribuição do uso da internet também com relação a qualidade das democracias, uma vez que entendiam que essa pode promover o envolvimento dos cidadãos na política (WANG, 2007; TEDESCO, 2007).

Na segunda década do século XXI, Gomes (2011) avaliou que a internet se constituía em uma plataforma que proporcionava uma vida política online; portanto, se sustentava por possibilitar ir além da participação política formal. A internet passa a ser entendida como uma ferramenta dentro da política, pela qual é possível utilizá-la de forma instrumental, como buscar informações em sites de conteúdo político, trocar e-mails que incentivem o engajamento político (GOMES, 2011; KRUEGER, 2006). Por outro lado, a internet apresentava ferramentas que permitiam ao usuário se comunicar e participar da política simultaneamente, como fóruns e blogs, pelos quais poderiam empregar quaisquer ferramentas digitais para se envolver em iniciativas com propósitos políticos (GOMES, 2011).

De igual maneira, Baek (2015), em estudos feitos com os Sul Coreanos, identifica que o efeito da mobilização ocorrida dentro das redes sociais sobre as eleições políticas tenderia a crescer em eleições futuras, na medida em que mais pessoas teriam acesso a essas redes. Zhang *et all* (2009) observaram que o uso dessas ferramentas aumenta o nível de interesse na participação política e faz com que os cidadãos julguem melhor as alternativas políticas. De forma semelhante, Colombo *et all* (2012) identificaram que, entre os espanhóis, aqueles que utilizavam as redes sociais e a internet com mais frequência possuíam um elevado nível de compreensão dos processos políticos e um discurso mais elaborado, em comparação com os que não utilizavam. O que leva a crer que outros fatores também podem ser influentes sobre um uso político dessas redes sociais, como variáveis econômicas e escolarização. Outras pesquisas indicam ainda que a utilização dessas redes pode estar relacionada ao processo de transmissão de valores

culturais dos indivíduos, agindo como encorajador de atitudes e comportamentos em um mecanismo de socialização online (SWIGGER, 2013; FEEZELL *et all*, 2013).

Mais recentemente, surge ainda uma perspectiva mais pessimista sobre o uso da internet em relação ao seu uso político, pois argumenta-se que existe um público limitado de pessoas interagindo e que essas já são predispostas e interessadas na política, pela qual a internet atuaria como reforço dessas predisposições (NORRIS, 2001; PUTNAM, 2016; BAQUERO *et all*, 2016). Entende-se nessa perspectiva que a internet possui um impacto moderado, se tiver algum, sobre as atitudes e os compromissos cívicos, tendo como principal argumento o caos de informações presente na internet (NORRIS, 2003; PRIOR, 2007, JENNINGS e ZEITNER, 2003; DREW e WEAVER, 2006). Estes autores, então, apontaram para a hipótese da normatização, ou seja, as novas tecnologias surgiriam de maneira habitual, mas por meio de novos canais, e, portanto, não gerariam grandes impactos sociais ou políticos.

A ideia de reforço ou normatização do uso da internet na política está presente tanto na vertente pessimista quanto na funcionalista. A perspectiva, mais recente, chamada de funcionalista considera que o impacto da internet na sociedade ocorre na medida em que a existência dessas novas mídias se adequa ao desejo do usuário e proporciona uma anestesia frente a realidade vivida, ou seja, a grande competição dos canais de mídia proporcionaria atividades narcisistas e de baixa qualidade política. Neste caso, a internet estaria sendo usada com o único objetivo do ócio e proporcionando o isolamento dos indivíduos (PUTNAM, 2002). Ou ainda, indicando uma relação semelhante de oportunidades frente aos recursos da internet e das suas condições financeiras anteriores a esse uso. De certa forma, a internet passa a ser incorporada no cotidiano dos cidadãos, mas estes perpetuam nessa relação o mesmo nível de conhecimentos que possuem sobre as instâncias políticas anteriores a eles.

A internet pode estar atuando como espelho dos padrões de comportamento político, o que não invalida a avaliação de que isso é igualmente uma ação política podendo ocorrer sem o uso das ferramentas da internet (KRUIKEMEIER *et all*, 2014). Isso levou alguns pesquisadores a argumentar que pessoas com interesse político tenderiam a utilizar a internet como meio de obtenção de informações políticas, mas aqueles que não teriam esse interesse político previamente desenvolvido não tendem a pesquisar na internet tais assuntos. Entretanto, Kruikemeier *et all* (2014) também observa mudanças com relação ao comportamento dos jovens na internet, cujas gerações são

socializadas por meio do seu uso, o que põe algumas questões dentro dessa perspectiva em aberto. Esse trabalho busca identificar possíveis transformações a respeito da formação política dos jovens relacionada ao uso, específico, das redes sociais. Considerando-se que os indivíduos de gerações anteriores, que já possuíam resistência sobre esses temas, não têm sido incentivados por essas redes a pesquisar, se informar ou participar na internet, ou ainda nas redes sociais, com questões relacionadas à política.

Assim, questiona-se aqui alguns dos argumentos pessimistas e funcionalistas, na medida em que as pesquisas que utilizam esses argumentos desconsideram o recorte dos usuários jovens das redes sociais. Isso porque, desde a introdução da internet 2.0 o cidadão experimenta uma relação mais horizontal com a informação, bem como a produção própria de conteúdo nas redes sociais (O'REILLY, 2007). Por meio dessas plataformas também é possível divulgar informações e conteúdos midiáticos, ao mesmo tempo em que ocorre a interação social entre a rede de usuários (RECUERO, 2009). Assim, os usuários possuem espaço para conversar sobre as notícias veiculadas na rede, bem como produzir essas notícias e divulgar seus respectivos comentários. Nesse sentido, os processos cognitivos causados por estes novos fundamentos da internet relacionados aos aspectos atitudinais da política têm alimentado sentimentos de eficácia política e potencializado o desejo de participar na política, embora ainda esteja muito indefinido na literatura da área o aproveitamento do uso da internet no âmbito político (COLOMBO *et al.*, 2012).

Da mesma forma, o Brasil tem sido apontado como um dos países mais desiguais do mundo pelo qual os processos de urbanização que ocorreram de formas desiguais impactaram no crescimento da desigualdade econômica do país. De acordo com o PNUD (2018), o Brasil apresenta um coeficiente de Gini³, referente ao ano de 2017, de 51,3, um dos 10 mais desiguais do mundo. Já referindo-se aos dados da PNAD, o IBGE (2018) aponta que em 2017, a média brasileira do Índice de Gini foi de 52,4, em que as regiões Nordeste e Centro-oeste apresentaram as piores médias, com 53,1 e 52,8, e a região Sul, a menor, com 47,3. O Distrito Federal aparece como a unidade da federação mais desigual, com índice de 59,4, e o estado de Santa Catarina a mais igualitária, com 42,0.

O Distrito Federal foi tema de poucas pesquisas relacionadas a cultura política, existe apenas um trabalho relacionado a temática e este se referia a sociedade brasileira

³ O coeficiente de Gini é um instrumento para medir o grau de desigualdade de renda, o coeficiente aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos, quanto mais próximo de 0 mais próximo da igualdade (PNUD, 2018).

como um todo, sem destaques sobre o comportamento dos jovens (RENNÓ, 1997). Outras unidades possuem larga tradição em pesquisas sobre suas composições culturais, como são os casos dos estados da região sul e sudeste (FUKS, 2012; MORAIS, 2017; BAQUERO e PRÁ, 1995 e 2007). Contudo, para além da ausência de pesquisas na área, destaca-se também que a região é uma unidade nova da federação, e a semelhança de outras unidades recentemente criadas como Roraima, estas se tornam relevantes por apresentarem padrões de comportamentos distintos das unidades recentes. Tais sociedades por estarem ainda em processo de construção e estruturação podem apresentar padrões culturais relevantes a compreensão do processo de socialização política, o que só seria possível em novas unidades territoriais.

Nesse sentido, Medeiros *et all* (2015), considerando os dados sobre a Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoas Físicas (DIRPF⁴), argumentam que: o milésimo da população mais rica do Brasil concentra cerca de 10% da renda total do país; o 1% mais rico tem cerca de 22 a 23% dessa renda total; já os 10% das pessoas mais ricas possuem cerca de 50% do total da renda. De certa forma, as desigualdades também têm refletido sobre a utilização da internet e redes sociais. O que torna relevante realizar avaliações dos efeitos dessas redes sociais sob a perspectiva da cultura política em diferentes contextos sociais brasileiros, a fim de identificar a possível formação de subculturas políticas relacionadas as mudanças sociais promovidas por estas ferramentas.

Este trabalho pretende investigar a relação da formação da cultura política com o uso de redes sociais, a fim de transcender os argumentos normativos e qualitativos da avaliação dada a essa temática nos últimos anos (MARQUES, 2008; DEIBERT e ROHOZINSKI, 2010; SMITH *et all*, 2009; ZHANG *et all*, 2009; VALLESPÍN, 2011). O uso da internet, e nesse sentido as redes sociais pela presença significativa dos jovens, estão cada vez mais introduzidos na sociedade do século XXI, o que implica em um efeito, ainda não considerado, sobre as formulações de políticas (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Ou ainda na formulação de um novo cidadão que pode ser estimulado a buscar por conhecimentos políticos dentro do âmbito da internet e das redes sociais, ou pelo reforço de valores já introduzidos.

Entretanto, cabe salientar que foge ao escopo deste trabalho avaliar os efeitos desses sites na política nacional e conjuntural ou seus efeitos na execução de mudanças no *status quo* da sociedade. Preocupa-se aqui, por outro lado, dimensionar os efeitos

⁴ Segundo os autores a DIRPF é preenchida por apenas 20% da população brasileira.

desses na cultura política causados pelo envolvimento dos jovens com assuntos políticos ocorrida no âmbito desses sites, tendo em vista as particularidades de uma comunicação política digital. Destarte, almeja-se identificar as possíveis mudanças geradas pelo uso desses sites no âmbito atitudinal e cognitivo da formação da cultura política dos usuários.

Os principais usuários da internet, segundo dados do IBGE (2018), são os indivíduos entre 14 e 45 anos, as faixas etárias com maior percentual de acesso à internet, com cerca de 80% dos usuários. Destaca-se, aqui, os indivíduos em idade escolar, entre 14 e 17 anos cuja faixa etária aproxima-se daquela que Erikson (1963) argumenta ser o período da adolescência, um estágio em que há conflito entre a identidade e a confusão de papéis, uma vez que nesse estágio o indivíduo recorre a formação de grupos de iguais, pelo qual busca identificação afetiva, cognitiva e comportamental. É durante a adolescência que se forma a identidade pessoal dos indivíduos sobre os aspectos psicossociais, ideológicos, psicossocial, profissional, cultural e religioso (ERIKSON, 1963; BORDIGNON, 2005). É neste estágio, também, onde os adolescentes incorporam suas experiências no processo de formação social, possibilitando sua identidade no processo de socialização (DUBET e MARTULUCCELLI, 1997).

A definição precisa sobre quem são os jovens é fundamental, pois é a partir dessa que o Estado, a sociedade e os movimentos sociais concebem a juventude e tratam dela, seja no formato de construção de políticas públicas, programas sociais, ou, ainda, na incorporação do jovem junto a escola, universidade e mercado de trabalho. Portanto, a construção de uma categoria social específica para o que se entende como juventude diz muito sobre a forma pela qual esta será incorporada nos escopos operacionais do resultado dessa pesquisa. Assim, optou-se, aqui, por trazer o recorte de estudantes jovens, entre tantos outros possíveis vinculados ao tema de juventude.

Assim, busca-se contribuir para a compreensão de mudanças no processo de socialização política no contexto político brasileiro, na medida em que o uso das redes sociais pode estar formando subculturas políticas, atreladas aos contextos sociais e econômicos desiguais. Por fim, busca-se contribuir para a compreensão de mudanças culturais relacionadas ao processo de consolidação democrática no Brasil.

1.4. Recorte empírico

Para realizar o teste da hipótese central, e das hipóteses derivadas, utilizou-se os protocolos da pesquisa quantitativa. Nesse sentido, concorda-se com a perspectiva dos pesquisadores Almond e Verba (1965), que adaptaram os pressupostos da teoria funcionalista e das descobertas cognitivas do Behaviorismo a fim de identificar os tipos de cultura política que estavam sendo transmitidas para as novas gerações. Pesquisas realizadas com crianças e com jovens afirmavam que as primeiras transmissões começavam logo cedo na infância, pela família, e estas viriam a marcar fortemente sobre as orientações dos jovens, embora admitissem que a melhor etapa para identificar esses padrões fosse na fase da juventude (JENNINGS e NIEMI, 1974; ALMOND e VERBA, 1965).

1.4.1. Estudantes Jovens

Entende-se por estudantes jovens, aqueles estudantes do Ensino Médio que possuem entre 15 e 29 anos⁵, podendo estar matriculados em escolas de âmbito público ou privado, e que estavam matriculados em cursos de Ensino Médio Regular, Ensino Médio Técnico ou de Ensino de Jovens e Adultos no ano de 2017. Embora a amostra contou com todos os estudantes matriculados no Ensino Médio, os quais possuíam de 12 a 55 anos, elegeu-se suprimir da análise de dados aqueles que não se enquadravam também na categoria etária⁶. Da mesma forma, não se incorporou todos os jovens estudantes, pois no recorte escolar não foram incluídos os jovens da região que estudam em âmbitos universitários.

A escolha de um recorte de 15 a 29 anos foi determinada a partir da concepção do conceito de geração (MANNHEIM, 1982) e o recorte etário que consta no Plano Nacional de Juventude⁷, como caracterização do público foco das políticas públicas que buscam

⁵ Para determinar esse recorte leva-se em consideração a existência de uma geração que compartilha experiências, portanto os jovens matriculados no Ensino Médio, e a idade etária aproximada de formação das características psíquicas relacionadas a juventude. A fim de operacionalizar tais critérios, utiliza-se o recorte etário determinado pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) e no Plano Nacional da Juventude. Para maiores informações sobre o detalhamento dessa justificativa, verificar a seção 3.1

⁶ No apêndice 8.3, encontram-se as frequências por idade, por amostra, antes e depois da retirada dos estudantes que não pertenciam ao recorte etário.

⁷ Projeto de Lei Nº. 4530/04, que cria um conjunto de políticas públicas e medidas que beneficiam os jovens brasileiros com idades entre 15 a 29 anos. O Plano Nacional da Juventude foi elaborado pela Comissão

beneficiar os jovens brasileiros. A necessidade de delimitar a idade dos indivíduos considerados jovens partiu dos órgãos internacionais na busca por responder a políticas públicas que atendessem tal perfil. Embora entenda-se que tal definição não possui endosso de todas as questões referentes ao universo jovem, entende-se aqui, que tal definição se incumbe de representar de forma coerente o que o termo Juventude representa. Tal recorte, portanto, fez-se necessário para que essa tese alcance sua relevância social de promover instrumentos para a formulação de novas políticas públicas com foco nesse público e no uso das redes sociais como mecanismo de formulação de sua cultura política.

Nesse sentido, estabeleceu-se no ambiente escolar de nível médio o primeiro recorte empírico desse trabalho. De forma conceitual por entender-se que nesse contexto são formadas as experiências coletivas dos jovens, pela qual os indivíduos possuem a mesma configuração histórica, caracterizando o pertencimento a uma mesma geração. Do ponto de vista operacional, as escolas concentram em um só local grande quantidade de jovens, espaços que poderiam indicar conglomerados desses indivíduos. O que nos leva ao segundo recorte: as regiões a serem comparadas, do Distrito Federal e do Entorno do Distrito Federal.

1.4.2. Rede Integrada do Distrito Federal e do Entorno do Distrito Federal (RIDE-DF)

A escolha da região do Distrito Federal e a região do Entorno como campo empírico, justifica-se pela existência de peculiaridades econômicas específicas a essas duas regiões, que embora limítrofes e separadas geograficamente pelo traçado geográfico do Distrito Federal e dos estados de Goiás e de Minas Gerais, retratam desigualdades sociais e econômicas características das encontradas em todo o Brasil. Embora ambas regiões se articulem em um emaranhado de dependências dos serviços econômicos, as duas regiões possuem organização e administração políticas distintas.

Isso porque com a fundação de Brasília em 1960, como nova capital do Brasil, dezenas de brasileiros migraram para a região do novo Distrito Federal atraídos pelo crescimento das oportunidades econômicas de sua construção e estruturação. Em meados do século XX tornou-se necessário a definição de uma grande região metropolitana, a

Especial da Juventude, que realizou audiências públicas para levantar as demandas e necessidades através da opinião dos jovens e das organizações que militam com a juventude.

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a RIDE-DF, a fim de envolver o Distrito Federal e os municípios dos estados vizinhos próximos na integração do desenvolvimento regional. Os dados sociais e econômicos dessas duas regiões, são díspares e exemplificam um abismo socioeconômico típico da realidade brasileira, e serão explorados no quarto capítulo dessa tese.

A fim de alcançar os objetivos desse trabalho realizou-se uma pesquisa comparativa entre os jovens estudantes de escolas de Ensino Médio do Distrito Federal e jovens estudantes de escolas da Região do Entorno do Distrito Federal, composta por cidades do estado de Goiás e de Minas Gerais que circundam o Distrito Federal. Conforme figura a seguir.

Figura 2 – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno



Fonte: Ministério da Integração Nacional (MI, 2015)

Segundo dados da Codeplan (2016), no Distrito Federal, 91,54% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos encontram-se matriculados em uma instituição de ensino. Já com relação a taxa de escolarização, disponibilizada pelo IBGE (2017), que também engloba as idades de 15 a 17 anos, 90,3% dos jovens de Minas Gerais, 84,8% dos jovens de Goiás e 91,2% dos jovens do Distrito Federal estão matriculados em escolas. A partir disso, então, definiu-se os critérios de seleção da amostra da pesquisa⁸.

⁸ Maiores detalhes sobre o desenho da amostra, ver no anexo 8.2.

Foram definidas duas amostras probabilísticas, uma para cada região. As amostras foram selecionadas por meio da técnica de *Amostra por Conglomerados*, em que a seleção destes foram definidos em diferentes estágios, em que os conglomerados admitidos foram as salas de aula. Definiu-se o intervalo de confiança de 95%, na busca por uma precisão de 4%, e para isso objetivou-se em selecionar o número de 600 questionários para cada uma das amostras.

A pesquisa foi realizada em 21 escolas⁹. Foram aplicados formulários de autopreenchimento, os quais resultaram em uma amostra probabilística de 1404 questionários respondidos.

Tabela 1 – Escolas selecionadas na amostra e Entrevistas realizadas¹⁰

	Total de escolas	Escolas selecionadas	Escolas realizadas	Total Entrevistas	Análises
Distrito Federal¹¹					
Distritais	116	4	4	292	287
Federais	11	1	1	69	40
Privadas	160	5	5	424	422
Total	287	10	10	785	749
Entorno					
Estaduais	127	6	6	381	362
Federais	4	1	1	63	63
Privadas	55	3	4	175	171
Total	186	10	11	619	596

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) e Ministério da Educação (MEC, 2016).

A idade dos entrevistados no Distrito Federal variou entre 14 e 55 anos, enquanto no Entorno, a variação foi entre 12 e 47 anos. A variação é alta, uma vez que a amostra contou com a presença de alunos dos cursos na modalidade Escola de Jovens e Adultos (EJA) em ambas amostras. Contudo, uma vez que o recorte empírico da problemática da tese se refere aos estudantes jovens, em consonância com a concepção de geração e do

⁹ As regiões administrativas componentes do Distrito Federal, bem como as cidades do estado de Goiás e de Minas Gerais que pertencem ao Entorno do Distrito Federal estão listadas no Apêndice 8.2.

¹⁰ Foram aplicados 785 questionários no Distrito Federal e 619 questionários no Entorno, totalizando 1404 respondentes. Para as análises, com a seleção dos casos de 15 a 29 anos, considerou-se 749 respondentes no Distrito Federal e 596 respondentes no Entorno, um total de 1345 respondentes (detalhes no apêndice 8.3).

¹¹ A amostra do Distrito Federal não considerou as diferenças internas da região. Isso porque há uma grande mobilidade dos estudantes entre o seu local de moradia e a escola que estudo. Os estudantes jovens estudam longe de suas residências, o que impossibilitaria identificar tais complexidades internas, uma vez que uma única escola possui grande parte de seus alunos morando longe das dependências da escola. Mesmo identificando-se a existência de grandes diferenças internas características às regiões administrativas, considerou-se que essas são muito complexas, impossibilitando o controle amostral das mesmas.

governo brasileiro, utilizou-se apenas os dados referentes aos estudantes dentro da faixa etária considerada entre 15 e 29 anos. Esse recorte, representa na amostra 95,8% dos respondentes¹².

Os formulários possuíam questões que operacionalizavam os conceitos contidos nos objetivos dessa pesquisa. As duas amostras são compostas pelas Regiões Administrativas do Distrito Federal e pelos municípios que compõe o RIDE-DF, pertencentes aos estados de Goiás e Minas Gerais.

1.5. Estrutura da Tese

A tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é introdutório, e foi realizada a discussão da problemática da pesquisa, considerando a justificativa para o desenvolvimento desse trabalho. São apresentados os objetivos e as hipóteses que serão posteriormente testadas. Também são descritos o recorte empírico relacionado aos estudantes jovens como objeto de análise e o recorte espacial do qual fazem parte as duas regiões a serem estudadas aqui. Apresentando-se a região do Distrito Federal e a região do Entorno do Distrito Federal, os quais compõe o Ride-DF. Da mesma forma são descritos a forma pelo qual se desenhou metodologicamente essa pesquisa, apresentado o desenho da amostra das escolas de ambas regiões e indicando os critérios de seleção. Apresenta-se o instrumento de coleta de dados que consistiu em um questionário auto aplicado. Definindo-se, assim, a estrutura pela qual esse trabalho foi organizado.

O segundo capítulo faz um resgate histórico e teórico dos principais conceitos pela qual essa pesquisa foi estruturada. Resgata-se as premissas da cultura política, onde são discutidos os seus princípios ontológicos e o problemático conceito de subculturas políticas. Nesse ínterim, aponta-se o desenho teórico a respeito da cultura política, incorporando sua origem funcionalista, a concepção de valores culturais como variável explicativa e a influência proveniente de outras áreas, principalmente a psicologia e a matemática. Assim, apresenta-se a teoria presente no livro *The Civic Culture* como um dos mais importantes das tradições de pesquisa culturalistas, bem como as variáveis culturais que foram utilizadas nesse trabalho para debater o conceito de cultura política:

¹² A tabelas de frequências das idades de ambas amostras, antes e depois do recorte etário encontram-se no apêndice 8.3.

Atitudes políticas, Participação política, sofisticação e eficácia política, capital social e virtual, e, mais à frente no capítulo, valores democráticos.

O capítulo ainda debate a forma definida pela cultura política para identificar a origem desses valores: o processo de socialização política, que ocorre em conjunto a agências de socialização política. Por fim avalia-se a formação de regimes democráticos em meio a um contexto socioeconômico desigual, como é o caso dos países latino americanos e, também, da realidade brasileira.

O terceiro capítulo relaciona os conceitos juventude e redes sociais, esses não poderiam ficar separados, uma vez que são os conceitos chaves a compreensão do processo socializador aqui avaliado. Primeiro considerando que o conceito juventude possui uma vasta literatura e tem sido foco de centenas de pesquisas, enfoca-se aqui sobre a perspectiva geracional de análise desse grupo etário. Relaciona-se, assim, o conceito de participação política dos jovens, visto dentro da tradição de pesquisas sobre o tema no Brasil e as realizadas enfocando a socialização política no Brasil.

Nesse capítulo também são debatidas as plataformas das redes sociais, criadas no contexto das novas mídias, assim como a internet. Avalia-se entre pesquisas sobre o tema de que forma essas novas mídias têm impactado a realidade social. Apresenta-se assim, que as redes sociais estão sendo entendidas como possíveis plataformas de socialização política. Esse capítulo contém ainda uma descrição das redes sociais que fazem parte das análises desse trabalho, bem como desenvolve um conceito criado a partir dessa investigação em que se relaciona o envolvimento dos jovens, no sentido de predisposição atitudinal e de conversas fora do espaço virtual, sobre os conteúdos ali verificados.

No capítulo quatro resgata-se a história da demarcação do Distrito Federal e da construção de Brasília e as migrações decorrentes, indicando as particularidades socioeconômicas da região. Depois, descreve-se a relação entre cultura política e os dois contextos socioeconômicos, o Distrito Federal e o Entorno. Nesse capítulo são feitas ainda análises descritivas sobre as formas de uso das redes sociais feitas pelos jovens.

Já o quinto capítulo, capítulo final de análises dos dados, é realizado o teste das duas últimas hipóteses e debatidos os resultados dessa pesquisa. Primeiro, se realiza uma avaliação comparada de como os jovens usam as redes sociais para se envolver com a política. Avalia-se também um modelo de análises de trajetória, proposto por essa tese, em que se relaciona o envolvimento políticos pelo uso de redes sociais com a cultura política da região estudada. Nesse momento verifica-se a força das variáveis de contexto

familiar dos jovens, como tipo de escola, renda e escolaridade, como variáveis explicativas.

Por fim, apresenta as conclusões deste trabalho, com indicativos de futuras pesquisas envolvendo redes sociais e juventude. Bem como discute-se o teste da hipótese central dessa tese. Além desses cinco capítulos, conta-se ainda com seções de referências, anexos e apêndices. Nos anexos está a listagem das escolas da região utilizadas para o sorteio da amostra. Já o apêndice possui seções que definem: o processo de construção do questionário; a seleção da amostra; a operacionalização dos conceitos de cultura política; gráficos e tabelas complementares; as rotações estatísticas derivadas da construção dos índices de avaliação da cultura política; e o questionário utilizado na coleta de dados da pesquisa.

2. CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

A Teoria da Cultura Política incorpora a cultura como variável fundamental na análise dos sistemas políticos (ALMOND e VERBA, 1965). Tais estudos são caracterizados pela relação posta entre a estabilidade dos sentimentos de uma sociedade e a organização sistemática de estruturas políticas (EASTON, 1968). Desta forma, um dos seus postulados mais caros está relacionado a permanência dos sistemas políticos, pois este refere-se diretamente a dificuldade de lidar com o processo de mudanças políticas (ECKSTEIN, 1988). Ou seja, uma vez que se busca a estabilidade de regimes democráticos, os processos de mudanças na cultura política podem gerar instabilidades institucionais e gerar a derrocada de tal sistema. Assim, o processo de socialização política é extremamente relevante uma vez que exerce influência direta sobre a estabilidade dos regimes políticos.

Embora admita-se que a cultura incida na ação política desde a antiguidade, somente no ano de 1960, decorrente de diversos debates nas Ciências Sociais e uma forte adesão a métodos de análise quantitativo, que a perspectiva culturalista se consolidou como área de pesquisa dentro da Ciência Política. Neste capítulo serão debatidos os conceitos fundantes dessa perspectiva, a influência da questão econômica e o debate que ao longo dos últimos anos foi realizado com relação a cultura política em busca de compreender a relevância dos jovens no processo de socialização política, bem como os impactos sobre tais questões na democracia.

2.1. As premissas da perspectiva culturalista

As origens das noções da cultura política remontam aos filósofos clássicos e ao desenvolvimento das perspectivas de análise da psicologia social norte-americana, da sociologia funcionalista e da estatística (ALMOND, 1989). Na busca por responder questões referentes ao surgimento de novas democracias no mundo Pós-Segunda Guerra Mundial, pesquisadores recorreram a tradição sistêmica e empirista a fim de obter respostas menos normativas. Contrapondo-se ao viés histórico e descritivo, até aquele momento hegemônico na área, fortalece-se um campo de análises voltados para a cientificidade empirista da Ciência Política. A cultura política estabelece-se como teoria política e enfoca conceitos fundamentais para a compreensão da relação entre cultura e

política, entre eles estabelece-se o conceito de socialização política a fim de explicar o processo pelo qual as orientações políticas são transmitidas aos indivíduos jovens.

2.1.1. Princípios ontológicos

A fim de resgatar as tradições da Cultura Política, um dos principais autores fundadores, Gabriel Almond (1969) indica que seus pressupostos são muito anteriores as análises da segunda metade do século XX e remetem às premissas filosóficas da Grécia antiga, principalmente com relação a Platão, em *A República*, e a Aristóteles. Nesse mesmo sentido, Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Montesquieu e Tocqueville são outros clássicos que utilizaram elementos característicos de uma abordagem que considera a cultura sobre os fenômenos políticos. A instauração de conceitos culturais por esses autores incluía também um lugar para o jovem, considerando o processo de sua formação cultural.

Platão, em seu livro *A República*, destacou que um político não se diferenciava em nada de outro cidadão, a não ser por conhecer melhor os fins da *pólis* (PLATÃO, 2000). O autor preconiza a política como fazendo parte das relações cotidianas, argumentando a importância de haver um envolvimento social deste cidadão com a cidade ou com o coletivo. Assim, o homem da *pólis* atuava na democracia e participava das decisões políticas. A educação consistia em um processo de modelação dos jovens a fim de que estes pudessem ser preparados para participar desse processo político. No modelo de República, apresentado por Platão (2000) no século IV a.c., era fundamental que os jovens fossem instruídos e modelados a fim de que os mais honrosos fossem selecionados para constituírem a classe governante de filósofos, e se transformarem em soberanos ou governantes. Neste sentido, Almond (1989) argumenta, em referência ao autor, que os modelos políticos, sejam eles aristocracia, timocracia, oligarquia, tirania, monarquia ou democracia, seriam derivados dos valores, atitudes e experiências socializadoras dos homens.

Aristóteles, entretanto, possuía uma perspectiva mais moderna e científica que a de Platão, pois incorporou a relação entre variáveis de estratificação social com variáveis de estruturas políticas e de performance (ALMOND, 1989). Assim, segundo Almond (1989) Aristóteles introduz as bases da legitimidade das instituições políticas por meio de uma base cultural. Aristóteles argumentava que cidadãos são todos aqueles que

compartilham a decisão da vida cívica e são governados por estes (DALTON, 2008). Para isso, enfatiza a educação política uma vez que o cidadão deveria reiterar o papel das leis, e isso só seria possível se essas estivessem enraizadas na virtude e nos costumes (BENEVIDES, 1996). A lei representaria uma convenção para garantir os preceitos de justiça entre os homens, sendo reforçados pelo viver cívico apreendido no seu contexto social, o que significava que diferentes predisposições e valores dos cidadãos corresponderiam a diferentes estruturas políticas.

Platão, Aristóteles e mais tarde, Santo Tomás de Aquino, seguiram uma tradição na qual apresentavam proposições ainda normativas sobre a política. Contudo, no século XV, Maquiavel quebra estas proposições ao buscar examinar a realidade como ela é e não como gostaria que fosse (SADEK, 1999). Maquiavel, com o estudo da história romana, acaba por propor uma articulação entre o pensar e o fazer política. Este pensamento introduz na política moderna a concepção de ação e de movimento da realidade como princípios da política, resultado da ação concreta dos homens na sociedade. Garantindo uma abordagem da cultura sobre as formas de governo.

O espírito honroso dos romanos foi debatido por Maquiavel nos *Discorsi: comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1982). O autor defendia que o povo detentor de poder será tão estável quanto o príncipe em seu governo, pois o povo valorizaria a pátria acima de tudo. Maquiavel sustentava que o príncipe poderia se entregar as próprias paixões, mas o “povo é mais prudente, menos volúvel, e num certo sentido, mais judicioso do que o príncipe” (MAQUIAVEL, 1982, p.181). Nesse sentido o autor valorizou a virtude e a glória do povo como maiores do que as do príncipe. Entretanto, para o sucesso do príncipe, o autor alerta que o ensino da história de outros príncipes poderia indicar os caminhos da glória e da vergonha, da segurança e do terror, para que pudesse auxiliar na formação de um bom governo (MAQUIAVEL, 1982). Dessa forma, Maquiavel definia as práticas para um pragmatismo político a fim de auxiliar um príncipe a consolidar seu Governo (MAQUIAVEL, 2011).

O autor torna-se, também, o precursor de uma importante distinção para o Estado Moderno, a separação entre Estado e Governo. O Governo é entendido como um agente da política que impõe condições e exigências. Já o Estado, determina as condições e exigências de se fazer a política. Neste caso, a atividade política depende da capacidade do agente do governo em seu exercício. Não é o político que faz a política, mas a política que faz o político, da mesma forma que uma farda faz o militar, e não o contrário. Ou

seja, as estruturas culturais formam o indivíduo político. Assim, para Maquiavel, o que define um “príncipe” (entenda-se um governante) é a *virtú*, ou seja a capacidade de se constituir e fazer a política, conforme a força e astúcia que este possui (MAQUIAVEL, 2011). A *virtú* passa a ser característica dos governantes. Maquiavel, assim, abre precedentes para que qualquer um faça política, indicando que esta atividade não está mais garantida por nascimento nobre, possibilitando que um cidadão virtuoso alcance o papel de governante.

Entre os contratualistas, Hobbes aponta para a natureza humana como relevante na formação do contrato social realizado entre os homens, pois este é um contrato firmado por iguais. A igualdade é fundamental ao contrato social hobbesiano, ela é experimentada pelos homens principalmente com relação as faculdades do espírito. Hobbes indica que os homens julgam conhecer suas próprias inteligências e estas não são tão mais superiores ou inferiores aos outros, isso porque cada um está relativamente satisfeito com a parcela de inteligência que lhes coube. Hobbes assim, defende que “[...] cada um pretende que seu companheiro lhe atribua o mesmo valor que ele atribui a si próprio [...]” (HOBBS, 1999, p. 46).

Ribeiro (2006) defende que na proposição hobbesiana o sentido de igualdade faz os homens tão iguais, que entre estes não há nada que lhes diferencie. Inclusive a experiência que seria adquirida ao longo do tempo, mesmo que em momentos diferentes, a eles também seria distribuída de forma igual. O autor, entretanto, argumenta que mesmo a experiência não é capaz de prever o comportamento do outro, e isso lhe gera desconfiança. Neste sentido, o indivíduo anteciparia o comportamento de outros, com base na sua prudência adquirida pela experiência, e isso lhe assegura tomar as decisões no campo político. Neste ponto, a antecipação do comportamento do outro é fundamental à concepção dos princípios da cultura política. Hobbes discorre que para resolver a imprecisão desse comportamento se dá o estabelecimento do contrato social com um terceiro, o Leviatã, que é instituído a fim de trazer harmonia entre os homens (HOBBS, 1999). Ou seja, os preceitos culturais passam a ser modelados pelas instituições políticas, na medida em que o Leviatã recebe a atribuição de tomar decisões pelos súditos, bem como o desenvolvimento da prudência, pela experiência, é disposta para todos, culturalmente falando, a fim de conduzir a compreensão do campo político

Por outro lado, Rousseau (2011), incorpora outro modelo para o estado de natureza, um estado em que o homem vive em liberdade e apenas precisa da natureza para

satisfazer suas necessidades essenciais. O estado de natureza acaba quando alguém estipula a propriedade privada, a partir disso, um contrato social é firmado entre os homens. Neste momento, o homem é corrompido pela sociedade civilizada (BOBBIO, 1987). Contudo, cabe ao Estado Civil com os cidadãos, na medida em que se torne necessário, transformar em leis os desejos que cada um entende individualmente como necessário. Rousseau discorre que essa é a formação da vontade geral, que surgiria com a formação do vínculo social dos súditos do Estado (CHAUÍ, 2000). Os cidadãos seguem a vontade geral, ou vontade coletiva, comprometida com o bem-estar da sociedade, e para isso se submetem a autoridade do Governante. Nesse sentido, a cultura dos cidadãos, ou súditos, passa a transformar as leis conforme seus desejos.

Montesquieu, autor de *“Do Espírito das Leis”* se destaca por recorrer a variáveis, mais tarde atribuídas a sociologia, antropologia e psicologia social, para explicar os processos de formação das instituições políticas (ALMOND, 1989). Montesquieu introduz que certos estímulos levam os cidadãos a obedecerem a estrutura política vigente (BOBBIO, 1987). O que representaria uma nova distinção, com base em princípios, ao sentido da obediência dos cidadãos para com as leis, independentemente do regime político que estes estão submetidos. Montesquieu preconiza, assim, que os aspectos da cultura particularizam a formação das estruturas institucionais, ou seja, a cultura sendo considerada responsável por modelar as instituições políticas vigentes. As estruturas deixam de ser entendidas como meros reflexos da cultura, mas passam a ser vistas como passíveis de modificações pela cultura, na medida em que essa também se modifica, as estruturas são remodeladas.

Entretanto, foi com as publicações de Alexis de Tocqueville, considerado por Almond (1989) um dos teóricos mais importantes para a perspectiva culturalista, que se desdobraram as tendências comportamentais mais tardes adotadas pela teoria da cultura política. Isso porque, o autor do século XIX argumentou que tanto as condições psíquicas quanto as estruturas legais são importantes para o sistema político, mas ele destacou que são as maneiras e os costumes dos habitantes os mais relevantes para a constituição da democracia (DAWSON e PREWITT, 1968). Assim, Tocqueville (2005) põe-se convencido de que os costumes de um país são mais essenciais para a vida política do que as suas leis, apontando a relevância das atitudes democráticas. As proposições do autor tornam-se essenciais, pois discute a relação entre cultura e instituições políticas,

explicando a força da cultura, o que contradizia os argumentos institucionais presentes nos debates dos autores destacados anteriormente.

Marx, Durkheim e Weber, e suas respectivas vertentes, também contribuíram para a formação da perspectiva adotada pela cultura política, principalmente no que diz respeito a estruturação de uma Teoria da Modernidade. Isso porque buscavam compreender as mudanças sociais dentro do escopo das transformações da sociedade industrial europeia. O legado de suas tradições teóricas possibilitou o amadurecimento do campo teórico que mais tarde engendrou a cultura política. Embora os três autores mais relevantes para a teoria social buscassem uma matriz explicativa da sociedade como um todo, eles destacam o papel e a força das, mais tardes identificadas, agências socializadoras, família e escola, no processo de aprendizado social e cultural.

Marx desenvolve a teoria do materialismo histórico como metodologia, um mecanismo analítico de compreensão da sociedade, mas que mantém aspectos normativos. A relação entre a teoria marxista e a cultura política perpassa duas questões relevantes. Primeiro, Marx entende o homem como o motor da mudança na natureza, através do seu trabalho. O homem organiza sua força de trabalho, a fim de produzir mais em conjunto. Entretanto, as relações de propriedade implícitas nas relações de trabalho, segundo o autor, caracterizam as bases da desigualdade social.

Segundo, e mais importante, para manter essas posições diferentes relacionadas a propriedade, Marx argumenta que existe a formação de uma falsa realidade entre os homens. O conceito de ideologia refere-se a ela, e trata-se de uma distorção do pensamento. Este surge da compreensão de que a realidade é deficiente, e na imaginação por uma solução coerente constrói-se essa falsa realidade, que está além do mundo real. Marx argumenta que o grande agravo é esta realidade contraditória admitir a projeção das contradições sociais econômicas. (BOTTOMORE, 1988). Tais concepções permitiram discorrer na cultura política sobre a relação entre política e ideologia subentendidas em diferentes classes sociais refletindo assim em suas respectivas subculturas.

Almond (1990) debateu sobre afinidades e divergências entre a cultura política e a teoria de Karl Marx, uma vez que a corrente marxista criticou muito os aspectos estruturais da cultura política. Em um primeiro momento, Almond (1990) discorre que Marx reitera os conceitos referentes a subculturas, ao subdividir a sociedade em classe capitalista exploradora, classe explorada alheia e uma classe organizada e revolucionária. Por outro lado, diverge da teoria Marxista por este considerar o processo histórico em

termos dialéticos, enquanto a cultura política apenas incorpora esse processo no seu âmago, em busca do reforço da estabilidade estrutural ideológica. Exatamente em referência as críticas marxistas, Almond justifica a existência de um perfil conservador para a teoria da cultura política, na medida em que entende que a perspectiva marxista se propõe a transformar a sociedade enquanto espera-se que uma cultura política nacional seja o ponto de equilíbrio da própria manutenção institucional dos regimes.

Mais tarde, Gramsci revisita as ideias marxistas para o contexto europeu do século XX, argumentando que era preciso fazer uma revolução no cotidiano, que resultaria em uma revolução na própria sociedade, o que só seria possível com a conquista da consciência das pessoas (GRAMSCI, 2000). Para o autor marxista é dentro da política que os intelectuais e a parcela simples da sociedade desenvolvem uma concepção crítica, é através das práxis, da unidade entre a teoria e a prática, que é possível encontrar uma concepção de mundo coerente e unitário (GRAMSCI, 2000). A difusão entre as conquistas culturais e a teoria revolucionária estaria justamente em difundir o conhecimento e socializá-lo, assim Gramsci defende que a grande dificuldade está em converter o conhecimento em patrimônio da classe trabalhadora (GRUPPI, 1978). O reconhecimento e a apropriação da política em um contexto de contradições das classes sociais, incorpora junto as massas uma conscientização do fazer política, considerando a formação de uma classe trabalhadora elaborada por intelectuais que tem consciência de tais contradições. Este processo reforça os pressupostos de uma socialização política unificada a fim de garantir condições igualitárias de conhecimento e participação política. Entretanto, o autor, permanece em um nível normativo, focado na transformação ideológica.

Embora os autores Almond e Verba (1965) respondam a existência de afinidades e divergências com a teoria marxista, não há um debate sistematizado a respeito do vínculo de subculturas políticas com estratos econômicos diferentes. Principalmente pelo reconhecimento de que existe uma classe trabalhadora consciente de suas orientações políticas e uma parcela, dessa mesma classe, ainda alienada pela ideologia burguesa predominante. Assim, os autores definem a formação do conceito de subculturas pela incorporação de orientações políticas mistas caracterizando um mesmo perfil cultural nacional (ALMOND e VERBA, 1965).

2.1.2. Subculturas Políticas, um debate necessário

O termo subculturas, portanto, pode ser galgado em dois contextos. Primeiro, os autores admitem que um país pode incorporar diferentes orientações políticas, mas não relacionam tais orientações aos diferentes estratos econômicos ou sociais. As subculturas podem ser coexistentes pois os cidadãos incorporam diferentes lealdades com as posturas do governo, mesmo que contraditórias, mas coerentes com a existência do sistema político. Segundo as diferentes orientações políticas podem, também, coexistir, mas pela existência de diferentes perspectivas políticas relacionadas a diferentes sistemas de governo. Ou seja, utilizando o caso inglês do final do século XIX, os autores argumentam que alguns cidadãos levantaram bandeiras de mudança para um sistema político socialista, enquanto outros para a manutenção do sistema monárquico. Neste sentido Almond e Verba (1965) justificam que a tensão entre diferentes orientações levou a transformações no sistema político vigente, coordenadas pelas incongruências das subculturas políticas.

Entretanto, as contradições das classes sociais em uma perspectiva marxista, não é incorporada pelos primeiros autores culturalistas, Almond e Verba, como a causa do processo de socialização política que determinaria em diferentes orientações políticas. Esta tese discute que tal relação é de suma importância na existência de subculturas políticas na sociedade, as quais estão relacionadas a existência de variáveis sociais e econômicas. Isso ocorreria principalmente em países com culturas políticas mistas, como o caso brasileiro. Uma vez que dentro do processo de socialização política tais características sociais e econômicas tendem a se relacionar no contexto de formação política do Brasil, como também, combinadas ao fenômeno da globalização e da existência das novas mídias digitais, como as redes sociais. Defende-se que para a compreensão da cultura política brasileira seja preciso incorporar características da sociedade em que estão inter-relacionadas, justamente pela possível persistência de valores políticos incongruentes as parcelas mais vulneráveis do processo de desenvolvimento econômico.

2.1.3. Cultura política, uma teoria funcionalista

Contudo, entende-se, aqui, que a abordagem culturalista no princípio da sua estruturação não considerou os argumentos marxistas na formação de diferentes subculturas políticas, pois considerava como matriz estrutural outra abordagem conceitual, defendida pela vertente funcionalista. Nesse sentido, fundador dessa abordagem, Durkheim inova ao apresentar uma teoria social que analisa o presente sincrônico, isso significava avaliar a variedade de mudanças ao longo do tempo e para a estrutura social. E não o seu resultado histórico, como o fez Karl Marx.

Um dos pontos fundamentais para Durkheim, é entender que o indivíduo existe se estiver modelado por uma identidade de grupo, que não depende somente do indivíduo ou do grupo, mas de uma “entidade *sui generis*” independente dos próprios indivíduos (DURKHEIM, 1983). A formação de uma consciência coletiva garante e sustenta os pensamentos da sociedade, uma vez que não surge como um pensamento individual, e sim como um pensamento compartilhado pelo coletivo, os indivíduos são coagidos pela própria sociedade a manterem a estrutura social (DURKHEIM, 2014). Assim, Durkheim traz à tona o processo educativo como um meio de socializar os indivíduos jovens da sociedade, a fim de moldá-los para cumprirem seus papéis sociais, bem como oportuniza um viés estrutural de compreensão das mudanças sociais.

Nesse ponto identifica-se a origem de uma noção estática de organização social que mais tarde marcará o pensamento da cultura política. Principalmente pela colocação das estruturas sociais da família e da escola como processos de socialização para com os jovens. Tais estruturas congregam mecanismos que serão capazes de formar os jovens na incorporação da moral necessária ao seu convívio com os valores presentes na sociedade que o cerca. Nesse sentido, uma visão de manutenção de tal moral é inculcada nos jovens, pois tal estabilidade garante a manutenção dessa sociedade, e indiretamente isso ocorre com a manutenção dos valores dessa sociedade. Um indivíduo que não foi devidamente iniciado nessa moral social terá grandes riscos de cair em anomia social, ou de um grupo de indivíduos contestar tais valores estes serão duramente repreendidos pelos outros indivíduos. Em busca de manter os valores sociais, a própria sociedade garante um caráter conservador de conservação de valores e da inexistência de mudanças sociais significativas.

Assim, as bases para a teoria estrutural-funcionalista já estavam lançadas por Durkheim quando Talcott Parsons sumariza os componentes dos sistemas sociais. Esses sendo constituídos por “[...] estados e processos de interação social entre unidades de ação” (1974, p. 18), pelos quais suas estruturas são valores, normas, coletividades e papéis. Tal organização proporcionou um esquema analítico a fim de dividir a sociedade em quatro subsistemas primários¹³. Estes são inter-relacionados e sobrepostos, a fim de estruturar as dimensões da sociedade e a compreensão de seus estratos. A cultura política incorpora tais noções sistemáticas da abordagem estruturalista, uma vez que entende a relevância dos valores e normas na formação da estrutura do sistema político. Assim, as questões que compõe a cultura também estruturam os sistemas de ação política.

2.1.4. Incorporação de valores como variável explicativa

Os pressupostos teóricos da formação da Cultura Política não provem unicamente dessa perspectiva estrutural, mas combina contribuições da teoria compreensiva desenvolvida por Max Weber. Incorpora os valores de uma sociedade como questão fundamental para compreender as relações políticas (WEBER, 1994). Para a formação da perspectiva culturalista, entre os autores clássicos, torna-se relevante pois relaciona os processos políticos aos valores transmitidos pela e na sociedade, principalmente porque utiliza os valores com origem na religião como critério explicativo a compreensão da modernidade racional (ALMOND, 1989).

Para isso, em seu célebre estudo sobre a religião protestante e o capitalismo, Weber (1985) argumenta que mesmo após haver a secularização dos indivíduos, os valores com origem na tradição protestante, de origem calvinista, permaneceram orientando ações racionalizadas pelos capitalistas. Assim, Inglehart (2009) avalia Weber como pioneiro da ideia de que os valores tradicionais têm uma influência duradoura sobre a sociedade indicando a relevância da cultura sobre sua performance política e econômica. Weber se destaca para a cultura política pois utiliza atitudes, sentimentos e valores como variáveis explicativas, de forma sofisticada e metodologicamente coerente (ALMOND, 1989).

¹³ São esses os subsistemas, os quais possuem funções primárias, os quais são: Social (função primária é a integração), Cultural (função primária é Manutenção de Padrão), Personalidade (função primária é Realização de Objetivo), Organismo comportamental (função primária é Adaptação).

Para Almond (1989), Weber é influente nas pesquisas em cultura política por, também, definir valores culturais como variáveis metodológicas. Uma vez que, o autor elenca quatro conceitos abstratos para constituir sua análise compreensiva, ação racional com relação a fins, ação com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional (WEBER, 1977). Assim, indica que os indivíduos sociais orientam suas ações pelas ações de outros, amparando a concepção culturalista de análise individual sobre ações coletivas.

Bobbio (1987) argumenta que Weber individualiza os tipos de poder a partir da postura dos governados, ou seja, a capacidade que os governantes e seus aparatos têm de obter obediência. O autor entende que o domínio está relacionado com a possibilidade de uma determinada vontade se sobrepor à outra. Embora o foco de Bobbio seja para a estrutura, o estado possui a dominação máxima por ser ele o responsável por manter a legalidade, mas tal poder e domínio origina-se nos valores da sociedade que o legitima. Isso porque, em um estado moderno, existe a predominância da dominação tipo racional-legal, em que os subjugados o aceitam por confiarem na existência de um aparato burocrático que os regulamente (WEBER, 2004).

2.1.5. Influências de outras áreas de pesquisa

A cultura política também é influenciada por outras áreas de pesquisa. Com relação a antropologia, alguns autores contribuíram para a estruturação de conceitos que dizem respeito a formação de uma cultura nacional. Assim, a Escola de Cultura e Personalidade, com origem em Edward Sapir, Franz Boas, Margaret Mead e Ruth Benedict defenderam uma abordagem de caráter particular da cultura, em que a estrutura da mente explicaria as regularidades culturais. A existência de culturas diferentes e a busca de sua compreensão, em como se transformam e se diferenciam, é um dos pressupostos desta vertente antropológica. Pressupõe-se que os costumes exercem influência sobre o cotidiano, as crenças e suas diversas manifestações (BENEDICT, 1969). Assim, tais contribuições podem dizer muito sobre a permanência e transformações dos regimes políticos (ALMOND, 1989).

Harold Lasswell (2009) [1941], por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento da cultura política ao debruçar-se sobre o funcionamento psicológico relacionado à política. O autor apresenta hipóteses embasadas na classificação de personalidades de diferentes papéis e atitudes políticas (ALMOND, 1987). Neste mesmo contexto, no

período após a Segunda Guerra Mundial, Adorno (2000) investiga sobre as origens de uma personalidade capaz de levar massas inteiras a assumir um comportamento autoritário. Segundo Anson (2009), Adorno defendia a relação entre motivação e ideologia, dando início a uma tradição das Ciências Sociais que entendia a ideologia conservadora como meios reconfortantes e enraizado no desejo de reduzir a insegurança dos indivíduos. Ambos autores, Lasswell e Adorno, possibilitaram compreender personalidades psicológicas relacionadas a comportamentos políticos, dentro de contextos nacionalizados.

Com relação aos estudos da psicologia, as pesquisas do *behaviorismo* proporcionaram elementos metodológicos importantes ao desenvolvimento da perspectiva individualista adotada na cultura política, pela qual desenvolve-se a máxima de que a partir da experiência dos indivíduos estes constroem seu conhecimento sobre o mundo (ALMOND, 1969). Locke (1978), nesse sentido, resgatou a metáfora aristotélica de que todos ao nascer são como folhas em branco, ou *tabula rasa*, prontas para serem preenchidas por ideias que são resultantes da experiência. Assim, com a interligação das experiências tem-se uma associação única para cada indivíduo. Tais premissas filosóficas conduziram o pensamento do século XIX e XX, constituindo-se como a base do *Behaviorismo*. Assim, as pesquisas desenvolvidas por Watson e Skinner trouxeram grandes contribuições a busca da compreensão de que a relação entre estímulos e respostas são as explicações para grande parte do comportamento humano (GOODWIN, 2010).

Entretanto, não bastou que fosse possível compreender as variáveis psicológicas, e saber identificar estes estímulos, foi preciso combinar tais técnicas com o desenvolvimento da análise estatística que proporcionariam instrumentos de amostragem. Assim, como consequência do aperfeiçoamento dos métodos quantitativos, foi possível medir padrões de interação demonstrando a relação entre as atitudes e as relações sociais e entre estruturas sociais e comportamentos políticos em nível de generalização (ALMOND, 1989). A utilização dos métodos de análise avançados desenvolvidos pela estatística permitiu construir inferências sobre padrões de comportamento, tais como aprimoramento dos métodos de amostragem, sofisticação das análises para além de técnicas descritivas, combinação da teoria social com técnicas bivariadas e multivariadas, composição de escalas e índices (ALMOND, 1989).

Nesse sentido, embora os estudos sobre cultura estivessem presentes desde a era clássica, estes permaneciam dentro de perspectivas normativas de análise, ou, mais recentemente, metodologicamente bem estruturados, mas presos a um viés individual de análise. Assim, no início do século XX as contribuições dos campos da sociologia, antropologia, psicologia e estatística foram fundamentais para permitir adaptações conceituais e metodológicas necessárias as primeiras pesquisas de cultura política. Tais contribuições mudaram os parâmetros de uma abordagem cultural sobre a política e desenvolveram a teoria da cultura política incorporada nessa tese como fundamental para compreender se existem processos de mudanças nas atitudes políticas relacionada aos jovens no contexto político, social e econômico do Brasil no início do século XXI. Principalmente pela importância que essas possíveis mudanças podem trazer a estabilidade do sistema político brasileiro e pela introdução de tecnologias de informação, no formato de redes sociais, que podem acelerar tais mudanças culturais.

2.2. The Civic Culture e a tradição da Cultura Política

A partir de 1960, os postulados da cultura política foram sistematizados pela primeira vez com o trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) no livro, *The Civic Culture* [1963], em que se buscava contribuir para compreensão do mundo político na formação do pós-guerra (ALMOND, 1989). Assim, os autores apresentaram o trabalho mais completo na defesa de que variáveis político-culturais e o processo de socialização explicam as estruturas e os processos políticos. O trabalho consistiu em um estudo comparado do comportamento dos cidadãos em cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México). A partir de então os estudos de cultura política se disseminaram, sendo direcionados para temas de pesquisas com relação aos padrões de socialização, motivação inconsciente e mecanismos psicológicos (ALMOND e VERBA, 1989).

A cultura política, portanto, consistiria em um conjunto de elementos subjetivos, que possuem uma configuração particular de padrões de orientações individuais em relação aos objetos políticos, partilhada por seus membros (ALMOND e VERBA, 1989). Os autores Almond e Verba (1965) argumentam que esta configuração sistemática das orientações seria partilhada pelos membros de uma mesma nação, o que caracteriza uma cultura política de caráter nacional. As orientações com relação ao sistema político são

divididas em três tipologias cognitiva, afetiva e avaliativa (ALMOND e VERBA, 1965). A primeira, orientação cognitiva, diz respeito aos conhecimentos e crenças sobre o sistema político, dos seus papéis, dos atores políticos históricos e de seus ditos papéis. A segunda, afetiva, considera os sentimentos sobre o sistema político, nos seus papéis, nas pessoas e nas suas realizações. Por fim, a terceira orientação, avaliativa, envolve os juízos e opiniões sobre os objetos políticos, uma combinação dos critérios de valor e das orientações cognitiva e afetiva.

A cultura política se constitui pela frequência das diferentes orientações e a ação pessoal das pessoas na política. Almond e Verba (1965) apontam que a combinação das orientações predominantes de um país com as dimensões da sua estrutura política, possibilitam a existência de categorias diferentes da cultura política para os países analisados por eles: paroquial, súdita, participativa, cívica. Tais categorias são tipologias de “tipos-puros” que podem ser encontradas sobre diversas combinações em um mesmo país. Sobre estas, a cultura paroquial consiste em orientações políticas atreladas fortemente a valores religiosos, uma vez que os papéis dos líderes políticos são um amálgama político, econômico e religioso (ALMOND e VERBA, 1963). Os indivíduos de países com a cultura do tipo paroquial não costumam ter expectativas nos seus sistemas políticos. A cultura política súdita, ou sujeita, apresenta orientações passivas, mesmo que este reconheça que existe uma organização administrativa complexa. Neste caso os autores argumentam que existe uma relação afetiva e normativa, mas não cognitiva, ou seja, reconhece as instituições políticas democráticas, mas sem legitimidade. Na cultura política participativa, os cidadãos estão orientados cognitivamente sobre o sistema político como um todo, não significando que estes o avaliem bem, mas possuem um papel ativo.

Os autores argumentam que a cultura cívica é a que possui cidadãos com orientações mais congruentes para o desenvolvimento e realização do sistema político democrático (ALMOND e VERBA, 1965). Este consiste em uma classificação otimizada da cultura política participativa. Na pesquisa realizada pelos autores, tal classificação só pode ser encontrada nos Estados Unidos e na Inglaterra. Isto porque esses países apresentavam uma maior congruência entre as atitudes e os comportamentos dos cidadãos, que possuíam maiores orientações participativas. Neste sentido, trata-se de um tipo de cultura na qual um cidadão está orientado a participar politicamente, mas o faz somente em momentos nos quais é convocado, uma combinação de elementos com

orientação paroquial e súdita. Isso porque certa apatia política é considerada necessária para o equilíbrio e estabilidade do sistema político. A participação política em uma cultura cívica tem sua relevância caso signifique a presença de um conjunto de atitudes que permita a consolidação das estruturas de mediação política e não sua constante contestação por parte da população.

Entretanto, a presença da cultura cívica levantou diversos apontamentos críticos sobre sua supervalorização dentro da perspectiva culturalista. Justamente porque a aplicação do conceito de cultura cívica passou a ser defendido como único requisito de constituição ou consolidação das Democracias (CASTRO e CAPISTRANO, 2008). Considerando que o surgimento da teoria da cultura política se dá em meio as consequências dos regimes autoritários posteriores a Segunda Guerra Mundial, o uso do conceito foi largamente utilizado para avaliar os regimes políticos, sendo desejável que houvesse uma resposta capaz de saciar os anseios políticos de uma geração ávida por democracia. Neste contexto, a explicação das mudanças nos regimes políticos deixa de lado hipóteses com enfoque nas mudanças sociais e econômicas. Sendo apenas alguns anos mais tarde, retomados por Inglehart (1971), em que o termo cultura cívica é desdobrado em uma abordagem pós-material, que considera as implicações econômicas e de origem religiosa, a despeito da participação política.

Sumariamente, os principais postulados da Cultura política dizem respeito a expectativa de continuidade das ações culturais, assim, 1) Ação orientada: os atores políticos respondem as situações políticas, mediante suas orientações, 2) Variabilidade de orientação: as ações podem variar mediante experiências, 3) Socialização política, as orientações são aprendidas por meio das agências de socialização política, 4) Aprendizado acumulado: orientações aprendidas serão incorporadas em futuras decisões (ECKSTEIN, 1988). Nesse sentido, o estado de permanência perpassa seus postulados, incorporando uma noção estática da continuidade dos regimes políticos. Assim, a presença de mudanças culturais pode se tornar um risco com fins não previsíveis pelos modelos estatísticos.

Por outro lado, Pye e Verba (1965) argumentam que a noção de cultura política pressupõe que as atitudes, sentimentos e congruências que informam e governam o comportamento político em qualquer sociedade não se constituem em combinações aleatórios, mas representam padrões correlacionados que se encaixam e se reforçam mutuamente. Mesmo considerando o caráter individual no processo de incorporação de

conhecimentos e sentimentos referentes à política, os autores defendem a possibilidade de realizar comparações entre diferentes sistemas políticos, isolando variáveis históricas, como o desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico¹⁴.

Em 1989, com a publicação do texto *The Civic Culture Revisited*, Almond responde as diversas críticas e reforça os pressupostos da cultura política, apontando principalmente para a contribuição das pesquisas de tipo *survey*, na compreensão da relação entre cultura e instituições políticas. O autor, sem saber, indicou que nas décadas seguintes seriam consolidadas pesquisas longitudinais ao redor do mundo, como *LatinoBarômetro*, *World Value Survey* e *Lapop* (Universidade de Vanderbilt). Da mesma forma, reforçou a relevância do conceito de socialização política no processo de formação cultural, em que a formação das atitudes com relação as instituições políticas seriam responsáveis por viabilizar estabilidades aos sistemas políticos. Nesse ponto, entretanto, reforça, mais uma vez o perfil estático do qual a cultura seria responsável por manter o sistema político, e não incorpora variáveis econômicas que podem vir a transformar os processos políticos.

Almond (1989) argumenta que a cultura política não deveria ser considerada por si só uma teoria, mas sim a referência de um conjunto de variáveis que poderiam vir a contribuir para a formação de teorias. Desta forma o autor salienta que o mais importante é o poder exploratório destas variáveis combinadas a metodologias quantitativas, que permitiam o teste de hipóteses. Isso porque um dos principais objetivos na década de 1960 era possibilitar previsões para o comportamento humano. E nesse caso, comportamentos que se mantivessem os mesmos ao longo dos anos significariam na permanência estrutural de seus respectivos sistemas. Alguns fatores externos, poderiam ser os únicos capazes de interromper tal estabilidade, embora os autores não aprofundem nessa temática, sugerem que seja o caso de graves crises financeiras ou de guerras. Contudo nesse trabalho problematiza-se que isso também pode ocorrer quando jovens utilizam as redes sociais.

Embora os estudos de cultura política tenham otimizados metodologias adequadas para a compreensão dos elementos psicológicos e culturais, já debatidos pela antropologia, a cultura política, nas décadas de 1970 e 1980, passa a contar com diversos ataques, tanto por um viés liberal, quanto por outro marxista (RENNÓ, 1998). Tais previsões alimentaram as críticas com relação a coerência da perspectiva Culturalista, já

¹⁴ A perspectiva comparativa já havia sido detalhada em trabalho anterior por Almond (1956).

que a teoria da Escolha Racional confrontava diretamente os seus pressupostos (CHAI, 1997). Adotando os pressupostos da microeconomia, a Escolha racional assumia que os indivíduos fariam suas escolhas por meio de mecanismos internos invariáveis, buscando maximizar seus objetivos (FEREJOHN e PASQUINO, 2001). Já a perspectiva cultural defende que outras variáveis são relevantes para o comportamento dos indivíduos. Embora nos últimos anos Putnam (2002) acuse que o bem coletivo esteja se degradando no contexto da modernidade e de transformação da sociedade individualista, Inglehart (2009) enfoca que o processo de individualização, atrelado ao de modernização, não significa em escolhas racionalizadas e individuais, mas na transferência de valores que garantam a individualidade do ser humano, com características pouco atreladas ao pensamento social dominante.

Por outro lado, críticas oriundas da esquerda, apresentavam argumentos de que na perspectiva culturalista havia uma maior importância dos aspectos materiais sobre as atitudes e os valores (RENNÓ, 1998). Almond (1989), por sua vez, argumenta que mesmo em sociedades comunistas, pesquisadores estavam identificando dimensões atitudinais de dimensões comportamentais para justificar a permanência de valores conservadores utilizando o viés da cultura política. Desta forma reforçava a característica estrutural da perspectiva culturalista, pela qual, são constituídos no processo de socialização política. Ou seja, uma vez que as mudanças culturais dessas sociedades ocorreriam lentamente, os autores culturais possuíam subsídios para incorporar uma perspectiva estática ao comportamento dos cidadãos, mesmo após a passagem de diferentes gerações. Entretanto, mais uma vez, tais pesquisas são realizadas sobre um contexto de formação atitudinal dos indivíduos jovens que não possuía as dimensões de interconexão de informações como as que ocorre no final do século XXI, com a utilização pelos jovens de redes sociais.

Almond (1989) aponta, dentre todas as críticas, que a principal é a de que a cultura política defenderia uma direção causal entre a cultura e a estrutura, na qual a cultura produz a estrutura. Contudo, o autor argumenta que tal relação não foi apresentada no livro *The Civic Culture*, uma vez que ambas variáveis são tratadas como variáveis independente e dependente, numa relação de correspondência, em que ambas causam mutuamente. Neste sentido o autor sustenta que “The Civic Culture was one of the

earliest studies to stress the importance of adult political socialization and experiences and to demonstrate the relative weakness of childhood socialization¹⁵” (1989, p. 29).

Assim, a tradição culturalista na Ciência Política recebeu contribuições de diversos pesquisadores (ALMOND e VERBA, 1965; ALMOND e POWELL, 1972, PYE e VERBA, 1965, DALTON, 2008; NORRIS, 2009 e 2002), que atuam sistematicamente para o desdobramento de conceitos e análises longitudinais de países, relacionando os sistemas de valores culturais com os sistemas políticos. Da mesma forma em que deixou em aberto que as mudanças na cultura política precisam ser exploradas a fim de melhor compreender de que forma esse processo ocorre no contexto de modificações econômicas vividas e de alterações em valores individualistas das sociedades atuais.

2.2.1. *Variáveis culturais*

As variáveis culturais a serem analisadas nesse trabalho são resultantes da operacionalização de conceitos difundidos pela Psicologia behaviorista norte-americana, e por meio dessa difusão é possível compreender aspectos de congruência entre a cultura política e as estruturas dos sistemas políticos. Para isso, resgata-se os aspectos dessa psicologia relacionada a alguns desses conceitos que incorporam a própria formulação da cultura política. Nessa seção, são apresentados os conceitos de atitudes e comportamentos políticos, participação política e estudantil, sofisticação e eficácia política, capital social, comunitário e virtual e valores democráticos, bem como as formas pelas quais tais conceitos foram operacionalizados no instrumento de coleta dos dados, o questionário.

É preciso ressaltar que o Behaviorismo surge nos Estados Unidos com as pesquisas iniciadas por J. B. Watson, e mais tarde aperfeiçoadas por B. F. Skinner (HOMANS, 1996). A concepção fundamental era analisar os atos humanos, que podiam ser observáveis, uma psicologia do comportamento, e não a consciência e os estados mentais, como já fazia a Psicologia Cognitiva (WATSON, 1913). A Psicologia Behaviorista passa a desenvolver uma análise experimental e configura a sentença de que os comportamentos humanos são entendidos como o resultado de estímulos, indicando proposições importantes para seu desenvolvimento (HOMANS, 1996). A primeira proposição observada por Homans (1996) determina o sucesso, em que a Lei do Afeto

¹⁵ *The Civic Culture* foi um dos primeiros estudos a salientar a importância da socialização e das experiências políticas dos adultos e a demonstrar a relativa fraqueza da socialização infantil (grifos nossos).

garante que um ato, ao ser seguido de recompensa, será provavelmente repetido. A segunda, o estímulo, destaca que uma ação recompensada anteriormente provavelmente será repetida, e com o tempo, o estímulo pode vir a se tornar a recompensa em si. A terceira, o valor, na qual a Lei da Adequação afirma que as recompensas podem ter diferentes valores, os sujeitos escolhem uma ação com base na frequência em que ganham a recompensa, e, também, no valor que a recompensa em si possui, já que podem ter aversão ao risco que essa acarreta.

Considerando tais preposições do Behaviorismo aplicadas a perspectiva da sociologia funcionalista, Homans (1996) discorre que uma função (conceito sociológico) pode ser entendida como uma recompensa (conceito do behaviorismo), ou seja, ações boas tenderiam a serem repetidas pelos indivíduos. Segundo o autor, essa combinação das duas vertentes, sociológica e psicológica, visa sanar as lacunas explicativas de ambas perspectivas. Isso porque os pressupostos behavioristas seriam capazes de indicar as respostas e as hipóteses que nem sempre são evidentes às ciências sociais. A perspectiva culturalista recupera dos princípios behavioristas as prerrogativas necessárias a construção dos instrumentos que permitiram testar a hipótese dessa tese.

2.2.1.1. Atitudes políticas

As atitudes e os comportamentos políticos constituem-se a matriz estrutural das análises da cultura política. Neste sentido, resgata-se o termo **atitude**, originalmente criado na psicologia, para definir as “predisposições adquiridas e relativamente duradouras para responder de um modo coerente a uma categoria de objetos, conceitos ou pessoas, [...] são absorvidas daqueles que nos cercam, sem que estejamos cômicos deste fato” (CABRAL e NICK, p. 34, 1996). O conceito possui variações de definição, principalmente decorrentes do avanço metodológico dentro da própria psicologia.

As primeiras tentativas de mensurar o conceito de atitude remonta a 1928, quando os cientistas buscavam encontrar os fatores conscientes e inconscientes (GREENWALD, BANAJI, 1995). Em uma segunda etapa de investigações, surgem duas vertentes que buscam entender e verificar a formação de atitudes. Entre elas, a teoria behaviorista determina que a aprendizagem possibilita a mudança de atitude e é capaz de captar a divulgação dos seus componentes conscientes e inconscientes através de pesquisa e mensuração. A outra perspectiva, alemã, apresenta os componentes mentais somados aos

processos complexos como resultantes de um alinhamento mental, assim era possível alcançar a coerência afetiva.

A partir de então, outras vertentes teóricas passam a debater sobre o tema encontrando desenvolvimento aquém do campo da psicologia, a teoria da dissonância cognitiva, a teoria da ação racional, a elaboração da probabilidade e por fim, um modelo que possibilitava a mudança de atitude, a teoria heurística sistemática (GREENWALD, BANAJI, 1995). O behaviorismo, entretanto, possibilitou os pressupostos experimentais adequados a mensuração das atitudes.

Consequentemente, um passo importante foi identificar tipos de atitudes e suas manifestações, que pudessem ser verificadas junto aos indivíduos pelos pesquisadores. As pessoas possuem, portanto, diferentes graus de acesso as suas próprias atitudes, as quais se apresentam por meio de quatro funções, função utilitarista, de conhecimento, defensiva (ego) e expressiva (valor), cada qual relacionada com uma intenção para com o possuidor da atitude (KATZ, 1960). Diferentes testes foram desenvolvidos ao longo do último século de pesquisas sobre o tema. O ponto mais difícil tem sido alcançar aquela atitude que é desconhecida até mesmo para o entrevistado. Contudo, é possível realizar avaliações formais, nos quais são exigidas respostas espontâneas, em que se pode avaliar se “algo” é bom ou ruim, a fim de avaliar a força da atitude. Outro meio é a partir de testes de associação implícita, onde se estima a força de associação entre conceitos e atributos.

Com relação a origem das atitudes, estas podem ser adquiridas a partir da interação com outras pessoas, inclusive com base nas preferências apresentadas e criadas pela comunicação da internet. Pelo processo de condicionamento clássico, originárias por Pavlov, em que um objeto inicialmente neutro pode receber preferências, por meio da associação de atributos, como por exemplo preferências para o medo. Segundo alguns autores (KRAUS, 1995), a relação atitudes-comportamentos pode ser verificada pelas primeiras predizerem as segundas, se houver uma mensuração adequada. Neste caso há um grande esforço entre os pesquisadores de Cultura Política em realizar pesquisas que mensurem as atitudes políticas, por meio de *surveys*. Esta experiência tem proporcionado avanços metodológicos e a incorporação de técnicas estatísticas avançadas. Neste caso, por ser extremamente complicado fazer medições das atitudes políticas, as pesquisas medem, principalmente, o comportamento político dos entrevistados. Apesar de receberem críticas, tais técnicas continuam sendo defendidas como o melhor método para a mensuração, pois proporcionam, a possibilidade de generalização (NORRIS, 2009).

Com relação à formação de atitudes políticas, os autores Jean Meynaud e Alain Lancelot (1964) ressaltam que estas são formadas com base nas experiências políticas. Embora a influência dessas experiências costuma variar de país para país, os autores definem que estas podem ser com relação a experiência pessoal dos indivíduos com autoridades e entre eles, experiência com os valores definidos e na resolução de problemas políticos. Atores que foram vítimas de governos autoritários e guerras tendem a apresentar posições conservadoras, estas experiências são transmitidas produzindo solidariedades ou desconfianças na sociedade. Configurando-se um eco dessas velhas questões sobre as novas gerações. Assim, a trajetória política dos países reflete sobre as atitudes dos seus cidadãos, principalmente se estas estão combinadas a condições econômicas que afetam as sociedades como um todo.

Com relação as experiências sociais, estas referem-se aos grupos sociais, família, classes sociais, igreja; aos interesses econômicos, renda, profissão e local de residência; referem-se aos grupos de interesse do seu ambiente. As experiências marcam uma consciência coletiva, capaz de identificar o próprio indivíduo dentro do seu contexto social (MEYNAUD e LANCELOT, 1964). Nesse sentido os autores sugerem que seja possível identificar a formação de uma consciência coletiva relacionada as classes sociais, em que as atitudes políticas são compartilhadas formando uma consciência de classes sociais. Os autores, defendem que as experiências também podem ser influenciadas por características biológicas como idade, sexo, mecanismos de regulação da saúde, influências de caráter. Assim, a idade torna-se importante nas análises, pois a fase da juventude tende a caracterizar-se pela adolescência e puberdade. O autor sugere que em países subdesenvolvidos os jovens experimentam valores mais nacionais, enquanto em países desenvolvidos os valores privados são mais influentes sobre os jovens. Assim, as predisposições com relação à política desenvolvem-se dentro de uma comunidade e podem ser retransmitidas para seus filhos por meio da Socialização Política (ALMOND e VERBA, 1965).

As atitudes dos jovens são relacionadas a diversos elementos da cultura política, entre eles, predisposições dos jovens em participar ou se envolver com as estruturas políticas. Ou em sentido semelhante a envolverem-se com os regimes políticos e a apoiarem as democracias, uma vez que os sentimentos da sociedade são articulados em prol de uma estrutura política. Easton (1968) argumenta que o apoio e o reconhecimento da população são necessários para que a democracia se consolide. Assim, se torna

fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estarem em um regime democrático e apoiá-lo como sistema político para que esse se aperfeiçoe. Os valores democráticos são responsáveis por caracterizar o quanto uma sociedade apoia e se identifica com as instituições democráticas.

Inglehart (2009) sistematiza os valores culturais que modelam a matriz cultural das sociedades, com base no desenvolvimento econômico das sociedades, e podem trazer respostas a estabilidade de governos democráticos. O autor argumenta que sociedades pós-industriais apresentam mudanças de valores importantes nas sociedades, dos quais valorizam a autonomia humana e dá nova forma a sexualidade, religião, família, trabalho, natureza, participação política, entre outros. Para isso o autor sistematiza os conceitos de valores tradicionais e valores seculares nacionais, valores de sobrevivência e valores de autoexpressão. Inglehart (2009) define que em sociedades que possuem valores de autoexpressão e autonomia torna-se cada vez mais inevitável a democratização. Embora, ele também admita que existe uma permanência das tradições, que marcam de forma duradoura as comunidades, e a relação entre essa e as mudanças socioeconômicas, essas duas forças têm dado novas formas a humanidade.

Os valores dos cidadãos democráticos, são formados ao longo de toda vida, entretanto a estrutura desses valores se constitui ainda na infância do indivíduo, através da autonomia dada a ele em um ambiente com princípios democráticos ou autoritários (INGLEHART, 1971). Almond e Verba (1965) referiram-se à importância da confiança dos cidadãos democráticos com relação aos governos, pois essa atitude contribuiria para a legitimidade e autonomia desses para governar. Portanto, um Estado que não conta com a confiança dos cidadãos não seria legítimo e eficiente. Considera-se que os elementos fundamentais no processo de construção de uma sociedade democrática se referem a obtenção de valores e princípios, e a importância dada a estes, na formação de cidadãos.

Embora diversos indicadores podem ser utilizados para mensurar as atitudes políticas, as consideradas nessa tese são o interesse, as opiniões e predisposições com relação à política, seus atores e instituições, dos quais geram sentimentos referentes a uma predisposição de resposta política, passível de ser definida coletivamente¹⁶.

Outro sinalizador da cultura política relevante para essa tese é o comportamento político dos indivíduos, os quais derivam das suas atitudes políticas. Esta discriminação

¹⁶ Para ver de que forma tais conceitos foram operacionalizados no questionário utilizado para desenvolver essa tese, ver no apêndice 8.4.

entre atitudes e comportamento é necessária, pois possibilitou identificar as mudanças na cultura e na estrutura política (ALMOND, 1990). Tal questão perpassa a contraposição interpretativa da tradição clássica institucional norte americana, nos meados do século XX, cujo objetivo era estudar os aparatos jurídicos formais. Os comportamentalistas consideram que a performance do comportamento humano é o que produz o fenômeno político (BOBBIO *et all*, 1991).

As alterações introduzidas pela perspectiva comportamental marcam o objeto e o método de estudo da Ciência Política, preocupando-se em observar as ações humanas e, conseqüentemente, buscando técnicas que possibilitavam a sua generalização (JAROS e GRANT, 1974). Medir o comportamento político em grande medida consiste na aplicação de pesquisas com metodologia quantitativa, considerando na análise as predisposições dos cidadãos para agir politicamente (PISANI, PEREIRA e RIZZON, 1994). O comportamento político, portanto, é o resultado das predisposições dos indivíduos, suas atitudes políticas, mas combinados a outros fatores, que podem ser alterados conforme as normas sociais, expectativas das pessoas com relação a conseqüências, hábitos e outras atitudes. Assim, considera-se aqui os conceitos de participação política e participação estudantil.

2.2.1.2. Participação Política e Estudantil

A mudança no foco da análise política considera a força de envolvimento dos cidadãos com a política. Fenômeno que emerge da constituição do Estado de Soberania Popular, decorrente da revolução industrial e do surgimento da burguesia na Europa ocidental. Avelar (2004) argumenta que o processo de incorporação da burguesia como classe dominante e, mais tarde, da classe trabalhadora foi lento e gradual, carregado de alianças políticas. A busca por igualdade, primeiro, envolveu a conquista do sufrágio universal, para, relativamente, mais tarde as coletividades populares se organizarem em prol da luta contra as desigualdades. Já nos Estados Unidos, por ser formado por estados federados permitiu-se (e desejou-se) a participação através do clientelismo e do favoritismo, com a utilização do empresariado político (AVELAR, 2004). No Brasil, entretanto, apenas em meados do século XX, houve o desenvolvimento de indústrias, consolidando o processo de urbanização, fomentando o surgimento das organizações sindicais e das comunidades eclesiais de base, em prol da luta por melhores condições de

trabalho e pela crescente desigualdade social (AVELAR, 2004). O espaço político amadureceu durante o Regime Militar com os movimentos de esquerda contestando a política da Elite brasileira.

Neste contexto histórico, o envolvimento do cidadão com a política, tem sido retratado pelo conceito de participação política, o qual é debatido em quatro modelos de análise (AVELAR, 2004): (1) O *modelo de consciência de classe* presume uma educação política para superar as condições anteriores, e com o exercício da participação aumenta sua conscientização; (2) O modelo proposto pela *escolha racional* defende que a participação será racionalizada, considerando um cálculo de custo-benefício, sem prever o envolvimento de relações afetivas; (3) Já o modelo de *identidade* parte de que a construção de redes de solidariedade gera reconhecimento de grupo; que desenvolve a autoconfiança individual (proveniente da amizade), o respeito mútuo e a busca pelo aumento da autoestima individual; (4) Por fim, o *modelo da centralidade*, adotado aqui, pressupõe que quanto mais central for a posição do indivíduo social, maior será a sua participação, ou seja, quanto mais o indivíduo possuir os recursos materiais e simbólicos terá confiança para mudar as condições adversas. Sem dinheiro, sem status, sem consciência de direitos não há confiança em sua autoimagem, o que o leva a se inibir da participação.

O modelo da centralidade, foi primeiramente debatido por Milbrath (1965), e compreendia a participação política como uma posição social em um *continuum* de modalidades de participações, ou ainda, de níveis de disposição a fim de utilizar os recursos que possui em concordância com sua eficácia política. Assim, os indivíduos eram posicionados em uma escala de engajamento político, que crescia em complexidade, na medida em que se aproximava de um nível ativista. As pesquisas nesse período estavam focadas em retratar o envolvimento eleitoral dos cidadãos, como medida para compreensão do engajamento destes nas decisões do governo (BORBA, 2012).

Ao longo dos anos, a bibliografia sobre participação política tem se aperfeiçoado na busca de formas para mensurar as predisposições participativas dos cidadãos. No decorrer do século XX, pesquisas (NORRIS, 2002; PUTNAM, 2000; INGLEHART, 2009) verificaram o baixo envolvimento de cidadãos na política convencional, uma das hipóteses levantadas é a crescente deslegitimação dos processos formais no contexto das democracias ocidentais. Considerando que a participação política convencional considera aspectos formais de mobilização de interesses e regulamentações legais dos

sistemas políticos para promover a participação dos cidadãos, ao longo dos anos, verificase que outros meios não legais, passaram a ser legitimados pela população para tornar público os seus interesses políticos. São modalidades de reivindicações políticas não convencionais que contrapõe os sistemas políticos, agindo na marginalidade dos mecanismos formais.

Barnes e Kaase (1979) indicaram que a participação política poderia ser considerada como ações ocorrendo em duas modalidades, convencional e não-convencional. A primeira, de característica procedimental, compreende o comparecimento às urnas e à comunicação do eleitor com seu representante no parlamento, bem como a filiação partidária. A segunda engloba participações através de passeatas, boicotes, ocupação de instalações físicas e abaixo-assinados, não legitimadas pelo regimento democrático. Outra subdivisão semelhante, foi adotada por Norris (2002), em que considera a participação política não-institucional pela participação em abaixo-assinados, denúncias e fiscalização do governo, mobilizações e campanhas político-partidárias. Já com relação aos meios convencionais de participação política, está a participação em grupos de interesses, os partidos políticos e a participação direta, por meio de voto nas eleições.

Pippa Norris (2002) argumenta que o fato de a participação política estar em declínio no mundo todo, não deve ser motivo para alarme. A diminuição da participação em vias tradicionais, como partidos políticos e associações cívicas, contudo, tem sido equilibrada pelo aumento da escolaridade e do desenvolvimento humano. Dessa forma a autora atenta para mudanças e reconfigurações na forma de participação, por vias não tradicionais, como ativismo pela internet, aumento de movimentos sociais e, principalmente, pela onda de mobilizações políticas. Da mesma forma, Inglehart (2009) aponta que sociedades pós-industriais, ao apresentarem mudanças de valores tendem a se envolver politicamente em ações que não precisam manter laços pessoais, mas atuarem virtualmente.

Considerando o contexto dos jovens estudantes, incorporou-se um segundo conceito a respeito da participação política, mas que considera sua atuação dentro da escola, a participação estudantil. Os jovens têm sido protagonistas de diversas ações mobilizadas em diferentes países, e em diferentes contextos históricos, seja contrário a um sistema autoritário, seja reivindicando melhores condições de estudo e de vida. Tal característica tem sido explorada pelo senso comum que enxerga o jovem como possuidor

de comportamentos de coragem e de indignação. No Brasil, historicamente, as organizações estudantis têm se feito presentes ao longo da história, mas nem sempre de forma institucionalizada (MARTINS FILHO, 1987). Somente com a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937 ou 1938, que se marca o princípio dos movimentos sociais protagonizados pelos jovens estudantes brasileiros, embora não signifique o princípio das manifestações estudantis brasileiras.

Já na década de 1960, os jovens foram os grandes protagonistas de levantes políticos ao redor do mundo, consolidando a visão generalizada do perfil contestatório dos jovens. Poerner (1979) argumenta que, ao contrário dos movimentos anarquistas que vinham ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil os jovens possuíam maturidade política e eram movidos por uma forte decepção de como o Brasil vinha sido conduzido, e um forte entusiasmo por governá-lo de outra forma no futuro. Tais características acentuaram-se no período militar brasileiro, pelos quais foram presos grande parte dos líderes estudantis e o movimento estudantil passou a utilizar-se da luta armada (JUNIOR, 1981). Já nos anos 1990, com a redemocratização, houve um aumento significativo de entidades estudantis. Ainda que haja uma grande dificuldade dos acadêmicos em caracterizar tais movimentos (BRINGEL, 2009) defende-se que a maioria das lutas possui objetivos específicos e ocorrem em curto prazo. Entretanto, grande parte das mobilizações estudantis brasileiras são circunscritas a níveis universitários, poucos estudos têm focalizado sobre o engajamento dos estudantes secundaristas.

Nesse sentido, desde os movimentos de junho de 2013, é possível identificar novos elementos junto as organizações estudantis. O perfil dos participantes que estiveram nos protestos de junho de 2013, no Brasil, em pesquisa realizada pelo Ibope no dia 20 de junho de 2013 registra-se que estes eram compostos, em sua maioria, por jovens estudantes universitários trabalhadores de classe média (GOHN, 2014). Esses manifestantes relataram que utilizavam os sites das redes sociais para informarem-se sobre os locais e os horários dos protestos, sendo que 75% deles utilizaram essas ferramentas para convocarem outras pessoas a participação. Segundo dados avaliados por Gohn (2014), dentre esses jovens 46% ali estavam pela primeira vez e experimentavam o seu batismo de participação na política. A onda de protestos de 2013, como ficou conhecida, foi organizada e convocada por meio de redes sociais, tendo como foco um grande público, não inserido nos modelos tradicionais e institucionais de mobilização política estudantil.

Posteriormente, em 2015 e 2016 houve ocupações de escolas em todo o Brasil, pelos quais os jovens estudantes secundaristas pautavam suas próprias reivindicações políticas. Entre as mobilizações de junho de 2013 e essas ocupações, estão presentes algumas continuidades, pelas quais se destacam a organização autônoma da juventude (PIOLLI *et all*, 2016). Campos *et all* (2016) destacou que as ocupações secundaristas nas escolas paulistas de 2015 foram a resposta dos estudantes que desaprovaram mudanças no sistema de matrículas e o fechamento de escolas. Mais de 200 escolas foram ocupadas nos meses de novembro e dezembro (ROMANCINI e CASTILHO, 2017) cujas organizações ocorreram por meio dos grupos de WhatsApp que os estudantes combinaram e organizaram as ocupações de suas próprias escolas. Em 2016, escolas secundaristas do Paraná também foram ocupadas, inicialmente a pauta era a merenda escolar, mas amplificou-se pela busca de respostas a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241, que propunha o congelamento de gastos públicos por 20 anos (MARTINS, 2018). No Rio Grande do Sul, de maio a julho de 2016 cerca de 150 escolas também foram ocupadas considerando projetos de leis estaduais nocivos aos estudantes (SEVERO e SEGUNDO, 2017). As ocupações ocorreram ainda nos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Ceará, entre outros, pelos quais as pautas eram diversas, solidários à greve de professores estaduais, ou contrários ao controle ideológico nas escolas, entre outros temas (MORAES e XIMENES, 2016).

Entretanto, segundo Moraes e Ximenes (2016) cada escola apresentava dinâmicas políticas próprias, embora os alunos tenham recebido apoio e solidariedade de diferentes grupos políticos se mantiveram autônomos ao longo de todo o processo de mobilização. De qualquer forma pode-se identificar que a utilização da Internet e das redes sociais foram fundamentais para a execução de tais manifestações. Os autores Romancini e Castilho (2017) utilizavam páginas no Facebook para, principalmente, mobilizarem-se, denunciar a mídia tradicional como não confiável e retratar o cotidiano das ocupações. Os autores também simbolizaram tais ocupações a partir da frase de um dos entrevistados, em que os jovens ao decidirem participarem das manifestações políticas pesquisavam no Google “o que levar em uma manifestação política”.

Assim, incorporou-se na pesquisa variáveis que quantificassem além da participação política, em instituições políticas ou organizações individuais, variáveis que

resgatavam a mobilização estudantil dos jovens vinculado ao contexto secundarista e das redes sociais¹⁷.

2.2.1.3. Sofisticação e Eficácia política

A grande diversidade de comportamentos políticos dentro de um mesmo país, seja ele democrático ou autoritário, proporcionou que desde os princípios das análises de Cultura Política fossem criadas proposições e classificações a respeito dessa pluralidade de relações com a política. O uso de terminologias que permitissem avaliar as diferentes secções na opinião pública em uma mesma cultura política contribuiu para uma avaliação menos pessimista sobre atitudes não cívicas da maioria dos cidadãos de países democráticos. Converse (1964) introduz o conceito de **sofisticação política**, cujo tema central está na discussão sobre o comportamento político dos cidadãos, a fim de avaliar as diferentes secções na opinião pública em uma mesma cultura política, contribuindo para a compreensão menos pessimista sobre as atitudes cívica da maioria dos cidadãos.

Primeiro foram as teorias da Estratificação da Opinião Pública, do Pluralismo da Opinião Pública e da Emergência de um novo eleitor a partir dos anos 1960 (SCHIMDT, 2001). Tais teorias apresentaram a categorização do eleitorado em níveis diversos que possibilitavam a compreensão de seu comportamento, e a própria predição desse comportamento, uma vez que era possível identificar os comportamentos passados e definir os padrões de atitudes de cada categoria.

Neuman (1986) propõe que sejam utilizadas três dimensões básicas nas análises de sofisticação política: Saliência Política (interesse, preocupação e atenção com relação à política), Conhecimento Político (familiaridade com conceitos, instituições, personagens e eventos políticos) e Conceptualização Política (organização cognitiva sobre os conceitos abstratos nas avaliações de questões políticas). Utilizando essas categorias o autor estabelece a tipologia dos três públicos a respeito do eleitorado norte-americano, uma vez que suas análises permitem a elaboração de índices estatísticos sobre a sofisticação política desse eleitorado. Assim, temos o público de massas (75% do eleitorado), que dispõe de pouca proximidade com a política, os desinteressados e desatentos com a política (20%), e os ativistas políticos que possuem um alto

¹⁷ Para ver de que forma tais conceitos foram operacionalizados no questionário utilizado para desenvolver essa tese, ver no apêndice 8.4.

envolvimento com a política. Assim, quanto o maior nível de sofisticação política, maior a propensão à participação da política.

A sofisticação política é construída com base na própria consolidação e estruturação da mídia de massas. Segundo Neuman (1986), não se pode criar expectativas ideais de como a mídia poderia ser um instrumento para educar e informar o público, pois ela já está fazendo o máximo que pode. O autor defende essa ideia pois a mídia torna-se a única maneira de sustentar um regime político em uma nação-estado complexa. Dessa forma o autor apresenta o papel fundamental da mídia à construção de um bloco homogêneo de opinião pública, contribuindo para a construção da sofisticação política dos cidadãos. O “paradoxo da política de massa” é, assim, desejado, a fim de possibilitar que o próprio sistema permaneça estável.

Luskin (1987) indica que a medida mais adequada para captar a capacidade do indivíduo de integrar os conceitos políticos mais adequada é utilizar seu conhecimento com relação a informações políticas factuais. Delli Carpini e Keeter (1996), em concordância com esses autores, argumentam que o conhecimento político se refere ao conjunto de informações políticas factuais associado a memória de longo prazo.

Assim, nessa tese, o conceito de sofisticação política avalia as diferentes secções na opinião pública em uma mesma cultura política, a fim de compreender as atitudes cívicas da maioria dos cidadãos, considerando sua Saliência Política (interesse, preocupação e atenção com relação à política), Conhecimento Político (familiaridade com conceitos, instituições, personagens e eventos políticos) e Conceptualização Política (organização cognitiva sobre os conceitos abstratos nas avaliações de questões políticas)¹⁸.

2.2.1.4. Capital Social e Virtual

O **Capital Social** tem-se apresentado como uma possível solução para o aperfeiçoamento democrático (PUTNAM, 1996; INGLEHART, 2009). Derivado de uma perspectiva comunitarista, pesquisas referentes a este conceito tem se multiplicado desde a publicação dos estudos de Putnam. O autor foi um dos primeiros a apresentar o capital social relacionado às instituições políticas (MONASTERIO, 2006). Putnam analisa a

¹⁸ Para ver de que forma tais conceitos foram operacionalizados no questionário utilizado para desenvolver essa tese, ver no apêndice 8.4.

relevância do capital social com relação à ação coletiva no desempenho das instituições políticas, e conseqüentemente ao funcionamento da Democracia.

Existem duas perspectivas derivadas do conceito de Capital Social. A primeira é individual, e diz respeito a um capital social cuja estratégia é individual, condizente a um instrumento cujo uso é para o bem somente do ator social (BOURDIEU, 1983). Assim, o capital social de cada indivíduo significa na existência de uma rede de solidariedade, que tem como fim o lucro individual que tal rede proporciona, contribuindo, conseqüentemente, para a formação de outros capitais, cultural e econômico. A segunda perspectiva é sistêmica, pois destaca em sua análise o grupo, esse responsável pelo estabelecimento de normas e valores para benefício do próprio grupo. O capital social possui finalidades coletivas e se caracteriza pela capacidade de os indivíduos trabalharem em conjunto em grupos e organizações para consecução de objetivos comuns (COLEMAN, 1988). Assim, através de estruturas estabelecidas em rede, as informações podem ser repassadas entre os membros gerando uma interconexão de informações de interesse da própria comunidade.

Putnam (1996) parte da perspectiva sistêmica ao realizar uma análise longitudinal enfocando as reformas políticas italianas dos anos 1970, a fim de descentralizar o poder no país. A região norte da Itália apresentou uma capacidade de organização na busca de causas comuns maior do que entre os moradores do sul. Isso porque na região norte, havia uma trajetória histórica de cooperação, com tradições cívicas estáveis e com avaliação de um governo eficaz e responsável. O capital social constituía-se fundamental para melhorar o desempenho institucional, na medida em que contribui para o desenvolvimento de uma comunidade cívica com cidadãos com atitudes responsivas para com as instituições políticas.

Portanto, Putnam (1996) argumenta que o capital social diz respeito a características organizativas, nas quais permeiam valores de confiança, normas e sistemas sociais que contribuem na eficiência da sociedade ao possibilitar ações coordenadas. A presença de capital social, em uma comunidade, busca minimizar os dilemas da ação coletiva, proporcionando a existência de recursos sociais que são capazes de superar a falta de cooperação. O autor defende que a presença de estoques elevados de capital social irá inibir a deserção de um ator e o oportunismo nas relações de cooperação. Os laços de confiança entre a população sustentam as associações voluntárias, pois envolve todos os cidadãos de forma recíproca e generalizada, embasados por uma confiança mútua. Dessa

forma, a presença de capital social proporciona relações sociais mais horizontais, inibindo, assim, as tradicionais relações clientelísticas e oportunistas que tradicionalmente envolvem as relações de poder.

Putnam (2000) em pesquisas mais recentes nos Estados Unidos avalia que os estoques de capital social diminuíram no decorrer da segunda metade do século XX. Isso porque o autor constatou uma baixa adesão dos cidadãos em associações comunitárias, combinadas a um elevado envolvimento em ações individuais. Neste sentido, organizações de pais e mestres e associações escolares possuíam uma forma relevante de socializar os jovens para a transmissão do senso coletivo por meio da socialização política.

Considerando, entretanto, as particularidades do capital social no contexto de formação da Internet, entende-se como relevante propor um novo conceito, considerando as dimensões do capital social refletido em esferas virtuais de comunicação. Assim, são incorporados aos sentidos comunitários do capital social a capacidade virtual de construção de mobilização, propondo-se o seguinte conceito de *Capital Social Virtual*: Sentimento de pertencimento comunitário combinado a capacidade de mobilização dos cidadãos utilizando as ferramentas das redes sociais.

Assim, realizou-se a operacionalização dos conceitos referentes aos componentes do capital social e acrescentando variáveis que caracterizam também o capital social virtual, conforme o quadro a seguir.

2.3. Socialização Política

A fim de compreender a formação das atitudes dos jovens brasileiros, e a possível interferência do contexto econômico e da utilização das novas mídias, torna-se necessário destacar o conceito de socialização Política. Isso porque este engloba a forma pela qual os valores e as atitudes políticas de uma sociedade são transmitidos e aprendidos de uma geração a outra. Tocqueville (2005) argumenta que é durante o processo de educação que a criança, ao ser assistida pelos pais, incorpora hábitos e valores da sociedade norte-americana. O autor destaca a importância do aprendizado cívico desde a infância e a influência da família na construção de valores, sentimentos e atitudes políticas. Embora, desde a antiguidade tenha-se registro da importância da educação para a formação social,

Tocqueville introduz que a transmissão de valores comunitários e políticos entre uma geração e a seguinte é relevante para permanência dos processos democráticos.

Embora Tocqueville tenha tido tais observações, foi dentro da sociologia e da psicologia, no final do século XIX e princípios do século XX, que se desenvolveram contribuições valiosas para a compreensão do aprendizado cívico. Com relação à teoria social, permitiu realizar uma avaliação sistêmica da internalização de funções sociais combinadas a mecanismos de integração social. Já com relação a psicologia social incorporou-se a concepção cognitiva do comportamento e dos processos de transmissão entre gerações. Nesse quesito, vale ressaltar que esta última conexão gerou um vasto campo de pesquisas para a psicologia política.

No campo da sociologia, os processos de socialização, em sua essência, partem de uma concepção funcional da sociedade. Dubet e Martuccelli (1997) discorrem sobre duas vertentes teóricas do processo de socialização, pelo quais apontam dois níveis de investigação. O primeiro, diz respeito a internalização normativa e cultural, do qual são interligadas a versatilidade dos atores frente a objetividade do sistema, na qual os indivíduos internalizam seus papéis sociais ao mesmo tempo em que fazem parte de círculos de ação diferentes. Nesse ponto, os autores argumentam que tal perspectiva filosófica faz sentido em uma concepção moderna de sociedade, em que o indivíduo ao mesmo tempo em que constrói sua individualidade, se mantém parte da ordem social, tendo suas funções sociais bem definidas.

No segundo nível, Dubet e Martuccelli (1997) argumentam que a base da socialização está no distanciamento, pela crescente atividade dos indivíduos, em que há separação entre o ator e o sistema. Assim, com o aumento da complexidade, uma sociedade marcada pela impossibilidade de definir os papéis desarticula sua objetividade. Nesse caso, o distanciamento se processa em termos cognitivos, em que o ator precisa fazer escolhas para minimizar a complexidade e reduzir as incertezas do mundo que o cerca. Neste ponto Dubet e Martuccelli (1997) relacionam que os atores não são mais instrumentos passivos da socialização, suas atitudes são produzidas pelo quadro situacional, e não apenas a pura internalização das normas. Desta forma, a complexidade do cotidiano interfere sobre a formação de suas atitudes, modelado por suas próprias experiências.

Ambas perspectivas inseridas pela sociologia dizem respeito a socialização como um mecanismo de integração do sistema social. As divergências entre elas são

essencialmente funcionais pois debatem com perspectivas diferentes de caracterização do indivíduo. A cultura política não se define em nenhuma essencialmente, embora preserve a estrutura funcional teórica da primeira e a viabilidade do indivíduo em ter um comportamento político marcado pelas suas diversas experiências políticas. Neste sentido, foi com a contribuição da psicológica que os elementos da socialização política foram de fato introduzidos na concepção da cultura política. Com a psicologia social o enfoque em estudos de socialização se dá pela análise da infância e juventude e das suas agências família e escola.

Nos primórdios da teoria da psicanálise, no início do século XX, Freud (2012) argumentava que o comportamento começa de forma inconsciente e somente mais tarde poderia vir a se tornar consciente para o indivíduo. Para o autor, este processo ocorre principalmente desde a infância, quando são formados os primeiros significados na criança. As aprendizagens, nesse sentido, possuem uma carga emocional de medo e/ou desejo, pelo quais são capazes de gerar mais potencial na socialização (ABRANTES, 2011). Sapiro (2004) argumenta que dados os avanços no campo da psicologia, a categorização social, bem como o processo de identidade, constitui-se como pontos centrais na compreensão do processo de socialização política.

Com relação a ciência política enfatiza-se a concepção “estímulo-resposta” em que é possível prever comportamentos, ou seja, o que influencia no comportamento e não na forma como este absorve tais valores. Neste sentido, nos anos 1950 já havia um grande acúmulo de informações sobre as percepções políticas geradas por meio de questionários e entrevistas sobre comportamento político. Em 1954, Lipset utiliza o conceito de socialização política pela primeira vez em referência a formação psicológica do voto. Isso porque o autor enfatizava que o ambiente do eleitor influencia no seu comportamento, considerando principalmente as relações entre a família e grupos de identificação.

Contudo, foi com a publicação de Hyman (1959), obra fundante do conceito, *Political Socialization*, que se debate as características desse processo, enfatizando a socialização infantil. Em 1960, em trabalho sobre as orientações políticas entre crianças escolares, Hobert Hess e Easton (1960) avaliam sobre como as crianças aprendem o mundo político, argumentando que esse aprendizado não está restrito a influência dos pais, mas também nas suas próprias experiências. Entretanto, a temática da socialização política ganhou destaque e proeminência entre os pesquisadores culturalistas com a ênfase dada pelo texto *The Civic Culture* de Almond e Verba (1965).

O conceito de Socialização política surge, então, no contexto pós-segunda Guerra Mundial, em meio a um cenário político que se alterava substancialmente em relação as práticas políticas e a introdução do sufrágio universal. Entre as novas questões que surgem para explicar as mudanças do cenário político. Surgidos, majoritariamente nos Estados Unidos, a primeira fase desses estudos enfocou diretamente sobre o período infantil da socialização política, dedicando-se à influência da família nesse processo (HYMAN, 1959; EASTON e DENNIS, 1969, GREENSTEIN, 1965; BRIM, 1966; LANGTON, 1969; GREENBERG, 1970; DENNIS e MCCROME, 1970). Essas pesquisas, entretanto, focavam no processo sobre crianças e jovens, a justificativa para esses estudos consistia na premissa de que as experiências de socialização das crianças e jovens afetariam mais tarde sobre a conduta política (ALMOND e VERBA 1965).

Uma segunda fase, a partir dos anos 1970, passou a focar a socialização de jovens e adultos (JENNINGS e NIEMI, 1974; SIEGEL, 1989). Já nos anos 1980, grande parte das pesquisas se dedicaram a influência dos meios de comunicação sobre esses jovens. Retomados em grande escala nos anos 2000, os estudos de socialização política ganharam lugar de destaque na academia norte-americana.

O conceito de socialização política, enfatizado por Almond e Verba (1965), compreende o processo de internalização nos indivíduos jovens, das atitudes, normas, valores e padrões de comportamento da cultura política em que se encontram. Neste sentido, os indivíduos socializam a si mesmos e são socializados pelas agências de socialização. O conteúdo da cultura política, argumentam os autores, é o resultado do processo de socialização política, que inicia na infância e permanece como um processo ao longo de toda a vida dos cidadãos. Socialização política é um processo que opera tanto em níveis comunitários quanto de forma individual. No primeiro nível, como uma “transmissão cultural”, isso significa que nações podem perpetuar seus padrões de cultura política. Da mesma forma, os jovens adquirem suas percepções políticas, estas são consolidadas a partir da relevância de experiências individuais relacionadas à política

Esse processo também é relevante para determinar a estabilidade dos sentimentos de uma sociedade frente as estruturas políticas que estão imersas em um sistema político (EASTON, 1968). Outras definições para este fenômeno, mas que não são anulativas, dizem respeito a formação de aprendizado político, necessário a estabilidade do sistema político (DENNIS et *all*, 1971).

Dawson e Prewitt (1968), argumentam que a Socialização política diz respeito a orientação que as pessoas possuem para com seus líderes políticos e suas estruturas políticas. Neste sentido, é um conceito que diz respeito a conhecimentos, valores e crenças de um cidadão médio do seu país. A exemplo de uma transmissão cultural pela qual uma geração perpassa a outra geração os padrões políticos de crenças em sucessivas gerações (DAWSON e PREWITT, 1968). Destaca-se, portanto, que as mudanças da cultura política ocorrem de forma geracional, sendo dinâmicas pela incorporação de experiência das gerações anteriores para as mais jovens.

Bandura (1977) argumenta, na teoria da aprendizagem social que as crianças adquirem atitudes influenciadas pelas escolhas dos pais, através da observação das outras pessoas. Nesse caso, as pessoas constroem suas atitudes a partir da interação com outras pessoas, a partir dos pais, dos colegas, dos meios de comunicação e, atualmente, dos serviços de internet (BANAJI, HEIPHETZ, 2010).

Os jovens, com base em características próprias, bem como em suas próprias experiências com a política, poderiam acabar desenvolvendo uma personalidade própria a respeito do sistema político, embora este seja entrelaçado a rede de posicionamentos estruturados ao longo de sua socialização política. Isso porque esse processo permanece agindo sobre o indivíduo ao longo de toda sua vida. Pode ser ora um reforço de valores outrora adquiridos, ora a incorporação de novos, caracterizando assim uma ressocialização, que provoca modificações nas atitudes e comportamentos (SIEGUEL, 1989). Os jovens também podem criar padrões de comportamento político, uma vez que se novos valores são configurados nas gerações mais recentes, estes podem ser incorporados à cultura política da próxima geração (SCHMIDT, 2001). Assim, as atitudes dos jovens, suas predisposições de envolvimento com a política e o próprio comportamento político deles trata-se de elementos cruciais à compreensão da cultura política de uma sociedade.

Desta forma, Almond *et al.* (2008) argumentam que a Socialização Política engloba três pontos. Primeiro, a socialização ocorre de forma direta (escolas, programas de governo, informações políticas difundidas dentro de um grupo de interesse) e indireta (observação do comportamento político de adultos e de outras sociedades). Schmidt (2001) elenca estes meios como foram traduzidas para o português, como socialização manifesta e a latente.

Segundo ponto, a Socialização Política é um processo ao longo de toda a vida, ou seja, é a consequência de experiências constantes que modificam as atitudes políticas, sendo que os eventos que ocorrem quando o indivíduo é jovem causam maior impacto. Já com relação ao último ponto, os padrões de socialização podem causar divisões ou unificações na cultura política de um país, seja por meio de políticas governamentais que proporcionam coesão cultural, ou pelo pertencimento a grupos que possuem atitudes políticas diferenciadas do todo, funcionando como uma subcultura em meio a outros padrões (ALMOND *et. al*, 2008).

Assim, a Socialização Política compreende o processo pelo qual as culturas políticas são mantidas ou transformadas ao longo do tempo e diz respeito à integração das novas gerações na cultura política de um país e à internalização de atitudes, normas, valores e padrões de comportamento nos indivíduos jovens (ALMOND e VERBA, 1965). Esse processo determina a estabilidade de sentimentos de uma sociedade frente as estruturas políticas imersas no sistema político (EASTON, 1968). Thompson e Hickey (2005), argumentam que as novas tecnologias agem de forma diferente dos outros meios de socialização terciários – televisão e outros agentes de mídia, como rádio, jornais, etc. –, isto porque as novas tecnologias não favorecem transmissão de informações, pelo contrário isolam ainda mais o indivíduo.

Mcleod (2000) alertou que o processo de socialização política atual recebe uma influência muito grande da mídia, o que aponta para a importância de considerar os novos meios de comunicação e as redes de amigos no processo de socialização. Assim, a autora recomenda que sejam pesquisadas as combinações de agências de socialização política, e não somente suas ações isoladas. Tais críticas são recorrentes do grande descrédito verificado nas novas democracias, pelo qual a autora identifica que as mudanças nos posicionamentos políticos são muito mais presentes entre os adultos do que na infância. Contudo, esse posicionamento, não apresenta resultados empíricos satisfatórios para o desenvolvimento de uma nova teoria de socialização política que venha substituir os pressupostos já canonizados no campo pelo campo da psicologia.

No contexto atual, do século XXI, Swigger (2013) avaliou que os usuários de Sites de Redes Sociais têm sido impactados na formação dos valores fundamentais, como o de liberdade e privacidade. O autor (SWIGGER, 2013) argumenta que os relacionamentos realizados de forma online são significativos para o desenvolvimento intelectual e maturidade da geração mais jovem. “[...] *socializaiton on-line play a key role in shaping*

core democratic values by providing a conduit for self publicizing” (SWIGGER, 2013, p. 590). Desta forma, o autor discorre que a socialização online pode encorajar muitos comportamentos diferentes e cultivar nos indivíduos valores muito diferentes dos que eram cultivados em antigas formas de socialização. Swigger (2013) argumenta que os mais jovens, em decorrência do uso desses sites tem inclusive modificado valores referentes a liberdades civis, atitudes políticas, direito individual e segurança.

Embora o processo de socialização política seja apontado como o indutor de continuidade para uma cultura política nacional, esta tese argumenta que as novas mídias sociais podem estar atuando como indutores de mudanças na continuidade da cultura política brasileira. Para isso, busca-se identificar os componentes mais relevantes no processo de aquisição da cultura política, verificando de que forma esse processo ocorre com o uso dos sites de Redes Sociais, em contextos geográficos, econômicos e de diferentes estruturas educacionais.

2.3.1. Agências de Socialização Política

Nos anos de 1960 nos Estados Unidos, Almond e Verba (1965) atribuíram a quatro agências o papel de socializar politicamente os jovens da sociedade: a família, a escola, a mídia e os grupos de referência. Por meio do desempenho dessas agências na transmissão de valores, os indivíduos são instruídos a respeito da cultura política predominante, construindo atitudes com relação aos objetos políticos. O processo de socialização política ocorre, principalmente, durante o período da infância e juventude, agregando valores, atitudes e comportamentos, que contribuirão para a formação de cidadãos políticos (ALMOND e VERBA, 1965; SIEGEL, 1989). Isto porque os jovens, desde a tenra idade, passam por um conjunto de experiências e influências que reforçam ou modificam suas atitudes (SCHMIDT, 2001; EASTON e DENNIS, 1969, NIEMI e HEPBURN, 1995).

Neste caso, para a efetivação da Socialização Política são necessárias algumas agências que atuem sobre os indivíduos, exercendo um seu papel na formação das atitudes. Desta forma, a família, a escola, as instituições religiosas, grupos de pares, classe social, grupos de interesse, partidos políticos e meios de comunicação são apontados como os principais agentes de influências. O papel destes agentes é igual em qualquer nação, e em diferentes culturas políticas. Contudo, cada cultura política os utiliza da

melhor forma para enviar as mensagens necessárias para a perpetuação das crenças, atitudes e valores. Assim, define-se como socialização primária a família, como socialização secundária a escola, e por fim, a terciária, os meios de comunicação.

Nesta tese, destacou-se o papel de cada uma das agências de socialização política apontadas pela tradição culturalista. A escolha por isolar as influências sociais de cada uma dessas agências foi feita para se poder investigar o impacto das novas mídias digitais, principalmente, das redes sociais da internet. Entretanto, análises mistas da influência dessas agências também serão realizadas a fim de complementar a análise.

Assim define-se cada uma das agências:

- 1) A Família é apontada como a principal agência de socialização política, é ela quem possibilita o primeiro contato da criança com as relações sociais e políticas do jovem. Nesse caso, operacionaliza-se esse conceito conforme a frequência em que os jovens têm em procurar e se identificar com os pais, principalmente com relação à política. Podendo ser, ou não de forma intencional. Neste caso, diferencia-se entre a influência dos pais e dos familiares.
- 2) A escola é considerada a segunda principal agência de socialização política, é ela que se ocupa de fato com a transmissão intencional de atitudes políticas. No ambiente escolar os professores se tornam os substitutos dos pais no referencial de autoridade para os jovens. Na escola também que ocorre a interação entre os colegas de aula. Operacionaliza-se esta influência ao verificar a relação de afeto dos jovens com os professores e colegas de escola, bem como suas proximidades em assuntos relacionados à política.
- 3) A Mídia tradicional, no Brasil, desde os anos 1980 tem sido um dos grandes meios de socialização política. A grande quantidade de tempo que o jovem dedica a televisão, jornal, e revistas, mune-o de informações prontas e fragmentadas sobre os assuntos políticos. Neste caso, são investigados o grau de confiança que os jovens possuem sobre esses mecanismos.
- 4) As novas mídias digitais, como a Internet e as redes sociais, entretanto, surgem no início do século XXI e apresentam particularidades diferentes das mídias tradicionais, e serão abordados em seção posterior.

- 5) A literatura aponta que existem, ainda, outras agências de Socialização política: Grupos de referências, Instituições Religiosas, Partidos Políticos, Grupos de Interesse, trabalho, Contatos com o Governo.

2.4. Democracia: contexto socioeconômico e valores democráticos

As teorias da democratização foram amplamente dominadas por abordagens institucionais da democracia na ciência política ao longo do século XX (MOISÉS, 2010). Perspectivas que enfatizavam os modelos políticos democráticos em detrimento dos valores culturais. Entretanto, nos últimos anos os pesquisadores destacam a deterioração de valores democráticos que podem estar causando instabilidade nesses regimes, mesmo entre aqueles que possuem larga tradição como a dos Estados Unidos.

O principal argumento diz respeito às democracias atravessarem circunstâncias cruciais para a legitimidade das suas instituições políticas. Isso porque os cidadãos manifestam desilusões quanto ao processo democrático, descrença nas instituições políticas, baixa identificação com os partidos políticos e desinteresse com a participação política (MORLINO, 2003 e 2010; GUNTHER, MONTEIRO 2003; DENEMARK, NIEMI *et all*, 2012; DALTON, 2004 e 2008; NORRIS, 1999; TILLY, 2007). Esses são indícios da chamada “crise das democracias”, em que cidadãos apresentam uma cultura política desmobilizada questionadora da efetividade das instituições políticas, bem como da capacidade dessas em atender as demandas cidadãs (KAASE e NEWTON, 1995; MOISÉS 2010). Nesse contexto, o debate sobre o que afeta a qualidade dessas democracias está organizado pela defesa de medidas de desenvolvimento econômico ou da ocorrência de mudanças culturais geracionais (INGLEHART, 1971, WELZEL e INGLEHART, 2009; DALTON, 2004; DENEMARK, NIEMI *et all*, 2012; CASTRO e REIS, 2012; RIBEIRO, 2011).

Entretanto, tradicionalmente, nas pesquisas de cultura política, o tema da mudança cultural gera tensões sobre a existência de estabilidade democrática (ALMOND e VERBA, 1965; DOWSON e PREWITT, 1968), visto que a concepção de estabilidade pressupõe baixo nível de mudanças na sociedade, ou transformações que possam causar instabilidade, entre elas transformações sociais dentro das democracias. Eckstein (1988) argumenta que isso também ocorre, justamente, pelos postulados da própria teoria culturalista ao criar expectativa de continuidade (e permanência) política. Mais tarde,

Diamond (1994) argumentou que a subsistência de uma permanência cultural é possível, a despeito de transformações nas estruturas políticas. Assim, busca-se investigar o efeito das redes sociais em possíveis transformações na cultura política brasileira.

Avaliações sobre o processo de socialização política, contudo, podem contribuir para a compreensão das mudanças e da estabilidade do regime democrático. Isso porque a socialização política é o processo de formação dos componentes que irão definir a cultura política, entre os destacados nesse trabalho, valores democráticos, atitudes políticas, participação política, capital social e sofisticação política (CONVERSE, 1964; CASTRO, 1994; BORBA, 2005; ALMOND e VERBA, 1965; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011).

Nesta perspectiva, argumenta-se que a cultura política se apresentava como a variável mais importante para o desenvolvimento da democracia. E para tanto, sua principal característica provém da congruência entre as atitudes e os comportamentos dos cidadãos, caracterizado por orientações culturais participativas. Acrescente-se que a existência desta cultura cívica mostra atitudes que permitem a consolidação de estruturas de mediação política, organizando as reivindicações políticas da população. Assim, a cultura política de um país é coordenada pelas incongruências das subculturas políticas ali existentes, seja por orientações que remontam a cultura cívica, paroquial ou participativa (ALMOND e VERBA, 1965).

Considerando-se que para o funcionamento da democracia é fundamental a presença de atitudes políticas que possibilitam o sentido de eficácia dos governos democráticos (ALMOND e VERBA 1989; EASTON, 1968; CASTRO, 2014, MOISÉS, 2010; GONZÁLEZ, 2010; BAQUERO e PRÁ, 2007), torna-se relevante avaliar o processo pelo qual são formados esses valores em meio ao contexto do uso das redes sociais. Para tanto, foca-se nesse trabalho no processo de socialização política, entendido como o processo pelo qual se adquire e se transfere os valores políticos dentro de uma sociedade. (ALMOND *et. al*, 2008). Isso porque sugere-se que mudanças na formação da cultura política podem ocorrer por meio de transformações na transmissão da cultura política entre uma geração e outra, bem como pela introdução de ferramentas, como as redes sociais, no cotidiano dos jovens, influenciando na formação de subculturas políticas, que podem redirecionar essas mudanças culturais.

Almond e Verba (1965) definem a formação do conceito de subculturas pela incorporação de orientações políticas mistas que caracterizam um mesmo perfil cultural

nacional, mas justificam que a tensão entre essas diferentes orientações contribui para as transformações no sistema político vigente. Almond (1990) argumenta que a existência dessas subculturas políticas pode ser afetada diretamente pela combinação de variáveis sociais e econômicas. Busca-se, portanto, neste trabalho investigar as variáveis responsáveis por socializar os brasileiros, nos últimos anos de democracia, e os jovens estudantes usuários de redes sociais no processo de formação de subculturas políticas

De igual modo, algumas precondições sociais e culturais podem estar favorecendo a propagação de um desengajamento cívico e podem indicar o enfraquecimento dessas democracias representativas (PUTNAM, 2002). Inglehart (2009) argumenta que esse desengajamento decorre de mudanças cívicas que estão sendo impulsionadas por mudanças culturais, mas, também, da evolução econômica, social e política dessas democracias. Assim, aponta-se para a ocorrência de mudanças nos valores que compõe a cultura política, dado de formas distintas em diferentes sociedades, as mudanças são dependentes, principalmente, do contexto histórico, social e político vivido pelas gerações anteriores e transmitidos as gerações mais jovens pelo processo de socialização política (INGLEHART, 1990 e 2009; PUTNAM, 2016; ALMOND e VERBA, 1965).

2.4.2. Democracia e o contexto socioeconômico

Não obstante, os países da América Latina têm enfrentado dificuldades relacionadas a manutenção e a qualidade de suas democracias (O'DONNELL, 2013; MOISÉS e MENEGUELLO, 2013, MOISÉS, 2010, IAZZETTA, 2013). São democracias cuja origem se deu durante a terceira onda de democratização que incorporaram valores políticos relacionados a liberdade e, também, a promessa de melhorias no bem-estar econômico das suas populações (HUNTINGTON, 1994; INGLEHART, 2009; BAQUERO, 2011). Uma vez que surgem em contextos políticos e sociais diferentes dos contextos norte-americana e europeu, aponta-se que os países latinos possuem culturas políticas híbridas, com a combinação de orientações democráticas em meio a orientações que remetem a valorização de um passado autoritário (BAQUERO, 2011; CASTRO e REIS, 2012; RIBEIRO, 2011).

Para Inglehart (2009), a questão econômica é importante para a mudança de valores na cultura política. Essa pode ser verificada ao longo da passagem de gerações, isso porque na medida em que jovens nascidos em gerações mais estáveis

economicamente apresentam atitudes e comportamentos políticos menos vinculados a uma ação política institucionalizada. O aumento da escolarização e do nível socioeconômico nas sociedades modernas proporcionaria às novas gerações capacidades de desenvolvimento humano superiores às gerações anteriores, o que contestaria principalmente os modelos tradicionais de desenvolvimento política (INGLEHART, 2009).

Nesse sentido, a estabilidade das democracias passou a constituir-se tema central entre as pesquisas culturalistas, principalmente utilizar modelos de pesquisas comparativas em gerações posteriores. Ronald Inglehart (2009), utilizando dados dessas pesquisas longitudinais, defende que a industrialização por si só não levaria necessariamente a democracia, mas a presença de valores de auto-expressão, pois produz a força social necessária para questionar as autoridades e permitir a uma sociedade engajar-se em um processo democrático.

Os valores de auto-expressão são o oposto dos valores de sobrevivência. Para Inglehart (2009) os valores de sobrevivência dizem respeito a priorização da segurança econômica e física sobre a qualidade de vida (valores materiais X valores pós-materiais) e a confiança dos cidadãos em outros. Dizem respeito também a busca pela felicidade, a aceitação da homossexualidade e a participação em abaixo-assinados, pois isso indica que suas condições materiais estão garantidas e estes podem preocupar-se com sua auto-expressão. Assim defende que a continuidade de uma democracia dependeria, de orientações fortemente enraizadas que permitam aos cidadãos exigir liberdade e governos responsivos junto a elite governante. O autor defende que a formação de valores de auto-expressão permite que sociedades possuam, assim, mais do que democracias eleitorais e para isso as condições econômicas são fundamentais.

Pesquisas recentes incluem ainda fatores externos que podem estar trazendo novos elementos com relação a estabilidade das democracias e influências na cultura política, isto é, sugerem que as novas mídias podem gerar tal impacto (CLEAVER, 2000; FARRELL, 2012; DIMAGGIO *et all*, 2001; WELP, 2015; GOMES, 2011; KRUEGER, 2006; ANDUIZA *et all*, 2012; GIL DE ZÚÑIGA *et all*, 2012). Por outro lado, Putnam (2016) refere-se à influência de um *background* cultural sobre a distribuição de oportunidades em um contexto recente de modernização. Desde os anos 1950 nos Estados Unidos prevalecem as desigualdades econômicas e essas influenciam sobre o acesso a recursos tecnológicos. Assim, tais recursos não são capazes de gerar transformações culturais pois reproduzem a estrutura econômica.

Em outro contexto, Baquero (2005) argumenta que as democracias na América Latina tendem a manter-se estáveis, ou em estado de inércia, na medida em que há uma reprodução de padrões de comportamento do passado para o presente. O autor refere-se a presença de democracias procedimentais pouco deliberativas que não são capazes de modificar as questões sociais dos países. Favorecendo a reprodução do próprio contexto econômico e dos valores políticos de desconfiança e pouca participação. Assim sugere-se que pesquisas devem considerar a possibilidade de haver mudança de valores de forma desigual, em diferentes classes sociais, caracterizando-se em subculturas políticas.

2.4.2. Valores Democráticos

Na dimensão da cultura política Almond e Verba (1965) referiram-se à importância da confiança dos cidadãos democráticos com relação aos governos, pois essa atitude contribuiria para a legitimidade e autonomia desses para governar. Portanto, um Estado que não conta com a confiança dos cidadãos não seria legítimo e eficiente. Considera-se que os elementos fundamentais no processo de construção de uma sociedade democrática se referem a obtenção de valores e princípios, e a importância dada a estes, na formação de cidadãos (CARRERO ALBORNOZ, 2013; MARTINEZ, 2001). Os valores dos cidadãos democráticos, são formados ao longo de toda vida, entretanto a estrutura desses valores se constitui ainda na infância do indivíduo, através da autonomia dada a ele em um ambiente com princípios democráticos ou autoritários. Baquero e Baquero (2007) avaliam que o desenvolvimento de valores democráticos faz parte do desenvolvimento da cidadania e que, nesse período moderno, estes constituem as bases do contrato social com o Estado.

Nesse sentido, torna-se relevante considerar as características sociais que compõem a cultura política brasileira, patrimonialismo, coronelismo e clientelismo, presentes na cultura política dos brasileiros (MOISÉS, 2008; BAQUERO, 2007; FAORO, 2013; CARVALHO, 1997; LEAL, 1948), podem ser a causa de os valores democráticos terem pouca força para serem desenvolvidos na sociedade. Uma vez que essas práticas interferem diretamente nas ações cotidianas e reforçam o tipo de relações que os cidadãos possuem com a política, os valores autoritários enraizados na cultura política do país, combinado a uma democracia procedimental inibem a propagação de valores democráticos, como predisposições positivas com relação à política. A forma pela qual

os valores políticos de uma sociedade são transmitidos de uma geração para a outra se torna relevante para aos estudos de ciência política, na medida em que possibilita verificar as bases culturais que fortalecem, ou não, os valores democráticos necessários a consolidação e estabilização do regime.

Para Easton (1968) é preciso o apoio e o reconhecimento da população para que a democracia se consolide. Assim, se torna fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estarem em um regime democrático e apoiá-lo como sistema político para que esse se aperfeiçoe. Moisés (2005) argumenta que os cidadãos não só podem transmitir o significado de uma instituição para diversas gerações, como também podem reiterar sua condição a partir da avaliação racional do desempenho delas ao longo de sua vida adulta. O apoio dos cidadãos, portanto, provém da experiência que esses tiveram com o funcionamento das instituições e essas, como mecanismos de mediação política, devem ser utilizadas para agrupar os interesses da sociedade perante o Estado. Nesse sentido, este trabalho considera como valores democráticos aqueles que se referem a satisfação, o apoio e avaliação à democracia¹⁹.

2.5. Cidadãos Críticos

Desde Aristóteles, perpassando a tradição clássica dos estudos sobre política, houve intenção em definir o significado da palavra cidadania de forma normativa. Denters *et all* (2007) argumenta que este debate passa a se tornar relevante na medida em que a democracia representativa passa a ser estabelecida no século XX, seus cidadãos começam a questionar o seu real envolvimento e capacidade de influenciar nas ações políticas do governo. A partir disso os autores indicam as principais definições que passaram a ser utilizadas para identificar e classificar os cidadãos: um modelo Elitista-tradicional (obediência a lei; normas básicas); não-liberal (deliberação, norma nuclear); comunitário (solidariedade; norma básica). Assim, a forma pelo qual os próprios cidadãos se percebem, a partir de características esperadas por eles para se constituírem como tal, traz um parâmetro relevante para compreender o pluralismo de ideias, ou até mesmo a fragmentação cultural de um país.

¹⁹ Para ver de que forma tais conceitos foram operacionalizados no questionário utilizado para desenvolver essa tese, ver no apêndice 8.4.

Principalmente considerando que as democracias latino americanas têm apresentado contextos socioeconômicos que podem estar impedindo os jovens de estruturarem suas bases de apoio democráticos. Sobre esses aspectos, Dalton (2015) indica que houve transformações sociais importantes desde a década de 1960 na sociedade americana como maior escolarização, padrões de vida mais elevados, trabalhos intelectuais, renovação de geração, mudanças no papel dos gêneros e garantia de direitos civis (oferecendo mais diversidade social).

Tal contexto socioeconômico e social proporcionou percepções diferentes e adaptadas sobre o conceito de cidadania. Dalton (2015) debate sobre a dicotomia implícita a dois conceitos da cidadania. O primeiro, a cidadania democrática tradicional defende que o indivíduo possui direitos e responsabilidades, com respeito as autoridades, regras e leis, em que o dever pode promover o voto e a participação organizada em instituições políticas. Já a cidadania engajada parte do atrito entre os direitos e as responsabilidades sociais do indivíduo do modelo anterior, pois requer a ele preocupações sociais e o envolvimento em atividades que não lhe são diretamente benéficas. O autor argumenta que esse modelo de cidadania engajada segue padrões de valores pós-materiais ou de auto-expressão compreendidos na teoria sobre a modernização em Inglehart (2009).

Os valores pós-materiais são encontrados em sociedades pós-industriais, pelas quais o desenvolvimento econômico e social gerou mudanças culturais que tornaram a democracia mais provável. Essas mudanças de valores incluem o desenvolvimento humano, dos quais os indivíduos desvinculam-se de valores materiais (valores de sobrevivência material e individualizada, com fins de segurança econômica e física) para incorporar valores de auto-expressão (com demandas populares por liberdades civis e políticas, igualdade de gênero). Assim, a modernização socioeconômica permite o desenvolvimento de capacidades para que as pessoas busquem escolhas autônomas para suas vidas. Desenvolve-se a autonomia humana, em que os valores de auto-expressão propagam-se por todos domínios da vida gerando “novas formas de normas sexuais, papéis de gênero, valores familiares, religiosidade, motivações para o trabalho, relação das pessoas com a natureza e o meio ambiente, e suas atividades comunitárias e participação política” (INGLEHART, 2009, p.20). Tais valores não se caracterizam por serem egocêntricos, mas por serem humanísticos e estão fortemente associados a uma democracia cujas instituições valorizam a livre escolha, o que aumenta o poder das pessoas.

Assim na medida em que as democracias passam a experimentar a estabilidade econômica, os seus cidadãos tendem a desenvolver uma cidadania mais coerente com a cidadania engajada. Esses cidadãos pós-materiais enfatizam normas participativas, tendência de modificar as elites, mais interesse em questões sociais e não econômicas e responsabilidade com outros na sociedade. Assim, Dalton (2015) argumenta que as mudanças políticas trazem tais transformações na vida pública:

- Padrões de Participação: menos associação ao voto e mais identificação com protestos e ações diretas.

- Tolerância Política: aceitação de grupos que possuem diferentes pontos de vista.

- Políticas sociais: maior apoio aos programas sociais.

- Confiança no governo: diminuição da confiança em políticos e governo.

- Ideais democráticos: pressão sobre a democracia em prol de seus ideais.

O autor vai de encontro a defesa de alguns dos principais cientistas políticos, estes preocupados que as erosões de padrões sociais típicos dos norte-americanos podem vir a causar a derrocada das democracias. Putnam (2000) conclui que o declínio da participação eleitoral é um dos mais visíveis sinais do desengajamento da vida comunitária, historicamente verificada na democracia norte-americana desde Alexis de Tocqueville. Entretanto, as mudanças nas formas de participação estão análogas às mudanças contemporâneas do envolvimento com as mídias (DALTON, 2015). Assim, o declínio da cidadania tradicional, entendida a partir do cumprimento de normas, apenas contribui para a erosão da participação eleitoral e a cidadania pelo engajamento possui ambivalência entre participar das eleições e prefere mais formas diretas de ação política.

Dalton (2015) compara, então, dois grupos de gerações (2004 e 2014), buscando compreender como essas novas normas de cidadania estão mudando e o efeito dessas mudanças. O autor indica que as gerações mais recentes, em 2014, poderiam ter mudado as normas reconhecidas do que define sua cidadania. Todavia, a crise econômica pode ter controlado tal mudança, o que fez com que as normas tivessem apenas uma mudança marginal na década avaliada pelo autor, ou melhor, estão acontecendo entre aqueles que são jovens, com nível educacional alto e habilidades cognitivas altas. A geração atual consome muito mais informações sobre política, sociedade ou outros tópicos, estas geradas por uma diversidade de mídias, assistindo menos televisão, mas com mais alternativas de perspectivas políticas.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas na sociedade podem indicar o surgimento de uma nova categoria, a de cidadãos críticos. Esses são entendidos aqui por possuírem características similares as defendidas por Dalton (2015) que ressignifiquem os principais componentes da cidadania. Pelos quais desenvolvem concepções de engajamento social e político, mas desvinculadas das instituições políticas, o que pode ocorrer por meio de envolvimento com as redes sociais. Buscam modificar as elites, a partir de engajamentos e protestos que podem ser vinculados a manifestações, protestos e ocupações junto a transformações no status quo. Por fim, manifestam maior interesse em questões sociais e não econômicas, prevalecendo concepções humanitárias e com responsabilidade para com outros na sociedade.

De certa forma, os cidadãos críticos podem não se envolver nas concepções tradicionais de participação política, mas estão atentos as questões sociais em suas sociedades e dispostos a realizar críticas que culminem em engajamentos informais. O que pode ocorrer no contexto do uso das redes sociais e extrapolar seus limites na medida em que sintam a necessidade de fazê-lo. Entende-se aqui que tais concepções não descredita a concepção de orientações participativas e cívicas, mas pode indicar novos envolvimento dos cidadãos com a política. Resta saber agora definições mais claras para essas orientações sobrepostas aos valores pós-materiais e valores de auto-expressão. Principalmente no caso brasileiro, em que há grande variabilidade de contextos socioeconômicos e disparidades de oportunidade para o alcance material necessário a sobrevivência.

3. JUVENTUDE E REDES SOCIAIS

A relação entre os jovens e as redes sociais têm suscitado diversas indagações a pesquisadores de todas as áreas, mesmo na sociedade já há vastidão de suposições e impressões provenientes do senso comum. Se até entre os menos atentos às mudanças da realidade social já existe um consenso sobre o poder das redes sociais sobre os jovens, cabe aos pesquisadores discriminar as nuances de tal relação, a fim de mensurar as particularidades do uso das redes sociais pelos jovens. Este capítulo busca debater as teorias clássicas de interpretação sobre Juventude, relacionando ao recorte dado por essa pesquisa de estudantes jovens.

Da mesma forma, explora-se os conceitos referentes ao surgimento das novas mídias e suas variantes, a internet e as redes sociais. Conceitua-se as interpretações já realizadas sobre as redes sociais, compreendendo de que forma tal temática tem crescido e se subdividido como uma análise sociológica. Indicando a forma que tem sido examinada na ciência política. Por fim, busca-se apresentar o conceito chave de compreensão utilizado nesse trabalho sobre a utilização das redes sociais como forma de conversa dos temas visto nas redes sociais, o envolvimento político por meio dessas redes e comportamentos de compartilhamento de temas políticos. Em capítulo seguinte será analisada tal relação, considerando os objetivos e as hipóteses dessa tese.

3.1. O ser jovem: um debate entre Juventude e Geração

O termo “juventude” é polissêmico e possui definições com base em faixa etária, período da vida, categoria social, geração, entre outros, embora nenhuma dessas limitações seja totalmente clara e restritiva. As vastas definições do termo possuem um critério em comum, todos fazem referência ao período entre a infância e a maturidade. Mesmo com múltiplas interpretações dadas a vivência do jovem, essas se justificam na medida em que é necessário compreender o cotidiano do jovem e de suas necessidades para a construção de políticas públicas.

Nesse sentido, a juventude tem sido alvo de interesse ao longo dos séculos, uma vez que esse período carrega consigo a valorização utópica do jovem e do seu tempo de vivência. O ser jovem, ou o ser velho, bem como o ser masculino ou ser feminino, são considerados por Ortega y Gasset (1987) os motores da organização social, em que a

forma biológica da vida marca as primeiras instituições de estruturação da sociedade. Na Grécia antiga, o efebo²⁰, rapaz que atinge a puberdade, é valorizado pela sociedade sobre a condição de ser orientado por um homem maduro. Mais tarde, no período do renascimento, a juventude carrega consigo valores românticos, em uma forma de subversão contra o passado, em que a juventude é valorizada e enaltecida. Já no século XVII e XVIII, quando predomina o uso de roupas e vestimentas sombrias e perucas de cabelos brancos, a juventude é hostilizada e negada pelos seus cidadãos, o jovem quer imitar o velho (ORTEGA E GASSET, 1987).

Durante a Revolução Francesa, os jovens passam a significar o triunfo juvenil sobre o passado, o que lhes assegurou valor de destaque naquela sociedade como lugar em postos militares²¹ precoces, contudo tal romanticismo mascarou que tais jovens revolucionários acabaram sendo executores de velhas ideias, guiados pelos princípios recebidos pelos séculos anteriores (ORTEGA E GASSET, 1987). No século XIX, a condição da juventude é novamente rejeitada, o jovem se apressa para abandonar a mocidade apresentando uma certa vergonha de sua própria juventude. Ortega y Gasset (1987) argumenta que nesse tempo a juventude vivia preocupada com a maturidade, em que buscava nela as normas e a aprovação. Assim, o jovem sentia na própria juventude uma transgressão do que é devido, uma vez que a vida social não era organizada para eles. No início do século XX, o jovem retoma sua condição de consagração social dentro da sociedade, o que suscita um crescente interesse acadêmico em diversas áreas de conhecimento, conseqüentemente, passa-se a ter uma vasta abordagem para defini-lo e compreendê-lo.

Grosso (2015), argumenta que tais pesquisas sobre a juventude correspondem a predominância de três fases: teoria tradicional, teorias críticas e as teorias pós-críticas. A primeira, teoria tradicional, predominou no início do século XX e concordava em ver a juventude como parte da socialização secundária, a partir de um olhar estrutural-

²⁰ O efebo é considerado o protagonista da vida grega, e se representa na própria dinâmica da relação entre Alcibíades e Sócrates, uma equação entre juventude e maturidade. A força jovem triunfa na sociedade, entretanto sob a condição de servir algo acima deles, que lhes serve de norma, de incitação e de freio, o vigor juvenil tutelado pela maturidade.

²¹ Ortega e Gasset (1987) se refere aos jacobinos e ao general de Bonaparte, jovens precoces na ação política e militar.

funcionalista²². Ou seja, o jovem precisaria ser inserido na estrutura social pois é dele que vem o risco do desvio, principalmente entre os mais novos.

As teorias críticas buscam reconhecer o papel do jovem na transformação social considerando seu potencial transformador, predominante a segunda metade do século XX, ou reformista, entre as ligadas ao final do século XX. Por fim, as pós-críticas, possuem uma concepção sobre juventude agregada à pós-modernidade, em que os autores²³ relativizam inclusive as primeiras definições naturais do ser jovem.

Agora, partindo das definições dadas pelas chamadas teorias críticas, Pais (1993) divide tais pesquisas em duas correntes, corrente Classista e corrente Geracional. A primeira, de origem marxista, argumenta que a categoria social jovem é dissolvida em meio a existência de classes sociais, ou seja, a etapa da juventude pode ser experimentada de forma diferente em diferentes classes sociais. Nesse sentido, Bourdieu (1983), considerando o pressuposto da reprodução das classes sociais, argumenta que a juventude como categoria analítica não existe, uma vez que a secção da sociedade em diferentes idades, ou sexo, impõem limites sobre os indivíduos, produzindo uma ordem nas relações de poder em que cada qual deve permanecer no seu lugar. O autor defende que as categorias velho e jovem, são vazias, e passíveis de manipulação, dado que as reais secções da sociedade são ideológicas provenientes da burguesia ou do proletariado.

Entretanto, variáveis da própria condição juvenil, relacionada a sua formação como indivíduo adulto e cidadão são ignoradas por essa corrente. Tais questões serão abordadas na segunda corrente, a Geracional (que na perspectiva de Pais, 1993, inclui a teoria estrutural funcionalista). Essa é encabeçada por Karl Mannheim (1982), mas também inclui as noções de moratória psicossocial²⁴ (ou simplesmente social) e da psicanálise. Entende-se, assim, a juventude como uma categoria social abrangente, um conceito guarda-chuva, em que a identificação dos indivíduos se dá pela existência de um vínculo geracional em que há o compartilhamento de experiências.

Entre os autores que construíram sua teoria social com base em etapas, Ortega y Gasset (1956) utilizou o conceito de geração para argumentar a respeito da mudança nos

²² Dentro dessa perspectiva, destacam-se Parsons (1968), Coleman (1961) e Eisenstadt (1976). Vale lembrar que a teoria estrutural-funcionalista possui como origem teórica a concepção funcionalista de Durkheim sobre a sociedade.

²³ Com relação aos pós-modernos é necessário citar: Maffesoli (1987) e Baudrillard (1972).

²⁴ A moratória social entende o tempo da juventude como o de um lapso temporal, uma vez que há certa tolerância da sociedade para com o jovem na definição da sua identidade. O que também significa na postergação do direito de participação social e política ativa, bem como do exercício da sexualidade (KRAUSKOPF, 2004).

processos históricos. Assim, específica que, em primeiro lugar, o homem faz o mundo, e, em segundo lugar, toda mudança no mundo traz consigo uma mudança estrutural da vida humana. Nesse sentido, o autor propõe que as fases da vida humana sejam divididas em cinco etapas, infância, juventude, inovação e polêmica, maturidade e mando, e a velhice, que segundo o autor corresponde a cada 15 anos. A história passa a ser o campo do progresso, em que cada geração avança com relação à anterior, justamente para incorporar os meios avançados de conceber essa nova etapa (ORTEGA y GASSET, 1987). Assim, também se torna relevante avaliar a formação de novas gerações com base na introdução de ferramentas diferenciadas de conexão social, dos quais os mais jovens têm mais facilidade em incorporar tais questões na formulação da estrutura de suas vidas. O que pode significar, de certa forma, a ocorrência de possíveis mudanças na cultura política em gerações mais novas, caso haja a incorporação de ferramentas que modifiquem a forma pela qual os jovens se conectam uns aos outros.

Mannheim (1982) discorre sobre o problema de geração, apresentando um dos conceitos mais completos que tem sido base de grande parte das interpretações sociológicas. O autor parte de um caminho intermediário entre a lógica positivista (Comte), quantitativista e naturalista, em que o tempo cronológico é definido como o recorte para a existência de uma geração, mas também entre a tradição histórico-romântica²⁵ que valoriza as experiências comuns às gerações (FEIXA e LECCARDI, 2010). Assim, Mannheim propõe, e apresenta suporte metodológico para isso, que o conceito de gerações é importante para as análises a respeito das mudanças sociais.

Indivíduos da mesma idade, eles eram e são, contudo, unidos como uma geração real apenas na medida em que participam das correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período, e na medida em que têm uma experiência ativa ou passiva das interações das forças constituintes da nova situação. (MANNHEIM, 1982, p. 86).

O autor coloca o problema geracional como um problema de existência de um tempo interno, não mensurável que só pode ser apreendido de forma qualitativa (WELLER, 2010). Isso porque é preciso identificar que em uma geração são criados vínculos concretos entre seus membros, e na medida em que outras gerações vão surgindo passa-se a experimentar a sobreposição de gerações e a substituição de seus membros. Nesse ponto o autor é redundante em argumentar que é necessária a transmissão constante

²⁵ Defendido por Dilthey em que as experiências históricas que delimitam o pertencimento a uma geração, porque o autor fundamenta-se na existência humana (FEIXA e LECCARDI, 2010). Nesse ponto tal tradição não leva o tempo cronológico como fundante para a formação de uma geração, mas sim o compartilhamento das mesmas experiências, e para identificar quais são relevantes propõe uma abordagem qualitativa.

das atitudes e valores entre as gerações mais velhas e as mais jovens. Nesse processo, novos indivíduos entram em contato com a herança cultural das gerações anteriores, podendo ocorrer a perda de algumas possessões culturais acumuladas, e a agregação de valores novos baseados nas experiências estratificadas pelos indivíduos que estão chegando (MANNHEIM, 1982). Em relação a esse ponto,

A “modernidade da juventude, portanto, consiste em estar mais próxima dos problemas “atuais” (como resultado de seus “contatos potencialmente originais” discutidos acima), e no fato de ela estar dramaticamente consciente de um processo de desestabilização e tomar partido nele. Durante tudo isso, a geração mais velha se agarra à reorientação que foi o drama da sua juventude. (MANNHEIM, 1982, p. 83).

Nesse sentido, a educação ou instrução aos jovens, propriamente dita a relação professor-aluno, é onde se encontra o ponto de maior tensão, pois cada um possui a consciência de sua geração, mas também tal interação constante leva a mútuas influências. O autor pondera que a continuidade da transição de gerações é importante na medida em que possibilita a ação recíproca de ambas, minimizando os prováveis atritos (MANNHEIM, 1982). A participação no destino comum de uma geração implica na existência de uma geração enquanto realidade, que segundo o autor é o momento em que é criado o vínculo concreto entre os membros. Considerando que pode haver diferença de pensamento entre eles, apresenta o conceito de unidades de gerações, entendidas como subgrupos, pelos quais são congregadas as atitudes em comum entre os indivíduos.

Nesse ponto, Mannheim, incorpora exemplos de como a existência de jovens camponeses esparsos em distritos isolados com a de jovens urbanos do mesmo período, assim como da coexistência de ideologias distintas (juventudes romântica-conservadora e liberal-racionalista) como unidades geracionais diferentes que convivem umas com as outras. O autor argumenta que “[...] *aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas*” (MANNHEIM, 1982, p.87, destaque do autor).

A profunda significação emocional de um slogan, de um gesto expressivo ou de uma obra de arte está no fato de que não apenas os absorvemos como dados objetivos, mas também como como veículos de tendências formativas e atitudes integradoras fundamentais, identificando-os assim como um conjunto de esforços coletivos. As atitudes integradoras fundamentais e os princípios formativos também são de importância capital na transmissão de toda tradição, em primeiro lugar porque somente eles podem aglutinar os grupos, e, em segundo, o que é talvez ainda mais importante, apenas eles são realmente capazes de embasarem uma prática contínua.” (MANNHEIM, 1982, p. 83).

Assim, os meios pelos quais ocorrem a transmissão podem gerar a reinterpretação das novas gerações sobre as atitudes e os princípios que lhes foram transmitidos. Nesse ponto é relevante trazer as contribuições da psicologia com explicações sobre o funcionamento da consciência humana e do processo de interpretação intelectual. Até porque, Mannheim não especifica de forma sistemática os métodos de mensuração das características ideológicas que são frutos das forças sociais e culturais que geram as potencialidades das gerações de causarem as ondas de mudanças culturais.

Assim, entre os conceitos precursores da concepção geracional, também está a psicanálise, em que Sigmund Freud (1976) argumentava que o período da adolescência significava na ruptura do elo entre filhos e pais. O confronto subjacente a estes tinha como objetivo criar conhecimentos que não dependeriam somente dos pais. O autor retrata sobre o anseio do adolescente se livrar da autoridade deles, e para isso transferir a terceiros o papel que estes representavam. Anna Freud, filha de Freud, deu continuidade aos estudos do pai, com enfoque particular sobre a adolescência. A autora argumentava que a puberdade significava em grande instabilidade emocional, pelos quais os jovens apresentavam conflitos psíquicos e poderiam engajar-se em questões políticas e sociais como forma de tornar externo os conflitos internos referentes a maturação sexual. Nesse sentido, os aspectos biológicos são preferidos pelos autores psicanalíticos.

Por outro lado, Margareth Mead (1951), em sua pesquisa sobre os adolescentes em Samoa, argumentou sobre o caráter cultural das etapas da juventude. Entendendo que o conceito se constituía em práticas sociais, com características peculiares a cada contexto e que poderiam existir ou não em algumas sociedades. A antropologia cultural agregou, assim, contribuições para a compreensão do desenvolvimento social. A caracterização desse período como um fator social, abre precedentes para a reestruturação da concepção do ser jovem.

Nesse sentido, Erikson (1963), baseado nos pressupostos psicanalíticos, desenvolve a teoria psicossocial sobre as etapas do desenvolvimento humano, focando suas análises sobre o Ego e ampliando outros conceitos da psicanálise, uma vez que incorpora as dimensões biológica, social e individual. O autor cria oito estágios psicossociais, os quais são definidos com base nas crises que o Ego passa ao longo da vida humana, a forma como o indivíduo supera as crises implica em como este vai encarar o próximo estágio. Bordignon (2005), em sintetização à obra de Erikson, identifica entre os estágios de desenvolvimento psicossocial o estágio da “identidade versus confusão de

papéis”, que ocorre no período da adolescência. No sentido, biológico, marcado pela puberdade e maturidade psicossocial, esse estágio tem a função de formar a identidade pessoal dos indivíduos sobre os aspectos psicossociais, ideológicos, psicossocial, profissional, cultural e religiosa. Para isso o indivíduo recorre a formação de grupos de iguais, pelo qual busca identificação afetiva, cognitiva e comportamental. Nesse sentido, supera as confusões referentes a confiança, fidelidade e fé.

No estágio seguinte, do jovem adulto, o conflito ocorre entre a intimidade e o isolamento, na busca por amor e trabalho. Pelo qual, o indivíduo leva-se a confiar em alguém como companheiro, a estabelecer-se no trabalho e a integrar-se socialmente. O contrário dessa situação é o isolamento afetivo, com distanciamento e egoísmo. Assim, o equilíbrio entre as duas situações capacita o indivíduo para achar o amor e o exercício profissional, permitindo o desenvolvimento de valores de responsabilidade e de sacrifício.

Os efeitos da globalização têm resgatado o conceito geracional para compreensão da juventude. Pois entende-se que alguns aspectos do atual contexto podem estar conduzindo os jovens a terem experiências compartilhadas por uma Geração Global. O conceito foi introduzido por Beck e Beck-Gernsheim (2008), os autores ponderam que ao mesmo tempo em que os jovens parecem fazer parte de uma grande geração mundial, essa também é marcada por profundos contrastes. Os autores chamam a geração atual de geração cosmopolita, que possui marcas profundas (1) do processo de migração transnacional, (2) do trabalho precário e (3) de hibridização cultural. Considerando o compartilhamento de dados e informações instantâneos promovido pela Internet e o uso global das redes sociais, foco de análise desse trabalho, compreende-se que a perspectiva geracional é a mais adequada para avaliar os estudantes jovens.

Assim parte-se da concepção da formação de gerações, sob a perspectiva de Mannheim, mas considerando sua complementariedade dada pela psicologia de Erikson, referente aos estágios de desenvolvimento. A construção de uma “geração enquanto realidade”, é associada a fase de vida experimentada pelo estágio de desenvolvimento da adolescência e suas características. Nesse ponto, acrescenta-se um fator que delimita a construção da amostra, o fato de os indivíduos adolescentes experienciarem uma fase similar de socialização escolar. Apesar dessas considerações é necessário, ainda, um recorte biológico, de 15 a 29 anos conforme os parâmetros do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), uma vez que limitações etárias possibilitam a operacionalização de tal recorte. Associa-se ainda a importância dada pelos pesquisadores da cultura política ao

processo de socialização política dado pela escola, o que culmina na identificação da categoria **estudantes jovens** como recorte desse trabalho.

Assim, o primeiro recorte foi o de geração, em que os jovens compartilham o mesmo espaço de socialização dado pela mesma etapa escolar, para, posteriormente, delimitar de forma etária, uma vez que há uma certa quantidade de indivíduos vivenciando a escola, mas em idade tardia. A percepção contrária, a de jovens estudantes, não parece adequado aqui, pois pressupõem-se a identificação de todos os jovens que estudam, o que não ocorre, pois, os jovens dessa faixa etária se encontram em estágios escolares distintos. Assim sobre a perspectiva geracional incluir os jovens em etapa universitária incorporaria outras variantes agregadas a transmissão cultural que poderiam representar mais de uma geração.

3.2. Estudantes jovens, participação e socialização política

Os jovens, ou a juventude em seu período escolar é tema de diversas pesquisas no Brasil, principalmente nas áreas de Educação, Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) e Serviço Social, embora essa temática também pode ser encontrada no campo da Psicologia, Ciências da Comunicação e Saúde Coletiva (SPOSITO, 2009). Na Educação, o jovem é o objeto de análise da ação educativa, já na sociologia, a ele é dado grande valorização dentro da manutenção da sociedade. O recorte “estudantes jovens” avalia esse perfil como os motores dos fenômenos sociais. Pretende-se aqui, sumariamente, incorporar algumas pesquisas relevantes para a compreensão desse perfil de jovem, pois tal tarefa é impossível de fazer em completude, dada a grande quantidade de investigações que possuem no jovem o seu objeto de estudo²⁶.

Pesquisas sobre juventude no Brasil partem de um ponto em comum, um pressuposto que guia os pesquisadores da área pelo qual não consideram o uso da categoria juventude como objeto único de análise. Leão (2011), argumenta que os jovens vivem e compartilham experiências a partir de contextos sociais específicos, o que lhes caracteriza uma condição juvenil de introdução na estrutura social. Assim, os processos educativos são interpretados pelo próprio jovem, que cria seus próprios sentidos e motivações para estarem na escola. A condição juvenil possui grande fluidez, pelo qual o

²⁶ Trabalhos como os de: Sposito (2009), Bramo (1997), Peralva (1997), Novaes (1998, 2000, 2005), Sposito e Carrano (2003), Dayrell (2007), Gonçalves (2005), Gil (2011), entre outros.

jovem é capaz de transitar por diferentes espaços e tempos (LEÃO, 2011). As múltiplas possibilidades de juventudes (e não uma única juventude) são dadas pela complexidade da própria vida moderna. Seja pelo rigor das complexas desigualdades sociais como pela facilidade no acesso do jovem a informação.

Em grande medida as pesquisas referentes aos jovens no Brasil, seguem essa linha de interpretação. Os jovens possuem como característica sua pluralidade, abertos à experimentação em consonância ao contexto em que estão inseridos (LEÃO, 2011). Por essa perspectiva, o jovem possui múltiplas formas de expressar e experimentar a juventude, pelo qual não se constituem em uma categoria única.

Assim, as condições relativas aos dramas sociais experimentados pelo cotidiano do jovem, apontam para uma condição apática frente aos dilemas da vida, pelo qual não encontra seu lugar na sociedade (OUTHWAITE, 1996a). Por outro lado, Sposito e Carrano (2003) defendem que o jovem está em processo de assimilação dos valores da própria sociedade, cujos valores, normas e regras ainda estão em processo de incorporação. Isso permite aos jovens um certo potencial para a mudança e determinação por encontrar uma “essência” em meio ao mundo social que estão incluídos. Esse, segundo o autor, coloca o jovem, constantemente, atuante politicamente dado seu potencial revolucionário e participativo, principalmente ligado a um mito estudantil de reivindicações sociais.

Dayrell (2007) argumenta que a condição dos jovens brasileiros, para além das questões próprias aos jovens, esses enfrentam ainda a pobreza, a própria sobrevivência e uma tensão com relação ao futuro. As inquietudes dos jovens estudantes transpassam as barreiras de classe social, por causa da constante aproximação desse jovem com o processo de globalização. O que pode significar em mudanças profundas sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o processo de socialização e manifestação política.

Assim, os movimentos organizados pela juventude, como forças conscientes mobilizadas para a mudança, são um fenômeno relativamente recente na história, pelo qual Outhwaite (1996b) argumenta que sua origem é paralela a tendência ao nacionalismo, no século XIX. Mas também está relacionado ao conflito geracional, em que jovens autorizam sua própria geração a promover as mudanças desejadas por eles. O engajamento político dos jovens revela a distância entre as gerações, entre os mais diferentes países, ele se retrata como uma expressão política característica dos jovens (PERALVA, 1997).

No Brasil, entretanto, o interesse por compreender as manifestações políticas protagonizadas pelos jovens se destacaram a partir da década de 1960, no aspecto da mobilização social. O jovem se enxergava e era visto pela idealização da participação estudantil, sendo conduzidas principalmente pela onda revolucionária juvenil socialista que se desdobrava em diversas partes do mundo naquele momento (MARTINS FILHO, 1987). O estudante passa a representar de certa forma sua situação de classe social, pelo qual se caracteriza por uma condição transitória, o que lhe coloca em posição de trabalhar junto as necessidades da população. Entretanto, isso não significa que suas ações sejam exclusivamente de esquerda, mas segundo Martins Filho (1987) existe, em si, um potencial revolucionário no jovem, que para entendê-lo é preciso fazer uma análise de conjuntura em que eles estão inseridos.

Embora a formação de uma pluralidade de juventudes seja relevante para compreender a aproximação de certos jovens junto à política, entende-se que a escola pode se constituir também como um espaço de socialização para o jovem com relação a valores e comportamentos políticos. Assim, a participação dos jovens na política tem chamado a atenção de estudiosos principalmente na ciência política. Pelo qual o jovem tem sido foco dos processos de mudança social e cultural (PUTNAM, 2000, INGLEHART, 2009).

Nesse sentido, pesquisas identificaram que as últimas gerações têm apresentado constante desinteresse pela política, bem como uma baixa confiança com relação às instituições e aos atores políticos (DELLI CARPINI, 2000; GALSTON, 2001). Os jovens tornaram-se menos engajados nos princípios dos anos 2000, o que colocou como preocupação a manutenção das democracias nas sociedades modernas (PUTNAM, 2000).

Entretanto, em anos recentes, após os anos de 2008, com a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos, os jovens apresentaram um forte ativismo político atrelado ao uso de novas mídias sociais: as redes sociais (LEVENSHUS, 2010). Esse foi o começo de uma espécie de surto de participação juvenil, que se perdurou nas eleições seguintes e alastrou-se pelo mundo, com protestos estudantis no Oriente Médio, Europa e América Latina²⁷. Desde então surgem pesquisas focadas em compreender esse ativismo relacionado ao processo de socialização pelos meios de comunicação (LEE *et all*, 2013).

No Brasil ocorre fenômeno semelhante, na medida em que em 2013, experimentou-se as manifestações de junho de 2013, em que os jovens manifestavam seu

²⁷ Para mais detalhes sobre as ondas de protestos ocorridos desde os anos 2008, consultar Castells (2013).

descontentamento, inicialmente com o valor de passagens do transporte público (PIOLLI *et all*, 2016). Mais recentemente os jovens brasileiros secundaristas também experimentaram uma onda de ocupações políticas em suas escolas, pelos quais, reivindicavam maiores investimentos para a educação (ROMANCINI e CASTILHO, 2017).

Nesse contexto, é importante também ressaltar o contexto político vivido no mundo desde o final dos anos 2010, em que a eleição de políticos marcadamente autoritários²⁸ culminou em sinal de alerta aos pesquisadores, a fim de compreenderem o que é preciso para os sistemas políticos a fim de manterem-se em um estrato democrático. Desde os anos 2010, as taxas de satisfação com a democracia e a confiança dos cidadãos tem diminuído significativamente (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2016). Tal questão torna-se central dentro das perspectivas culturalistas, a fim de manterem as condições democráticas aos países, e nesse ponto, os jovens têm sido fundamentais para compreender as mudanças políticas atuais.

Algumas frentes defendem que a realização de atividade online não-política serve como porta de entrada para a participação na vida cívica e política para os jovens, isso porque são movidos a ações de voluntariado, solução de problemas da comunidade, atividades de protesto e voz política (FEEZELL *et all*, 2013). Claro que atividades online engajadas na política tem uma força maior sobre a construção de predisposição participativa, mas os autores indicam que atividades não políticas também podem estar contribuindo para essa mobilização.

Algumas sociedades possuem menor participação do que outras, como é o caso de países que apresentam baixos valores de liberdade, igualdade e qualidade de vida. Em que os jovens são menos propensos a votar do que em sociedades econômica e politicamente já consolidadas. Segundo Resnick e Casale (2013) nessas sociedades com baixos valores pós-materiais há pouca relação entre os meios de comunicação e o comportamento político dos jovens. Assim, o processo de socialização será variado conforme o contexto social e econômico em que o jovem está inserido.

Os autores Anderson e MacCabe (2012) argumentam que no espaço de interação social das redes sociais ocorre uma auto-socialização, em que a inexistência de normas compõe uma personalidade de risco para o jovem. Os comportamentos de fraude e mentira ali experimentados podem vir a deslegitimar os processos políticos conhecidos.

²⁸ Para maiores informações sobre a onda de autoritarismo no mundo ver Norris e Inglehart (2019).

Entretanto, tais considerações relacionadas as redes sociais, serão abordadas na sequência desse capítulo. Primeiro é preciso resgatar o posicionamento político característico dos jovens secundaristas brasileiros.

3.2.1. Socialização Política dos estudantes jovens no Brasil

Sposito (2009), elenca que entre os anos 1999 e 2006, as pesquisas sobre os jovens secundaristas no Brasil possuíam três eixos: o papel dos grêmios estudantis, da participação estudantil e da comunidade escolar na democratização da gestão da escola. Nesse sentido, pesquisas que levam em consideração o jovem dentro do processo de socialização e política tem sido comum no Brasil.

As primeiras pesquisas que relacionaram o jovem e o potencial socializador da escola começaram a ser produzidas nos anos de 1980. Souza (1983) avaliou a influência da família e da Escola no processo de formação das atitudes e dos comportamentos políticos dos adolescentes de Porto Alegre. A autora focava sobre a formação do caráter nacional no contexto brasileiro resultante da Escola Superior de Guerra do contexto do Regime Militar no país entre jovens estudantes secundaristas. Constatou a presença do autoritarismo na constituição dos valores políticos dos jovens, principalmente influenciados pelo comportamento autoritário dentro da família. A tomada de decisões das famílias foi retratada como centrada na figura paterna, o que reforçaria a internalização da existência de estrutura autoritária para os entrevistados.

Leôncio Camino e Joseli Bastos da Costa (1994) realizaram pesquisas relacionando a forma como os jovens participam e se envolvem em questões políticas, principalmente as eleitorais, entre jovens estudantes universitários de Pernambuco. Os autores avaliaram que desde o final da década de 1980 os jovens apresentavam baixa adesão a política. A partir da construção de identidade social dos indivíduos relacionada com a percepção que estes têm das representações sócio-políticas, concluem que a participação do indivíduo será consequência de como este vê essa relação. Os autores partem de uma teoria psicossocial do comportamento político e focam sua análise na percepção partidária dos jovens estudantes universitários.

Baquero (1997) analisou o comportamento de jovens estudantes do final do ensino fundamental e do ensino médio de três municípios do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Santa Maria e Santa Cruz do Sul. Os jovens desta região apresentaram tendências de

descrença e ceticismo em relação à política, bem como aos valores democráticos, embora sejam favoráveis a democracia em sua forma abstrata. Estes resultados, somados a constatação de baixa eficácia política evidenciavam jovens, segundo o autor, desmobilizados e sem se sentirem incluídos como parte do processo político. Neste sentido, o autor possui uma abordagem pessimista a respeito da consolidação da democracia no país, uma vez que os jovens possuíam uma percepção negativa a respeito da política e da sua nova formulação democrática.

Schmidt (2001) verificou como o processo de socialização política tem possibilitado a construção de valores democráticos nos jovens nos períodos recentes a consolidação democrática no país. O contexto de implantação da democracia, bem como o desenvolvimento econômico do período analisado retratam o que o autor defende como uma cultura política híbrida, ou dualista, que mescla os elementos da tradição política como os esforços de mudança. Assim a juventude brasileira apresentava indícios de indignação e perspectiva de mudança. Já com relação ao processo de transmissão dos valores, o autor realizou a comparação entre os valores dos pais e dos filhos, comparando as respostas, esse recurso revelou que existe uma transmissão direta moderada entre as atitudes dos pais para os filhos. Para essas análises a pesquisa apresenta uma maior complexidade metodológica da utilizada por Souza (1983). Uma vez que foram realizados cruzamentos para mensurar as respostas coletadas pelos pais e pelos filhos.

A partir dos anos 2000, pesquisas que investigam os jovens estudantes de Ensino Médio foram frequentes em cidades do Sul do Brasil, desenvolvendo uma tradição nos estudos de cultura política brasileira nessa região (SPOSITO, 2009). Nesse caso, a principal abordagem foi o de jovens estudantes em escolas secundárias (SILVEIRA, 2005; CUNHA, 2011; NAZZARI, 2006; BAQUERO e BAQUERO, 2007; SANTOS, 2008, CUNHA, 2011). Os trabalhos buscavam verificar dentro do processo de socialização política dos jovens estudantes a forma pela qual esses construam capital social, participação política e política estudantil, bem como a influência das agências de socialização, como família, escola e igrejas. A abordagem dessas pesquisas será resgatada no capítulo de análises dos dados dos jovens de Distrito Federal e Entorno.

Por outro lado, Castro (2009) defende outra perspectiva para a socialização política, de que além da transmissão de valores, o jovem deve se constituir como sujeito da emancipação e de experimentação de valores, tais como igualdade, justiça e liberdade.

A autora crítica a tradição dos trabalhos culturalistas²⁹, até então produzidos, ao concederem demasiado enfoque no resultado do processo de socialização e não na atuação produtiva do jovem. A perspectiva geracional exclui o sentido de emancipação, e não possibilita a construção da identidade, a partir do psicológico, operacionalizando o contraponto dos valores com a definição da diferença. Como solução à necessidade de atualizar o debate sobre a socialização política no Brasil, a autora defende a incorporação da tradição de estudos feministas, uma vez que retratam a construção das identidades psicológicas, onde coloca no jovem a responsabilidade da emancipação. Entretanto, apesar de válida sua crítica sobre a negligência da construção de identidade dos jovens nesses estudos, a autora não apresenta argumentos capazes de invalidar o processo de transmissão das agências de socialização política, como a escola. Nesse sentido, essa tese, busca contribuir para que os estudos de socialização política de perspectiva geracional possam avançar e incorporar consistência às análises juvenis no século XXI.

No princípio da década de 2010, pesquisas culturalistas passaram a incorporar um novo elemento para a construção do processo de socialização política. Nesse sentido, destaca-se Roballo (2011) que insere no processo de socialização política estudos que levam em consideração o uso da Internet. O autor investigou junto a estudantes de Ensino Médio de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, Rio Pardo, o uso da internet como mecanismo de comunicação e busca de informação política, avaliando o uso dessa ferramenta junto ao interesse dos jovens por política. Vasconcelos (2015) por outro lado, comparou as atitudes e a atuação política dos cidadãos brasileiros, separados por cortes de idade com relação ao uso e o não uso de sites de redes sociais. Os dados analisados revelaram que no ano de 2013, o uso dessas tecnologias no processo de socialização política foi positivo, justamente entre os de idades mais jovens sobre a predisposição desses em participar de passeatas e de conversar sobre política com os amigos. O efeito verificado é positivo com relação ao uso dessas novas mídias sobre a socialização política, nesse caso, atuando de forma diferente sobre as gerações.

Baquero, *et al* (2016), entretanto, ao investigar a contribuição da internet na construção de uma cultura política juvenil mais participativa entre jovens das capitais da Região Sul do Brasil argumenta que a internet atua de maneira negativa, uma vez que os jovens permanecem sendo impactados pela família. Os autores avaliam que os jovens não

²⁹ Castro (2009) embasa-se pela formação de uma sociedade livre e racional, não-sexuada, universalizada e subjetiva da formação do eu e do outro, para isso refere-se a Cavarero (1992), Mouffe (1993) e James (1992).

costumam conversar nas redes sociais sobre política, mas consideram-na a segunda fonte mais importante para formar opiniões políticas, depois da família. Os resultados apontaram que o uso da internet para se informar sobre política faz parte de um processo de autossocialização, em que a internet é usada, na maior parte do tempo, para a formação de identidade coletiva. Nesse sentido, pondera-se que os jovens podem estar modificando as formas tradicionais de representação política.

Considerando a pesquisa realizada por Baquero *et all* (2016), outros autores têm investigado os mecanismos de socialização política no Sul do Brasil. Destaca-se aqui as dissertações de Zorzi (2016) e Bernardi (2017), pelas quais avaliam a competência cívica dos jovens estudantes de Porto Alegre, respectivamente, com relação a diferenças educacionais nas escolas de âmbito público e privado e com relação aos investimentos em políticas educacionais. Zorzi (2016) avalia que há uma forte desigualdade com relação ao conceito de competência cívica comparando os jovens estudantes de ensino médio nas escolas público e privadas. Enquanto Bernardi (2017) avalia que não há nenhuma influência das políticas educacionais sobre uma maior competência cívica dos jovens.

Da mesma forma, Morais (2017) investiga a influência do uso da Internet, como mecanismo de socialização política, na cultura política e no capital social desses mesmos estudantes. Entretanto, a autora destaca que a internet não conseguiu modificar os indicadores de socialização política, quando comparados com o das gerações anteriores. A autora conclui que o uso da internet reforça o tipo de cultura política existente no país.

Fuks (2012), por sua vez, avalia o efeito de programas políticos com ênfase em realizar o processo de socialização política junto ao programa do Parlamento Jovem do estado de Minas Gerais. O autor argumenta, em pesquisa experimental, que os jovens após passarem pelo programa apresentam ganho cognitivo sobre a política, bem como maior propensão em participar politicamente na vida adulta. Nesse sentido, identifica que os valores e as atitudes políticas são mais resistentes a mudanças, mesmo após a participação do jovem no Programa. Destacando-se assim, no contexto da pesquisa, que a mudança de cultura política pode ser alterada pela experiência dos jovens, mas que a mudança é pequena e varia conforme os valores já introduzidos.

Por outro lado, com relação ao processo, em si, de socialização política, Baquero e González (2011) avaliaram os valores democráticos dos brasileiros a fim de testar o efeito da socialização política nas gerações ao longo das eleições democráticas no Brasil. Os autores verificaram que não há mudanças de atitudes ocorrendo de forma geracional

nos anos avaliados, argumentando que efeitos sobre o período em si, ou da totalidade tem garantido mudanças estruturais no contexto da cultura política brasileira. Da mesma forma, Viscarra (2015) enfoca sobre o processo de socialização política ser entendido como contínuo e ocorrer ao longo de toda a vida. Nesse sentido, avalia os eleitores da cidade de porto alegre, com pesquisas longitudinais, argumentando que a cultura política desses eleitores não mudou significativamente com relação aos processos de democratização experimentados na cidade. Embora a autora verifique que as instituições políticas gerem efeitos de ressocializar os adultos, ela aponta a permanência estrutural da cultura política ao longo dos anos.

Dessa forma, as pesquisas de socialização política realizadas até aqui focam exclusivamente sobre o efeito individual das novas mídias digitais desconsiderando os efeitos do contexto sócio econômico sobre o uso dessas redes. Portanto, essa tese embasa-se na literatura vigente, mas também argumenta que a socialização política é o processo pela qual a sociedade pode vir a se modificar frente as estruturas políticas. Assim, reitera-se que será avaliado se o uso de redes sociais, determinado por esses diferentes contextos, pode estar impactando sobre diferentes culturas políticas, definida pelo processo de socialização política.

3.3. As novas mídias

O surgimento de novos meios de comunicação, as *new medias* ou novas mídias, tem alcançado grande interesse acadêmico nos últimos anos. Pesquisadores de diferentes áreas buscam compreender quais os possíveis efeitos e mudanças que estas novas ferramentas tecnológicas podem suscitar sobre a sociedade. No final do século XX, o debate se concentrava principalmente na distinção entre as velhas mídias (a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão aberta) e as novas mídias (mídias digitais).

Rice (1999) apresenta que as novas mídias são a combinação entre os chamados três “C”: 1) computação e tecnologia da informação; 2) comunicação em rede; 3) conteúdo digital. Tal combinação de elementos altera a configuração das antigas mídias nos seus dois principais atributos: a unidirecionalidade e a massificação da comunicação em massa (LIMA, 2001). Primeiro, porque as mídias antigas se baseiam em produtos unidirecionais, em uma fonte centralizada, já as mídias digitais possuem tecnologia para a distribuição de produtos, como som, imagem e texto, em apenas um canal eletrônico

comum, o que possibilita ao consumidor interagir e escolher quais, quando e de que forma obter os recursos de informação (DIZARD, 2000). Em segundo lugar, as novas mídias podem oferecer um serviço especializado a vários segmentos de públicos, o que especializa e fragmenta o acesso à informação. Assim a tecnologia das novas mídias rompe com a lógica da massificação da informação.

Ainda que não haja consenso do tamanho do impacto das novas mídias sobre a sociedade, esta levantou diferentes opiniões com relação ao seu papel. Os posicionamentos dos pesquisadores foram incorporados no debate na medida em que se cria um distanciamento das primeiras impressões. Em um primeiro momento havia uma grande expectativa a respeito de grandes mudanças sociais. Castells, no seu livro “Sociedade em Rede” (2009) afirma que estaríamos vivendo uma nova revolução tecnológica, referindo-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação, pois haveria novos conhecimentos e novas informações circulando em meio a uma sociedade em rede.

Nesse ponto, no começo dos anos 2000, Norris (2001) apontou para a existência de três perspectivas sobre o que esperar dessas novas mídias: os otimistas, pessimistas e céticos.

Optimists hope that the development of the Internet has the capacity to reduce, although not wholly eradicate, traditional inequalities between information – rich and poor – both between, and within, societies. In contrast, pessimists believe that the digital technologies will reinforce and exacerbate existing disparities. Skeptics suggest that both the fears and hopes are exaggerated, with technologies adapting to the social and political status quo, rather than vice versa. (NORRIS, 2001, p. 26).³⁰

O debate sobre o impacto da internet abriu espaço para um novo debate, referente a interpretação do mundo virtual como um componente de sustentação comunitária dos indivíduos. Segundo Barry Wellman e Gullia (1999) a socialização ocorrida pela internet se dava pelo processo de multiplicação de laços fracos que se formam com a associação dos indivíduos entorno de interesses e afinidades. Entretanto ainda pairava uma certa desconfiança sobre sua potencialidade em incrementar as formas de comunicação na

³⁰ Os otimistas esperam que o desenvolvimento da Internet tenha a capacidade de reduzir, apesar de não erradicar totalmente, as desigualdades tradicionais entre ricos em informação e pobres - tanto entre como dentro das sociedades. Em contraste, os pessimistas acreditam que as tecnologias digitais irão reforçar e exacerbar as disparidades existentes. Os céticos sugerem que tanto os medos quanto as esperanças são exagerados, com as tecnologias se adaptando ao status quo social e político, e não vice-versa. (tradução livre).

sociedade novos valores ou contribuir para que os cidadãos modificassem a forma de se informarem.

Com relação as mudanças que ocorrem na sociedade, essas são capazes de reestruturar segmentos, inclusive políticos e culturais. Mais tarde, Norris e Inglehart (2009) indicam que os usuários podem seguir na lógica de duas teses: tese da convergência e tese da polarização. A primeira indica que a comunicação de massa por meio da internet acelera as mudanças de valores, e a segunda, que a mídia passa a apresentar valores que entram em choque com valores tradicionais, o que pode ocasionar guerras culturais. Por outro lado, os valores de auto-expressão também se expandem através das mídias, o que também geram demandas por mais direitos humanos, civis e políticos.

Um pouco mais recentemente Norris e Inglehart (2013) argumentaram que a internet acabou causando rupturas nos mecanismos de transmissão de informações. As tecnologias passaram a incorporar-se mais ao dia-a-dia dos usuários, principalmente com a criação do celular com acesso à internet de forma ilimitada. Possivelmente, somente um distanciamento histórico do uso dessas mídias poderá indicar as consequências na transformação dos valores.

3.3.1. História da internet, World Wide Web e redes sociais

A internet surge no início dos anos de 1970 nos Estados Unidos, chamada inicialmente de *Arpanet* (*Advanced Reserch Projects Agency – ARPA*), e tinha o objetivo de ser um meio seguro de comunicação militar entre as universidades durante o cenário de disputa tecnológica da Guerra Fria. Em 1991, ela foi dispensada deste ambiente restrito e passou a ser usada como ferramenta de comunicação global por diferentes corporações. Isto proporcionou a ausência de uma autoridade clara e definitiva, governamental, ou não, a respeito dos limites da internet que contribuíram para as características anarquistas deste novo meio de comunicação (CASTELLS, 1999). O termo internet³¹ passou a referir-se, principalmente, a infraestrutura interna da Rede, local onde está a *World Wide Web*, o correio eletrônico e os espaços de interação online, como os sites de redes sociais (DIMAGGIO *et all*, 2001).

³¹ O termo internet também se refere à rede eletrônica que liga as pessoas e as informações através de computadores (e a outros dispositivos digitais) ou à estrutura dessa comunicação (Protocolos de comunicação) (DIMAGGIO *et all*, 2001).

A internet desenvolveu novos recursos digitais, ao longo dos anos, e sua utilização pode ser entendida a partir de duas fases principais (O'REILLY, 2007): a primeira, tida como vertical, contava com a presença de grandes corporações na *web*, que desenvolviam portais de acesso aos conteúdos por elas desenvolvidos; a segunda, horizontal, é chamada de “internet 2.0” (ou *web 2.0*) e possibilita ao usuário produzir e distribuir a informação, potencializando a interatividade na rede. Posteriormente, foram desenvolvidos sites de redes sociais, como MySpace, Orkut, Facebook, Twitter, Instagram, entre outros, que passaram a ser incorporados como ferramentas da *web 3.0*, em que a internet deixa de ser a simples circulação de documentos *html* e passa a permitir um mundo de interação e cooperação (HENDLER, 2009; FEIGENBAUM *et al*, 2007; FUCHS *et al*, 2010; GARRIGOS-SIMON *et al*, 2012). As redes sociais constituem-se, assim, em plataformas de comunicação que permitem o encontro virtual de redes sociais, onde seus membros podem realizar o compartilhamento de informações (ELLISON e BOYD, 2013³²).

As primeiras redes sociais foram criadas nos anos de 1997 (SixDegrees.com), e entre os 1997 e 2001 houve um aumento significativo de sites que possuíam o atributo de vincular os perfis de amigos articulando em redes (BOYD e ELLISON, 2008). Embora esses primeiros sites que realizavam tais vinculações permitiam que se identificasse os amigos sem a aprovação para essas conexões, dos quais *AsianAvenue*, *BlackPlanet* e *MiGente* permitiam combinações de perfis pessoais, profissionais ou de namoro. Em 1999, LiveJournal passou a permitir o envio de mensagens instantâneas para a lista de amigos. Neste período os diversos Sites de Redes Sociais possuíam diversas propriedades como listagem de amigos e páginas de diários vinculados ao perfil.

Boyd e Ellison (2008) identificam uma nova onda de formação desses Sites de Redes Sociais, a partir de 2001 buscava criar redes profissionais com o objetivo de alavancarem seus negócios. Ryze, Tribe.net, LinkedIn e Friendster surgiram, portanto, com a ideia de que tais redes poderiam fortalecer os laços entre os usuários, para que não precisassem competir uns com os outros. Dentre esses, Friendster tronou-se rapidamente o mais popular pois passou a substituir outros sites e empresas de relacionamentos amorosos. O objetivo era permitir que se encontrasse parceiros amigos de amigos, ao invés de pessoas desconhecidas como os sites tradicionais. Tal característica elevou o

³² Os autores Ellison e Boyd (2013) se referem ao conceito de Sites de Redes Sociais (SRS – ou SNS, sigla em inglês para *Social Network Sites*), entretanto, nesse trabalho essas ferramentas serão indicadas apenas como redes sociais, uma vez que a existência de aplicativos de mensagens esgota o termo “sites” presente no conceito original. No capítulo seguinte essa discussão será aprofundada.

número de usuários tão rapidamente que os servidores e equipe técnica se tornaram rapidamente insuficientes.

Nesse ínterim, muitos outros sites, a partir dos anos de 2003 passaram a ser desenvolvidos a fim de emplacarem o mesmo sucesso conquistado pelo Friendster. Boyd e Ellison (2008) indicam que os sites que surgiram a partir desse momento, tinham como característica reunir pessoas com interesses semelhantes, LinkedIn, Visible Path e Xing com foco profissional, *Dogster* foco em facilitar encontros amorosos, Care2 para os ativistas, *Couchsurfing* para viajantes e *MyChurch* reunindo igrejas e cristãos. Em geral, grande parte desses sites foram criados nos Estados Unidos, na região do Vale do Silício, entretanto os adeptos eram provenientes de outros locais, ao redor do mundo (BOYD e ELLISON, 2008). MySpace foi criado em 2003, mas segundo os autores foi em 2004 que os adolescentes adentraram em massa na rede social, principalmente por não terem idade para participar do *Friendster*, no auge de seu sucesso, e por ser possível vincular seus interesses aos seus perfis. MySpace foi a primeira rede social que chamou a atenção da grande mídia, seja por ter sido vendida em 2005 pela cifra de 580 milhões de dólares, seja por depois ser alvo de investigações criminais de pedofilia.

Boyd e Ellison (2008) argumentam que a partir disso, as redes sociais passaram a ser consideradas definitivamente como um fenômeno global. O Facebook criado em 2004 se expande significativamente em 2005 ao permitir que alunos de Ensino médio adentrassem na rede. Diferença significativa do Orkut, também criado em 2004, que permitia apenas maiores de idade, o que não impediu muitos adolescentes brasileiros de se introduzirem na rede social (FRAGOSO, 2006). Em junho de 2005 os usuários brasileiros ficaram online no Orkut mais do que quaisquer outros usuários de outras nacionalidades, dado que Frago (2006) aponta sobre os brasileiros estarem muito mais interessados no potencial da Internet como ferramenta de relacionamento do que como meio de distribuição de conteúdo. O tempo gasto pelos brasileiros em redes sociais específicas, desde 2003, chamaram a atenção dos especialistas que indicaram um fenômeno típico desses usuários, os "memes da Internet", que segundo Frago, 2006:

‘Internet phenomena’ or ‘Internet memes’ are events in which the popularity of something relatively obscure increases geometrically or exponentially, often suddenly, supported by the propagation of content through the Internet. It has been noticed that Internet memes tend to have a short life span. (p. 2)³³.

³³ Os “fenômenos da Internet” ou os “memes da Internet” são eventos em que a popularidade de algo, relativamente obscuro, aumenta geometricamente ou exponencialmente, muitas vezes de repente, apoiado

Em janeiro de 2006, segundo Fragoso (2006), 72,91% dos usuários do Orkut eram brasileiros, sendo que 52,46% dos mesmos indicavam³⁴ terem entre 18 e 25 anos. O Orkut tornou-se a primeira rede social a contar com milhões de usuários no Brasil, sendo possível identificar que o uso de redes sociais no país tornou-se um fenômeno peculiar ao restante do uso no mundo, se não pela qualidade desse uso, mas pelo legado que esse fenômeno dos anos 2000 trouxe aos comportamentos mais recentes no final da década de 2010.

Embora existam divergências sobre os efeitos que essas novas mídias podem estar causando na sociedade, é inegável que essa ferramenta está cada vez mais presente no cotidiano. No mundo, estima-se que 53% de todas as pessoas do planeta tenham acesso à internet (WE ARE SOCIAL, 2018). Já no Brasil, de acordo com o IBGE (2018), em 2015, 69,3% dos domicílios utilizavam a internet, considerando que o estado com maior percentual de domicílios foi o do Distrito Federal com 89,4%.

3.3.2. A internet e as redes sociais impactando a realidade social

A Internet se transformava em um meio de fortalecimento dos laços de interação social vividos no mundo fora do virtual, proporcionando a expansão deles dentro do mundo virtual, aos quais ele chama de comunidades virtuais. Nesse sentido, criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELLS, 2009, p. 446). Este é um ponto extremamente relevante, pois incorpora a ação individual sobre as estruturas midiáticas

A “Era da Internet”, como foi referida por Castells (2003), indica que transformações culturais podem estar ocorrendo de forma mais acelerada e potencializadas pelo uso cada vez mais massificado da Internet. Uma vez que a confiança dos cidadãos com relação à política diminuiu, o autor argumenta que o contrato social implícito entre pessoas e instituições políticas e midiáticas se dissolve e as pessoas passam a tomar comportamentos defensivos a fim de lutar pela sobrevivência. É, portanto, no campo da Internet que as pessoas passaram a se unir pelas redes sociais, em espaços

pela propagação de conteúdos através da Internet. Foi notado que os memes da Internet tendem a ter um spam de curta duração.

³⁴ Uma vez que não havia verificação da idade dos indivíduos, muitos usuários menores de idade registravam-se como possuindo 18 anos.

considerados de autonomia, sem controle de empresas ou governos, em que há uma difusão rápida, viral, de imagens e ideias.

Os movimentos que ocorrem dentro, e a partir, da internet possuem a mesma lógica dos tradicionais movimentos sociais, pois no ambiente das redes sociais o poder é pulverizado e tem o objetivo de desafiar os poderes embutidos nas instituições da sociedade, como um contrapoder (CASTELLS, 2003). Assim, através das redes, os movimentos sociais podem (1) criar uma comunidade, levando em conta a proximidade; (2) compartilhar um mesmo significado, que pode ser, simplesmente, o desejo de invadir áreas de poder do Estado; (3) construir um espaço simbólico para deliberação, um espaço em rede que permite a comunicação autônoma.

[...] para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendem mudar, introduzindo nos programas das instituições, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. (CASTELLS, 2013, p.25)

Os indivíduos passam a criar significado de forma coletiva ao interagirem com as redes, interpondo um outro novo significado a comunicação de massa, não mais vertical, sendo controlada por empresas e governos, mas horizontal, que possibilita a autonomia dos indivíduos (CASTELLS, 2013). Assim, os movimentos sociais em rede representam segundo Castells (2013) uma nova espécie, pela qual as redes possibilitam acelerar e amplificar as informações, entretanto uma consideração importante é a baixa capacidade desses novos movimentos de manterem-se como tais. Castells (2013) argumenta a necessidade desses movimentos trazerem para si uma ideologia para complementar a ação inicial, no que pese um segundo passo de construção de proposição de projetos. Questão essa que os movimentos³⁵ promovidos pelas redes sociais não estão sendo cumpridos, gerando no abandono ao movimento.

Segundo o autor, as manifestações políticas da era da internet e das redes sociais trazem consigo algo em comum, o desprezo pelas classes políticas, sejam elas ditatórias ou pseudodemocráticas. Castells (2013) identifica que através das redes sociais os cidadãos elaboram seus projetos e compartilham suas experiências, suas lágrimas, seus sonhos e suas esperanças. A partir disso desenvolve-se sentimento de indignação

³⁵ O autor se refere aqui aos movimentos da primavera árabe, indignados da espanha, entre outras mobilizações combinadas pela internet (CASTELLS, 2013)

baseados na cumplicidade entre eles, esses canalizam-se como empoderamento sobre a tomada de decisões para a manifestação e organização de reivindicações.

Entretanto, isso não significa que não existam forças capazes de controlar e manipular as informações gerenciadas pelas redes sociais. Castells (2013) aponta que os programadores podem remodelar as redes e assim, mudar as dinâmicas de poder ali implicadas, reprogramando as plataformas para que outros interesses atinjam os usuários. Contudo, há também as grandes empresas que operam as conexões entre as diferentes redes, o que Castells chama de Barões da Mídia.

Hwang *et all* (2012) descrevem que existe ainda um outro poder de controle que não está necessariamente na mão de humanos, mas sim na programação das bolhas digitais.

Social robots (socialbots)—software agents that interact on social networking services (SNSs)—have been receiving attention in the press lately. Automated scripts have been used in email, chat rooms, and other platforms for online interactions in the past. What distinguishes these “social” bots from their historical predecessors is a focus on creating substantive relationships among human users—as opposed to financial resources—and shaping the aggregate social behavior and patterns of relationships between groups of users online³⁶. (HWANG *et all*, 2012, p. 40).

Segundo os autores, os algoritmos por traz da lógica de bolha são importantes para identificar e concertar as informações sobre propagandas virais dentro das redes sociais, ampliar a compreensão sobre os relacionamentos sociais online e alavancar efeitos de pares para a promoção de mais engajamento cívico em eleições. Contudo, eles podem ainda permitir que usuários maliciosos ao invés de simplesmente reunir informação, essas podem ser usadas para justamente abalar os laços sociais existentes. Ou ainda espalhar informações nas redes que contribuem para a desinformação dos usuários.

Por outro lado, não são somente as bolhas que podem interferir sobre o uso da internet e das redes sociais. As próprias características das redes sociais podem ser espaços de transformação da percepção que os usuários têm até de si mesmos. Nesse sentido, Preibusch *et all* (2007) indica que os usuários não possuem flexibilidade para lidar com os conflitos de seus próprios amigos, que por sua vez também possuem uma

³⁶ Os robôs sociais (socialbots) - agentes de software que interagem em serviços de redes sociais (SNSs) - vêm recebendo atenção na imprensa ultimamente. Os scripts automatizados foram usados em e-mail, salas de bate-papo e outras plataformas para interações on-line no passado. O que distingue esses bots "sociais" de seus antecessores históricos é o foco na criação de relacionamentos substantivos entre usuários humanos - em oposição a recursos financeiros - e na modelagem do comportamento social agregado e padrões de relacionamento entre grupos de usuários on-line.

concepção de privacidade diferente da sua. Tal aproximação dada pelas redes sociais podem estar modificando o comportamento desses usuários consigo mesmos e com os seus amigos nas redes.

Com relação a privacidade, Swigger (2013) também argumenta que as redes sociais promovem, inclusive uma lógica diferenciada, na qual, o usuário valoriza pouco sua própria privacidade. Pelo qual há uma exposição do ser e fazer dos usuários, rompendo a lógica de privacidade tão valorizada entre as gerações passadas.

Entretanto, há um outro fator de mudanças, o comportamento dos usuários com relação as suas relações sociais dentro das redes sociais são substancialmente diferentes dos desenvolvidos fora do mundo virtual (AGUIAR, 2007). Pela qual as relações interpessoais se modificam no processo de interação por essas redes, principalmente pela forma como esses interagem gerando novos comportamentos (SILVA, 2005). As relações são mediadas pelo tempo e é possível pensar, refletir sobre o que dizer, como dizer, porque dizer e quando dizer.

O IBGE (2018) aponta também que 81,2% da população estudantil, entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, acessava a internet, enquanto o acesso se dava em 60,4% da população não estudantil. Considerando os estudantes, o IBGE (2018) descreve que entre os estudantes da rede privada 97,4% acessaram a internet, enquanto 75,0% dos estudantes da rede pública. Esses dados levantam outras questões importantes sobre a influência direta, e indireta, que o uso da internet causa sobre estudantes relacionada ao tipo de ensino. Hardagh (2009) argumenta que a internet e as redes sociais possibilitam a transgressão do tempo e do espaço formal, como potencial de espaço de aprendizagem chamado de Escola Expandida. Neste mesmo sentido, propostas educacionais têm sido debatidas como forma de aproveitar significativamente o uso da internet e das redes sociais no processo educacional dos jovens (SIEMENS, 2005; ALLEGRETTI, 2012).

3.4. Redes sociais: plataformas de socialização

Boyd e Ellison (2007 e 2013) estruturam um conceito analítico para definir os sites que surgiram como plataformas digitais com indícios comunitários e interações individuais. Assim, definiram o conceito de Sites de Redes Sociais (*Social Networking Sites*) se caracterizam por permitir ao usuário: (1) construir um perfil público, (2) articular em uma lista de contatos algumas conexões e (3) ver e navegar nessas listas feitas por si

e pelos demais usuários (BOYD e ELLISON, 2007; ELLISON e BOYD, 2013). Isso porque essas redes possuem atributos que os destacam das outras formas de promoção de relacionamentos (e-mail, mensagens instantâneas) típicos da Internet 2.0. Através desses sites os indivíduos puderam articular e tornar visível suas redes de contatos para outras pessoas, vinculando-se aos amigos e conhecidos externos a esses sites, bem como estabelecer uma nova rede de contatos com amigos virtuais, com os quais se organizam e compartilham informações. Tal definição tornou-se necessária, uma vez que os Sites de Redes Sociais se tornaram mais presentes no cotidiano dos indivíduos ao redor do mundo e chamavam a atenção de pesquisadores interessados em compreender o significado e as consequências desse novo comportamento.

Assim, pesquisas que discriminam o impacto das redes sociais são fundamentais para a compreensão das dimensões atitudinais da política e do próprio comportamento político. A globalização ampliou o acesso à informação dos cidadãos por meio dessa rede (NORRIS, 2009), mesmo que em um primeiro momento isso não modifique a forma como os cidadãos se relacionam com a política. Da mesma forma, as conexões virtuais puderam transformar e fortalecer os laços de interação social vividos no mundo fora do virtual, expandindo-os inclusive dentro do mundo virtual (ELLISON e BOYD, 2013). As pesquisas que discriminam o impacto das redes sociais, diferenciando dos impactos da internet como um todo, são necessárias para a compreensão das dimensões atitudinais da política e do próprio comportamento político. O que se torna mais fundamental, se isso puder ser verificado entre a parcela jovem da sociedade, pela qual conecta seus dilemas socioeconômicos de forma tão sensível a realidade de uma cultura política democrática.

Pesquisas que identificam o papel dessas redes sobre os aspectos da cultura política são recentes e pouco conclusivas (VALLESPÍN, 2011), geralmente apresentam resultados pontuais aos aspectos culturais característicos dos países onde estas são aplicadas. Nesse sentido, em pesquisa realizada na Coreia do Sul, Yang e Rhee (2010) apontam que o uso das redes sociais é capaz de influenciar sobre a temática das discussões familiares relacionadas à política. Os autores identificaram que as redes divulgam notícias relacionadas à política, que muitas vezes não são consideradas nos meios de comunicação tradicionais, e estas são introduzidas nas conversas familiares, o que gera um efeito político. Da mesma forma, em pesquisas realizadas nos Estados Unidos, essas redes também têm sido apontadas como fontes de informações políticas mais relevantes do que as fontes tradicionais de informação, pois permitiria a reflexão dos usuários sobre temas

específicos e permitiria a estes uma melhor organização da informação (GIL DE ZÚÑIGA *et all*, 2012).

Nos Estados Unidos (TEWKSURY, *et all*, 2001), na Europa (QUINTELIER, VISSERS, 2008) e na Ásia (YANG, RHEE, 2010; KIM, 2008) tem sido corriqueiro investigações sobre os efeitos das redes sociais, contudo poucas análises sobre esses avaliam tal efeito no contexto da América Latina. Uma vez que a região possui características próprias de formação cultural e do histórico de transformações políticas atreladas a golpes e tentativas de estabelecimento democrático. Ainda, é relevante associar o caso brasileiro que possui uma cultura política permeada pelo patrimonialismo, clientelismo e coronelismo (CARVALHO, 1997).

Correia e Moreira (2015) indicam que a evolução do uso das redes sociais representou um grande conjunto de mudanças na internet e nos hábitos da sua utilização. Entretanto, com a ampliação do uso de celulares do tipo Smartphones que possuam acesso à internet e as widget, os sites de redes sociais passam a se constituir em aplicativos de acesso como mecanismos de interação social. Por este motivo, o conceito aqui trabalhado não diz respeito unicamente aos Sites de Redes Sociais, mas as redes sociais, pois inclui os sites de redes sociais (também acessados por aplicativos: Twitter, Facebook, YouTube) e redes sociais que iniciaram já como aplicativos (Instagram e WhatsApp), embora possuam recursos para serem acessados por meio da internet através dos recursos do *World Wide Web*. Entre tantas redes sociais em uso em todo o mundo, aborda-se nesse trabalho o Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e WhatsApp justamente por serem as mais utilizadas pelos jovens brasileiros no ano de confecção do questionário dessa pesquisa (WEARESOCIAL, 2017).

3.4.1. Facebook

Ellison *et all* (2007) sugere que o Facebook passou a ser utilizado para manter e solidificar os relacionamentos existentes no mundo offline, ao contrário de outras redes que se propunham em conectar pessoas desconhecidas. O Facebook ao introduzir um novo conceito, o de “News feed” (feed de notícias), modificou a forma como os usuários se relacionavam sobre as informações dispostas na rede, pois retirou o controle deles de buscarem essas informações e disponibilizou todas elas na sequência em que foram publicadas. Segundo Boyd e Ellison (2007), tal medida suscitou questões relacionadas a

privacidade dos usuários, principalmente por esta implicar sobre a capacidade dos usuários de controlar suas impressões e gerenciar contextos sociais.

O Facebook atingiu a marca 2,23 bilhões de pessoas ativas mensalmente em junho de 2018, dos quais 127 milhões no mesmo período no Brasil (FACEBOOK, 2019). Em 2008, o Facebook protagonizou pela primeira vez uma onda de mobilizações de seus usuários que corroboraram na eleição do candidato Barack Obama (VITAK *et all*, 2011). O Facebook passou a ser considerado uma plataforma que inspiraria os jovens a terem uma maior participação política. Vitak *et all* (2011) em pesquisa aos usuários jovens do Facebook, tendo universitários como entrevistados constatou que a participação política por essa rede social é superficial. A rede social era usada pelos jovens para obter informações políticas (de baixo custo) mas que significa em uma atividade política leve, com um engajamento que não provoca mudanças, pois os usuários não traduziam essas ações para outras esferas tradicionais de participação.

Nesse sentido, o Facebook pode não ser propulsor de mobilizações políticas, mas tem se revelado como um produtor de cultura cívica (THEOCHARIS e QUINTELIER, 2016), na medida em que os adolescentes gastam uma grande parte do seu dia nessa plataforma em contato com as atividades de mobilização de outros usuários. Considerando-se que os jovens utilizam essa plataforma em grande parte de forma criativa, o Facebook pode não ser necessariamente um promovedor do desenvolvimento de orientações políticas, junto aos jovens. Pesquisas entre adultos apresentam evidências de que ele pode afetar o conhecimento político, interesse ou outras atitudes politicamente relevantes (DIMITROVA *et all*, 2014).

3.4.2. Twitter

O Twitter por outro lado tem sido protagonista de dezenas de mobilizações no mundo, como foi a queda de regimes autoritários pelas manifestações da primavera árabe. Este possui inclusive mecanismos de métricas sobre os assuntos mais falados por cidade, país e mundo, em que se tornou uma estimativa de alcance entre os jornalistas e algum determinado assunto. O Twitter se caracteriza por ter um feed muito dinâmico e com restrições aos números de caracteres, o que permitiu se tornar fonte de informação rápida e resumida. E é por causa dessas particularidades que o Twitter tem se constituído como um dos espaços de mobilização ou ação política virtual (WELP, 2015). Os chamados twittaços se constituem em ações conjuntas dentro da plataforma a fim de ascender para

o “trend nacional, ou mundial” visibilidade para tal questão. Nesse meio, entram tanto eventos políticos como debates sobre o *show business*.

Com relação à política, muitas hashtags tem sido objeto de pesquisa de estudiosos da área de comunicação e antropologia digital, como são os casos do #OBAMACARE (MENDEZ *et all*, 2018) e as eleições britânicas de 2015 (SEGESTEN, BOSSETTA, 2017).

3.4.3. Instagram

Dentre as analisadas aqui o Instagram é o mais recente e tem como particularidade o compartilhamento de fotos. Filimonov e Russmann (2016) avaliaram como a produção de imagens fez parte da campanha política de partidos e políticos na Suécia. Os autores argumentam que esse foi usado mais como transmissão de conteúdo e forma de propaganda dos políticos e não como uma mobilização dos usuários.

3.4.4. YouTube

O YouTube é uma plataforma de vídeos que podem ser disponibilizados por qualquer usuário de forma gratuita. Nos últimos anos com a introdução do marketing e propagandas nos vídeos do YouTube passou-se a ter como estímulo ao desenvolvimento de “youtubers” que produzem conteúdo e recebem dinheiro conforme o maior número de visualizações. Nesse sentido, muito conteúdo político tem sido disponibilizado nessas plataformas. Entretanto Bowyer *et all* (2017), em pesquisa realizada com jovens de 15 a 25 anos avaliaram a percepção desses ao assistirem vídeos com conteúdo político em vídeos satíricos sobre imigração que circulam na internet. Os autores verificaram que os jovens tiveram dificuldades em compreender o teor político, contudo o conhecimento político deles foi capaz de manter suas crenças políticas anteriores ao contato com os vídeos. Assim para eles tais vídeos “não intencionais” não tem potencial de modificarem os posicionamentos políticos dos jovens.

3.4.5. WhatsApp

O WhatsApp tem ganhado espaço como uma plataforma de conversação entre as outras redes que possuem feed de notícias. Dentro do aplicativo é possível criar mensagens instantâneas com o envio de arquivos, fotos, áudio e vídeos. Esses recursos se expandem ao permitir criar “grupos” onde são agrupados dezenas de pessoas (até cerca de 260 membros). Silva (2017) argumenta que essas ferramentas podem agir de forma a incentivar a cidadania promovendo a sociabilidade dos membros dos grupos.

Sánchez *et all* (2018) avalia que em 2015 as eleições equatorianas os usuários jovens em que propagandas eleitorais foram encaminhadas indiscriminadamente. Desde então, verifica-se o uso desse aplicativo como um mecanismo de proliferação de mensagens com notícias falsas, as chamadas “Fake News”. Esse passou a ser um dos pontos mais relevantes sobre o impacto das redes sociais, principalmente porque julga-se que eleições podem ter sido conduzidas pela formação desse tipo de informação. Os usuários que as recebiam de alguém conhecido, confiavam na veracidade daquela informação e a compartilhava com outros, enquanto se tornava difícil identificar a proveniência de tais informações “disparadas” nas redes sociais, mas principalmente pelo WhatsApp.

3.5. Redes sociais como mecanismos de envolvimento e participação política

Montgomery (2000) propõe que há o crescimento de uma nova “*civic media culture*”, pelo qual pode superar a capacidade das escolas e professores na formação dos adolescentes. Os aspectos da capacidade da internet de modificar o processo de socialização política está posto no debate da ciência política. Baquero *et all* (2016) argumenta que inclusive o envolvimento digital (*digital natives*) tem contribuído para a construção de um novo senso de cidadania e uma cultura política mais participativa, embora ainda seja cedo para identificar tais modificações.

Um dos recursos mais importantes, Recuero (2009) argumenta que é possível através das redes sociais divulgar informações de forma midiática combinada a interação social entre os usuários. Pelo qual difunde-se informações pelo perfil do usuário, enquanto sua rede pode interagir entre si, por meio da postagem. Nesse sentido,

Theocharis e Quintelier (2016) argumentam que as redes sociais causam um efeito muito mais cívico do que político sobre o comportamento participativo dos adolescentes.

Por outro lado, discussões políticas interpessoais realizadas nas plataformas dessas redes podem ser capazes de influenciar sobre o comportamento político, como um estímulo da participação cívica e política (ZHANG *et all*, 2009). Este processo pode proporcionar uma mobilização política suave, ou seja, uma vez suscitada a inter-relação com seus pares, o indivíduo torna-se mais confiante a participar e engajar-se politicamente (GIL DE ZÚÑIGA *et all*, 2012). Gil de Zúñiga *et all* (2012) argumenta que tal participação é suave pois o usuário pode vir no futuro a participar de algum evento político fora das redes sociais, existe um engajamento inicial que é desenvolvido dentro dessas Redes. Pesquisas sobre os usuários na Europa verificaram que estes apresentam alto nível de abstração com relação a temas políticos, mais do que a parcela da população que não os utiliza (ANDUIZA *et all*, 2012).

Yang e Rhee (2010) buscaram verificar se as notícias da internet conseguiam penetrar nas discussões familiares de política, como um padrão de comunicação na família. Os autores sugerem que há um efeito significativo do acesso a notícias políticas pela internet sobre a discussão interpessoal no mundo fora do online. A conexão dos jovens com a internet apresenta indícios de inserção de novas ideias e valores no contexto familiar. Mesmo que sejam valores coerentes com os expressos pelos pais, o fato de partir do interesse dos jovens, por ter visto na internet, questões relacionadas à política, isso pode indicar transformações significativas no processo tradicional de socialização política.

Entretanto, as particularidades da utilização das redes sociais ao ativarem suas próprias relações sociais permitem que sejam operacionalizadas ações coletivas de forma online (BENNETT, 2012). Segundo Bennett e Segerberg (2012), são ações que se assemelham a ação coletiva, contudo, possuem um baixo custo de operação. Existem espaços na Internet, sites e blogs, que possibilitam a existência de redes de interesse no ambiente virtual sobre assuntos diretamente ligados à política e aos movimentos sociais, contudo, estes estão restritos à parcela da população que se interessa e acessa essas informações (MAIA *et all*, 2011).

Nesse contexto, as redes sociais se destacam por atuarem como catalisadores da ação coletiva entre os seus usuários, que, através desses sites, ativam suas próprias relações sociais (BENNETT, 2012). A ação coletiva convencional normalmente exige

que as pessoas façam escolhas difíceis e adotem identidades sociais mais do que a ação coletiva organizada em torno das tecnologias sociais, contudo estas também possuem lógicas próprias de funcionamento (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Isso significa que o uso de tais sites, segundo Bennett e Segerberg (2012), possibilita ações que se assemelham a ação coletiva, contudo, sem o papel formal desempenhado pelas organizações formais, assim as redes sociais constituídas de forma online envolvem a coprodução, distribuição e partilha de expressões, resultando em possíveis ganhos de eficiência de tais ações.

Nessa tese desenvolve-se um conceito próprio, o conceito de Envolvimento com a política por meio do uso das redes sociais. Este conceito considera a predisposição atitudinal dos usuários em relação à política por meio dessas redes sociais. Considera-se como pressuposto que as redes sociais permitem uma relação mais interativa entre os usuários e que os usuários se expõem de forma potencial a estímulos políticos ali propagados. Os usuários estão predispostos a ver debates sobre temáticas políticas dentro da rede, bem como a contribuição de informações políticas direcionadas por outros usuários (BRENDLY e FRANCO, 2008). Isso tudo ocorre na medida em que o usuário está, em geral, em um perfil pessoal, pelo qual eventuais discussões políticas são realizadas entre seus próprios pares, e não em perfis anônimos em sites de fóruns.

As redes sociais favorecem um espaço de interação pelo qual os seus usuários envolvem-se com a política, uma atuação menos institucionalizada politicamente, mas de atitudes políticas cívicas de interesse e preocupação. Tal envolvimento caracteriza a existência de cidadãos críticos, típicos em democracias que possuem estabilidade econômica. Nesse quesito, o envolvimento do jovem com relação a temas políticos pelas redes, pode significar novos comportamentos participativos, ou a ausência desses dentro das democracias institucionais, como as que conhecemos atualmente.

O conceito de Envolvimento político pelas redes sociais avalia as atitudes dos usuários com relação à política dentro dessas e possíveis envolvimento com o teor político ali propagado, que não são, necessariamente, transformados em ações políticas fora do mundo virtual. Assim, interessa aqui a importância dada pelo usuário aos conteúdos políticos ali disseminados.

Embora, os indivíduos que já possuem predisposição política são os que utilizam essas redes como mecanismo de mobilização política (COLOMBO *et al.*, 2012). Sugere-se que os outros usuários podem vir a construir tal predisposição na medida em que são

expostos a esse tipo de publicação. Entretanto, esse não será o tema dessa pesquisa, uma vez que seriam necessários estudos longitudinais, mas busca-se contribuir com o desenho de pesquisas interessadas em avaliar o impacto dessas redes.

A pesquisa avalia a influência das redes sociais, a partir do envolvimento dos jovens com questões relacionadas à política dentro das plataformas de redes sociais. Nesse quesito, avalia-se a forma pelo qual este está próximo de questões políticas ou predisposto a se envolver. Da mesma forma, avalia-se em que grau os jovens conversam com pessoas próximas a ele sobre essas questões políticas vistas dentro da rede social. Nesse ponto tenta-se verificar em que medida tais atitudes existentes dentro das redes sociais possui um envolvimento prático no interesse do jovem. Um outro indicador será utilizado, embora de forma menos importante, em que se verifica os comportamentos reais desses jovens no compartilhamento de informações políticas dentro das redes. Esse indicador não foi incorporado no modelo de análise pois possuía um baixo nível de casos que possuíam um valor maior do que 0 compartilhamentos.

Portanto, propõe-se este conceito, a fim de destacar a importância dada pelo usuário aos conteúdos políticos ali disseminados, e que podem ser vistos como mecanismos de mobilização social.

4. DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E CULTURA POLÍTICA

Este capítulo contextualiza os dois recortes empíricos utilizados na tese, as regiões das escolas, o Distrito Federal e o Entorno do Distrito Federal. Busca-se caracterizar a cultura política dos jovens das duas regiões. Assim, descreve-se, primeiro, a formação histórica dessa região, considerando a criação do Distrito Federal e o seu projeto de criação da unidade nacional. Na sequência, retrata-se os aspectos econômicos e sociais consequentes da criação da região, com uma cidade focada na administração burocrática e consequente migração em busca de oportunidades, e a, então, criação do RIDE-DF, como mecanismo de integração econômica de ambas as regiões. Apresenta-se características sociais dos estudantes jovens da região, retratando as particularidades do Distrito Federal e do Entorno, como escolaridade dos pais, tipo de escola, renda familiar e religião.

Finalmente, debate-se sobre a cultura política e as possíveis subculturas políticas da região. Contudo, devido à ausência de informações e de pesquisas culturalistas, analisa-se os estudantes jovens apresentando-se os dados referentes a sua cultura política. Assim, testa-se a primeira hipótese derivada desse trabalho de que *a cultura política dos jovens do Distrito Federal é mais cívica do que a dos jovens do Entorno*. Nesse ínterim, apresenta-se também a construção dos índices referentes aos indicadores da cultura política e que serão utilizados nos capítulos seguintes para avaliar suas relações com as redes sociais.

4.1. Formação histórica do Distrito Federal e do Entorno

*O Brasil está construindo
Mais uma grande cidade
Que antigamente foi sonho
E hoje é realidade
Ta ficando povoado
Todo o meu brasil central
Riqueza próprias e glória
Trouxe a nova capital
("Rojão de Brasília" - Jackson do Pandeiro)*

4.1.1. A construção de Brasília

A região do atual estado de Goiás, no centro-oeste brasileiro, constituía-se de uma área pouco atrativa aos colonizadores portugueses até a descoberta de ouro na região das Minas Gerais no século XVIII. A corrida pelo ouro movimentou a formação de pequenos vilarejos na região, o que representou a expansão dos núcleos urbanos próximos ao traçado do Tratado de Tordesilhas. Assim, surgiram os primórdios das atuais cidades de Pirenópolis, Luziânia e Santo Antonio do Descoberto³⁷, todas pertencentes ao estado de Goiás. Com a estagnação da economia aurífera na região, o isolamento dos moradores transformou a economia para uma produção de subsistência, condição que se perdurou até princípios do século XX (SILVA, 1997).

A atual urbanização da região, entretanto, tem origem no entendimento de alguns políticos brasileiros, ao longo dos séculos XVIII e XIX, de modificar a localização da capital brasileira. Ainda no Brasil Colônia, José Bonifácio articulou para que fosse introduzido na legislação a obrigação legal da internalização da capital, a fim de consolidar a centralização do Poder Central (VASCONCELOS, 1978). Mais tarde, com a proclamação da República, em 1889 realiza-se o resgate da história e da identidade republicana junto aos inconfidentes mineiros, que além de incluir Tiradentes como herói nacional, cita-se a vontade dos inconfidentes em transferir a capital federal para o interior, mais precisamente, São João del Rei, no sudoeste de Minas Gerais (CARVALHO, 1990). Além da formação de um passado mítico sobre o assunto pelos nacionalistas, combina-se ainda o racionalismo positivista dos republicanos, base do equacionamento intelectual da problemática da formação nacional brasileira que perpassava os entraves geográficos (MIRANDA, 1985). Assim, a formação do desejo e anseio por uma nova capital no interior do país se entrelaçava ao entendimento de consolidação da república brasileira.

O projeto nacionalista, a ortodoxia positivista republicana e o nacionalismo desenvolvimentista em busca de forjarem uma comunidade e identidade nacional, concordavam que a resposta para o progresso e a modernidade era direcionada para o desenvolvimento do centro do país (SILVA, 1997).

Dependendo da referência, a ideia da nova capital ganhava conteúdos os mais diversos: nacionalistas (centro político concretizados e irradiador da

³⁷ As Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (1727) se transformam em 1890 em Pirenópolis; Santa Luzia (1746), é transformada na cidade de Luziânia em 1943; e Santo Antônio do Descoberto (1750) que se emancipa da cidade de Luziânia em 1982.

nacionalidade como potência); modernistas (modelo de beleza e sociabilidade); milenaristas (símbolo da plenitude). Materializava utopias da esquerda (prova da capacidade de planejamento da sociedade brasileira) e de direita (materialização da integridade nacional). Só pela complementariedade desses conteúdos [...] foi possível realizar a maior obra de construção de uma cidade no século XX. (1997, p.56).

O símbolo da unidade, sustentado pela construção de sua nova capital, marca o cruzamento de expectativas criadas pelo próprio imaginário brasileiro. Assim, o Oeste brasileiro precisava ser conquistado e explorado, em que a construção de uma capital federal se transforma no símbolo da utopia brasileira do começo do século XX.

No Estado Novo, nos anos 1930, se introduz de fato os fundamentos dessa expansão, a Marcha para o Oeste é marcada pela própria construção da cidade de Goiânia como nova capital do estado de Goiás (SILVA, 1997). Entretanto, foi Juscelino Kubitschek, ao ser eleito, que inicia as obras da nova capital federal, uma das suas mais importantes promessas de campanha. Em 1956, é criada a agência da Novacap (Nova Capital) a fim de realizar os estudos necessários para a consolidação da nova capital no coração do Brasil. A agência organiza o Concurso do Plano Piloto e elege o projeto de Lúcio Costa como vencedor do traçado da nova capital.

Assim, instaura-se a idealização do novo, da aventura de se viver um sonho utópico, pelo qual são atraídos inúmeros construtores que se engajavam pela construção de uma nova capital, um novo país (SILVA, 1997). Tais mobilizações e sentimentos são a marca da sua formação e perpetuaram marcando as estruturas sociais da capital ao longo do século XX e XXI.

No dia 21 de abril de 1960, no mesmo dia da morte de Tiradentes, a capital é inaugurada e ao longo das duas décadas seguintes esta passa por processos de consolidação interna e externa. Interna, pela transferência das repartições públicas e de seus funcionários do Rio de Janeiro, os quais não apresentavam o mesmo entusiasmo dos operários. Externa, pela legitimação da nova capital frente aos outros países, consolidada pela transferência de suas embaixadas junto ao Plano Piloto. Nesse ínterim, a vinda de construtores e trabalhadores do país inteiro, mas principalmente dos estados do norte e nordeste, passa a desenhar geograficamente a estratificação social das novas áreas a serem construídas da nova capital.

4.1.2. Criação das Regiões Administrativas do DF e a formação da região do Entorno do DF

A grande migração de trabalhadores para construção da capital trouxe consigo a necessidade de estabelecer cidades operárias, na qual pudessem residir os seus construtores, que habitavam em galpões próximos ao canteiro de obras. Em uma ocupação urbana “tradicional” o subúrbio é historicamente o refúgio dos males da vida de uma cidade grande, um lugar onde a cooperação social e o respeito são valorizados pelos seus habitantes por representar uma cidade pequena (MUNFORD, 2008). Em Brasília, ao contrário, os subúrbios e arredores passaram a ser ocupados pela grande massa de trabalhadores braçais que vinham de todas as partes do país. As novas cidades estrategicamente posicionadas próximas ao canteiro de obras cresciam com rapidez e passavam a apresentar problemas de infraestrutura.

Entretanto, a formação dessas primeiras cidades satélites ao longo dos anos 1960 não foram suficientes para comportar o surto migratório para a capital federal. A vinda de famílias em busca de melhores condições de vida intensificava as invasões nas áreas próximas ao plano piloto. Um exemplo dessa ocupação desenfreada era a presença de 80 mil pessoas nos anos 1969 vivendo em barracos da região do IAPI, no que hoje é o Núcleo Bandeirantes (VASCONCELOS, 1988). Para contenção desses núcleos irregulares de habitação, cria-se o CEI (Campanha de Erradicação das Invasões), pela qual estabelece a remoção das famílias para uma nova cidade, que passa a se chamar Ceilândia. A iniciativa inova, sobre o ponto de vista de acolhimento social, uma vez que buscou integrar a população marginalizada em uma comunidade organizada e com melhores condições de vida, onde estavam presentes instalações de água, luz, escolas e hospitais. Entretanto, ressalta-se aqui que essa e outras medidas foram constituídas dentro do contexto de Ditadura Militar e significaram a constante tutela do estado brasileiro junto a essas famílias. A adequação de tais comunidades marginalizadas pode ter significado no reforço de uma cidadania regulada pelo Estado (SANTOS, 1979).

Considera-se que o afastamento dessas comunidades tinha por objetivo remover os sintomas de desigualdade social presentes no cotidiano dos servidores de alto escalão do Governo Federal, no que passou a se chamar região do Plano Piloto. A desigualdade, marca constante da antiga capital no Rio de Janeiro, não combinava mais com a perspectiva da formação de um novo Brasil idealizado no começo do século XX. Assim, era preciso remover aqueles que representavam o passado nada glorioso, marcado pelas

relações da “casa grande e senzala”, da formação desse novo Brasil moderno e “organizado”. A tutela do Estado Brasileiro atraiu ainda mais brasileiros que buscavam experimentar o novo e o moderno prometido pela nova capital. Os novos habitantes, migrantes de um interior ausente das intervenções do Estado, possuíam apenas o sonho de um novo Brasil, mas não possuíam as habilidades necessárias para a sua construção na cidade, portanto não combinavam com a essência do Plano Piloto.

Após 30 anos de fundação de Brasília, as cidades satélites Taguatinga, Ceilândia, Núcleo Bandeirantes, Sobradinho, Gama, Planaltina, Brazlândia, Guará e Cruzeiro já estavam organizadas como cidades dormitórios, mas com dinâmicas próprias derivadas de suas singulares ocupações (VASCONCELOS, 1988). Se as ações iniciais da construção de Brasília representavam o entusiasmo modernizador da utopia brasileira, o que se viu a seguir de sua inauguração era o resultado de uma ressaca da sua construção (SILVA, 1997). Isso porque as invasões e o fluxo migratório intenso revelaram mais à frente problemas de abastecimento e saneamento básico, dificuldades de locomoção, transporte e habitação e ausência de opções de lazer na cidade. A formação das cidades-satélites³⁸ afastava do plano piloto a dura realidade enfrentada por esses migrantes e consolidavam a estruturação de uma elite profissionalizada, constituída em sua maioria de funcionários públicos, seccionados por quadras de habitação.

A população do Distrito Federal subiu de 516.896 habitantes, nos anos 1970, para 1.138.835 habitantes em 1980. Já em 1991 a população urbana era de 1.515.889 e, em 2000, Brasília havia ultrapassado os dois milhões, com 2.051.146 habitantes, distribuídos em 19 Regiões Administrativas (PAVIANI, 2007). Nesse sentido, Paviani (2007) defende a subdivisão de três períodos na história de urbanização de Brasília: (1) o período pioneiro – de 1956 a 1973 – com a construção e transferência de funcionários e órgãos e na criação das cidades satélites; (2) o período de consolidação de Brasília – de 1974 a início dos anos 1990 – com tombamento do Plano Piloto como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, transferência das embaixadas e configuração informal da Área Metropolitana de Brasília (AMB); e (3) período contemporâneo, que inclui os últimos anos, marcados por ações de limpeza de áreas faveladas e de regularização de condomínios de classe média e alta no território do Distrito Federal. Soma-se aqui, no terceiro período, o crescimento da região do Entorno de Brasília, para onde se deslocaram uma população

³⁸ Em 1964, as até então chamadas de cidades-satélites passaram a ser chamadas de Regiões Administrativas, por meio de lei que previa a reestruturação administrativa do Distrito Federal em que previa a descentralização e coordenação de serviços locais.

de média e baixa renda que não se fixou no Distrito Federal e os recém-chegados migrantes. Todos em busca das oportunidades geradas pelo setor de serviços e pela Administração Pública que sustenta a economia da região (PINTO, 2017).

Diferentes iniciativas públicas para o acolhimento desses migrantes nas duas regiões marcam profundamente a qualidade de vida dos seus moradores. Assim, não foram somente as Regiões Administrativas de Brasília as reféns da intervenção estatal para aceleração da construção de infraestrutura, as cidades goianas vizinhas ao quadrilátero do Distrito Federal também foram impactadas pela construção de Brasília e da resultante consolidação urbana, o que originou uma alta segregação socioespacial (GUIA, 2006). Os municípios limítrofes nos estados de Goiás e Minas Gerais que possuíam economia agrária, logo cedo sofreram com a especulação imobiliária pela vinda da Capital Federal para a região.

Na medida em que as cidades satélites se esgotavam como espaços de moradia e infraestrutura, elevando inclusive o custo de vida, as famílias passam a se deslocar para essas cidades. Os loteamentos das até então áreas rurais ocorreram de forma irregular, o que além de não garantir a infraestrutura necessária contribuiu para elevar os níveis de violência na região. Como medida de melhor administrar essas regiões, surgem os novos municípios no Entorno do Distrito Federal: de Luziânia são desmembrados os municípios de Padre Bernardo (1963), Santo Antônio do Descoberto (1982), Cidade Ocidental (1993), Novo Gama (1997), Valparaíso de Goiás (1997) e Vila Boa (1992); já do município de Formosa surge Cabeceiras (1958), Água Fria de Goiás (1989) e Planaltina de Goiás (1991) (PINTO, 2017).

A integração das duas regiões incluídas na pesquisa tem se apresentado como um grande desafio para os gestores políticos, justamente por possuírem grandes diferenças econômicas e sociais. A construção e consolidação do Distrito Federal no centro-oeste nas décadas de 1950 e 1960 atraiu inúmeros migrantes em busca de emprego na nova capital. Entretanto, a partir dos anos 1990 as regiões análogas a essa região, pertencentes ao estado de Goiás, passaram a crescer de forma desordenada, principalmente pelo esgotamento habitacional das regiões periféricas ao plano piloto, concentração dos prédios administrativos da federação e de autarquias. Crescimento este que instigou a formação do RIDE do Distrito Federal e do Entorno, criado por meio da Lei

Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998³⁹, esse é composto por além do Distrito Federal, os seguintes municípios:

- Municípios do Estado de Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa.

- Municípios do Estado de Minas Gerais: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

4.2. Contextos socioeconômicos: o Distrito Federal e o seu Entorno

*Se no Brasil entre as classes há um abismo
Por aqui é um precipício cada vez mais difícil de saltar
Da Ceilândia a Asa Norte
De Brazlândia e P. Norte
E os ricos pobres do Cruzeiro e do Guará
("Pescador do asfalto" - Marimbondo)*

Alguns indicadores sociais e econômicos evidenciam a realidade discrepante que culminaram desse processo. O Distrito Federal possui um IDH de 0.824 enquanto todo o estado de Goiás possui o indicador em 0.735, contudo, a média do indicador entre as cidades do Entorno cai para 0.685 (IBGE, 2010). Com relação ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita no Distrito Federal é R\$ 2548,00, enquanto a média no estado de Goiás é de R\$ 1277,00 (IBGE, 2017). As diferenças relacionadas a desigualdade de renda são ainda mais presentes na região do Entorno do Distrito Federal. Enquanto no Distrito Federal o salário médio mensal dos trabalhadores é de 5,7 salários mínimos, a média do salário médio entre as cidades do Entorno é de 2,0 salários mínimos (IBGE, 2015).

As diferenças resultantes das etapas de urbanização, bem como da capacidade de eficácia dos governos do Distrito Federal e dos municípios do Entorno para resolver os problemas de infraestrutura dessas regiões contribuíram ainda mais para a ampliação da segregação social. O Distrito Federal possuía 2.570.160 habitantes no censo de 2010, enquanto se estima a existência de 3.039.444 de pessoas para o ano de 2017 (IBGE, 2017). Já nos municípios do Entorno com uma população 1.154.544 em 2010 (IBGE, 2010), com estimativas de possuir 1.333.874 de pessoas em 2017 (IBGE, 2017).

³⁹ No dia 14 de junho de 2018 foi sancionada a lei de formulação do RIDE-DF que ampliou a área de abrangência, este, conta atualmente com 32 municípios.

Tabela 2 – Dados socioeconômicos do Distrito Federal e Entorno (2010)

Cidades	Índice de Gini	IDHM	Renda per capita (R\$)	Proporção de jovens de 18 a 20 anos com EM completo (%)
Abadiânia	0,43	0,689	519,87	43,21
Água Fria de Goiás	0,60	0,671	525,20	37,49
Águas Lindas de Goiás	0,43	0,686	449,38	33,60
Alexânia	0,46	0,682	498,09	38,98
Cabeceiras	0,48	0,668	420,47	31,75
Cidade Ocidental	0,50	0,717	647,64	38,89
Cocalzinho de Goiás	0,47	0,657	450,47	30,55
Corumbá de Goiás	0,51	0,680	503,01	46,03
Cristalina	0,57	0,699	686,90	39,66
Formosa	0,56	0,744	732,24	47,94
Luziânia	0,50	0,701	580,88	38,58
Mimoso de Goiás	0,58	0,665	474,44	37,37
Novo Gama	0,46	0,684	498,44	30,41
Padre Bernardo	0,56	0,651	518,12	32,90
Pirenópolis	0,49	0,693	544,78	38,51
Planaltina	0,43	0,669	466,69	35,60
Santo Antônio do Descoberto	0,45	0,665	449,39	30,79
Valparaíso de Goiás	0,50	0,746	764,73	45,01
Vila Boa	0,48	0,647	376,72	31,61
Buritis	0,57	0,672	505,59	31,43
Cabeceira Grande	0,47	0,648	424,47	35,75
Unaí	0,54	0,736	720,51	49,64
Média no Entorno	0,50	0,685	534,46	37,53
Distrito Federal	0,63	0,824	1.715,11	53,48

Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano⁴⁰. Em destaque estão os valores máximo e mínimo de cada categoria.

O abismo social retratado na música citada no começo dessa seção é fortemente delimitado pelos contornos do Distrito Federal, dos quais os moradores do Plano Piloto simbolizam as classes mais altas, enquanto que a desigualdade se agrava quanto maior a distância destes, iniciando entre as diferentes Regiões Administrativas e agravando-se entre as cidades do Entorno de Goiás. A existência de uma rede de tráfico de drogas amplifica a violência na região do Entorno do Distrito Federal, marginalizando ainda mais os moradores, rede esta que é sustentada pelo alto consumo da classe média e alta dentro do Distrito Federal (PINTO, 2017). Além disso, os entraves burocráticos de responsabilização para a existência de transporte público adequado às demandas da região agravam as condições de vida daqueles que moram na região do Entorno.

O sonho de um novo Brasil mais moderno é experimentado somente para aqueles próximos ao Plano Piloto. Na medida em que se afastam desse, nos seus arredores, ainda

⁴⁰ O Atlas de Desenvolvimento Humano congrega dados disponibilizadas pelas fontes: PNUD, Ipea e FJP.

persiste o sonho de uma vida melhor e mais digna – a permanência da utopia –, mas combinado à ausência do Estado e aos resquícios da desigualdade social. O sonho continua atraindo migrantes, em busca de trabalho, bons salários e melhores condições de saúde e educação. Esses se submetem a constantes deslocamentos das cidades do Entorno para a região central, muitas vezes em situações de subempregos.

4.3. Os estudantes jovens das escolas do Distrito Federal e do Entorno

Os estudantes jovens do Distrito Federal e do Entorno possuem diferenças significativas, portanto, utiliza-se quatro variáveis para compor o contexto socioeconômico: local da escola (Distrito Federal e Entorno do Distrito Federal), escolaridade dos pais e responsáveis, renda e tipo de escola. Nessa seção apresenta-se cada uma dessas variáveis, analisando suas especificidades e identificando os elementos que irão compor a análise dos contextos socioeconômicos que posteriormente serão usados nos modelos de análise do teste de hipóteses.

Assim, nessa seção, primeiro justifica-se a utilização do local da escola como um fator importante, apresentando dados demográficos gerais que compõe a amostra. Argumenta-se que as regiões possuem características sociais e demográficas distintas e desiguais o que possibilita considerar a região de estudo⁴¹ um fator importante. Em seguida debate-se a escolaridade dos pais e responsáveis, pelo qual foi realizado um índice que permitisse as análises robustas subsequentes. Ainda para retratar o contexto socioeconômico avalia-se a renda dos entrevistados. E por fim o tipo de escola, ponderando as características relacionadas a estrutura escolar das escolas privadas, federais e estaduais. Por meio dessas variáveis serão testadas as outras hipóteses no capítulo seguinte.

4.3.1. Distrito Federal e Entorno: características das escolas

Os jovens entrevistados pela pesquisa eram compostos por 55% do sexo feminino e 44,2% do sexo masculino no Distrito Federal, e 56,2% e 43,3%, respectivamente na

⁴¹ A região de estudo dos alunos é entendida como o local da escola do estudante. Não se utiliza o local de moradia como variável, uma vez que se percebeu no decorrer das aplicações dos questionários que alguns alunos moravam em região diferente da de Estudo, sendo comum o trânsito de alunos do Entorno junto a escolas do Distrito Federal.

região do Entorno⁴². A proporção dos dois sexos é semelhante nas duas amostras e não será considerado nas análises futuras. Verificou-se também que 7% dos estudantes jovens do Distrito Federal moram na zona rural enquanto no Entorno⁴³ esses são 10,5%. Embora exista uma maior presença de moradores na zona rural no Entorno, esse fator pode não ser suficiente para relacionar com a existência de dois diferentes contextos socioeconômicos, que podem vir a ser responsáveis por variações de subculturas políticas. Rennó (1997) argumentou que em relação a região do Distrito Federal, o local de estudo associado a variável renda tem um efeito maior sobre a formação de subculturas políticas na região.

Já com relação a religião dos estudantes jovens, verificou-se uma associação significativa considerando o local da escola.

Tabela 3 – Religião (%)*

	Distrito Federal	Entorno do Distrito Federal
Católica	43,1	35,8
Evangélica	26	40,7
Espírita	3,4	1,5
Religiões de Matriz Africana	1,1	0,8
Sem religião	21,4	15,3
Outras Religiões	4,9	5,9
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n = 1318) *q > .00

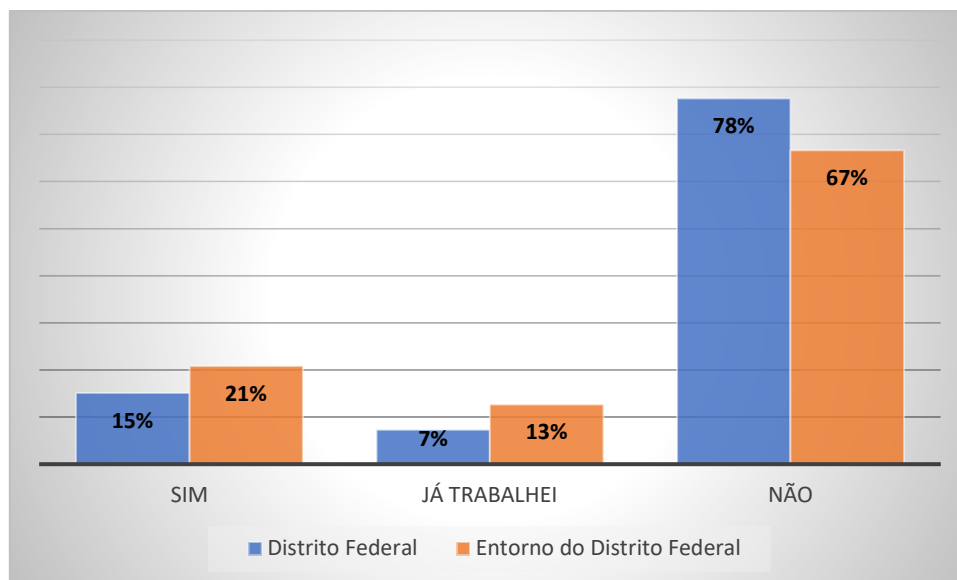
A religião católica é predominante no Distrito Federal, com 43,1%, enquanto na região do entorno prevalece a religião evangélica, com 40,7% (que é a soma das categorias evangélica tradicional e evangélica pentecostal). O perfil religioso apresentou significância estatística, indicando que há sim uma relação entre a religião dos indivíduos e o local de estudo, e que esta relação pode ser generalizada para toda a população. Ainda que Inglehart (2009) aponte que a religião é um fator relevante na constituição cultural de um país, esse trabalho não pretende testar essa variável como diferenciadora da cultura política. Uma vez que se considera a religião dos estudantes jovens incluída a outros fatores estruturais da sociedade. Isso porque a tradição brasileira religiosa é essencialmente católica, e as outras religiões, como a evangélica, acabam por ser reflexos

⁴² Considera-se ainda a presença da categoria outros 0,8% e 0,5% entre as respostas do DF e Entorno, respectivamente.

⁴³ N= 1267, q < .05

da estrutura fundante da religião católica. Dessa forma, priorizou-se outras características sociais para fazer o teste das hipóteses deste trabalho.

Gráfico 1 – Combinação de estudos e trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1388)

A região do Entorno aparece como a mais precária com relação a satisfação das condições materiais dos jovens, o que é possível constatar pela relação que os jovens possuem com o trabalho. Entre os estudantes que informaram não trabalhar enquanto estudam, existe uma diferença de 11%, entre as duas regiões. E tanto entre aqueles que argumentaram já ter trabalhado, ou ainda estarem trabalhando, esses também são predominantemente da região do Entorno, de 7% para os estudantes do Distrito Federal e 13% para o Entorno. Os estudantes do Entorno tendem a combinar, assim, mais a relação com os estudos e trabalho do que os estudantes do Distrito Federal, situação característica dos jovens em situação de insegurança material. Considerando também que as cidades do Entorno possuem as menores renda *per capita*, esses jovens trabalham por não possuírem as garantias materiais necessárias à sua sobrevivência física. Nesse caso, é possível dizer que na ausência de condições materiais, esses jovens buscam satisfazer o próprio desenvolvimento material, o que indica pouca associação com valores pós-materiais (INGLEHART, 1988).

4.3.2. Escolaridade dos pais e responsáveis

Para compor o contexto socioeconômico dos estudantes jovens se utilizará como variável relevante nas análises sobre a formação política a escolaridade dos pais. Assim, identificou-se que 61% dos jovens do Distrito Federal e 63,7% do Entorno moram com ambos os pais. Enquanto em relação a proporção de jovens que indicou morar apenas com um dos pais é semelhante, 25,7% no Distrito Federal e 24,7% no Entorno⁴⁴. Dessa forma, 86,7% dos jovens estudantes do Distrito Federal e 88,4% do Entorno moram com pelo menos um dos pais, tornando-se relevante identificar a escolaridade dos pais e/ou responsáveis a fim de verificar a força que seus anos de estudo podem variar sobre o ambiente desses alunos.

Tabela 4 – Escolaridade dos pais e responsáveis (%)

	Mãe*		Pai*		Responsável*	
	Distrito Federal	Entorno do DF	Distrito Federal	Entorno do DF	Distrito Federal	Entorno do DF
Não estudou na Escola	1,1	1,4	1	3,9	2,9	2,3
Ensino Fundamental incompleto	10,7	24,9	12,4	28	4,4	8,6
Ensino Fundamental completo	3,4	6,3	4,5	7	2,6	7,3
Ensino Médio incompleto	7,6	13	7,1	11,5	3,7	5,9
Ensino Médio completo	28,3	26,5	21,8	19,7	12,1	15
Ensino Superior incompleto	6,5	3,2	3,4	3,1	5,5	2,7
Ensino Superior completo	32,1	14,7	31,6	9,9	27,5	10,5
Mestrado	5,3	2,2	5,2	0,7	4,4	1,4
Doutorado	2,3	0,5	4	0,7	5,1	0,5
Não sei	2,7	7,3	8,9	15,4	31,9	45,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa sobre Socialização política no DF e Entorno (2017). Mãe n= 1324 / Pai n= 1311 / Responsável n =423 / *q < .00

⁴⁴ n= 1332, q < .05

O perfil educacional da mãe dos entrevistados é bem distinto entre as duas regiões. No Distrito Federal há uma grande quantidade de mulheres com nível superior, 32,1%, contra 14,7% das mães do Entorno. Por outro lado, a diferença entre as mães que possuem o ensino fundamental incompleto é muito alta, considerando que essa escolaridade em 10,7% das mães no Distrito Federal e 24,9% no Entorno. Ou seja, as mães dos jovens do Distrito Federal são em média mais escolarizadas do que as mães do Entorno.

Já as diferenças verificadas com relação à escolaridade dos pais dos entrevistados são ainda mais discrepantes, mas seguem a mesma disparidade vista nos dados sobre as mães. No Distrito Federal, grande parte dos pais possuem sua escolaridade no ensino superior completo, com 31,6%, enquanto para com os pais do Entorno, cai para 9,9%. Novamente, os pais que possuem ensino fundamental incompleto, do Distrito Federal e do Entorno, com 12,4% e 28%, respectivamente, indicam o predomínio de indivíduos com menor escolarização.

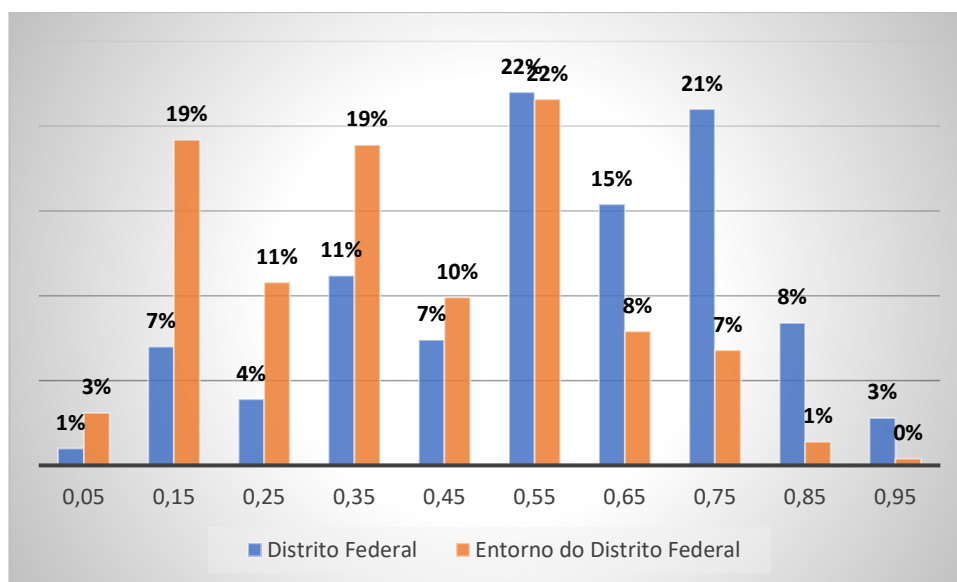
As diferenças nas escolaridades de ambos os pais dos entrevistados são bastante relevantes, entretanto elas são acentuadas nos extremos, considerando uma baixa escolaridade, como ensino fundamental incompleto contra ensino superior completo. Entre aquelas mães que possuem até o nível de Ensino Médio, as mães do DF representam 51,1% e as do Entorno, 72,1%. Já com relação aos pais, 46,8% no Distrito Federal possuem até o Ensino Médio completo, enquanto 70,1% no Entorno. Em ambos os casos as mães possuem uma escolaridade maior do que a dos pais.

Entretanto, quando verificados os mais altos níveis de graduação (mestrado e doutorado), no Distrito Federal, os pais se destacam com 9,2% (as mães com 7,6%), mas entre os do Entorno as mães, são maioria entre os mais pós-graduados 2,7% (os pais com 1,4%). Assim, os jovens do Distrito Federal possuem um ambiente familiar mais escolarizado do que os do Entorno. Considerando-se que a escolaridade formal dos pais reflete sobre a formação dos jovens, há uma grande discrepância entre os dois grupos nesse quesito. Já sobre os responsáveis dos jovens, esses mantiveram a tendência da escolaridade das mães e dos pais em cada região. Contudo, 31,9% dos jovens do Distrito Federal e 45,9% dos do Entorno que indicaram possuir um responsável desconhecem sua escolaridade.

Considerando que o fator escolaridade é uma das principais variáveis a serem usadas nas análises relacionadas ao uso das redes sociais e à cultura política, desenvolveu-

se um índice que agrupa as escolaridades de ambos os pais e os responsáveis⁴⁵. O índice variou de 0 a 1 (0 menor escolaridade e 1, maior escolaridade), e no gráfico abaixo apresenta-se ele reduzido a 10 categorias.

Gráfico 2 – Índice agrupado das Escolaridades



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa sobre Socialização política no DF e Entorno (2017). Mãe n= 1271 / *q < .00

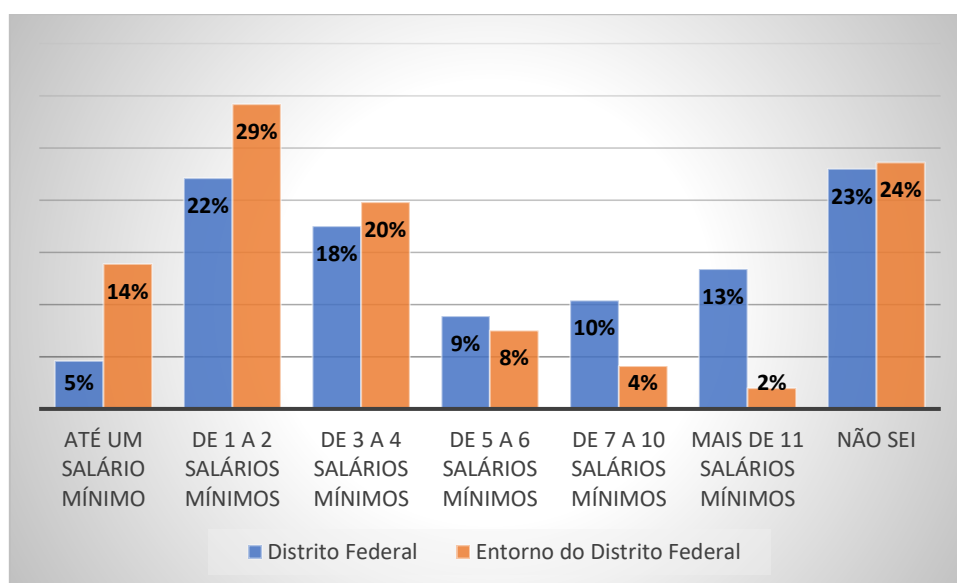
Com os dados reunidos no índice agora é possível verificar a incidência e a correlação da escolaridade dos pais sobre a formação da cultura política.

4.3.3. Renda

Considerando os resultados acima, busca-se saber se a renda também possui um comportamento no mesmo sentido ao da escolaridade no Distrito Federal e no Entorno. A renda é uma variável fundamental nesse estudo, que pode determinar ou ser determinada pelas outras condicionantes.

⁴⁵ O índice corresponde a média da escolaridade de ambos os pais e responsáveis. Nos casos em que não havia responsáveis, ou um dos pais, a média foi calculada considerando apenas as escolaridades informadas pelos jovens.

Gráfico 3 – Renda



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1332) / *q < .00

Assim como indicado pelos valores demográficos a respeito das cidades envolvidas nesse estudo, os estudantes do Distrito Federal apresentam um rendimento familiar maior do que os do Entorno. Entre as famílias com menor rendimento, no Distrito Federal 27% indicaram possuir até dois salários mínimos (cerca de R\$ 1874,00 por família) contra 43% dos estudantes do Entorno. O que significou também na concentração de rendimentos altos no Distrito Federal, cerca de 23% dos entrevistados no DF, contra 6% no Entorno, indicaram possuir mais de 7 salários mínimos, o que significa uma renda familiar mensal maior de R\$ 6559,00. Tais diferenças implicam diretamente sobre o perfil social dos entrevistados, indicando que o local de estudo por si só já distingue o perfil econômico. Todavia, é preciso investigar se é a renda o fator determinante sobre as outras variáveis, ou se apenas o local de estudo, ou a escolaridade, ou ainda o tipo de escola, a fim de testar a hipótese do efeito que tais diferenças socioeconômicas combinadas ao uso das redes sociais influenciam sobre os indicadores de cultura política.

4.3.4. Tipos de Escola

Com relação aos tipos de Escola, foram definidas uma proporção probabilística no momento do cálculo da amostra. Justamente por se considerar que tal fator institucional é relevante na formação dos jovens. As categorias utilizadas inicialmente

foram as definidas pelo MEC, como escolas de ensino privado, estadual e federal. Nesse sentido as escolas do Entorno que são filiadas à Secretaria de Educação do Estado de Goiás e Minas Gerais, foram consideradas como escolas Estaduais, assim como as escolas do Distrito Federal, entendidas como escolas Distritais. As escolas de ensino privado foram categorizadas pela exigência de pagamento pelo ensino⁴⁶, considerando a proporção de escolas cadastradas no MEC em ambas regiões.

Tabela 5 – Tipo de escola (%)

	Estadual	Privada	Federal
Distrito Federal	38,40%	56,30%	5,30%
Entorno do Distrito Federal	60,70%	28,70%	10,60%

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1345) / *q < .00

Das escolas privadas, no Distrito Federal, 15,5% dos estudantes jovens recebem bolsa integral e 30,8% recebe bolsa parcial. Já no Entorno, apenas 4,4% recebem bolsa integral e 10,7% recebem bolsa parcial.

4.4. Cultura política da região do Distrito Federal e do Entorno

Pesquisas sobre a cultura política na vertente de Almond e Verba (1965) se propõem a descrever em um único conceito as características dos países. Entretanto, estudos de âmbito nacional são acusados de ignorar as peculiaridades internas da cultura política em nome de identificar apenas uma cultura generalista⁴⁷ (ALMOND, 1989; WILDAVSKY, 1987; LIESKE, 1993; PATEMAN, 1980; DIAMOND, 1994). Características regionais causadas por diferentes formações históricas, diferenças entre elites e massas, etnias, religiões, escolaridade, burocracia e ambientes institucionais, entre outros, promovem frações culturais que ajudam a explicar as diferenças internas presentes na cultura política. Nesse sentido, alguns pesquisadores apontam alternativas a esse conceito fechado, como o termo culturas políticas divididas (PATEMAN, 1993) ou subculturas políticas.

⁴⁶ Em uma das amostras verificou-se a presença de uma escola autodenominada híbrida. Essa ao mesmo tempo que possui vínculo com o ensino estadual também cobra uma taxa de mensalidade (maior do que um salário mínimo) para os alunos. Posteriormente, essa escola será analisada separadamente, pois entende-se que ela representa um nicho entre os alunos do Distrito Federal.

⁴⁷ Almond e Verba também são criticados por não questionarem o pressuposto básico do modelo liberal de democracia (ver capítulo 2).

A concepção de subculturas, indicada por Erikson, Mciver e Wright (1987), está atrelada as unidades estaduais, pois em estudos norte-americanos essa variável mostrou-se importante para definir a identificação partidária e ideológica dos cidadãos norte-americanos. Os autores argumentam, inclusive, que essas são mais importantes do que religião, situação econômica e raça. Nesse sentido, pesquisas a respeito das características regionais têm sido relevantes para definirem as especificidades contidas dentro de uma cultura política nacional.

No Brasil, pesquisas em escala regional têm sido realizada principalmente sobre a região sul e sudeste ou enfocando sobre comportamento eleitoral (BAQUERO e PRÁ 2007; MORAIS, 2017; AMORIN, 2006; MARIO *et all*, 2003; DE BARROS e MARTINS, 2015). A região centro-oeste apresenta poucos estudos que se dedicam a avaliações da cultura política local no período democrático. Rennó (1997) realizou um dos únicos trabalhos que enfoca o Distrito Federal como unidade de análise. A pesquisa buscou explorar os conceitos de familismo amoral e de hobbesianismo social no estudo da cultura política do cidadão do Distrito Federal (DF). O autor apontou que a população do Distrito Federal apresenta uma cultura política de desconfiança.

Rennó (1997) avaliou variáveis relacionadas ao nível de associativismo, filiação partidária, percepção sobre o caráter pacífico do cidadão brasileiro, envolvimento em conflitos, formas de resolução de conflitos, opiniões sobre a sociedade e noções de pertencimento a mesma. As análises confirmaram a existência de um baixo envolvimento do cidadão do Distrito Federal em associações da sociedade civil. Indicando que “Os elos entre os cidadãos são muito frágeis para permitir qualquer interação de longo prazo. A ação coletiva na sociedade do Distrito Federal é invisível por que de fato não existe para a maioria da população” (RENNÓ, 1997, p. 90).

Pesquisas semelhantes foram desenvolvidas por Soares (2000), o qual foca sobre a avaliação dos serviços públicos prestados no Distrito Federal e a intenção de voto dos eleitores. O autor identifica que a intenção de votos para o, até então ex-governador do Distrito Federal, Roriz⁴⁸ aumentam se a Região Administrativa foi criada a partir de um assentamento e correlaciona inversamente com a renda e a escolaridade da Região Administrativa. O que significa que os moradores do Distrito Federal em níveis

⁴⁸ Joaquim Domingos Roriz, nascido na cidade de Luziânia, foi governador do Distrito Federal por 4 mandatos, tendo sido investigado por denúncias de corrupção. Nas eleições de 2010 desiste de uma nova candidatura ao governo do Distrito Federal e indica para seu lugar a esposa Weslian Roriz, que acaba perdendo o pleito.

socioeconômicos mais baixos tendem a apoiar o então pré-candidato que já havia lhe favorecido diretamente com assentamentos gratuitos nas Regiões Administrativas recém-criadas, todas distantes do Plano Piloto.

Assim, a cultura política do Distrito Federal possui um forte apelo clientelista de favorecimento direto dos poderes executivos para com os cidadãos. Nesse caso predomina uma relação paternalista, pela qual o poder executivo resolve as questões e necessidades dos moradores irregulares, uma vez que não foi necessário qualquer envolvimento coletivo entre os moradores para regularizar ou obter seu local de moradia. Esses eleitores foram identificados como entre aqueles que possuíam baixa escolaridade e baixa renda, possivelmente a ausência dos recursos materiais incide diretamente sobre a existência de uma cultura política mais cívica. Os dados avaliados por ambos autores, Rennó e Soares dizem respeito aos anos 1990, mais tarde, as cidades do Entorno passaram a receber sistematicamente a migração crescente para a região⁴⁹.

Todavia, a despeito das diferenças socioeconômicas, avalia-se também que ambas as regiões possuem características culturais próprias. Viver no mesmo lugar é importante uma vez que se compartilha experiências com as pessoas ao redor. Assim, busca-se nessa seção identificar se existem características distintas entre o contexto escolar a qual os jovens estão inseridos. Para isso, realiza-se uma comparação interna entre as regiões a fim de verificar se é possível tratá-las de forma homogênea, considerando o compartilhamento cultural dos jovens no espaço escolar.

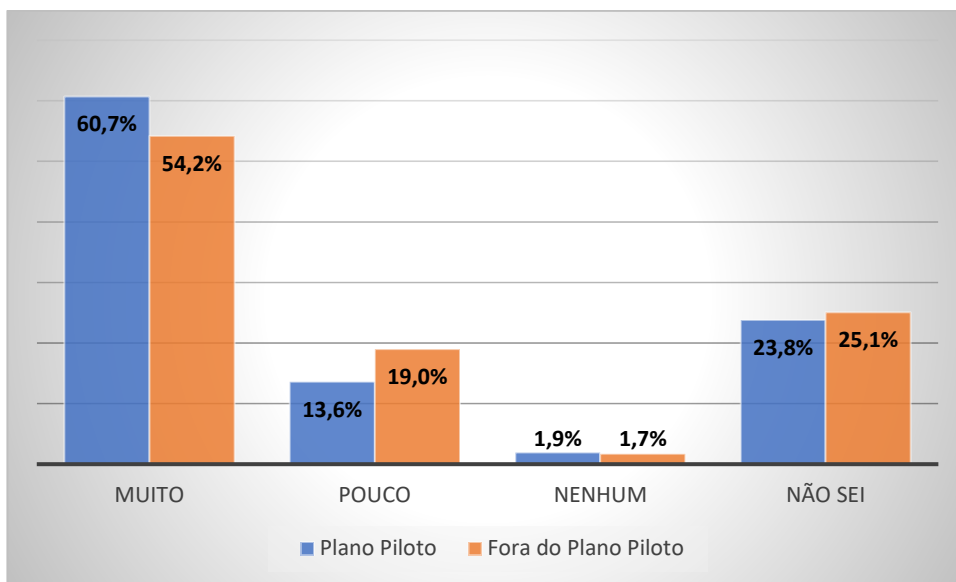
4.4.1. Cultura Política do Distrito Federal

Com relação ao Distrito Federal, separou a amostra em escolas localizadas dentro da Região Administrativa do Plano Piloto (região mais próxima da concentração de órgãos de administração federal, região de alta especulação imobiliária) e as escolas das outras regiões Administrativas do Distrito Federal. Já no Entorno, organizou-se as escolas em cidades que se caracterizam por estar totalmente voltada aos serviços do Distrito Federal, cidades limítrofes e cidades dormitórios, e cidades que possuem

⁴⁹ Como exemplo, Águas Lindas de Goiás, segundo dados da PMAD (CODEPLAN, 2014) no ano de 2013 a cidade era a mais populosa da região do Entorno do Distrito Federal. De toda a população, 56,78% (110.066 pessoas) migraram para o município após 2000. E entre 1991 e 2000 foram 39,40% (76.364 pessoas) dos então residentes. Assim, 96,18% da então população haviam migrado para a cidade entre 1990 e 2013. Outros dois fatores relevantes são que entre os moradores da cidade, 46,17% possuíam o ensino fundamental incompleto e apenas 7,55% dos moradores são naturais do estado de Goiás.

desenvolvimento socioeconômico também dependente do Distrito Federal, mas distantes geograficamente e com certa independência.

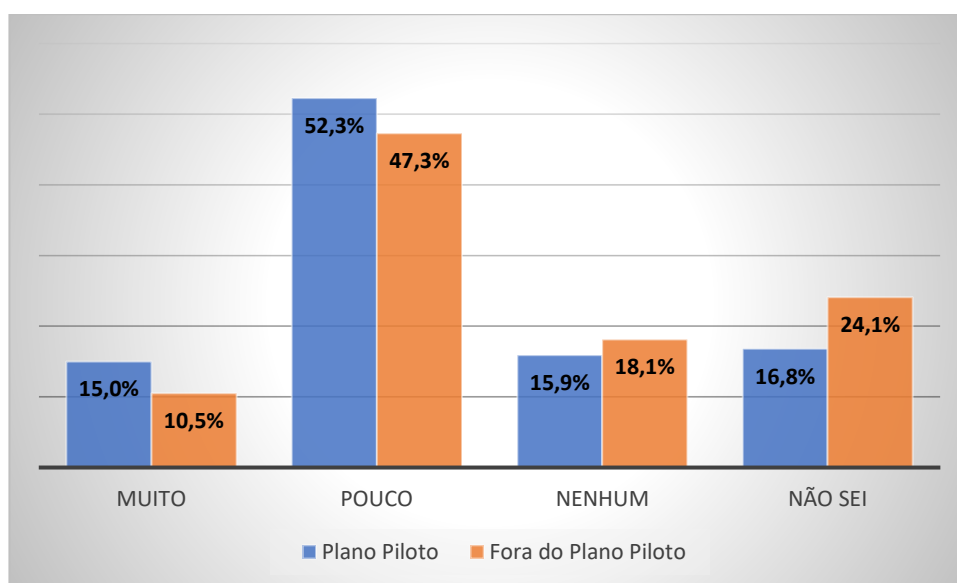
Gráfico 4 – Interesse por política dos professores do Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=731) / *q > .05

Com relação ao interesse por política dos professores, não há uma diferença estatisticamente significativa entre os jovens do Distrito Federal que estudam no Plano Piloto e os que estudam fora do Plano Piloto. Infere-se a partir da percepção dos jovens que os professores apresentam interesse político similar em qualquer um dos locais dentro do Distrito Federal. Essa semelhança com relação ao perfil dos professores diz respeito a uma homogeneidade de influências que esses exercem sobre seus alunos. Ou seja, os professores, como agentes de socialização política, tendem a ter influências semelhantes sobre os alunos independentemente do local de estudo desses jovens. Contudo, a percepção dos jovens estudantes em cada um dos locais de estudo pode ser mais eficiente em destacar uma diferenciação na cultura política das duas regiões. Para isso, analisa-se a percepção dos jovens com relação a seus pares.

Gráfico 5 – Interesse por política dos colegas de escola do Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=728) / *q > .05

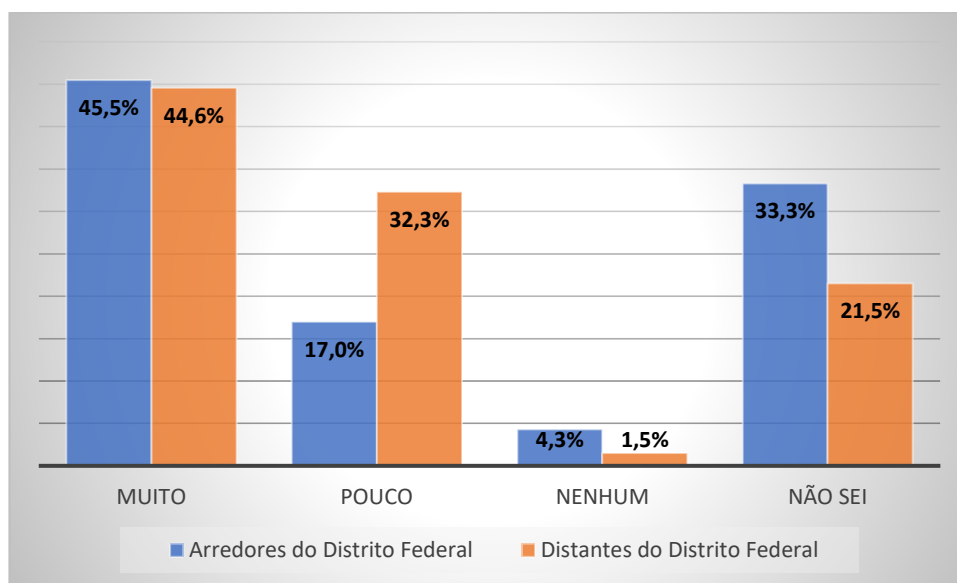
Entretanto, mais uma vez não há diferença entre a percepção dos jovens com relação a seus colegas de escola, no quesito interesse por política. As diferenças entre o Plano Piloto e as Regiões Administrativas fora do plano piloto são estatisticamente não significativas, uma vez que os jovens apresentam percepções muito semelhantes nos dois locais, o que indica que o local de estudo em si não determina sobre a existência de diferentes culturas políticas dentro do Distrito Federal. Mesmo que internamente há grande diferenciação socioeconômica, os jovens compartilham de percepções semelhantes. O perfil socioeconômico das Regiões Administrativas tem se mesclado e incorporado em uma mesma região a existência de uma possível elite e classes trabalhadoras, de todos os tipos. Assim, não é possível determinar o que define como heterogêneo dentro do Distrito Federal, o que justifica sua análise como uma um único bloco cultural.

Nesse caso, as diferenças internas socioeconômicas e culturais dentro do Distrito Federal são extremamente complexas e pouco exploradas na literatura da área de cultura política. O desenho da amostra da pesquisa não teve a intenção de mensurar todas essas diferenças, pois não era o objeto de análises deste trabalho. Como se viu aqui, a despeito de diferenças socioeconômicas, os jovens dessa região compartilham visões de mundo, uma vez que vivenciam o mesmo período histórico e as mesmas experiências culturais.

4.4.2. Cultura Política do Entorno do Distrito Federal

Já com relação a região do Entorno, verificou-se que as diferenças socioeconômicas dentro da região são menos discrepantes do que as internas ao Distrito Federal. Basta agora verificar se há indícios de padrões culturais na região.

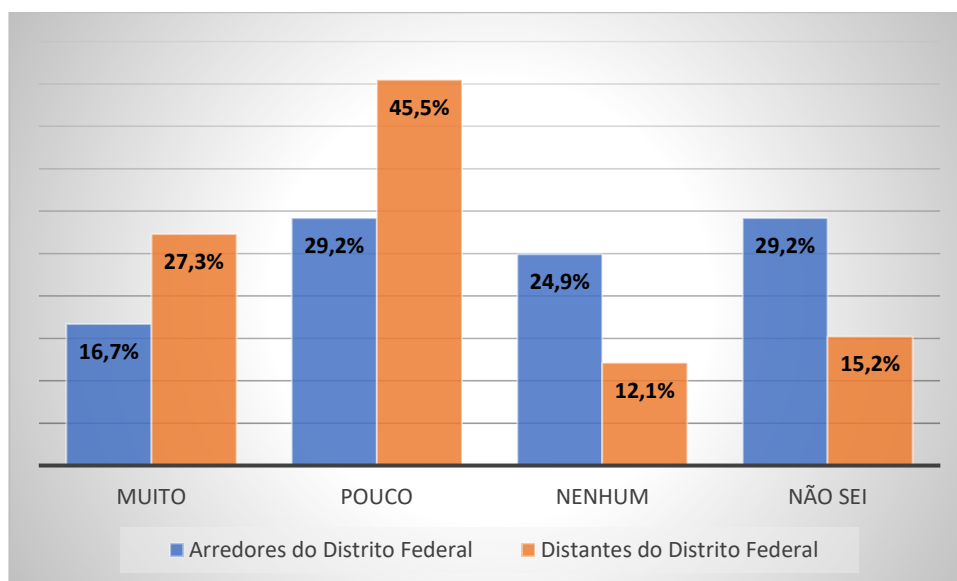
Gráfico 6 – Interesse por política dos professores do Entorno do Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=582) / *q < .05

Entretanto, entre os jovens que estudam mais próximos ao Distrito Federal, verifica-se uma diferença significativa quanto a percepção do interesse por política dos seus professores, diferente da percepção dos que estudam em regiões mais distantes. Os jovens dos arredores do Distrito Federal identificam que os seus professores têm pouco interesse (17%), expressivamente menos do que os jovens que estudam em escolas mais distantes (32,3%). E são os jovens dos Arredores que não se preocupam em saber desse interesse (33,3%), do que os mais distantes (21,5%). Esses dados podem ser provocativos à existência de subculturas políticas internamente a essa região, determinando a formação de novos padrões.

Gráfico 7 – Interesse por política dos colegas de escola do Entorno do Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=576) / *q < .01

Da mesma forma, há uma diferença significativa dentro do Entorno com relação a percepção dos jovens quanto ao interesse por política de seus colegas. Ou seja, é possível identificar possíveis padrões culturais internos a região, embora os dados aqui apresentados não são precisos para definir quais são tais diferenças e o que as determina. Uma vez que essa região não apresenta nenhum estudo a respeito de sua cultura política, aqui, de forma exploratória não foi possível identificar suas discrepâncias e definir os indicadores mais adequados para a construção de uma amostra que considere esse e possíveis outras características culturais e, até mesmo, socioeconômicas presentes nessa região.

Assim, uma vez que ainda pouco se sabe sobre a cultura política dessas regiões, principalmente pelo dinamismo populacional existente desde as últimas pesquisas, realizou-se aqui sua caracterização de acordo com os estudantes jovens do Distrito Federal e do Entorno. Definiu-se que cada região, por possuir características próprias pouco analisadas, seriam tratadas como duas regiões com características internas semelhantes, a fim de possibilitar avaliar os objetivos dessa tes. Assim, também será possível testar uma das hipóteses derivadas desse trabalho, de que *a cultura política dos estudantes jovens do Distrito Federal é mais cívica do que a cultura política dos jovens do Entorno do Distrito Federal*. Na próxima seção será realizado um retrato da cultura

política local, a fim de possibilitar, no próximo capítulo, relacionar seus efeitos sobre o uso das redes sociais.

4.5. Cultura política dos estudantes jovens

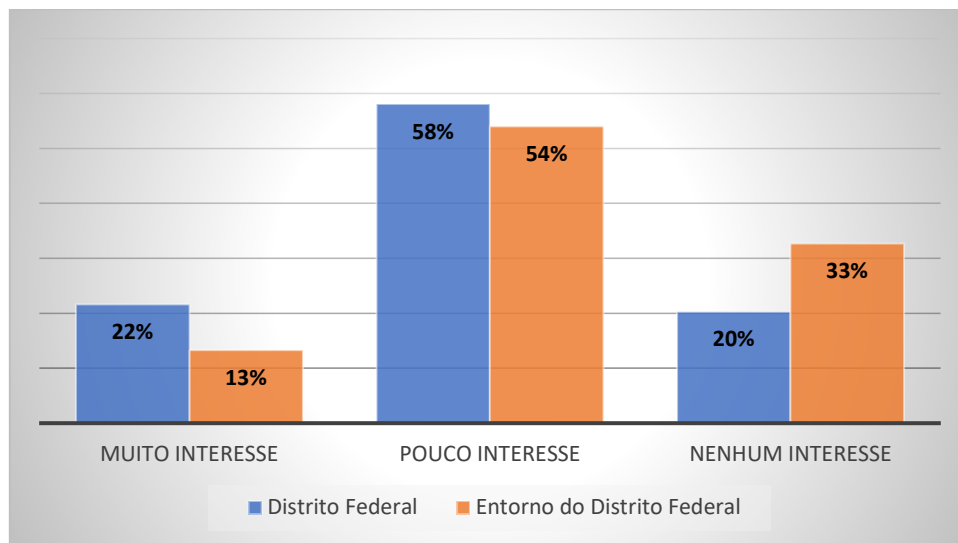
Em tese, a cultura política dos jovens é o resultado da transmissão dos valores da cultura política das gerações que lhes precedem. Embora os jovens também podem ter abertura para introduzir suas próprias experiências relacionadas à política, mudanças de uma geração para outra só serão percebidas a partir de estudos longitudinais. Os autores Jennings *et all* (2009) verificaram que em estudos longitudinais os pais podem continuar a influenciar os filhos mesmo quando adultos e esses, também, passam a ressocializar seus pais. Este trabalho, portanto, não possui acesso a estudos longitudinais sobre a região, e tão pouco poderia realizar uma análise de corte ou investigar o pensamento dos pais dos entrevistados. Isso porque o tamanho da amostra inviabilizava tais investigações. Assim, o trabalho se objetivou a fazer apenas a comparação entre a cultura política dos estudantes jovens da região do Ride-DF.

4.5.1. Atitudes políticas

Com relação às atitudes políticas, optou-se por subdividir este conceito em quatro elementos, dos quais: o interesse dos jovens e as opiniões dos mesmos sobre a política; as predisposições em participar politicamente; seus sentimentos com relação a temas políticos. Sobre o interesse dos alunos, buscou-se saber do que mais eles gostavam de conversar, e qual o interesse dos mesmos sobre política. No Distrito Federal 9,3% e 9,2% no Entorno argumentaram que o que mais gostam é de debater questões relacionadas a problemas sociais⁵⁰. Contudo, tal associação com o local da escola não é significativa. Já quanto ao interesse propriamente dito dos jovens por política, temos uma associação significativa, o que pode ser generalizada a toda população, revelando que o interesse por política determina o local de estudo.

⁵⁰ As outras opções eram: questões de entretenimento e questões da vida pessoal. n=1297 / ****q > .05

Gráfico 8 – Interesse por política

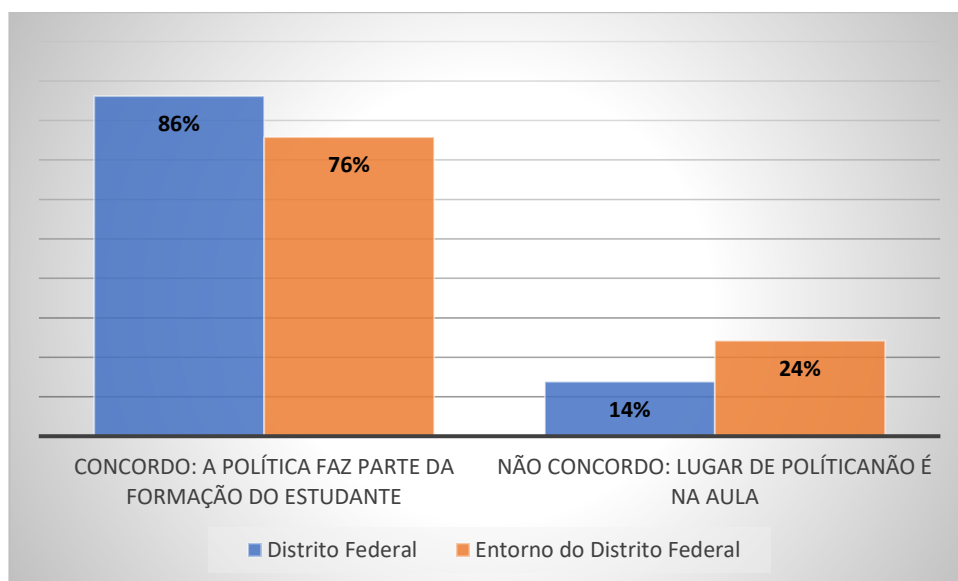


Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1340) / *q < .00

Os jovens do Distrito Federal se mostram muito mais interessados na política do que os do Entorno, em que 22% e 13%, respectivamente, declararam ter muito interesse. O interesse por política se constitui uma variável relevante para a compreensão das atitudes dos indivíduos, uma vez que se constitui como uma atitude fundamental para o cidadão político cívico. Possuir uma opinião a respeito da política também caracteriza as relações desse indivíduo com o ambiente político. Assim, na medida em que se questionou a opinião dos jovens sobre discussões políticas, 41,8% no Distrito Federal e 30,5%⁵¹ discordam sobre a afirmação: “não gosto de política, pois prefiro não me incomodar”. Discussões políticas em sala de aula também possuem uma maior aceitação entre os jovens do Distrito Federal do que os do Entorno.

⁵¹ n=1331 / *q < .00

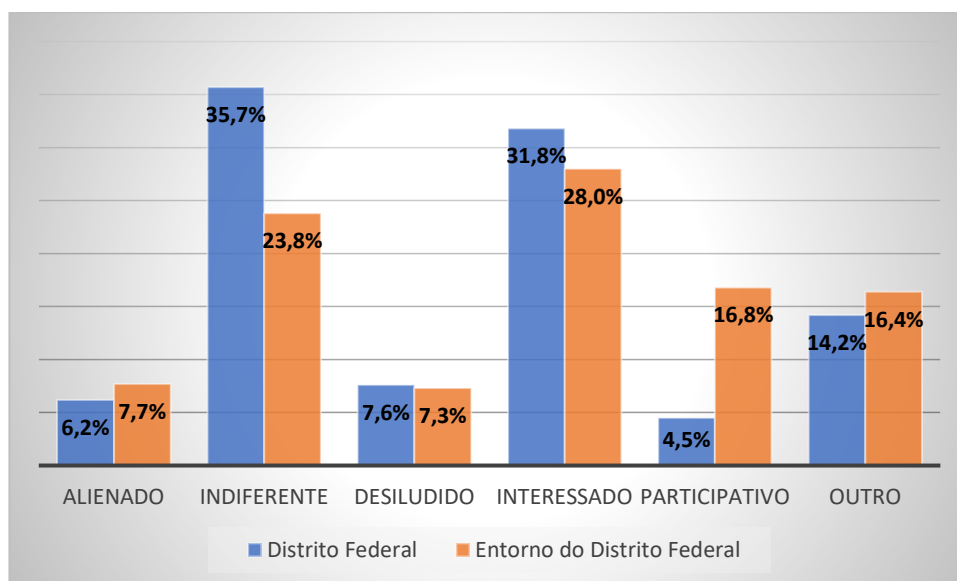
Gráfico 9 – Opinião sobre discussão de assuntos de política em sala de aula



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1331) / *q < .00

Quando questionados sobre a predisposição de ocupar algum cargo em atividades de liderança estudantil, não há uma correlação significativa com o local de estudo dos jovens, em que 19,6% jovens do Distrito Federal e 20,9% do Entorno declaram que gostariam de ocupar tal cargo. Sobre os sentimentos que os jovens possuíam sobre questões relacionadas à política, investigou-se como eles se sentiram durante as ocupações de 2016.

Gráfico 10 – Sentimento com relação as Ocupações das Escolas em 2016⁵²



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=773⁵³) / *q < .00

Os sentimentos dos jovens com relação às ocupações foram bem distintos em cada uma das regiões. No Distrito Federal os jovens manifestaram mais sentimentos negativos do que os do Entorno, somando os que se sentiram alienados, indiferente e desiludidos, no Distrito Federal são 49,5% contra 38,8% dos do Entorno. Da mesma forma, os jovens do Distrito federal se sentem mais interessados 31,8% contra 28% do Entorno, contudo, apenas 4,5% dos jovens sentiram-se participativos, contra 16,8% do Entorno.

Nesse sentido, embora os jovens do Distrito Federal apresentem atitudes políticas mais envolvidas com a política do que os do Entorno, o local da escola parece determinar não só atitudes mais interessadas pela política, mas também agregam um sentimento de indiferença sobre essas questões. Sentimentos positivos parecem envolver mais os jovens do Entorno, mesmo que uma boa parte não esteja interessada, ou procure saber sobre as questões políticas. Assim, ao mesmo tempo em que os jovens do Distrito Federal em geral estão mais interessados e próximos as questões políticas do que os do Entorno, são os jovens dessa região que apresentam sentimentos mais positivos frente a atuação política.

⁵² As ocupações escolares foram um fenômeno social que ocorreu em diversas escolas brasileiras. Para maiores informações, consultar a seção 2.2.1.2 desse trabalho.

⁵³ Há uma pequena representação da amostra pois foram equalizados os tipos de sentimentos, retirando a porcentagem daqueles que não sabiam como se sentiam. Antes da equalização, os jovens estudantes que não sabiam como se sentiam, foi de 33% no Distrito Federal e 51% no Entorno do Distrito Federal. Para ver o gráfico completo ir para a seção 8.5.1.

Os jovens do Distrito Federal, uma vez que em grande medida possuem suas condições materiais mais bem resolvidas, consideram apenas interessante assistir tais manifestações. Já os jovens do Entorno, uma vez que possuem pouco espaço nas instituições políticas por muitas vezes estarem a margem do esperado como condição material, identificam nessas manifestações um espaço em que a participação causa a impressão de que suas demandas podem ser escutadas pelo poder público⁵⁴. Mesmo que isso não signifique a resolução de seus problemas, as ocupações podem ter suscitado pela primeira vez neles de que é possível serem ouvidos. Entretanto, na medida em que as reivindicações não são atendidas, podem se manifestar sentimentos de desilusão, em que 4% dos jovens do Distrito Federal e 5% dos do Entorno indicaram ter tido tal sentimento negativo.

Assim, também coube identificar aqui de que forma os jovens se posicionam dentro de uma escala política de direita e esquerda. Todavia, cabe salientar que 57,9% dos jovens do Distrito Federal e 74,1% dos do Entorno afirmaram não ter decidido ainda, ou que não lembravam ou que não sabiam o que significava, ou ainda, que preferiam não responder. Assim, considerando apenas aqueles que manifestaram um posicionamento na escala, temos a seguinte composição:

Tabela 6 – Identificação Direita X Esquerda (%)

	Extrema Esquerda	Esquerda	Centro Esquerda	Centro Direita	Direita	Extrema Direita	Total
Distrito Federal	2,9	17,3	22,7	28,1	25,2	3,8	100
Entorno do Distrito Federal	3,3	20,3	12,4	13,7	41,2	9,2	100

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=466) / *q < .00

Verifica-se assim, que os jovens do Distrito Federal possuem uma identificação maior com a esquerda do que os do Entorno. Somando os de centro-esquerda, esquerda e extrema esquerda, tem-se 43% e 35%, respectivamente. Com relação à direita, em ambas

⁵⁴ Durante a aplicação dos questionários, em uma das escolas do Entorno que havia sido ocupada por um longo período de tempo pelos próprios alunos, expressaram-se opiniões voluntárias, mas que aqui são relevantes de destacar. Alguns jovens, após preencherem o questionário, procuraram a pesquisadora e argumentaram que haviam participado das ocupações, mas que haviam ficado decepcionados por essas não terem resolvido suas reivindicações.

as regiões há uma maior identificação do que com a esquerda, contudo, com 57% no Distrito Federal e 64% no Entorno.

O que corresponde a presença de anotações nos questionários em que os jovens manifestavam suas opiniões políticas de forma espontânea. No Distrito Federal, manifestações espontâneas de apoio ao então pré-candidato Bolsonaro foram 8, em 750 questionários aplicados, e no ex-presidente Lula, foram 2. Já no Entorno, de 595 questionários, houve 3 manifestações espontâneas ao Bolsonaro, 2 para então cotado pré-candidato Luciano Huck e 2 para Lula. Tais manifestações corroboram que as atitudes políticas no Distrito Federal são mais embasadas do que no Entorno, a ponto de sendo estimulados pelo questionário os jovens se manifestarem voluntariamente. Tal identificação reflete o resultado das eleições presidenciais no Brasil, no ano de 2018, em que as pautas da direita foram eleitas⁵⁵.

A identificação partidária é uma das mais fortes orientações. Em pesquisa longitudinal de três gerações, Jennings *et all* (2009) identifica que as crianças são mais propensas a adotar dos pais a identificação com o mesmo partido, avaliações partidárias e o voto. Assim, as avaliações partidárias são consideradas como os traços políticos mais permanentes ao longo das gerações, em que o processo de transmissão atitudinal, via socialização política, é o mais bem-sucedido.

Ressalta-se que foi confeccionado o **Índice de Atitudes Políticas**⁵⁶ que busca agregar variáveis que consideram as atitudes dos jovens. Para isso, realizou-se a técnica de análise fatorial, com finalidade exploratória, a fim de selecionar dentre as variáveis do questionário, quais delas possuíam associação interna capaz de congregar em um só índice as variáveis que medem as atitudes políticas. Assim, obteve-se um índice que congrega as variáveis “interesse por política” e opinião sobre “Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar”. Esse índice será utilizado nas análises robustas referentes a correlação com o uso das redes sociais.

⁵⁵ A eleição de 2018 teve dois candidatos presidenciais fortemente identificados como Direita (Jair Bolsonaro) e Esquerda (Fernando Haddad). Em Goiás, o candidato da direita foi eleito com 65,52% dos votos válidos, e no Distrito Federal, 69,99%.

⁵⁶ Para a construção do índice foi realizada análise fatorial com todas as variáveis do questionário que se encontram indicadas no anexo 9.4.1. O processo de elaboração e os critérios utilizados para a confecção deste índice encontram-se no anexo 9.5.3. As etapas das rotações realizadas, até a rotação considerada final que definiu os índices, encontram-se no anexo 9.5.2.1.

4.5.2. Participação política

Para avaliar as formas de participação, propriamente dita, questionou-se aos jovens sobre a associação e o envolvimento deles em atividades escolares, políticas e comunitárias. Embora, muitas dessas atividades não tenham significância estatística quando associadas ao local da escola, é relevante perceber em quais espaços o envolvimento dos jovens pode ser explicado pelo local de estudo. Sobre a participação escolar, entre os estudantes do Distrito Federal, 86,9%, e 84,8% do Entorno, afirmaram costumar discutir os problemas da escola com os próprios colegas, uma diferença que não apresentou significância estatística. Assim, a participação estudantil dos jovens não está associada ao local de estudo, embora em ambas as regiões os jovens se mostram interessados em resolver os problemas da escola.

Tabela 7 – Participação política e comunitária dos jovens

	Distrito Federal	Entorno do DF
Partidos Políticos****	3,6	5,3
Reuniões Políticas**	10,4	17
Associações Comunitárias****	25,9	21,4
Atividades Religiosas**	66,3	71,9
ONGs**	17,3	10,7
Orçamento Participativo****	4,3	5,4
Abaixo-assinados**	56,3	39,6
Manifestações, Protestos, Passeatas****	38,6	37,7
Ocupações de Terrenos**	3,5	10,3
Movimentos Sociais****	33,9	33,3
Atividades no Bairro****	43,3	41,9

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017)⁵⁷

* q<0,00 / ** q<0,01 / *** q<0,05 / **** q>0,05

Algumas atividades relacionadas as instituições formais, como em partidos políticos, associações comunitárias, orçamento participativo e movimentos sociais, não possuem associação com o local da escola, o que marca uma cultura política de baixa participação na região independentemente do local em que se estuda. Tal comportamento já é conhecido e característico da cultura política de âmbito nacional no Brasil (MOISÉS,

⁵⁷ Partidos Políticos n= 1326; Reuniões Políticas n = 1324; Associações Comunitárias n=1322; Atividades Religiosas n = 1316; ONGs n = 1321; Orçamento Participativo n = 1316; Abaixo-assinados n = 1326; Manifestações, Protestos, Passeatas n = 1320; Ocupações de Terrenos n = 1325; Movimentos Sociais n = 1327; Atividades no Bairro n = 1328.

2010). As atividades no bairro, as manifestações, protestos e passeatas, embora não tenham associação com instituições e caracterizem comportamentos coletivos também não possuem associação.

Por outro lado, a participação em reuniões políticas, associações religiosas, ONGs, abaixo-assinados e ocupações de terrenos públicos estão associados e possuem um comportamento diferente, conforme o local em que estudam os estudantes. As atividades que são mais frequentes entre os jovens do Distrito Federal são a participação em ONGs e em abaixo-assinados, esses jovens participam 6,6 e 16,7 pontos percentuais a mais do que os jovens do Entorno. Ambas atividades têm em comum direcionar ações que reivindicam mudanças diretas e pontuais na sociedade.

Entretanto, os jovens do Entorno participam mais do que os do Distrito Federal em reuniões políticas, associações religiosas e ocupações de terrenos, com 6,6, pontos, 5,6 e 6,8 pontos percentuais de diferença. As principais atividades dos jovens do Entorno, por outro lado, são atividades de construção de pautas e reconhecimento político, bem como de organização comunitária que se caracterizam por ainda estarem disputando espaço de construção de direitos em meio ao seu contexto de marginalidade econômica.

Nesse sentido, questionou-se os jovens a respeito, também, da participação deles na série de ocupações escolares que ocorreram em 2016. No Distrito Federal, 3% dos jovens participaram do processo político organizado pelos estudantes, enquanto no Entorno, foram 12,1% dos jovens, uma diferença de 9,1 pontos percentuais⁵⁸. O que caracteriza novamente um engajamento maior dos jovens do Entorno, uma vez que entre os que reconhecem sua marginalidade utilizam-se de recursos para reivindicar seus direitos por mecanismos não institucionais.

A participação é um dos principais critérios para definir um cidadão democrático, entretanto as concepções clássicas dizem respeito a comportamentos eleitorais (ALMOND e VERBA, 1965). Dalton (2015) inclui em suas análises a relevância da participação para além do voto, incluindo atuação em organizações sociais ou políticas e no consumo por produtos por questões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que sejam mais caras. Além disso o autor argumenta que vinculado aos valores de auto-expressão há presença de comportamentos de engajamento político, pelo qual o cidadão crítico se preocupa com questões sociais, que não lhe são propriamente para si, o que corrobora com os dados relacionados ao Distrito Federal, onde prevalece o envolvimento em ONGs

⁵⁸ (n= 1314) $q>0,01$.

e abaixo-assinados. Já os jovens do Entorno que possuem mais adesão a reuniões políticas, religiosas e de ocupações públicas estão mais próximos de uma concepção clássica de cidadão, pelo qual prevalece uma parcela da população com orientações políticas participativas, conforme os modelos de Almond e Verba (1965).

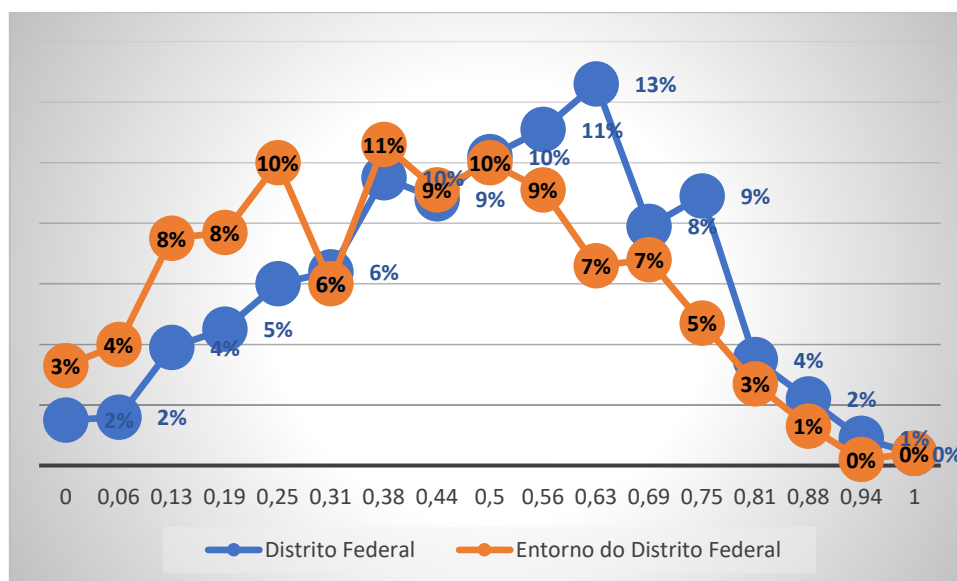
Da mesma forma que o índice criado para as atitudes políticas, desenvolveu-se um **Índice de Participação Política**⁵⁹ que buscou identificar associação entre os conceitos. Após as rotações, resultou-se em três índices, um de cada grupo associado: Índice de Participação Política Institucional (Participação em Partidos Políticos e Reuniões Políticas), Índice de Participação Comunitário (Participação em Orçamento Participativo e ONGs), Índice de Participação Política de Ocupação (participação em ocupações de prédios e ocupações das escolas em 2016). A fim de avaliar a relação da participação política com as redes sociais utilizou-se o terceiro índice, o de participações em ocupações.

4.5.3. Sofisticação e eficácia política

O conceito de sofisticação política foi desenvolvido a fim de compreender diferentes frações de atitudes e comportamentos dentro da cultura política de um país. Nesse sentido, avaliou-se quatro elementos que compõem o debate a respeito da sofisticação política: Saliência Política, Conhecimento Político, Conceptualização política e Eficácia Política. Ao contrário dos outros índices desenvolvidos nesse trabalho, esses não foram rodados dentro da técnica de análise fatorial, pois possuem variáveis que pré-definem sua composição teoricamente embasados, não sendo, portanto, índices exploratórios. Por outro lado, as variáveis elencadas podem vir a se repetir, o que não permite agregar os quatro índices em um só, pois acabaria ocorrendo auto-correlação. Entretanto, a avaliação de cada um considerando o local de estudo dos estudantes jovens, traz elementos importantes para a compreensão da cultura política da região.

⁵⁹ As variáveis presentes no questionário que foram utilizadas para rodar a análise fatorial exploratória se encontram no anexo 9.4.2. e a descrição da técnica utilizada para a confecção dos índices está no anexo 9.5.3. O resultado das rotações está no anexo 9.5.2.2.

Gráfico 11 – Índice de Saliência Política

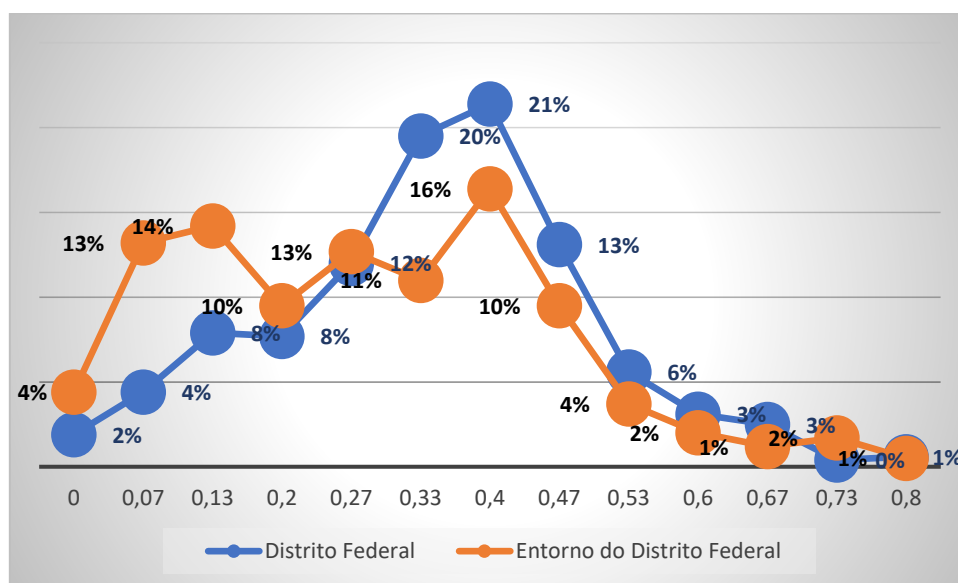


Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1242) / *q <.00

A saliência política envolve o interesse, a preocupação e a atenção com relação à política pelos indivíduos. Para identificar se há significância entre os valores encontrados e o local da escola, realizou-se o teste de *t-student*⁶⁰, pelo qual verificou-se que há significância entre os resultados e que este índice pode ser explicado pela relação com as regiões. Ou seja, é possível dizer que os jovens do Distrito Federal tendem a possuir uma maior Saliência Política do que os do Entorno. Já com relação ao conhecimento político, mede-se a familiaridade com conceitos, instituições, personagens e eventos políticos de cada um dos indivíduos.

⁶⁰ O teste de *t-student* é indicado para verificar diferenças significativas entre uma variável escalar e entre outra com dois grupos categóricos.

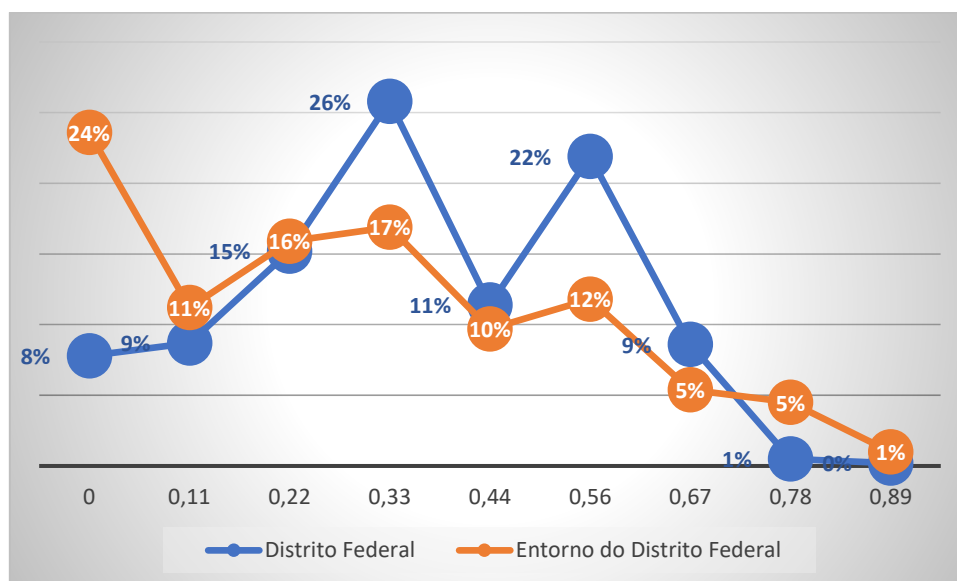
Gráfico 12 – Índice de Conhecimento político



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=891) / *q <.00

Com relação ao **Índice de Conhecimento Político**, esse também apresenta significância estatística, de forma que é possível informar que os estudantes jovens do Distrito Federal possuem um maior conhecimento político do que os do Entorno. Uma vez que para a criação desse índice foram congregadas variáveis que indicam um conhecimento sobre diversas questões políticas, o que o assegura ser um dos mais completos dessa seção, utilizar-se-á apenas este índice para a avaliação sobre o uso das redes sociais. Luskin (1987) também considera que o conhecimento político é o mais relevante na formação da avaliação sobre a sofisticação política.

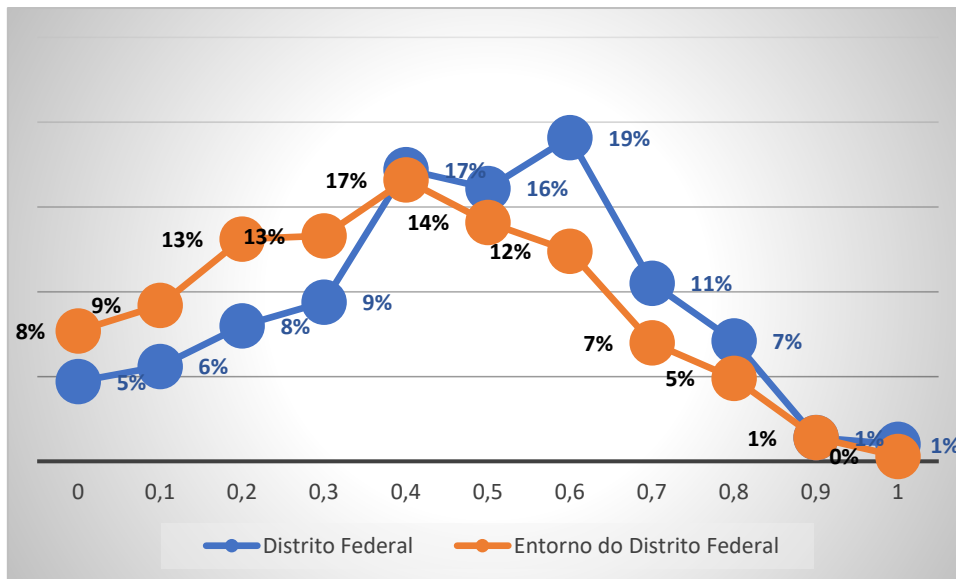
Gráfico 13 – Conceptualização política



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1147) / * $q < .00$

O índice de conceptualização política também apresenta significância estatística, ao ser considerada sua associação com a região. Podendo-se afirmar que os estudantes jovens do Distrito Federal tendem a possuir uma maior conceptualização política do que os do Entorno. Este índice mede, precisamente, a organização cognitiva dos indivíduos sobre os conceitos abstratos nas avaliações de questões políticas. Foram utilizadas variáveis de identificação com a esquerda e direita e familiaridade com os conceitos do executivo da política brasileira.

Gráfico 14 – Eficácia Política



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017) (n=1289) / *q <.00

O sentimento de eficácia política é extremamente relevante de ser identificado entre os jovens, uma vez que este retrata a confiança que os jovens possuem em exercer influência política e provocar efeitos no processo político. Pateman (1992) identifica que a eficácia política está atrelada fortemente com a participação política. Considerando que são jovens os respondentes da pesquisa, isso pode indicar também em uma predisposição futura de envolvimento com a política.

Em todos os indicadores de sofisticação política avaliados nesse trabalho, os jovens do Distrito Federal possuem mais chances de se encontrarem entre os mais sofisticados. Isso indica que eles são inteirados e bem informados do que ocorre nos processos políticos. Já os do Entorno, uma grande parcela desses possui pouca sofisticação política, indicando pouca aproximação dos jovens com questões de cunho político. A sofisticação política se torna fundamental para a existência de uma juventude cidadã com elementos críticos aos modelos políticos e cujo envolvimento transcende os objetivos de satisfação material e se vincula a uma formação cidadã de comprometimento social.

4.5.4. Capital social e virtual

Para medir o envolvimento comunitário dos jovens junto às suas sociedades, utilizou-se, também, indicadores de capital social. O capital social é um conceito que mede o senso de coletividade, baseado na confiança dos indivíduos com as pessoas e

instituições presentes na sua sociedade. Portanto, primeiro, identifica-se o grau de confiança que os indivíduos possuem dos tipos interpessoal e institucional.

Tabela 8 – Confiança Interpessoal e Institucional

	Distrito Federal	Entorno do DF
Interpessoal		
Pessoas em geral***	41,1	36
Pais****	97,6	96,9
Familiares**	93,6	89,6
Vizinhos****	54,2	52,4
Colegas da Escola****	80,1	77,2
Lista de contato redes sociais****	55,7	53,7
Amigos*	95,1	90,7
Professores**	84,2	77,1
Instituições		
Igrejas*	77,7	86,1
Partidos Políticos****	29,8	31
Judiciário****	62,5	61,1
Presidente****	26,7	28,6
Governo Federal****	35,8	34,2
Polícia****	76	72,1
Forças Armadas****	83,8	82,7
Polícia Federal****	84	82,9
Polícia Militar****	82,5	81,1
Escola****	85,7	81,7
Movimento Estudantil****	75,1	72,4
Conselho escolar****	78,4	75
Grêmio Estudantil**	64	54,7
Associações Comunitárias**	73	69,9
Mídia		
TV***	48,5	51,3
Jornal Impresso****	64,2	59,5
Rádio****	64,8	62,6
Internet****	65,2	62,8
Redes Sociais****	50,6	53,4

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017)⁶¹

* q<0,00 / ** q<0,01 / *** q<0,05 / ****q>0,05

Entre as análises que possuem significância estatística a respeito da associação com o local da escola, destaca-se que os jovens do Distrito Federal possuem maior confiança interpessoal. Esses confiam mais do que os do Entorno considerando as pessoas

⁶¹ O valor de “n” para cada um dos dados encontra-se no anexo 9.5.2.4.

em geral, familiares, amigos e professores. O que representa, no que diz respeito aos jovens do Distrito Federal possuir um tecido social mais confiável do que o percebido pelos jovens do Entorno. A confiança interpessoal tem relevância aqui, justamente por que ela tende a favorecer e estimular que as pessoas ajudem umas às outras, ou quem está em uma condição pior (PUTNAM, 1996). A prática de comportamentos valorativos em uma comunidade, sejam positivos ou negativos, tende a estimular a solidariedade entre seus membros. Assim, os jovens do Distrito Federal possuem maiores chances de viverem de forma solidária do que os do Entorno, em que há mais desconfiança e pouca coletividade. Esses retratos, embora indique-se aqui que são decorrentes da diferença de contexto socioeconômico, também pode refletir a urbanização tardia e acelerada que ocorre nas cidades do entorno.

Por outro lado, apenas três instituições possuem confiança atrelada ao local de estudo dos jovens: Igrejas, Grêmios Estudantil e Associações comunitárias. Entretanto, chama a atenção de que os jovens do Distrito Federal possuem uma maior confiança no Grêmios Estudantil e nas Associações comunitárias, caracterizando espaços institucionais de auto-organização vinculado ao bem-estar da comunidade. E os jovens do Entorno apresentaram confiança maior do que os do Distrito Federal na relação com as Igrejas. Isso significa que esses têm mais facilidade para confiar em instituições pré-estabelecidas e uma maior dificuldade do que os jovens do Distrito Federal em desenvolver senso comunitário mais independente.

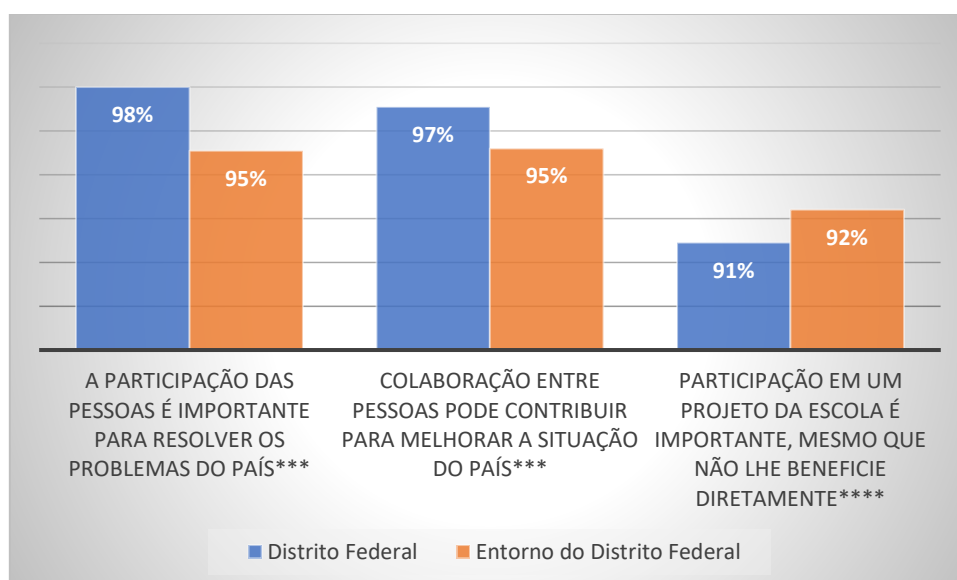
Fukuyama (1996) argumenta que a confiança interpessoal pode ser transposta do nível pessoal para o institucional. Assim, verifica-se que de fato, entre os jovens do Distrito Federal que possuíam maior confiança do tipo interpessoal, estes apresentam também maiores confianças institucionais. Pelo quais estão mais predispostos a se envolverem em questões coletivas do que os jovens do Entorno.

Já sobre as mídias, a única mídia que possui associação significativa, e, portanto, sua relação com o local da escola é generalizável para além da amostra, é a Televisão. Os jovens do Entorno (51,1%) confiam, e confiam mais ou menos, mais na televisão do que os do Distrito Federal (48,5%). Jornais, Internet e redes sociais não possuem relevância quando associadas ao local da escola. Nesse sentido, a confiança dos jovens na televisão pode ser explicada pelo local do estudo, inferindo-se que há uma relação do uso deste meio de comunicação junto a condição socioeconômica dos jovens.

Por outro lado, ao avaliar a confiança dos mesmos sobre as mídias, mas no quesito fonte de informações políticas, verifica-se que a televisão, o rádio, jornais e a internet não possuem associação significativa, apenas as informações políticas veiculadas nas redes sociais apresentam *qui-quadrado* menor do que .05 ($q < .05$). Pelo qual os jovens do Distrito Federal tendem a confiar menos nas informações políticas veiculadas nas redes sociais, com 47% afirmando que confiam ou confiam mais ou menos, contra 51,1% no Entorno do Distrito Federal⁶². Todavia a televisão seja a mídia que apresenta confiança relacionada ao contexto socioeconômico, com relação as informações políticas veiculadas nas redes é que há diferenças significativas entre as duas regiões. Há, portanto, nesse sentido mais uma relação dependente do contexto socioeconômico quanto a percepção dos jovens.

Os jovens do Distrito Federal confiam menos nas informações políticas veiculadas nas redes sociais do que os do Entorno. Considerando que no ano de 2018, nas eleições presidenciais, constatou-se que as redes sociais superaram a audiência da mídia tradicional (FERREIRA, 2018). Embora não seja possível identificar os efeitos dessa influencia a longo prazo pode-se aqui isolar o efeito das redes sociais sobre as variáveis culturalistas, o que será feito no próximo capítulo. Antes, é preciso ainda verificar percepção relacionada a outros indicadores de capital social comunitário.

Gráfico 15 – Capital Social: concorda com as afirmações

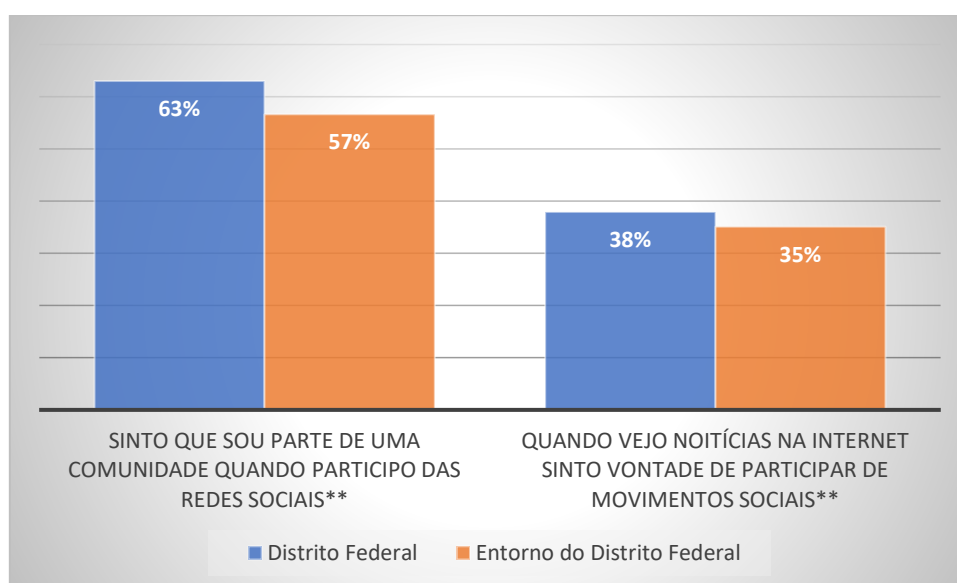


Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017); (n= 1332); (n= 1332); (n= 1333).
 * $q < 0,00$ / ** $q < 0,01$ / *** $q < 0,05$ / **** $q > 0,05$

⁶² (n= 1329); ** $q < 0,05$.

Verifica-se que a predisposição dos indivíduos em participar de atividade para contribuir na melhor situação do país e a consideração de que tal participação é relevante apresentam resultados significativos. As duas avaliações relacionadas a participação e colaboração das pessoas para beneficiar o país possuem uma maior aderência dos jovens do Distrito Federal do que os do Entorno. Entretanto, a predisposição por participar em projetos escolares não está associada com o local de estudo dos jovens, o que indica que quando se refere a participação em problemas mais próximos ao cotidiano e realidade dos jovens, essa independe do local do estudo.

Gráfico 16 – Capital social virtual: concorda com as afirmações



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017); (n= 1325); (n= 1327).

* $q < 0,00$ / ** $q < 0,01$ / *** $q < 0,05$ / **** $q > 0,05$

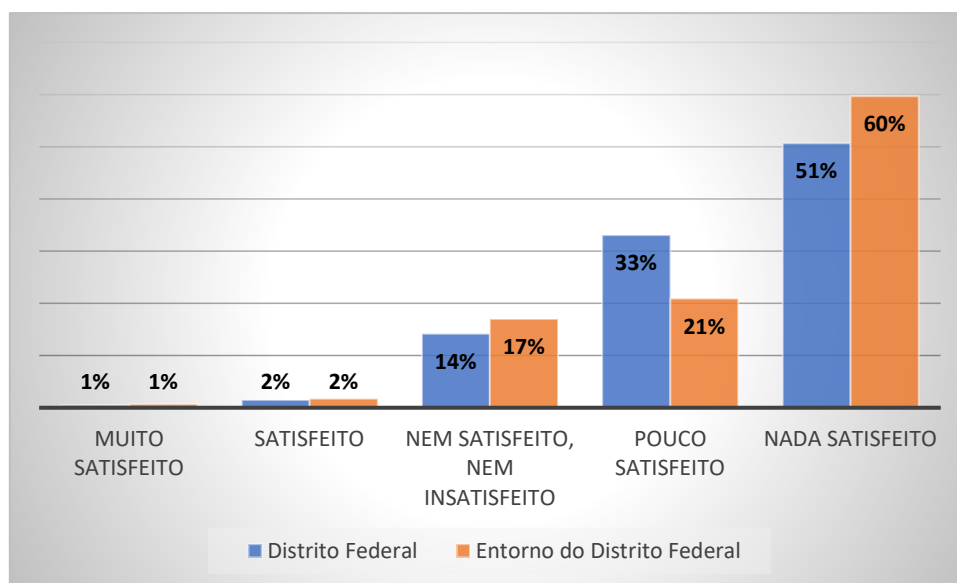
De forma semelhante, avaliando-se indicadores de que o uso das redes sociais pode promover sentimentos comunitários, percebe-se que os jovens do Distrito Federal apresentam uma maior percepção coletiva via redes sociais e internet do que os do Entorno, de forma significativa. Existe uma diferença de 5 pontos percentuais a mais para os jovens do Distrito Federal relacionado ao sentimento de comunidade. Já com relação a vontade de participar em movimentos sociais após ver notícias sobre política, tal diferença, igualmente significativa, cai para 3%. Novamente os jovens do Distrito Federal se destacam por possuírem mais predisposição de participar e de se envolver na política. Por fim desenvolveu-se um **Índice de Capital Social**, pelo qual são agrupadas as

variáveis de que “a participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país” e “a colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país”.

4.5.5. Valores democráticos

Os valores democráticos avaliados nesse trabalho dizem respeito a satisfação dos jovens com a Democracia, a preferência pela democracia a um líder que coloque as coisas no lugar, preferência à democracia e não à ditadura, avaliação do governo brasileiro e o espaço de decisões que os jovens possuem em casa. Ao serem associadas com o local de estudo dos jovens, o grau de satisfação com a democracia apresentou significância estatística, o que significa que tal relação pode ser generalizada para o restante da população.

Gráfico 17 – Satisfação com a Democracia

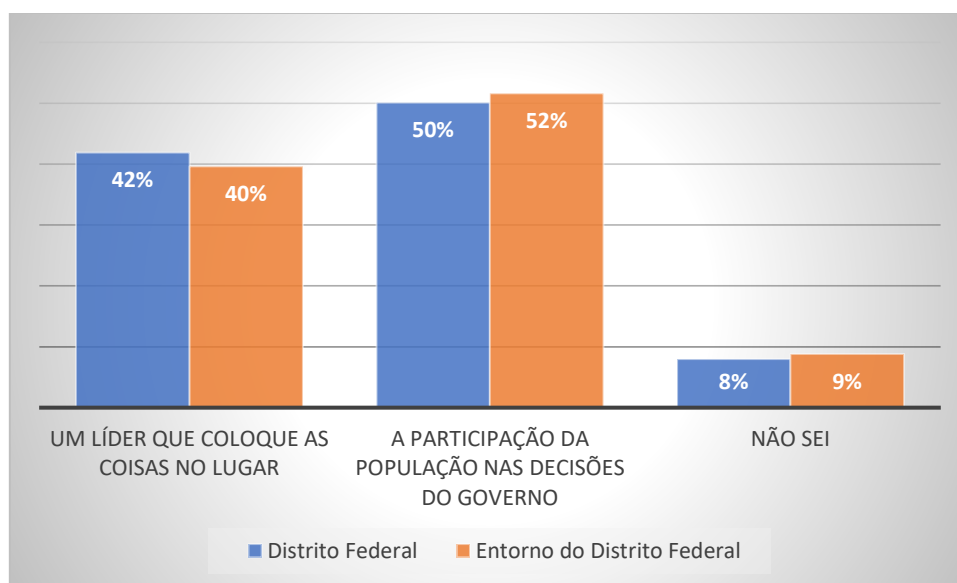


Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017); (n= 1337); * $q < 0,00$.

Assim, percebe-se que os jovens do Distrito Federal apresentam uma avaliação menos radical do que os jovens do Entorno sobre a Democracia, ou seja, 33% dos jovens do Distrito Federal, contra 21% dos do Entorno, se sentem pouco satisfeitos. Já entre os que não estão nada satisfeitos, no Distrito Federal 51%, os estudantes do Entorno são maioria com 60%, assim os jovens do Entorno são mais insatisfeitos com a Democracia. Induz-se que tal posicionamento radical referente a democracia entre os jovens do

Entorno, está relacionado, entre outros, a uma menor compreensão das questões políticas associadas a ela, perfazendo uma incompreensão do próprio sentido da democracia. Entretanto, é preciso realizar outros testes a fim de identificar tal associação. Até porque ao se considerar de que forma os jovens julgam ser melhor para resolver os problemas do país, não existe significância estatística referente ao local de estudo. O que representa uma condição de baixos valores democráticos para além da região avaliada aqui, e condiz com a percepção de nível nacional.

Gráfico 18 – Considerando os problemas do país, o que é melhor? *****



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017); (n= 1325); ***** $q > 0,05$.

Embora sem significância, ressalta-se que no distrito Federal 50% preferem a participação da população, enquanto no Entorno, são 52%, o que significa que cerca de apenas 50% da população da região identifica a participação política relevante para tomar decisões. Entretanto, quando se é perguntado diretamente sobre a preferência dos jovens a respeito da democracia ou de uma Ditadura, passa-se a ter significância associada ao local de estudo. No Distrito Federal, 64,5% dos jovens estudantes preferem a democracia, enquanto no entorno, 53,1%. Tal relação evidencia a existência de uma ambivalência entre as preferências dos jovens em ambas as regiões, mas que em questionamentos diretos, os jovens do Distrito Federal tendem a se posicionar com relação a democracia, embora não o façam quando questionados a esse respeito de forma indireta.

A respeito da participação dos jovens, propriamente ditos, nas decisões importantes da família, a fim de verificar se valores democráticos possuíam inserção na vida dos jovens como prática familiar, o cruzamento dessa percepção com o local de estudo não apresentou significância estatística. Os jovens em ambas regiões indicaram sempre participar das decisões importantes da família, 33,6% no Distrito Federal e 32,1% no Entorno, por outro lado, 5,8% no Distrito Federal e 9% no Entorno indicaram que nunca participam⁶³. Entretanto, tal relação não pode ser generalizada para a realidade de todos os jovens.

Com relação aos valores democráticos, foi possível verificar a existência de uma associação com o lugar de estudo, apenas quando os jovens são questionados diretamente sobre a existência de um governo democrático. Nesse caso, os jovens do Distrito Federal apresentaram maior aderência, embora em ambos os casos, prevalece uma ambivalência associada a tais valores. Assim, os jovens do Distrito Federal parecem compreender melhor o sentido da democracia, e, portanto, sabem conceitualmente da importância desta apresentando uma ambivalência maior do que os do Entorno. Por fim, realizou-se também um **Índice de valores democráticos** para avaliar a relação deste fator com as redes sociais. Assim, o índice é composto por questões: da preferência por Democracia, e não por um líder; a percepção dos jovens sobre a governança de poderosos; e a preferência pela democracia, e não pela ditadura.

4.6. Uso das Redes Sociais pelos estudantes jovens das escolas do Distrito Federal e do Entorno

Antes de avaliar o uso das redes sociais associada as questões política pelos estudantes jovens da região do Distrito Federal e do Entorno torna-se necessário avaliar quais são os padrões de uso da internet e das redes sociais e verificar se existem diferenças significativas entre as duas regiões. Assim, considerando o local de acesso dos jovens, 97% dos estudantes do Distrito Federal acessam de sua própria casa e 3% de outros locais, enquanto os do Entorno do DF, 94% acessam de sua própria casa, 3,1% da escola⁶⁴ e 2,2% da casa de amigos⁶⁵. Em ambas as regiões, 92% acessam a internet pelo celular.

⁶³ (n= 1336); **** q>0,05.

⁶⁴ q > 0,05 (n = 1310)

⁶⁵ q > 0,05 (n = 1333)

Tabela 9 – Costuma fazer frequentemente no uso da Internet

	Distrito Federal	Entorno do Distrito Federal
Interação com os Amigos***	82,2	76,6
Música, Filmes, Séries***	87,2	81,6
Informações Escolares**	55,4	64,3
Jogos online****	27,3	27,3
Redes Sociais****	83	81,3
Assuntos Relacionados à política*	13	10,1

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2017); (n= 1324); (n= 1322); (n= 1321); (n= 1319); (n= 1327).

*q<0,00; ** q<0,01 / *** q<0,05 / **** q>0,05

Verifica-se que os jovens possuem padrões diferentes de uso da internet em cada região, com exceção dos jogos online e o uso das redes sociais, todos os outros interesses dos jovens se diferenciam com relação ao local da escola. Assim, as outras duas opções de lazer, interação com os amigos e uso da internet para buscar música, filmes, séries, possuem uma significância estatística com o local de estudo, há uma diferença idêntica de 5,6 pontos percentuais entre os jovens do Distrito Federal e do Entorno. Assim, os jovens do Distrito Federal gastam mais tempo do que os do Entorno em atividades de Lazer. Já com relação a busca por informações escolares, percebe-se que os jovens do Distrito Federal passam menos tempo do que os do Entorno, com uma diferença de 8,9 pontos percentuais. Por outro lado, os jovens do Distrito Federal buscam mais frequentemente saber sobre assuntos relacionados à política do que os do Entorno, com uma diferença de 2,9 pontos percentuais.

Entre os que usam a internet para jogos online e redes sociais não há diferença significativa entre os jovens do Distrito Federal e do Entorno. O que indica que ambas as regiões possuem comportamentos semelhantes junto as redes sociais, nesse caso, a exposição dos jovens aos conteúdos nas redes sociais é o mesmo em ambas regiões, embora haja divergência quanto a qualidade e as informações ali presentes. Assim, se houverem diferenças entre as regiões a respeito do uso político, esse não está associado a dificuldades de acesso ou uso diferenciado dos jovens nesses dois contextos. As redes sociais possuem, portanto, adesão no cotidiano dos jovens de forma equivalente em ambas regiões. Entretanto, o tipo das redes sociais e a forma de uso se diferenciam:

Tabela 10 – Utilização diária das redes sociais

	Twitter*	Facebook*	WhatsApp***	Instagram*	YouTube***
Distrito Federal	26,4	58,1	92,6	70,2	78,1
Entorno do DF	14,2	74,3	88,8	52,7	80,8

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n= 1332); (n= 1332); (n= 1327); (n= 1334).

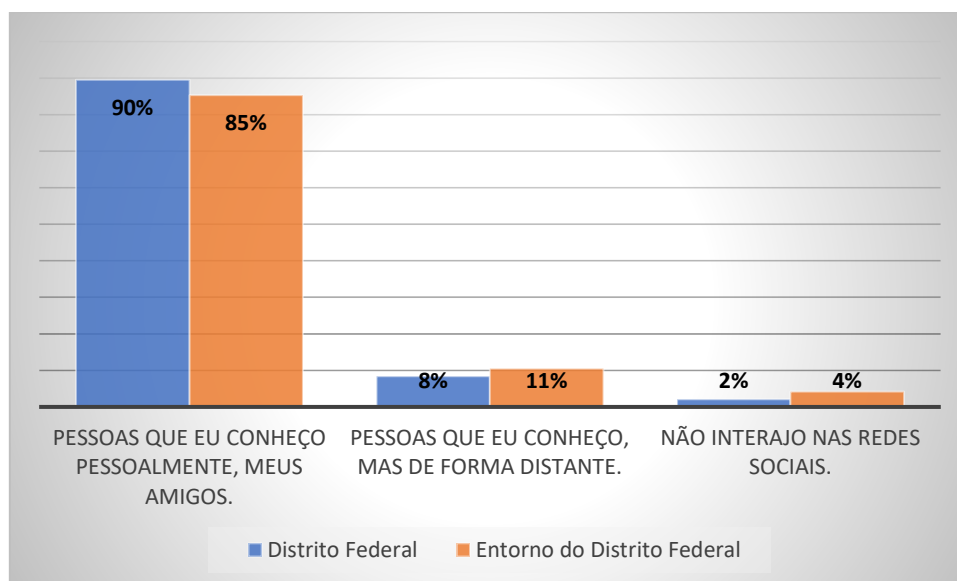
* $q < 0,00$ / ** $q < 0,01$ / *** $q < 0,05$

Considerando a utilização diária apontada pelos jovens, verificou-se que em todas as redes tal uso possui significância estatística relacionado ao local da escola. A maior diferença entre a frequência de uso está nas redes sociais do Instagram e do Facebook. No Instagram há predominantemente maior acesso por parte dos jovens do Distrito Federal, com uma diferença de 17,5 pontos percentuais. Praticamente o inverso desse quadro se encontra com os usuários do Facebook, em que predomina os jovens do Entorno, com uma diferença de 16,2 de pontos percentuais.

Esse retrato, parece estar associado ao nicho social pela qual predominam os jovens de cada uma das regiões, ou seja, no momento da pesquisa, o Instagram parece que predominava entre os usuários de classe social mais elevada do que os do Facebook. Há indícios de que os comportamentos dentro das redes refletem uma diferenciação social dos usuários mais elitizados. Uma vez que as redes sociais inicialmente permitiram a convergência de todas as “tribos” pelo acesso amplo e inclusivo, as elites passaram a buscar novas formas de distinguir-se dos recém-chegados “favelados digitais” (SABBATINI, 2011).

Já com relação as outras redes sociais, como o Twitter, em que há maior percentual de postagens relacionadas à política, há um uso maior pelos jovens do Distrito Federal, com uma diferença de 12,2 pontos percentuais a mais do que os do Entorno. Já a rede social do WhatsApp também possui maior predominância dos usuários do Distrito Federal, mas com uma diferença bem menor, com 3,8 pontos percentuais. Por outro lado, os jovens do Entorno acessam mais o YouTube com 2,7 pontos percentuais a mais do que os do Distrito Federal. Embora a escolha por acessar mais frequentemente uma das redes sociais pelo jovem tenha a ver com o local da escola, é possível que tal associação seja devida as propriedades de cada rede social ou precisamente do perfil social predominante em cada região.

Gráfico 19 – Com quem costuma interagir nas redes sociais



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n= 1278). $q < .05$.

Já considerando o padrão de interação dos jovens do Entorno, tem-se uma associação significativa entre as regiões. Os jovens do Distrito Federal acabam interagindo mais com os conhecidos, com 5 pontos percentuais a mais do que os do Entorno. Mesmo que os do Entorno interajam mais com pessoas distantes do que os do Distrito Federal, em 3 pontos percentuais, estes também são os que mais deixam de interagir nas redes sociais. Assim, novamente, verifica-se que as regiões possuem comportamentos diferentes entre si com relação ao uso das redes sociais, entretanto, é preciso saber até que ponto tais diferenças estão associadas estritamente a renda. E mais, de que forma tais padrões influenciam sobre a cultura política das regiões, tema do próximo capítulo.

5. INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS

Considerando que o objetivo central desta tese é de verificar a influência do uso das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens, este capítulo busca analisar, primeiro, o uso dessas redes nos contextos socioeconômicos desiguais do Distrito Federal e do Entorno. Segundo, verificar a influência do tipo de escola e a força da renda e da escolaridade dos pais no uso das redes sociais sobre a cultura política dos estudantes jovens. A cultura política foi mensurada aqui conforme os índices debatidos no capítulo anterior para definir: atitudes políticas, participação política, sofisticação política, capital social e valores democráticos.

Nesse capítulo são debatidos os resultados da pesquisa empírica para o teste das últimas duas hipóteses derivadas: *em contextos socioeconômicos desiguais há diferentes usos das redes sociais* (com relação à política); e, *o uso das redes sociais, o tipo de escola e a escolaridade dos pais influenciam mais do que a renda na formação da cultura política dos estudantes jovens*.

A forte associação entre o local de estudo dos jovens e a cultura política, indica que o processo de socialização política ocorrido, em cada região, tem resultado em subculturas políticas diferentes. Entretanto, é necessário verificar quais são suas causas mais fortes, o local da escola, a renda, escolaridade ou o tipo de escola. Da mesma forma, resta saber o papel das redes sociais nesse processo de transmissão dos aspectos culturais, a fim de avaliar a hipótese central desse trabalho, de que *a utilização das redes sociais pelos estudantes jovens influencia na formação de uma cultura política participativa*.

Os resultados aqui apresentados são debatidos considerando uma amostra probabilística e passível de generalizações. As primeiras análises, portanto, são descritivas, e dizem respeito ao uso das redes sociais com relação a questões políticas destaca-se a diferença de cada rede social avaliada, para, por fim, construir índices de utilização das redes sociais com envolvimento nas questões políticas. Posteriormente realiza-se o teste da hipótese relaciona ao tipo de escola, uma vez que se precisa avaliar se o tipo de escola e sua estrutura não são mais importantes do que o local do estudo.

Sabe-se, até agora, que as redes sociais são o meio de informação que os jovens do Distrito Federal menos confiam, mas também é através dela que estes apresentam maior senso comunitário. O uso, propriamente dito, de redes sociais não se diferencia, em essência, entre as regiões, mas sim pelo tipo de rede social e os tipos de relacionamentos

ali presentes. Assim, propõe-se a avaliação de cada uma das regiões, a fim de verificar a força das associações com a renda e com a escolaridade dos pais, a fim de isolar o tamanho do efeito desses sobre as variáveis de cultura política existente em cada região. Assim, na sequência desse capítulo descreve-se um modelo de análise que possibilita avaliar a relação do uso dos jovens em cada região nas redes sociais sobre a cultura política. Descreve-se, assim, o modelo a ser testado, pelo qual utiliza-se a técnica de análise de trajetória para relacionar o uso das redes sociais, os contextos sociais e as variáveis de cultura política. Posteriormente, indica-se a forma pelo qual cada variável tem sido influenciada, ao serem avaliados os modelos de análise de trajetória. E, por fim, apresenta-se um quadro comparativo entre todas as análises a fim de sistematizar o teste das hipóteses.

5.1. Diferenças no uso das redes sociais em questões políticas entre Distrito Federal e Entorno

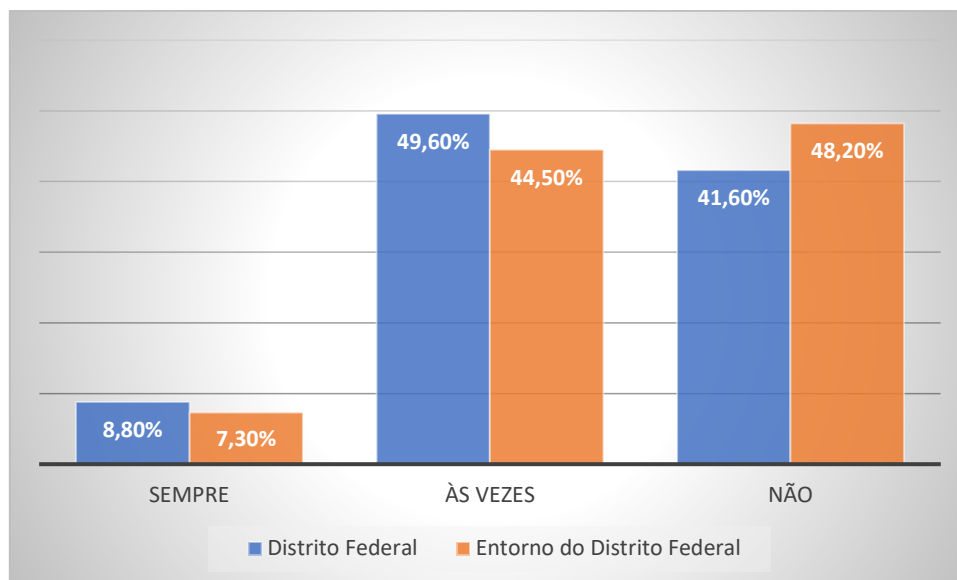
A existência de condições materiais bem estabelecidas interfere sobre o uso dos cidadãos no acesso a informações políticas, gerando impacto das redes sociais sobre o comportamento político (NORRIS e INGLEHART, 2009). Entretanto, as redes sociais têm oferecido aos usuários um vasto acesso a informações políticas independente da sua condição social, uma vez que de forma generalizada são veiculados posts e referências a conteúdos políticos nesses meios. A forma como cada indivíduo faz as leituras sobre tais questões podem ser determinantes sobre a influência dessas redes na socialização política. Assim, aqui se considera que as duas regiões analisadas nesse trabalho são antagônicas no quesito realidades sociais, como já foi apresentado no capítulo anterior. Entretanto, verifica-se aqui *se em contextos socioeconômicos desiguais há diferentes usos das redes sociais*, a respeito de questões políticas.

5.1.1. Uso das redes sociais com relação a questões políticas

Um dos argumentos incorporados a esse trabalho é de que o contato dos jovens com notícias políticas poderia suscitar uma aproximação com relação a questões políticas, dada a quantidade de estímulos presentes nessas redes (COLOMBO *et all*, 2012). Assim, considerando a busca por conteúdos políticos nas redes sociais, os jovens das regiões

analisadas possuem um comportamento semelhante, não se tratando de uma relação significativa se considerado $q < .05$.

Gráfico 20 – Jovens que buscam saber sobre política nas redes sociais

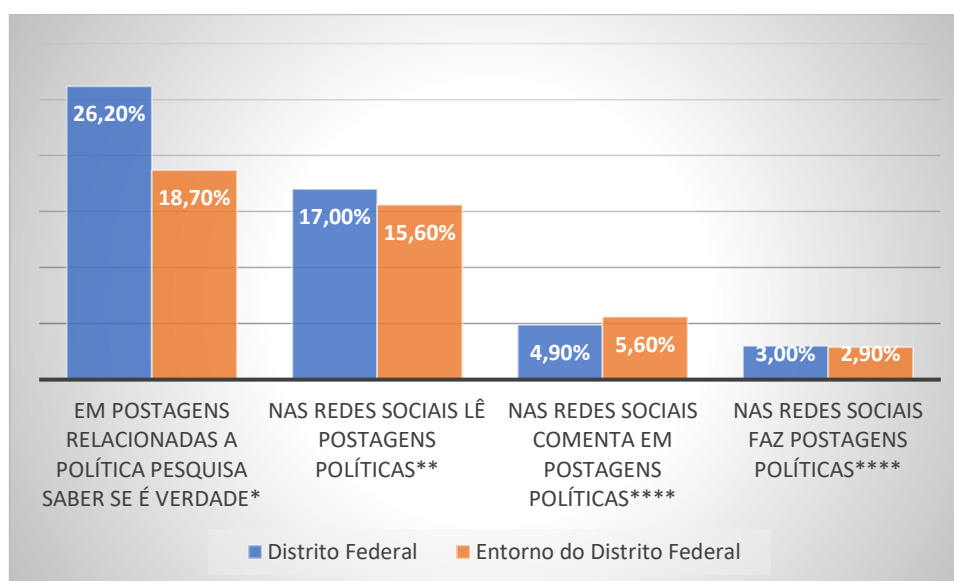


Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n= 1331) $q < .052$.

Assim, verifica-se que a condição social entre as duas regiões não atua de forma a provocar entre os estudantes do Distrito Federal um maior interesse, do que entre os do Entorno. Embora, seja relevante que cerca de 58,4% dos jovens do Distrito Federal busquem se informar sobre política nas redes sociais, e 51,8% no Entorno, contudo essa busca não está atrelada a condições socioeconômicas dadas pelo local da escola⁶⁶. Já com relação ao comportamento dos jovens frente a alguma dessas postagens verifica-se algumas relações significativas.

⁶⁶ Um aspecto interessante, é de que ao realizar esse cruzamento entre todos os estudantes da amostra, incluindo os de 12 a 55 anos, tal cruzamento foi significativo. O que pode indicar que na medida em que os indivíduos de mais idade são incorporados verifica-se que estes podem trazer outros resultados. E também, que a idade é um fator relevante sobre esse comportamento. Estudo futuros podem indicar se essa suposição pode ser verdadeira na região.

Gráfico 21 – Comportamento em relação a postagens políticas



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n= 1330); (n= 1330); (n= 1328); (n= 1329);
* $q < .00$ / ** $q < .01$ / *** $q < .05$ / **** $q > .05$

Entretanto, quando discriminado qual o tipo de ação os jovens possuem nas redes sociais a respeito da política, é relevante porque as condições materiais dos jovens apresentam diferenças significativas. Em postagens desse tipo, 26,2% dos jovens indicaram sempre pesquisar sobre sua veracidade, já entre os do Entorno, esse dado caiu para 18,7% dos jovens. Da mesma forma, há uma diferença entre as duas regiões, estatisticamente significativa, entre aqueles que afirmaram sempre ler postagens nas redes sociais, 17% dos jovens no Distrito Federal e 15,6% no Entorno. Assim, os jovens do Distrito Federal indicam que buscam saber sobre a veracidade das informações políticas e leem sobre elas, mais do que os do Entorno. Tal comportamento, pode estar associado a uma cultura política de maior envolvimento com a política, como já verificado no capítulo anterior.

Já comportamentos mais complexos, como o de comentar e, o ainda mais complexo, fazer postagens com relação à política, não possuem relevância se considerados o local de estudo dos jovens. Em pesquisa sobre engajamento político dos norte-americanos Smith *et all* (2009) percebeu que 15% dos usuários entravam na internet para adicionar comentários políticos. Com relação aos jovens do Distrito Federal 4,9% fazem comentários, e 5,6% dos do Entorno. Tais resultados, primeiro, estão considerando jovens em um período mais recente (2017), do que a pesquisa de Smith *et all*, e ao que tem se verificado em pesquisas semelhantes existe grande dinâmica do uso dessas

plataformas. Segundo, fazem referência a jovens dentro do contexto da cultura política norte-americana, que possui traços historicamente diferenciados dos identificados no contexto brasileiro.

Por outro lado, avaliar a frequência com que os jovens brasileiros têm de conversar sobre as questões políticas vistas nas redes sociais, pode efetivamente explicar se as possíveis influências saem do plano virtual e chegam no cotidiano do jovem.

Tabela 11 – Frequência com jovens conversam sobre postagens políticas

	Distrito Federal		Entorno do DF	
	Frequentemente	Nunca	Frequentemente	Nunca
Pais*	22,8	25,2	15,3	35,5
Familiares*	9,5	33,6	9,4	41,7
Amigos*	18,8	21,9	15,1	34,8
Colegas da Escola*	9,5	33	12,3	41,3
Contatos Redes Sociais****	5,4	52,3	4,9	51,4
Professores*	8,5	38,9	12,3	44,7

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n=1329); (n=1327); (n=1322); (n=1323); (n=1325); (n=1321); * q<.00 / ** q<.01/ *** q<.05/ **** q>.05

Uma vez que algumas pesquisas têm indicado a relevância dos jovens conversarem com outras pessoas sobre as questões que encontram nas redes sociais (COLOMBO et *all*, 2012, YANG e RHEE, 2010), questionou-se também com que frequência estes conversavam com outros atores do processo de socialização política. Com relação aos pais, verifica-se que os jovens do Distrito Federal compartilham o que veem sobre política no mundo fora do virtual de forma mais frequente, 22,8%, do que os do Entorno, com 15,3%. Os jovens do Entorno, também tenham uma forte resistência a ter esse tipo de conversa, em que mais de 40% dos jovens disseram que nunca conversariam com seus colegas ou professores sobre política, o que não chega a 40% os do Distrito Federal.

Percebe-se assim, que há uma maior valorização dos jovens do Distrito Federal em conversar com os pais e familiares, enquanto com relação aos colegas e professores, essa maior facilidade se dá entre os jovens do Entorno. De certa forma, os jovens do Distrito Federal, tendem a buscar mais na família elementos de construção para construir suas opiniões com relação à política, e os do entorno, o fazem menos frequentemente na família, e entre os que tem interesses, esses podem fazê-lo mais entre colegas e escola do que os do Distrito Federal. Tal questão pode indicar que os jovens do Distrito Federal

estão mais próximos dos pais e familiares, enquanto os do Entorno possuem pais, em grande medida, que possuem menores condições materiais, ao ponto de precisarem passar mais tempo em busca da melhoria de tal condição, do que participando do processo de socialização política.

Assim, quando perguntados com relação a se consideram as redes sociais como instrumentos de participação política⁶⁷, 54% dos jovens do Distrito Federal e 44,4% do Entorno afirmaram que sim. Já entre os que afirmaram não saber estes predominam no Entorno, com 11%, enquanto 5,6% dos jovens do Distrito Federal. A diferença entre as duas regiões parece indicar que existe uma cultura política mais participativa, com relação as redes sociais, ligeiramente maior no Distrito Federal,

5.1.2. Diferenças de uso das redes sociais

Na medida em que existem diferentes redes sociais, essas também podem suscitar diferentes comportamentos dos usuários em cada uma das plataformas, assim questionou-se aos jovens se estes utilizavam as redes de forma diferente para comentar sobre política. Principalmente pois cada rede apresenta recursos diferentes de interação que podem fomentar ou inibir tal uso.

Tabela 12 – Rede social que é mais utilizada na interação sobre política

Primeiro lugar*							
	Twitter	Facebook	WhatsApp	Instagram	YouTube	Não utilizaria	Outro
Distrito Federal	13,3	35,1	15,4	3,3	4,4	28,6	0
Entorno do DF	3,8	39,1	14,3	1,6	5,2	36	0
Segundo lugar*							
Distrito Federal	9,7	17,4	20,5	7,3	10	34,7	0,4
Entorno do DF	5,7	15,7	25,2	4,8	7,6	40,5	0,5
Terceiro lugar****							
Distrito Federal	5,8	5,8	12,2	10,3	16,8	47,5	1,5
Entorno do DF	5,4	8	9,3	9,3	15,4	51,4	1,2

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n=1312); (n=1311); (n=1328).

* q<.00 / ** q<.01/ *** q<.05/ **** q>.05

⁶⁷ n= 1328, q<.00

No processo de teste dos questionários, alguns jovens estudantes falaram que os comentários com relação à política eram “coisa do Twitter”, identificando que os jovens reconhecem o perfil de cada rede social⁶⁸. Essa rede social, não parece ser a preferida para fazer comentários sobre política, mas também é uma das menos utilizadas (26,4 no Distrito Federal e 14,2% no Entorno afirmaram utilizar diariamente⁶⁹). Contudo ela se destaca entre a preferência dos jovens do Distrito Federal, com 13,3% contra 3,8% dos Entorno, atrás apenas do Instagram. O Facebook, entretanto, é a rede social que o jovem mais interage politicamente em ambas as regiões, 35,1% no Distrito Federal e 39,1% no Entorno. Em segundo lugar, o WhatsApp se destacou, com 20% e 25,2% das preferências do Distrito Federal e Entorno, respectivamente.

Os jovens do Distrito Federal foram os que mais se dispuseram a utilizar alguma das redes sociais para comentar sobre política, 71,5%, e no Entorno 64%. Entretanto, ao questionar-se sobre a frequência com que compartilhavam conteúdos políticos nessas redes, não houve nenhuma rede social que indicasse significância estatística no seu uso relacionado ao local da escola. Para todas as redes sociais, cerca de 75% dos jovens do Distrito Federal e do Entorno afirmaram que nunca as utilizaram para compartilhar conteúdo político. Contudo, chama a atenção, que os jovens do Distrito Federal são os que menos utilizam frequentemente as redes (1,4% Twitter; 2,8% no Facebook; 1,6% no WhatsApp). Enquanto os do Entorno são mais frequentes em praticamente todas as redes sociais (1,6% Twitter; 4,6% no Facebook; 3,6% no WhatsApp)⁷⁰.

O uso das redes sociais com relação a interação e a postagens com relação à política, aparentemente indica precisamente as características da cultura política dos jovens. Embora, ainda, não seja possível relacionar cada um com as redes, é possível inferir que os jovens até utilizam as redes sociais para interagir, mais no Distrito Federal do que no Entorno. A frequência com que cada um utiliza tais redes para com a política destaca um distanciamento desses com questões políticas. Assim como o tipo de rede

⁶⁸ Outra frase dita por jovens no teste dos questionários, relacionada a essa rede social: “o que acontece no Twitter, fica no Twitter”. A frase da adolescente exprime sua percepção a respeito de essa ser a rede social preferida pelos adolescentes para informar-se e postarem suas opiniões com relação a política. Essa percepção está relacionada a indicar um local pelo qual questões políticas tem maior veiculação, enquanto que as outras redes sociais não possuem um teor semelhante. Assim, existe um reconhecimento por parte dos jovens de que as questões políticas devem ficar em um espaço específico a elas, para que os interessados tenham acesso.

⁶⁹ Para detalhes sobre o uso diário de todas as redes sociais verificar Tabela 7 (p. 145).

⁷⁰ Para maiores informações verificar tabela no Apêndice 8.5.1.

social preferida para isso, pode ser definitiva para o tipo e a influência que cada um pode vir a ter na formação de sua cultura política. Tais relações são possíveis de serem verificadas, entretanto, esse estudo não pretende aprofundar a função de cada rede sobre a suposta influência dessas sobre a cultura política dos jovens⁷¹.

Já a forma concreta apontada pelos jovens que realizam atividades de engajamento e participação política dentro dessas redes, foi avaliada e pode trazer algumas elucidações para o teste de hipótese desse trabalho.

Tabela 13 – Participação em mobilizações pelas Redes Sociais

	Distrito Federal		Entorno do Distrito Federal	
	Participa ou já participou	Não sabe o que é	Participa ou já participou	Não sabe o que é
Abaixo-assinados*	38,3	3	25,8	8,6
Boicotes*	11,2	9,8	7,3	15,7
Twittaços**	14,6	12,8	9,6	15,8

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n=1319); (n=1313); (n=1315);

* q<.00 / ** q<.01/ *** q<.05/ **** q>.05

A participação em abaixo-assinados pelas redes sociais é a atividade de mobilização mais frequente em ambas as regiões, com uma diferença de 13,3 pontos percentuais. Com relação aos boicotes e aos Twittaços, essa diferença é respectivamente, de 1,4 e 1,8 pontos percentuais. Enquanto os jovens do Distrito são os mais participativos, os jovens do Entorno são os que menos apresentam conhecimentos sobre o que são essas formas de mobilização. A mesma relação significativa ocorre quando questionados sobre a participação em manifestações políticas fora das redes sociais⁷², mas que haviam sido organizadas pelas redes, 20,9% dos jovens do Distrito Federal indicaram já ter participado e 14,3% dos jovens do Entorno.

Ainda nesse sentido, ao serem questionados sobre prováveis postagens com relação a algum candidato político durante as eleições⁷³, 8,4% dos jovens do Distrito Federal afirmaram que fariam, contra 12,7% dos do Entorno. Assim, 70,6% do Distrito Federal afirmaram que não fariam uma postagem dessa natureza, contra 59,9% do Entorno. Considerando a significância estatística e a diferença percentual entre as duas regiões, de 10,7 pontos, entre os que afirmaram que não fariam postagens, é importante

⁷¹ Algumas pesquisas que fazem tal referência podem ser consultadas no capítulo 3.

⁷² n= 1322, q<.00

⁷³ n= 1331, q<.00

resgatar aqui o caráter pessoal dado pela identificação de um candidato político. Nesse ponto, verifica-se uma força significativa do caráter personalista da cultura política brasileira. Em que possui diferença significativa entre as duas regiões, com o Entorno mais propício a reproduzir tais valores políticos.

A permanência do clientelismo como práxis política no Brasil (CARVALHO, 1997; LEAL, 1948) é ainda mais comum entre os jovens do Entorno do que entre os do Distrito Federal, uma vez que esses buscam identificação direta com os políticos, mas possuem baixa indicação de que podem utilizar tais referências para reivindicar direitos, nem que seja por meio de protestos eletrônicos via redes sociais.

Dentre as variáveis que foram utilizadas nessa pesquisa para medir a relação dos jovens com as redes sociais foi possível avaliar suas ações, interesses e comportamentos. Grande parte das relações aqui identificadas apresentam significância estatística possibilitando afirmar que as diferenças entre os dois locais analisados determinam em uma utilização diferenciada para o uso das redes sociais. Assim, a segunda hipótese dessa tese se confirma, uma vez que contextos socioeconômicos desiguais significam em diferentes usos das redes sociais com relação à política. Apenas duas relações não se mostram significativas com relação ao local da escola, se o jovem busca saber mais sobre as questões políticas nas redes sociais e se o jovem comenta e faz postagens sobre política, ambas definem uma relação mais interessada e mobilizada do indivíduo com a prática política dentro das redes sociais. Assim, mesmo que haja uma relação significativa, o local de moradia pode ser a variável explicativa na medida em que se verifica comportamentos não tão sofisticados com relação à política. Nesse sentido, realiza-se a discriminação dos dados relacionados ao uso das redes sociais para que se entenda de forma mais completa a força de influência dessas redes.

5.1.3. Índice sobre o uso das Redes Sociais

Com relação à hipótese central, a fim de realizar as análises do uso das redes sociais discriminou-se as variáveis avaliadas acima em três índices⁷⁴ que congregam informações correlacionadas do uso das redes sociais com relação à política.

⁷⁴ Um quarto índice foi gerado na análise fatorial, mas não foi utilizado nas análises pois sua variabilidade interna era muito baixa

O primeiro é o **Índice de Envolvimento**⁷⁵ político nas redes sociais, que é composto por variáveis do envolvimento dos jovens com a política dentro das redes sociais, manifestando certo interesse, mas também ações dentro das redes. Nesse índice as variáveis utilizadas são: Costuma acessar assuntos políticos relacionados à política na internet; costuma pesquisar para saber se é verdade se alguém posta alguma notícia relacionada à política nas redes sociais; Costuma ler as postagens sobre assuntos políticos nas rede sociais; Costuma comentar as postagens sobre assuntos políticos nas rede sociais; Costuma fazer postagens sobre assuntos políticos nas rede sociais.

O segundo é o **Índice de Conversa** de assuntos políticos vistos nas redes sociais, mas em espaços fora das redes sociais. Nesse caso, investiga-se o grau pelo qual os jovens conseguem transpor o conteúdo visto no ambiente virtual para pessoas no mundo fora do virtual, medindo a frequência pela qual os jovens conversam com pessoas próximas a eles.

O terceiro é o **Índice de Compartilhamento** de assuntos políticos nas redes sociais. Pelo qual mede-se o grau de importância que o jovem dá para o compartilhamento de informações relacionadas à política, denunciando a qualidade desse interesse em buscar a veracidade das informações. Assim, o índice mede a frequência de compartilhamento de notícias relacionadas à política depois de ler apenas o título nas seguintes redes sociais: Facebook, WhatsApp, Instagram e YouTube. Uma vez que esse índice não foi utilizado nas análises dos modelos de trajetória (desenvolvidos na sequência), ainda assim considera-se relevante apresentar seus resultados aqui e para isso utilizou-se as análises de regressão linear. Essa técnica, apresenta a correlação existente entre as variáveis, a fim de medir o relacionamento entre elas (FIELD, 2009). Para as análises referentes ao índice descrito anteriormente, utiliza-se o R^2 para as interpretações. Isso porque ele é capaz de descrever o quanto uma variável pode ser explicada pela outra a ser correlacionada (FIELD, 2009).

⁷⁵ O termo envolvimento foi eleito como mais significativo para a relação existente entre o usuário e o conteúdo político nas redes sociais. Outros termos possuem carga conceitual que poderia deturpar o que se mede nesse índice.

Quadro 1 – Análises de correlação do Índice de Compartilhamento – R²

	Distrito Federal	Entorno	Total
Atitudes políticas	,011**	,035*	,018*
Participação política	.008***	,023*	,014*
Conhecimento político	,004****	,000****	,001****
Capital Social	,005****	,015***	,000****
Valores democráticos	,000****	,001***	,000****

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); * q<.00 / ** q<.01/ *** q<.05/ **** q>.05

Os dados mostram que o grau de explicação dada pela participação dos jovens ao compartilharem informações políticas nas redes sociais, sem consultar a veracidade dessas informações é pouco explicativo a ocorrência das variáveis de cultura política aqui analisados. A associação é medida levando em conta que quanto menos o jovem compartilha tais informações, maior será sua posição junto ao referido índice.

Assim, os jovens do Distrito Federal não apresentaram uma correlação que fosse significativa, relacionado aos valores democráticos, capital social ou conhecimento político. Ou seja, entre esses jovens possuir, mais ou menos valores democráticos, capital social ou conhecimento político não significa que eles vão, ou não, compartilhar informações políticas sem checar sua veracidade. Este dado é extremamente importante, considerando que os jovens dessa região estão em um contexto socioeconômico mais favorecido, e em geral tem apresentado, até aqui, indicadores de possuírem uma cultura política mais participativa ou indicando uma cidadania crítica. Os jovens, anteriormente já associados a valores de auto-expressão e pós-materiais possuem os seus valores democráticos, valores coletivos (capital social) e conhecimento político não associado ao compartilhamento indiscriminado de informações políticas, o que significa em uma desatenção a possíveis fake News.

Indica-se como uma possível explicação para essa não associação que os jovens dessa região por possuírem mais confiança interpessoal esses podem vir a presumir que tal informação é verdadeira por associarem confiança sobre tais postagens. Isso pode estar associado ao fenômeno verificado nas últimas eleições de 2018, pelo qual presume-se que essas fake News tiveram forte relevância. O que ocorreu de forma semelhante nas eleições norte-americanas onde se tem uma presença ainda maior de jovens com valores pós-materiais do que na região analisada.

Por outro lado, as atitudes políticas e o comportamento político, aqui verificados, estão relacionadas significativamente a essas postagens. Presume-se assim, que quanto

mais indicadores de atitudes políticas ou participação política menor a chance desses jovens compartilharem tais informações de forma indiscriminada. Considerando que as atitudes políticas possuem uma associação mais explicativa do que os de participação, é possível afirmar quanto mais preocupados os jovens têm de distinguir a veracidade das informações, maiores também devem ser as suas atitudes políticas, ou, em menor grau, sua participação política.

Destaca-se que no Entorno, essa relação foi significativa para praticamente todas as variáveis, menos para conhecimento político. Nesse sentido, com relação a esse índice é possível indicar que os jovens do Entorno têm postados conteúdos políticos sem checar as informações de forma mais sistematizada dos que os do Distrito Federal. Ou seja, os jovens do Entorno costumam ter, ou não, esse comportamento na medida em que possuem uma cultura política com mais presença de valores democráticos, atitudes políticas, capital social e participação política. Com relação ao conhecimento político não houve associação, indicando que independentemente da quantidade de conhecimento político do jovem isso não o move a buscar a veracidade dos conteúdos políticos.

Assim, os jovens do Distrito Federal, por apresentarem valores mais associados com aqueles de sociedades pós-materiais, seus questionamentos a respeito da veracidade dos conteúdos veiculados nas redes sociais não correlacionam com variáveis presentes em valores disseminados na sociedade como valores democráticos, conhecimento político e capital social. Já entre os jovens do Entorno, que ainda estão em busca de alcançar objetivos materiais, as associações resultantes revelam um forte atrelamento desses com praticamente todos os indicadores aqui verificados, o que revela uma desconfiança desses conteúdos na medida em que tendem a possuir mais capital social, valores democráticos, participação política e atitudes políticas. Esses dois últimos com as mais altas correlações, em ambas as regiões, sendo o mais forte o de atitudes políticas, indicando que de fato aqueles mais interessados tendem a investigar mais a veracidade de tais conteúdos, independente do contexto socioeconômico.

5.2. Influência das redes sociais sobre cultura política: tipo de escola

Existem três tipos de escolas de Ensino Médio no Brasil, de tipo Particular, Federal e Estadual (no caso Distrital, para as escolas do Distrito Federal). Ademais, da influência do local da escola também se levantou que a existência de tipos de escolas

poderia ser significativa e explicativa para a formação da cultura política. Isso porque existem particularidades institucionais derivadas de cada tipo de escola, onde as escolas federais e estaduais possuem como característica um ensino gratuito. Contudo, as escolas federais apresentam altas performance junto aos indicadores de qualidade de ensino (FOLHA, 2018), em parte por congregarem professores de alta qualificação – consequentemente com salários maiores. Já as escolas Particulares possuem como ponto de corte a renda dos alunos, que provenientes de famílias com melhores condições materiais conseguem dar uma instrução mais complexa. Entretanto, uma das escolas investigadas, possui como característica um ensino híbrido, em que embora opere de forma estatal, cobra uma taxa elevada de manutenção. Dessa forma agregou-se essa quarta categoria dentre as tipologias escolares apresentadas anteriormente.

Para as análises realizou-se a técnica de análise logística binária combinadas aos índices já apresentados. Buscou-se verificar a associação de cada um dos tipos de escola com as variáveis culturais aqui elencadas.

Quadro 2 – Regressão logística sobre os tipos de escolas

	Estadual	Particular	Federal	Híbrida
Atitudes Políticas	-1,543*	0,946*	,609****	2,201*
Participação Política	-,486***	-,387****	2,433*	,081****
Sofisticação Política	-6,429*	4,268*	2,981*	2,210***
Capital Social	-1,480*	0,907**	1,192**	2,600**
Valores democráticos	-1,184*	0,507**	1,327**	1,819*
Envolvimento nas Redes Sociais	-1,630*	,881*	1,369**	1,543**
Compartilha nas Redes Sociais	0,514****	-,221****	-,193****	-1,556****
Conversa nas Redes Sociais	-1,164*	,691*	,310****	1,930*

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); * $q < .00$ / ** $q < .01$ / *** $q < .05$ / **** $q > .05$

Em destaque as maiores e menores associações significativas.

Assim, foi possível verificar que os tipos de escolas podem explicar parte da cultura política de seus alunos. As escolas estaduais, apresentaram uma relação inversa ao conhecimento político, inclusive essa é a maior associação de todas as variáveis. O que significa que o nível de conhecimento político desses estudantes é inversamente associado ao nível de conhecimento dos estudantes das outras escolas (unificadas nessa análise na variável *Dummy*). Com relação aos outros indicadores dessas escolas ainda é relevante destacar que foram nessas que se verificou a mais alta relação com o

envolvimento desses alunos pelas redes sociais, contudo de forma inversa, ou seja, o envolvimento político pelas redes sociais está inversamente associado as outras escolas.

Já com relação as escolas particulares, não se verificou relação significativa com a participação política. Destaca-se aqui que o grau de conhecimento político dos jovens, também possui uma forte associação. Essa ocorre de forma positiva, em que nesse grupo, o conhecimento dos jovens é maior, positivamente, entre os outros grupos analisados. Os jovens das escolas particulares foram menos expressivos com relação a todos os índices, inclusive com relação ao envolvimento político pelas redes sociais. Porém de todas as associações verificadas com as variáveis de cultura política, possuindo significância estatística, as associações são positivas. O que ocorre também nas escolas federais.

Também é nas escolas federais que essas mesmas correlações possuem uma força de associação maior do que nas escolas particulares, inclusive tendo a maior correlação com a participação política. Fato que se destaca, uma vez que essas escolas também não tiveram associação significativa com as atitudes políticas. Assim, é possível avaliar que para a construção de uma cultura política cívica ou mais participativa essas escolas têm maior potencial.

Entretanto, verificou-se ainda junto a escola de ensino híbrido, a existência de diferenças ou semelhanças com algum dos outros tipos de escolas em questão. Nesse caso, a escola se destaca ao serem avaliadas as atitudes políticas, o capital social e os valores democráticos. De certa forma, os jovens estudantes dessas escolas também têm forte associação nas ações dentro das redes sociais, entendidas aqui como envolvimento político e conversas sobre os assuntos políticos ali vistos. Entretanto, a relação dos jovens com a participação política, efetivamente, não possui associação significativa.

Reitera-se que essa escola, possui características singulares nos modelos escolares brasileiros. Uma vez que possui um ensino semelhante ao tipo federal, em que há formação continuada de professores, mas também exige um alto nível de poder aquisitivo, uma vez que cobra mensalidade dos estudantes. A escola acaba selecionando o seu público alvo de estudantes jovens entre os que possuem mais condições materiais, do que os das escolas tipicamente federais.

Pode-se dizer que, se consideradas as escolas do tipo federal e híbrida as associações da cultura política com elas são muito mais fortes do que se consideradas as escolas públicas e particulares. Assim, o lugar em que o estudante estuda explica algum dos seus valores culturais. Mesmo que entre as escolas particulares se sobressaia

indicadores de conhecimento político, as outras variáveis apontadas necessárias para uma cultura política participativa, estão presentes de forma mais efetiva nas escolas federais e híbrida. As escolas federais são minorias no Brasil, bem como o modelo híbrido identificado aqui. Verifica-se que se o tipo de escola é a mais relevante, contudo, a atual presença dessas dentro do território nacional é insuficiente para trazer mudanças estruturais junto a cultura política dos jovens. Uma vez que esse modelo escolar atende a uma pequena parcela da população.

Isso porque esses dois tipos de escola possuem as duas características mais relevantes sobre a formação da cultura política discutidas até aqui. Primeiro, a existência de um contexto familiar que garante aos jovens segurança material como verificado junto aos alunos da escola híbrida. E segundo, indica forte associação dessas com a formação de valores pós-materiais e valores de auto-expressão, presentes nas escolas de Ensino Federal. Inglehart (2009) argumenta que tais valores são fundamentais para a consolidação dos regimes democráticos, pelos quais significam uma cultura emancipadora. Ou ainda, a constituição de cidadãos críticos que compreendem melhor seu espaço como tal em meio a sua comunidade e se envolvem de forma não institucional.

5.3. Descrição do Modelo de Análise da Influência das Redes Sociais

Até aqui, verificou-se como a cultura política se apresentava dentre os jovens das regiões do Distrito Federal e do Entorno. Identificando a existência de uma subcultura política entre as duas regiões, na qual a primeira apresenta diversos indicadores de possuir uma cultura política com valores pós-materiais. Esses apresentam comportamentos típicos dos cidadãos críticos, que estão engajados em projetos mais sociais e possuem preocupações com a manutenção de seus valores de auto-expressão (DALTON, 2004). Já a segunda, ainda permanece na busca de satisfação de suas condições materiais, os quais mantem uma cultura política historicamente pesquisada e associada a presença do clientelismo. Mas também, com baixa confiança interpessoal, participação em espaços institucionalizados e atitudes políticas entre apenas uma pequena parcela, enquanto o restante prefere não se envolver em questões políticas. De forma semelhante, verificou-se de que forma os tipos de escolas são importantes para explicar as variáveis culturais aqui analisadas. Embora ainda se questione se são os tipos de escolas ou as realidades ali retratadas que trazem tais comportamentos. Assim, a fim de responder a terceira hipótese

derivada levantada nessa tese, de que *o uso das redes sociais, a região de estudo e a escolaridade dos pais influenciam mais do que a renda na formação da cultura política*. Elaborou-se um modelo de análise, que congregasse as variáveis de contexto socioeconômico agindo como variável interveniente entre as relações do uso das redes sociais e as variáveis de cultura política.

Para isso, se propõe criar um modelo de análise de trajetória, cujas variáveis são definidas não mais como variáveis dependentes, independentes e intervenientes, mas variáveis endógenas e exógenas. A técnica da análise de trajetória pode ser utilizada em um formato de diagrama e se destaca por permitir analisar simultaneamente relações complexas entre as variáveis (PESTANA e GAGUERO, 2000). No modelo de análise aqui proposto, determinou-se que as variáveis relacionadas ao uso das redes sociais e as variáveis de cultura política são variáveis exógenas, enquanto as variáveis relacionadas ao contexto socioeconômico são as variáveis endógenas.

Embora a técnica não seja comum na ciência política brasileira é muito usada em pesquisas norte-americanas, experimentando, inclusive uma maior aplicabilidade em pesquisas de ciências sociais nos últimos anos (GREENER, 2005). Apesar dos críticos a considerarem um modelo positivista e economicista de avaliação social (PIERSON, 2000), a técnica tem potencial para contribuir junto a estudos comparativos sobre estabilidade e mudança política.

[...] as we noted above, we have a mechanism for change in a path-dependent system, located not in the cultural or structural spheres, nor in human agency, but in the interactions between all three. The analytical separation of cultural and structural systems allows us to examine the role of ideas as well as structure in political analysis, and the analytical separation of both from human agency through the three-step morphogenetic cycle allows us to see the process through which change unfolds from apparent continuity before us⁷⁶. (GREENER, 2005, p. 69).

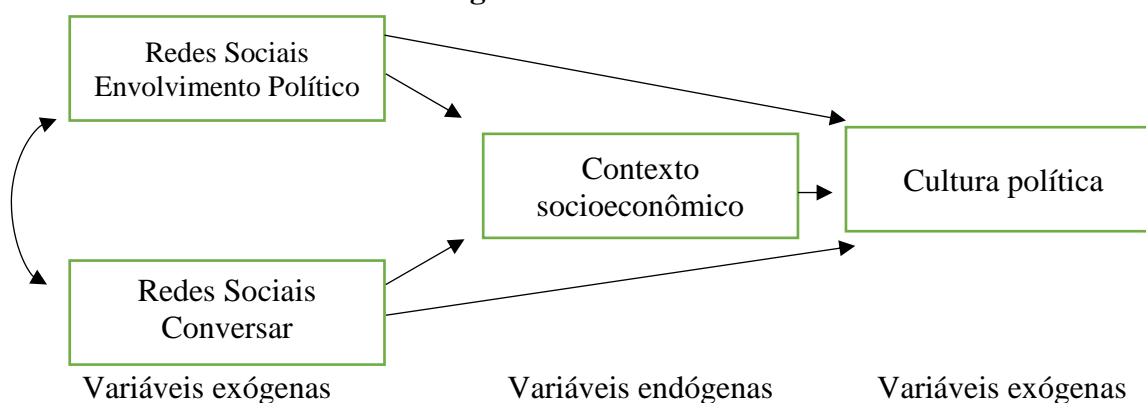
A técnica foi criada pelo geneticista Sewall Wright (1934-1960), para melhor interpretar casos em que variáveis relacionadas entre si poderiam ser determinadas por outras variáveis (GARCIA FERRANDO, 1985). Os modelos permitem o teste de uma estrutura de ligações causa-efeito, cuja sequência lógica é construída pelo pesquisador

⁷⁶ [...] temos um mecanismo de mudança em um sistema dependente de caminho, localizado não nas esferas culturais ou estruturais, nem na agência humana, mas nas interações entre os três. A separação analítica dos sistemas culturais e estruturais nos permite examinar o papel das ideias, bem como a estrutura na análise política, e a separação analítica da agência humana através do ciclo morfogênico de três etapas nos permite ver o processo pelo qual a mudança se desdobra da aparente continuidade antes de nós (tradução livre).

(PESTANA e GAGUERO, 2000). Assim, utiliza-se de análises de regressão para determinar os efeitos diretos e indiretos de cada influência, e, também, medir os efeitos totais do modelo. Para calcular esses efeitos utiliza-se dos valores dos coeficientes padronizados de análises de regressão entre as variáveis endógenas e exógenas (GARCIA FERRANDO, 1985).

O modelo proposto aqui, coloca como caminho as variáveis debatidas no decorrer desse trabalho, pelo qual as redes sociais e a cultura política como variáveis exógenas e o contexto socioeconômico como variável endógena. Mesmo que a relação lógica seja de que o contexto socioeconômico seja a variável de precessão das redes sociais e da cultura política, optou-se aqui por avaliá-la de forma endógena no modelo. Isso porque essa tese busca testar o grau de influência das redes sociais sobre a cultura política, fatores que podem ou não ser mediados pela condição econômica, aqui entendidas como escolaridade dos pais e renda familiar.

Figura 3 – Modelo a ser testado



Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que já se sabe que o local de estudo influencia sobre o uso das redes sociais, agora é preciso isolar outras variáveis que tradicionalmente tem sido explicativa sobre a cultura política: renda e escolaridade dos pais. Assim, os modelos serão testados de forma separada, um para o Distrito Federal e outro para o Entorno, em cada uma das variáveis de cultura política analisadas. Foram testados modelos que consideravam todos os jovens e os resultados estão sumarizados apenas no final dessa seção (o desenho dos modelos encontra-se no apêndice 8.6), pois a despeito dos resultados, o objetivo principal aqui era realizar a apresentação da comparação entre os contextos, pois verificou-se anteriormente particularidades a respeito de suas culturas políticas.

Assim, busca-se verificar as forças implicadas sobre a cultura política dos jovens, medindo assim a influência, não só do uso das redes sociais, mas também da renda e da escolaridade dos pais. As variáveis de cultura política a serem analisadas são: atitudes políticas, participação política (entendida como participação em ocupações), sofisticação política (entendida como conhecimento político), capital social (entendido como preocupação com a sua comunidade) e valores democráticos.

Assim, utiliza-se a seguinte equação estrutural para os modelos de trajetórias a serem avaliados na sequência.

Quadro 3 – Equação estrutural do modelo de trajetória

$$Y = \alpha + P_1\gamma + P_2\gamma + P_3\gamma + P_4\gamma + P_{12} + P_{13} + P_{14} + P_{15} + P_{23} + P_{24} + P_{34} + \hat{\epsilon}$$

Onde:

Y = Cultura Política

α = Constante

P₁ = Redes Sociais – Envolvimento político nas redes sociais

P₂ = Redes Sociais – Conversar política fora das redes sociais

P₃ = Contexto Socioeconômico – Renda

P₄ = Contexto Socioeconômico – Escolaridade

$\hat{\epsilon}$ = Variância não explicada

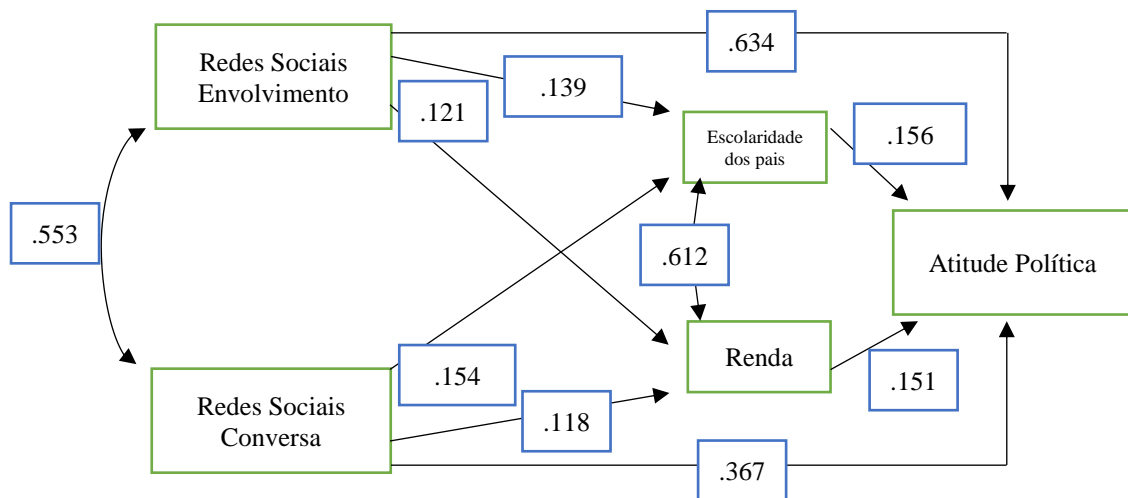
5.4. Influência das redes sociais sobre cultura política

O uso das redes sociais, associadas as variáveis socioeconômicas, pode integrar sobre a compreensão da formação da cultura política dos jovens. Entende-se aqui que a cultura política é a composição de diversas variáveis culturais, assim, avalia-se cada uma dessas em cada região a fim de poder comparar os efeitos isolados nos diferentes contextos socioeconômicos. Verifica-se nos modelos a seguir a força dessas associações e na sequência, compara-se os modelos entre si.

5.3.1. Atitudes políticas: entendidas como interesse e valorização de debates políticos

As atitudes, aqui são entendidas conforme o grau de interesse dos jovens, e a opinião deles sobre discussões políticas não serem relevantes. Assim, considerando as atitudes políticas dos jovens estudantes do Distrito Federal, obteve-se os seguintes scores no modelo de trajetória:

Figura 4 – Distrito Federal: efeito sobre atitudes políticas



Fonte: Elaboração própria.

Os efeitos diretos das redes sociais sobre as atitudes políticas apresentaram escores com força importante, o envolvimento político nas redes sociais está altamente correlacionado (.634). De forma igualmente importante, a conversa que esses jovens possuem no mundo fora do virtual potencializa as atitudes desses jovens (.367).

A correlação entre a escolaridade dos pais e a renda também possui um efeito indireto alto e significativo (.612), entretanto tais variáveis tem um efeito menor e muito similar quando relacionadas as atitudes políticas (.156 e .151). Nesse sentido, embora a renda e a escolaridade dos pais possuam relevância em determinar as atitudes políticas dos jovens, é preciso considerar também que os jovens utilizam o espaço das redes sociais para serem ressocializados de forma muito intensa conforme as suas atitudes políticas.

Assim, nesse modelo, as redes sociais atuam como agente na consolidação das opiniões dos jovens, que também o fazem ao conversarem sobre tais questões presentes nas redes com pessoas próximas. Quanto mais o jovem possui atitudes políticas mais chance ele tem de se envolver politicamente nas redes sociais, do que necessariamente apenas uma associação com a alta escolaridade dos pais e a renda familiar, embora, aqui, esses também possuem efeitos robustos.

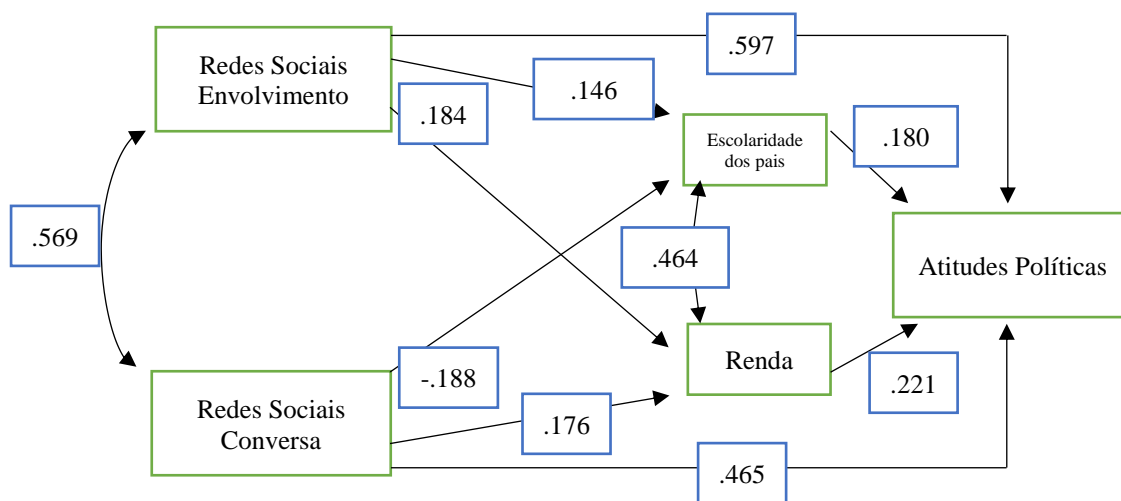
Quadro 4 – Distrito Federal: Efeito total do modelo de atitudes políticas

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.634 _(.248)	Renda	.121 _(.314)	.018	.400
		Escolaridade dos pais	.139 _(.238)	.021	
		Redes Sociais Conversa	.553 _(.243)	.202	
Redes Sociais Conversa	.367 _(.299)	Renda	.118 _(.314)	.017	.151
		Escolaridade dos pais	.154 _(.287)	.024	
Renda	.151 _(.314)	Escolaridade dos pais	.612 _(.250)	.095	.142
Escolaridade dos pais	.156 _(.317)				.049
Efeito Total					.742

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos efeitos indiretos, verifica-se que a associação do envolvimento dos jovens com as redes sociais é altamente associada a conversa que os jovens têm com outras pessoas fora do mundo da Internet (.553). Enquanto, tanto as variáveis renda, quanto escolaridade dos pais possuem escores medianos sobre todas as variáveis exógenas, alternado para scores altamente robustos apenas quando relacionadas entre si. O modelo possui um alto poder explicativo, com 74,2% da sua variância sendo explicada pelas variáveis introduzidas no desenho do modelo.

Figura 5 – Entorno: efeito sobre atitudes políticas



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos efeitos diretos do modelo referente aos jovens do Entorno, destaca-se que o envolvimento político novamente possui o maior efeito do modelo (.597), em segundo lugar a variável sobre a conversa realizada fora das redes (.465). Estes, novamente, apresentam escores bastante robustos ao modelo. Destaca-se que aqui, a

conversa com pessoas fora do mundo virtual sobre o que se vê nas redes é mais forte do que no modelo do Distrito Federal. O mesmo ocorre na relação entre aos scores de escolaridade dos pais e da renda, verifica-se que os scores são maiores do que os encontrados no Distrito Federal. Nesse ponto, uma vez que já se apresentou que a realidade dos jovens do Entorno tem menos condições materiais, verifica-se também uma força maior dos efeitos, e de com valores próximos sobre as atitudes políticas dos jovens.

Quadro 5 – Entorno: Efeito total do modelo de atitudes políticas

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.597 _(.254)	Renda	.184 _(.238)	.040	.483
		Escolaridade dos pais	.146 _(.199)	.026	
		Redes Sociais Conversa	.569 _(.213)	.264	
Redes Sociais Conversa	.465 _(.283)	Renda	.176 _(.238)	.038	.208
		Escolaridade dos pais	.210 _(.198)	.038	
Renda	.221 _(.314)	Escolaridade dos pais	.464 _(.176)	.008	.077
Escolaridade dos pais	.180 _(.199)				.035
Efeito Total					.803

Fonte: Elaboração própria.

Já com relação aos efeitos indiretos, no Entorno, novamente, há forte associação do envolvimento com a política pelo uso das redes sociais com a prática de conversa sobre tais assuntos fora do mundo virtual. Nesse modelo, obteve-se uma variância explicativa ligeiramente maior do que o modelo do Distrito Federal, sendo capaz de explicar 80,3% da existência de tais atitudes políticas. Assim identifica-se que os jovens têm em ambos os casos a formação de suas atitudes políticas fortemente associadas a renda e a escolaridade dos pais (de forma mais efetiva entre os jovens do Entorno).

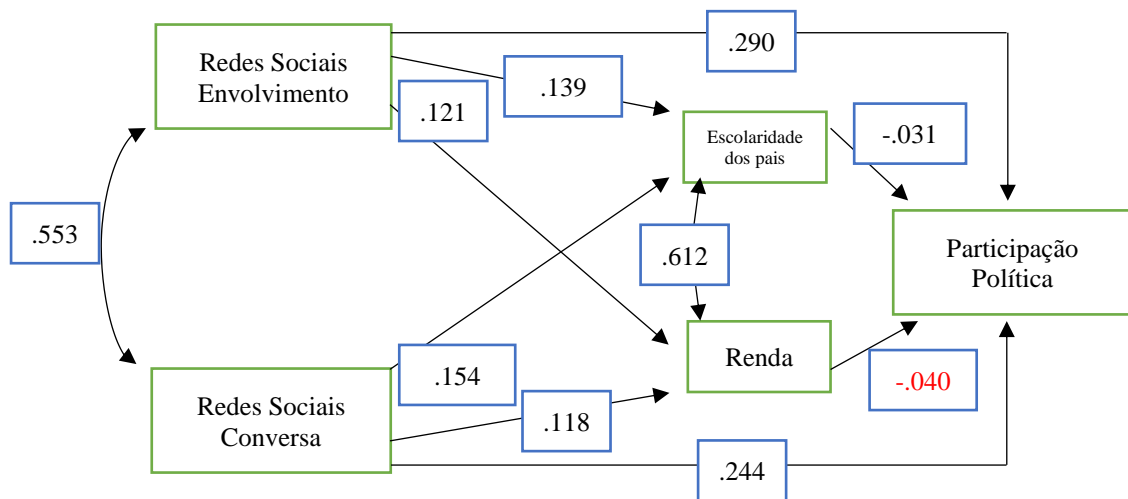
Inglehart (2009) afirma que em sociedades pelas quais as gerações mais novas vivenciaram condições materiais melhores do que as antigas é possível observar mudanças de valores, relacionando diretamente as mudanças ao desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido a existência de uma forte associação entre escolaridade dos pais e, maior ainda, sobre a renda nos efeitos sobre as atitudes políticas, destaca a dependência dos jovens do Entorno a essas variáveis, em maior medida do que os do Distrito Federal.

Entretanto, Inglehart (2009) em suas pesquisas avaliou que o efeito da internet, presumindo-se um processo universal igualitário, não estava associado a mudanças significativas sobre a efervescência de sociedades pós-materiais. Entretanto, aqui verifica-se que os efeitos definidos pelo envolvimento com as redes sociais são mais robustos do que os relativos à renda, no quesito atitudes políticas. Entretanto, resta saber se ao avaliar todos os jovens em um mesmo modelo, não haverá maior destaque das variáveis socioeconômicas, uma vez que ambas realidades são verificadas em conjunto.

5.3.2. Participação política: visto por ações de ocupações

Sobre a participação política, relacionadas a ocupações realizadas pelos jovens (inclusive as realizadas nas escolas em 2016), avalia-se uma das variáveis mais relevantes para avaliar o tipo de cultura política entre as duas regiões. Cidadãos críticos, típicos aos identificados por Dalton (2015), tendem a não se envolver com política mais institucionalizada, mas sim, por meio de contestações diretas e individuais exercendo pressão sobre as elites e seus representantes no governo.

Figura 6 – Distrito Federal: efeito sobre participação política



Fonte: Elaboração própria.

Assim, no Distrito Federal os scores relacionados ao efeito direto da escolaridade dos pais e da renda foram pouco relevantes ($-.031$) ($-.040$) sobre a participação política. O que destaca é que a renda não possui significância estatística para explicar esses comportamentos participativos dos jovens. Com relação aos efeitos do uso das redes

sociais, o envolvimento dos jovens e a conversa que eles possuem fora das redes apresentaram os maiores efeitos diretos desse modelo (.290) (.244).

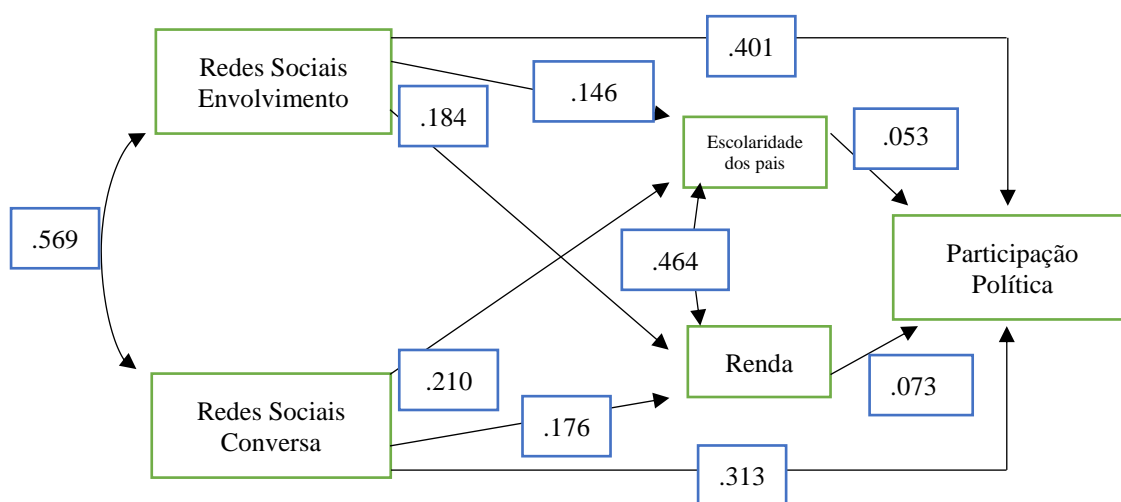
Quadro 6 – Distrito Federal: Efeito total do modelo de participação política

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.290(.232)	Renda	.121(.314)	.004	.211
		Escolaridade dos pais	.139(.238)	.004	
		Redes Sociais Conversa	.553(.243)	.134	
Redes Sociais Conversa	.244(.284)	Renda	.118(.314)	.004	.078
	.	Escolaridade dos pais	.154(.287)	.004	.
Renda	-.040(.316)	Escolaridade dos pais	.612(.250)	.018	.031
Escolaridade dos pais	-.031(.213)				.006
Efeito Total					.326

Fonte: Elaboração própria.

Considerando o efeito total do modelo, embora entre a renda e a escolaridade ocorra alta correlação, quando em contato com as outras variáveis desse modelo, essas perdem seu efeito robusto. O modelo que busca explicar tal participação política no Distrito Federal apresentou a capacidade de explicar 32,6% da realidade, a partir das variáveis indicadas.

Figura 7 – Entorno: efeito sobre participação política



Fonte: Elaboração própria.

Já quando avaliamos os efeitos no modelo referente aos jovens do Entorno, verifica-se que o envolvimento dos jovens nas redes sociais possui um efeito muito maior sobre a participação política (.401). A escolaridade e a renda novamente possuem efeitos

diretos pequenos, contudo, nessa região os efeitos verificados são mais robustos do que no Distrito Federal, e ambos com significância estatística.

Quadro 7 – Entorno: Efeito total do modelo de participação política

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.401 _(.236)	Renda	.184 _(.238)	.013	.293
		Escolaridade dos pais	.146 _(.199)	.007	
		Redes Sociais Conversa	.569 _(.213)	.178	
Redes Sociais Conversa	.313 _(.292)	Renda	.176 _(.238)	.012	.115
		Escolaridade dos pais	.210 _(.198)	.011	
Renda	.073 _(.240)	Escolaridade dos pais	.464 _(.176)	.024	.042
Escolaridade dos pais	.053 _(.201)				.010
Efeito Total					.460

Fonte: Elaboração própria.

Entretanto como foi destacado sobre os efeitos diretos, no Entorno a renda e a escolaridade dos pais possuem scores maiores associado ao modelo sobre a participação política do que no Distrito Federal. Desta forma, tais diferenças, a serem consideradas em todas as associações do modelo fazem com que no Entorno seja possível explicar 46% da realidade da participação política, um valor bastante acima do verificado no Distrito Federal. A diferença de 13,4 pontos percentuais destaca que existem razões diferentes implicadas na explicação da participação política entre o Distrito Federal e Entorno.

A participação política dos jovens tem se modificado ao longo das últimas décadas em países ditos pós-materiais, em parte por esses estarem mais educados e preocupados com questões sociais e desenvolvimento sustentável (DALTON, 2015). Nesse sentido, os jovens analisados aqui do Distrito Federal apresentaram uma baixa adesão a forma de participação política analisada aqui, justamente por terem pouca participação junto as formas de ocupação. Assim, os jovens do Entorno, participarão mais de tais ações, entretanto verifica-se uma ligeira associação da renda e da escolaridade dos pais, o que no distrito federal apresenta uma relação muito baixa e inversa (não sendo significativa quanto a renda).

As redes sociais nesse caso indicam uma maior associação entre os jovens do Entorno do que entre os do Distrito Federal. Pelo qual os jovens do Entorno, em condições menos privilegiadas consideram tais recursos necessários na reivindicação de questões sociais. Assim, embora Dalton (2015) indique que este seja um comportamento típico dos

jovens ao canalizarem as formas de lutas políticas em modelos não tradicionais, esse comportamento não é tão presente aos jovens em melhores condições materiais. Essa pode ser uma influência latente da tradição cultural brasileira pela qual Rennó (1997) indica que entre as relações políticas tradicionais da região prevalece um individualismo e baixa associação a valores coletivos. Isso reforçaria relações clientelistas junto a essa sociedade, pelo qual os jovens têm aprendido e podem estar inibindo suas ações, em prol da reprodução desses valores.

Embora tais valores também sejam presentes a toda sociedade brasileira, incluindo o Entorno, percebe-se que o uso das redes sociais nesse caso aparece como um diferencial na construção de tais valores de auto-expressão. Nesse sentido, entre as duas regiões aqui avaliadas, percebe-se que as redes sociais estão causando efeitos nesses jovens de comportamento político semelhante aos dos jovens norte-americanos que possuem condições materiais já satisfeitas.

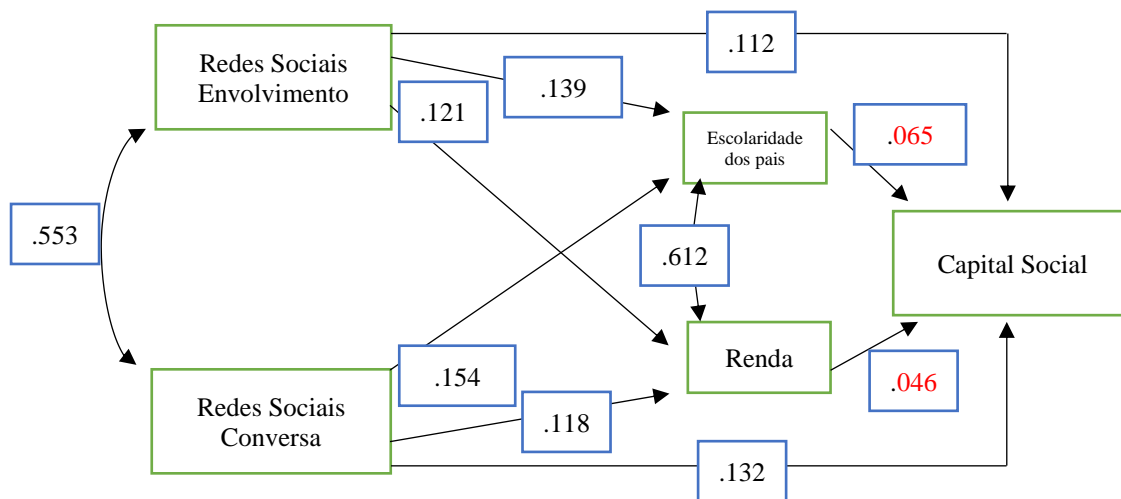
Enquanto que os jovens do Distrito Federal, que já possuem, em maior grau tais condições materiais, não se envolvem tanto em questões dessa natureza (ver seção 4.5.2), podem não o fazer pela identificação desses comportamentos como desnecessários já que os valores clientelistas se associam aos valores individuais presentes também nessas sociedades. O que constringe efeitos participativos similares aos jovens em condições semelhantes em sociedade que não possuem valores culturais clientelistas tão fortes. Assim, os efeitos da modernidade têm determinado comportamentos diferenciados a essas duas realidades, justamente, associados a valores culturais pré-existentes a esses jovens. Assim, torna-se necessário identificar os valores relacionados ao capital social, ou seja, à valores de preservação do coletivo.

5.3.3. Capital social: visto como valores coletivos

O índice de capital social diz respeito principalmente a valores coletivos que possuem a capacidade de medir junto aos membros valores coletivos importantes para predispor o indivíduo a se envolver em questões que não lhe beneficiem diretamente. Putnam (1996) argumenta que este é um dos mais importantes indicadores culturais de estabilidade democrática. Entretanto, o mesmo autor indica a existência de fragmentação do capital social nos últimos anos nas sociedades americanas, a partir da baixa adesão desses cidadãos em associações comunitárias. Assim, verificou-se os efeitos do modelo

sobre essa variável cultural, priorizando a predisposição dos mesmos sobre se envolverem em questões que não lhe beneficiem diretamente.

Figura 8 – Distrito Federal: efeito sobre Capital Social



Fonte: Elaboração própria.

No distrito Federal, os efeitos diretos da renda e da escolaridade são baixos e não significativos, o que indica que essas duas variáveis não possuem relação dentro do modelo de capital social. Já os efeitos das redes sociais, ambos efeitos são importantes, mas aqui, destaca-se o índice de conversa dos jovens com pessoas sobre as questões políticas. Isso pode ser explicado pois está implícito ao capital social, valores de confiança, os mesmos que devem incidir sobre os jovens buscarem se envolverem com outras pessoas sobre as questões políticas.

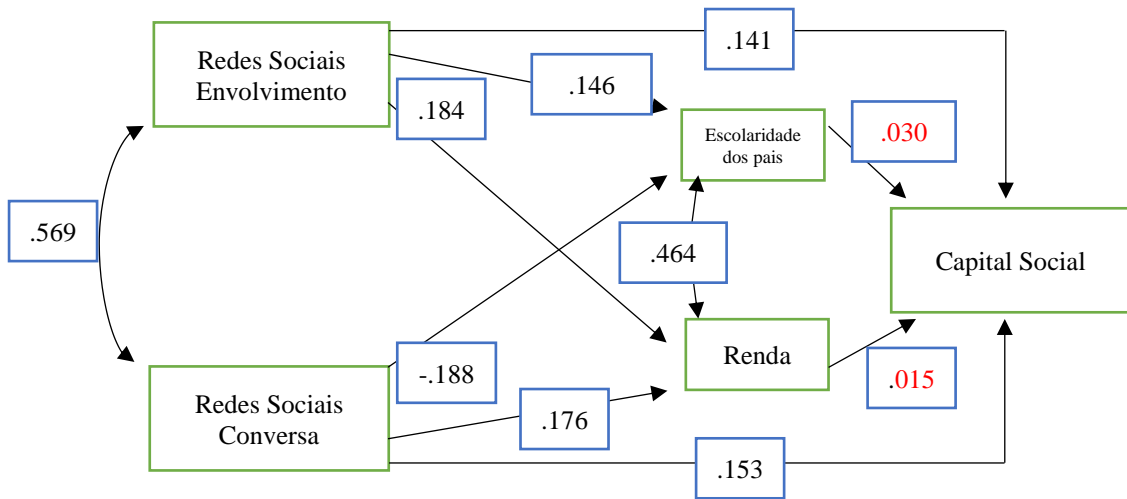
Quadro 8 – Distrito Federal: Efeito total do modelo de Capital Social

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.112 _(.208)	Renda	.121 _(.314)	.005	.110
		Escolaridade dos pais	.139 _(.238)	.009	
		Redes Sociais Conversa	.553 _(.243)	.072	
Redes Sociais Conversa	.132 _(.208)	Renda	.118 _(.314)	.003	.040
		Escolaridade dos pais	.154 _(.287)	.010	
Renda	.046 _(.202)	Escolaridade dos pais	.612 _(.250)	.039	.052
Escolaridade dos pais	.065 _(.203)				
Efeito Total					.202

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, o modelo pode explicar por 44,9% das associações ali implícitas. O que significa que mesmo não sendo relevantes as variáveis de renda e escolaridade dos pais, as redes sociais possuem efeitos importantes nessa região para promover valores coletivos. Tais valores embora estejam sendo modificados em meio a sociedades pós-materiais, como indica Putnam (2000), esses não indicam a erosão de valores coletivos. Mas como Dalton (2004) defende, tal individualismo é capaz de modificar o senso coletivo implícito a tais sociedades, em que se prioriza a própria individualidade e consequentemente a do outro, acima de benefícios do pequeno grupo em que se está envolvido.

Figura 9 – Entorno: efeito sobre capital social



Fonte: Elaboração própria.

Avaliando os efeitos referentes ao Entorno, verifica-se que há uma maior associação desses valores junto a renda e a escolaridade dos pais, embora estes também não sejam significativos, destaca-se que tais efeitos geram efeitos menores ao modelo.

Quadro 9 – Entorno: Efeito total do modelo de capital social

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.141(.234)	Renda	.184(.238)	.002	.127
		Escolaridade dos pais	.146(.199)	.004	
		Redes Sociais Conversa	.569(.213)	.087	
Redes Sociais Conversa	.153(.231)	Renda	.176(.238)	.002	.044
		Escolaridade dos pais	.210(.198)	.006	
Renda	.015(.212)	Escolaridade dos pais	.464(.176)	.013	.017
Escolaridade dos pais	.030(.221)				.006
Efeito Total					.194

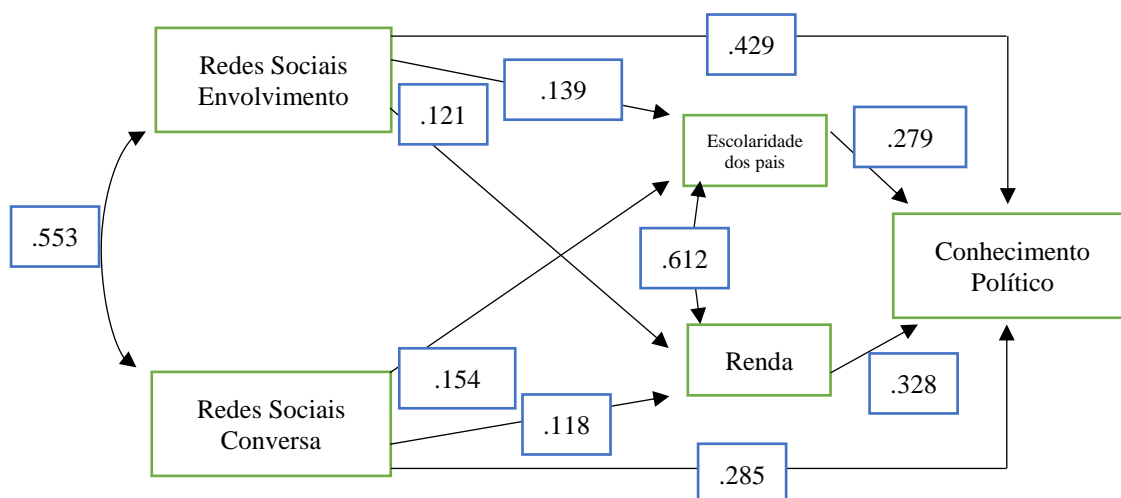
Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, o efeito total identificado junto ao capital social no Entorno, possui um grau explicativo muito menor do que o modelo do Distrito Federal. Representando junto a esses jovens que os valores coletivos, quando presentes, possuem pouca associação com as questões socioeconômicas da renda e escolaridade.

5.3.4. Sofisticação política: visto pelo conhecimento político

Para medir os dados referentes a sofisticação política foi preciso selecionar um dos índices anteriormente desenvolvidos. Nesse caso, optou-se por avaliar o conhecimento político dos jovens, pois este congrega informações mais completas para avaliar a própria sofisticação política.

Figura 10 – Distrito Federal: efeito sobre o conhecimento político



Fonte: Elaboração própria.

Os efeitos diretos sobre o conhecimento político no Distrito federal são bastante fortes quando considerados o envolvimento dos jovens nas redes sociais (.429). Assim como se destaca pela primeira vez a força dos efeitos da escolaridade dos pais (.279) e da renda da família (.328). Ou seja, entre os jovens do Distrito Federal, há maior chance daqueles que possuem melhores condições socioeconômicas de terem um conhecimento político, do que as variáveis até agora analisadas, como participação política e atitudes políticas e capital social. Embora os jovens do Distrito Federal saibam sobre política, destaca-se como já visto anteriormente, esses tendem a não se envolver com ela.

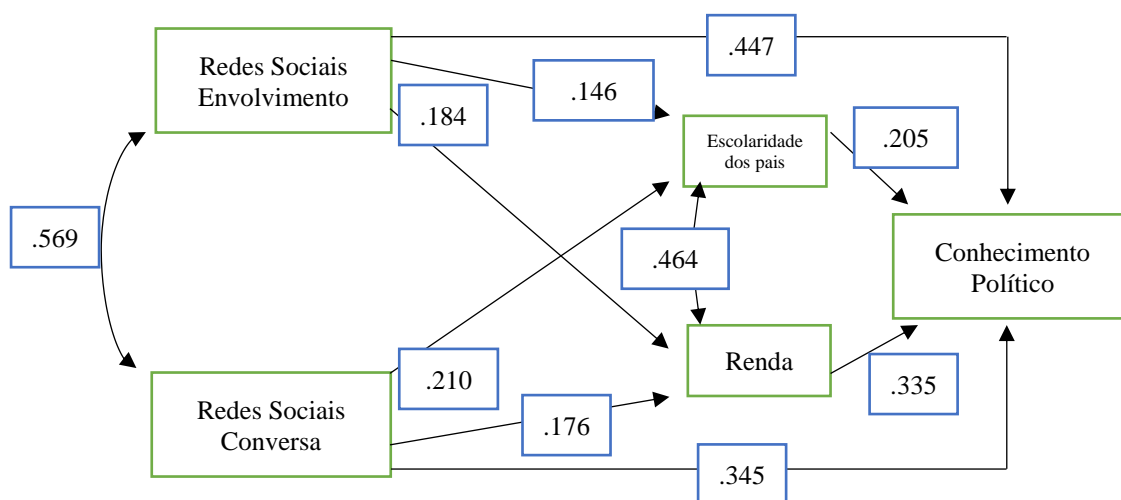
Quadro 10 – Distrito Federal: Efeito total do modelo de Conhecimento político

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.429 _(.210)	Renda	.121 _(.314)	.039	.326
		Escolaridade dos pais	.139 _(.238)	.038	
		Redes Sociais Conversa	.553 _(.243)	.157	
Redes Sociais Conversa	.285 _(.275)	Renda	.118 _(.314)	.038	.160
		Escolaridade dos pais	.154 _(.287)	.042	
Renda	.328 _(.301)	Escolaridade dos pais	.612 _(.250)	.017	.269
Escolaridade dos pais	.279 _(.210)				.058
Efeito Total					.755

Fonte: Elaboração própria.

Considerando os efeitos totais, esse modelo no Distrito Federal é capaz de explicar 75% da variância encontrada sobre o conhecimento político dos jovens. A escolaridade dos pais e a renda são fatores altos incidindo sobre o conhecimento político, entretanto, é interessante verificar junto aos jovens do Entorno para ver se também existem fortes associações.

Figura 11 – Entorno: efeito sobre o conhecimento político



Fonte: Elaboração própria.

Já com relação aos efeitos diretos para os jovens do entorno verifica-se o mesmo destaque observado no modelo dos jovens do Distrito Federal. Os jovens que se envolvem com a política nas redes sociais têm mais chance de apresentarem conhecimentos políticos mais sofisticados (.447). O que também tem uma forte relação entre a quantidade de anos de estudo dos pais (.205) e o tamanho da renda (.335)

Quadro 11 – Entorno: Efeito total do modelo de conhecimento político

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.447 _(.225)	Renda	.184 _(.238)	.065	.392
		Escolaridade dos pais	.146 _(.199)	.029	
		Redes Sociais Conversa	.569 _(.213)	.196	
Redes Sociais Conversa	.345 _(.281)	Renda	.176 _(.238)	.056	.196
		Escolaridade dos pais	.210 _(.198)	.043	
Renda	.335 _(.228)	Escolaridade dos pais	.464 _(.176)	.097	.173
Escolaridade dos pais	.205 _(.195)				.039
Efeito Total					.800

Fonte: Elaboração própria.

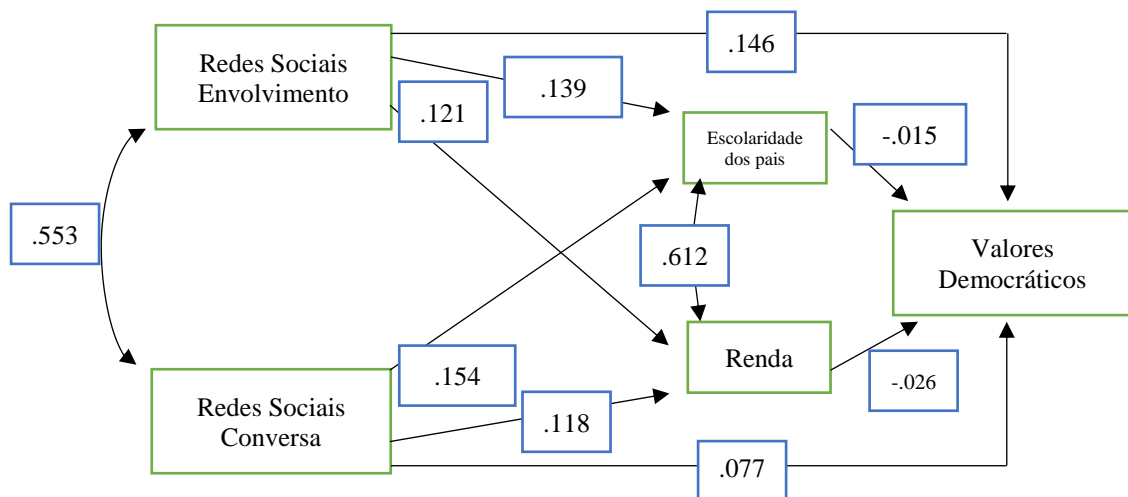
Quando é medido o efeito total do modelo, verifica-se que 80% do conhecimento político está associada ao modelo. A diferença entre esse e o do Distrito Federal é pequeno, mas continua indicando que os jovens do Entorno, quando apresentam mais conhecimento político, é porque há uma relação mais forte com a renda e a escolaridade dos pais. Enquanto no Distrito Federal, por estarem imersos em uma realidade social de melhores condições materiais, embora também haja uma forte associação, seus

conhecimentos políticos não derivam tão diretamente da renda e escolaridade dos pais. A diferença, entretanto, é a menor dentre os modelos considerados até aqui, destacando que o conhecimento político não está associado ao local de estudo, mas as condições socioeconômicas diretas ao indivíduo.

5.3.5. Valores Democráticos

Por fim, o último modelo avalia os valores democráticos dos jovens e as influências que podem condicionar maiores ou menores valores de apoio a democracia. Tais valores são variáveis fundamentais para criar um ambiente de consolidação democrática, a ausência de tais valores tem sido identificada como capaz de retirar o apoio social a instituição desses regimes.

Figura 12 – Distrito Federal: efeito sobre valores democráticos



Fonte: Elaboração própria.

Entre os jovens do Distrito Federal, o contato com as redes sociais, seja pelo envolvimento (.146), ou pela conversa (.077) avalia-se que há uma fraca relação com os valores democráticos. Da mesma forma, a escolaridade dos pais (-.015) e a renda (-.026) apresentaram baixos escores, o que implica que há pouca influência desses sobre a existência de valores democráticos nos jovens.

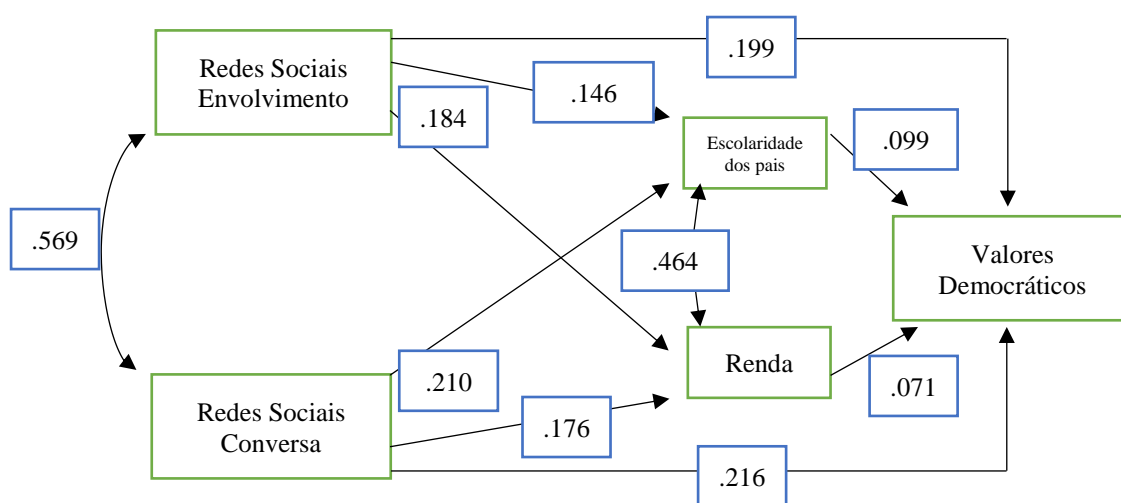
Quadro 12 – Distrito Federal: Efeito total do modelo de Valores Democráticos

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.146 _(.239)	Renda	.121 _(.314)	.003	.082
		Escolaridade dos pais	.139 _(.238)	.002	
		Redes Sociais Conversa	.553 _(.243)	.042	
Redes Sociais Conversa	.077 _(.291)	Renda	.118 _(.314)	.003	.027
		Escolaridade dos pais	.154 _(.287)	.002	
Renda	.026 _(.317)	Escolaridade dos pais	.612 _(.250)	.009	.017
Escolaridade dos pais	-.015 _(.212)				.003
Efeito Total					.129

Fonte: Elaboração própria.

Os efeitos totais desse modelo indicaram o menor poder explicativo dentre todos aqui avaliados, 12,9%. O que coloca diversas questões sobre quais seriam as variáveis mais importantes para associar com esses valores. É possível verificar que o uso das redes sociais no contexto dos jovens do Distrito Federal não possui associação forte com o fato de os jovens até conversam sobre questões políticas, mas isso não significa necessariamente que estão sendo debatidos valores democráticos. Da mesma forma, os jovens até podem ter um envolvimento com a política pelas redes sociais, mas tal envolvimento não têm sido o de promoção de valores democráticos, uma vez que a associação entre eles é pequena.

Figura 13 – Entorno: efeito sobre valores democráticos



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos jovens do Entorno há uma força mais robusta dos escores relacionados aos valores democráticos. Os jovens do Entorno tendem a relacionar mais seu envolvimento na política com as redes sociais do que os jovens do Distrito Federal. Nesse caso também, os efeitos diretos da escolaridade dos pais e da renda, são mais elevados do que entre os jovens do Distrito Federal.

Quadro 13 – Entorno: Efeito total do modelo de valores democráticos

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.199 _(.253)	Renda	.184 _(.238)	.013	.200
		Escolaridade dos pais	.146 _(.199)	.014	
		Redes Sociais Conversa	.569 _(.213)	.122	
Redes Sociais Conversa	.216 _(.301)	Renda	.176 _(.238)	.012	.098
		Escolaridade dos pais	.210 _(.198)	.020	
Renda	.071 _(.241)	Escolaridade dos pais	.464 _(.176)	.045	.063
Escolaridade dos pais	.099 _(.202)				.019
Efeito Total					.380

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos efeitos totais no Entorno verifica-se que aqui sim, há uma associação maior das variáveis do modelo sobre a existência ou não de valores democráticos. É possível verificar que, nesse caso, há maior chance de os jovens que se envolvem mais nas redes sociais com relação à política estarem incorporando a sua participação ali, mais valores democráticos do que os jovens do Distrito Federal.

Assim, nesses modelos, as condições materiais são altamente relevantes para a sustentação dos regimes políticos, caso estes ainda estejam em processo de incorporação de valores pós-materiais. Entretanto, devido à grande ascensão de valores autoritários na sociedade brasileira nos últimos anos, tais valores podem estar sendo afetados por questões não avaliadas aqui. Entretanto, salienta-se que Inglehart (2009) aponta que na medida em que as condições materiais são abaladas por crises ou aumento da inflação, os valores pós-materiais tendem a ser reduzidos nas sociedades em questão.

5.5. Comparando os efeitos totais dos modelos

A fim de sistematizar as análises desenvolvidas até aqui, por meio dos modelos de trajetória, realizou-se um quadro comparativo para permitir uma comparação mais

sucinta dos efeitos dos modelos. Pretende-se verificar se há validação ou não da hipótese derivada: *uso das redes sociais, o tipo de escola e a escolaridade dos pais influenciam mais do que a renda na formação da cultura política dos estudantes jovens*. A variável tipos de escola foi verificada na seção anterior e demonstram associações importantes na medida em que os jovens estudavam nas escolas federais e híbridas

5.5.1. Renda

Quadro 14 – Efeitos diretos da Renda

	Distrito Federal	Entorno do DF	Todos
Atitudes Políticas	.151	.221	.208
Participação Política	-.040****	.073	.000****
Capital Social	.046****	.015****	.044****
Conhecimento política	.328	.335	.356
Valores democráticos	-.026	.071	.031****

Fonte: Elaboração própria.

Os efeitos diretos da renda dos jovens sobre seus valores aqui entendidos como atitudes políticas, apresenta diferenças quando considerado o local de estudo, se Distrito Federal ou Entorno. Os jovens do Entorno são influenciados de forma mais intensa em todas as variáveis culturais analisadas. Embora haja uma proximidade do tamanho da força dessas associações em todas as variáveis culturais, os efeitos vistos sobre a participação política e sobre os valores democráticos são os que mais chamam a atenção, seja pela baixa associação encontrada em ambos os casos, seja sobre a associação contrária vista nos jovens do Distrito Federal. O valor negativo indica que a associação é inversa, ou seja, quanto mais democrático for o jovem menos chance ele tem de estar entre os jovens com maior renda. Já com relação a participação política não é possível realizar tais afirmações, uma vez que a associação entre os jovens do Distrito Federal não possui significância estatística.

Embora a associação problemática entre os valores democráticos e a renda sejam pequenas, leva-se em conta o contexto brasileiro de ambivalência democrática (MOISÉS, 2008), em que a existência de melhores condições materiais pode não significar associação de sentimentos de permanência pelo regime democrático. Ressalta-se que essa associação também pode indicar outras questões, relacionadas a sociedade brasileira. O ano de aplicação dos dados dessa, no final de 2017, antecipava as eleições presidenciais, pelo qual foi eleito um plano de governo contrário ao experimentado nos últimos 16 anos

no Brasil. Durante a campanha foram constantes os ataques pelos cidadãos brasileiros e alguns candidatos ao processo democrático. Assim, esses sentimentos antidemocráticos menos presentes entre os jovens com melhores condições de renda podem significar no reflexo de valores que lhes foram transmitidos pelas gerações anteriores. Sendo passível de futuras avaliações sobre a formação de uma classe alta que considere a democracia um fator problemático para a manutenção de seus privilégios sociais.

Inglehart (2009) a esse respeito avalia que no processo de substituição dos valores materiais para os valores pós-materiais há um constante questionamento dos cidadãos para com as elites. Pelas quais essas ao serem pressionadas pelo descontentamento da sociedade com seu comportamento, passam a minimizar as questões referentes a corrupção e manutenção de seus próprios privilégios. Assim, considera-se que a renda possui efeitos importantes sobre a cultura política dos jovens, principalmente se estes se encontram em meio a um contexto de vulnerabilidade social ou de instabilidade econômica.

5.5.2. Escolaridade

Quadro 15 – Efeitos diretos da Escolaridade

	Distrito Federal	Entorno do DF	Todos
Atitudes Políticas	.156	.180	.209
Participação Política	-.031	.053	.003****
Capital Social	.065****	.030****	.069
Conhecimento política	.279	.205	.289
Valores democráticos	-.015	.099	.063

Fonte: Elaboração própria.

Assim, considerando a escolaridade dos pais dos jovens em ambas as regiões, verifica-se novamente que os jovens do Entorno se destacam com relação a força das associações relacionadas a sua cultura política. Entre os jovens do Entorno, há uma vinculação mais forte relacionada as atitudes políticas, já entre os jovens do Distrito Federal se dá com o conhecimento político e capital social, embora não haja significância. Portanto, ao jovem do Entorno quanto mais acesso a um contexto mais escolarizado, provavelmente terá mais percepção sobre a relevância da política sobre seu contexto social. Enquanto que isso ocorre em menor medida sobre os jovens do Distrito Federal, cuja maior escolaridade indica apenas uma maior chance de haver acesso a conhecimentos sobre a política, e de certa forma, menor intenção de estar próximo dela,

embora isso não signifique associação entre o conhecimento políticos e as atitudes desses jovens.

Novamente, considerando a participação política e os valores democráticos, verifica-se o mesmo retrato das associações com relação a renda. No distrito Federal os efeitos dessas variáveis culturais são negativos, embora também sejam pequenos, e podem vir a implicar que jovens com maior contexto educativo em casa também signifique uma chance maior de possuir menor participação política e menos valores democráticos. Ressalva-se que são precisas novas pesquisas (longitudinais) para investigar se tal força dessas associações pode vir a se inverter ou aumentar entre as próximas gerações.

5.5.3. Redes sociais

Quadro 16 – Efeitos diretos do Envolvimento político nas Redes Sociais

	Distrito Federal	Entorno do DF	Todos
Atitudes Políticas	.634	.597	.619
Participação Política	.290	.401	.341
Capital Social	.112	.141	.131
Conhecimento política	.429	.447	.444
Valores democráticos	.146	.199	.177

Fonte: Elaboração própria.

Agora considerados os efeitos sobre o envolvimento dos jovens em questões políticas pelas redes sociais, verificou-se que as associações mais fortes são com as atitudes políticas. Esse não é um dado surpreendente, porque embora não sejam usadas questões correlacionadas para a confecção de ambos os índices, esperava-se que essas associações fossem altas. Já que os jovens que possuem mais interesse sobre a política, provavelmente poderiam vir a utilizar as ferramentas dessas redes no uso de suas redes sociais.

Entretanto, com relação a participação política é possível identificar uma forte diferença na associação com o envolvimento político nas redes sociais. Os jovens do Entorno, que costumam utilizar mais as redes sociais, são mais propensos a estarem entre os que possuíram ou possuem atividades relacionadas à política. O que ocorre de forma mais intensa do que entre os jovens do Distrito Federal.

Quadro 17 – Efeitos diretos da Conversa sobre assuntos políticos visto nas Redes Sociais

	Distrito Federal	Entorno do DF	Todos
Atitudes Políticas	.634	.597	.424
Participação Política	.290	.401	.274
Capital Social	.112	.141	.148
Conhecimento político	.429	.447	.336
Valores democráticos	.146	.199	.151

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos efeitos totais sobre a conversa dos jovens sobre questões políticas vistas nas redes sociais, é possível identificar que tais efeitos se destacam junto as atitudes políticas e o conhecimento político. E são bem mais fracos sobre valores democráticos e capital social. Assim, os jovens que tendem a conversar mais sobre tais questões, existe grande chance de serem os mesmo que possuem atitudes políticas relacionadas e, também conhecimentos políticos.

5.5.4. Efeitos Totais

Quadro 18 – Efeitos totais dos modelos comparados

	Distrito Federal	Entorno do DF	Total
Atitudes Políticas	74,2	80,3	92,0
Participação Política	32,6	46,0	77,3
Capital Social	20,2	19,4	19,3
Conhecimento política	75,5	80	79,1
Valores democráticos	12,9	38	43,1

Fonte: Elaboração própria.

A comparação entre os efeitos totais destaca que o Entorno do Distrito Federal pode ser mais bem explicado em todos os quesitos da cultura política avaliados dentro dos modelos. Ou seja, é possível identificar que, considerando o envolvimento político dos jovens dessa região nas redes sociais e as conversas realizadas por eles está mais atrelado a questões de renda e de escolaridade dos pais do que entre os jovens do Distrito Federal. Assim, a existência de melhores ou piores condições de valores materiais importa mais para os jovens que estão em contextos com condições socioeconômicas piores. Ou ainda melhor, quanto mais o jovem estiver em contextos com condições socioeconômicas desfavoráveis, mais importante será o quanto sua condição se iguala ou se distingue desse contexto.

Agora, o inverso também é relevante, o jovem imerso em um contexto socioeconômico mais equitativo, menos suas condições individuais de renda ou de escolaridade dos pais importam sobre a formação de sua cultura política. Assim, reitera-se a primeira hipótese derivada dessa tese, de que uso das redes sociais com relação à política depende do contexto socioeconômico pelo qual os jovens estão inseridos.

Já com relação a última hipótese, de que o uso das redes sociais e a escolaridade dos pais influenciam mais do que a renda na formação da cultura política, verifica-se que esta não se comprova de forma completa. Com relação ao uso das redes sociais verificou-se que os efeitos relacionados a cultura política possuem uma associação forte e significativa em todos os modelos. Entretanto, destaca-se uma força dessa associação mais relevante em contextos socioeconômicos menos favorecidos. Ou seja, os jovens em condições menos favorecidas materialmente tendem a usar de forma mais intensa as redes sociais como forma de envolver-se na política, já os jovens em melhores condições as utilizam de forma menos efetiva. Durante a coleta dos questionários alguns jovens indicaram que utilizavam a internet para se informar mais sobre política e o faziam também para gerar esclarecimento para suas famílias, que segundo eles, não entendiam de política.

Assim, em contextos socioeconômicos menos favorecidos as redes sociais têm se constituído em espaços de acesso a informações e deliberações políticas. Entretanto, verificou-se que ainda sobre as redes sociais o tipo da escola pode influenciar, ainda mais se tal escola for capaz de associar um padrão de qualidade de ensino junto a boas condições materiais de seus alunos. Pela qual o jovem possui conhecimentos políticos anteriores (transmitidos pela família ou escola) suficientes para poder organizar suas concepções políticas e utilizar as redes de forma a reproduzir uma cultura política participativa. Nesse caso não foi interesse dessa tese presumir que as redes sociais podem estar substituindo as agências de socialização política tradicionais. Foi sim de avaliar se, onde há ausência dessas agências na formação do jovem (principalmente em contextos em que este não tem condições materiais para superar os seus entraves sociais e econômicos), as redes sociais têm se constituído como canais de envolvimento político.

Como já observado anteriormente, na região do Distrito Federal, houve uma correlação muito alta do envolvimento dos jovens com as redes sociais e as atitudes políticas. Enquanto considerando-se a participação política, conhecimento político e os valores democráticos os maiores efeitos se deram entre os jovens do Entorno. Nesse

questo verifica-se que no contexto socioeconômico mais favorecido os jovens possuem anteriormente ao seu envolvimento com as redes sociais, indicações de interesse sobre a política. Já entre os jovens em condições menos favoráveis isso só ocorre entre os que já buscam familiarizar-se com os conteúdos políticos ali encontrados, nesse quesito, estes acabam também formulando com mais intensidade meios de participação política, conhecimento a respeito da política, e valorização de construção de um governo mais democrático.

Ainda com relação ao teste da terceira hipótese, verificou-se que a escolaridade dos pais dos jovens, entretanto, só exerce influência quando for relacionado as atitudes e conhecimento político. Com relação a valores democráticos e a participação política, o fato de os pais possuírem maior ou menor anos de estudo não é determinante. O mesmo ocorre com relação a força da renda familiar dos jovens, em que não há associação desses com o nível de participação política do jovem ou os seus valores democráticos. Mas possui relevância sobre as atitudes políticas e uma relação mais forte ainda sobre o conhecimento político.

Com relação aos efeitos totais, considerando todos os jovens, há um destaque para as atitudes políticas e a participação política, cujos modelos explicam 92% e 77,3%. Tal associação deveras alta é devido a associação mais fortes entre as variáveis. Indicando que os jovens, possuem com alto grau de robustez entre as atitudes políticas associadas a renda, escolaridade dos pais e uso das redes sociais. Assim, destaca-se que quanto mais os jovens possuírem boas condições materiais, maiores serão as chances de esses possuírem também atitudes políticas. Nesse caso confirma-se as avaliações verificadas por Dalton (2015), pelo qual os jovens são a parcela da população mais escolarizada e com maior preocupação sobre a presença de questões políticas nas sociedades, utilizando tais redes para avaliar e envolver-se, mesmo que de forma virtual, em tais questões.

A forte associação também verificada junto a participação política, condiz com o experimentado em grande parte do mundo, em que jovens indignados têm saído as ruas, ocupando espaços de forma desordenada que indica em novas formas de manifestar-se politicamente (CASTELLS, 2013). Nesse sentido as redes sociais têm influenciado diretamente os formatos de culturas políticas, em maior grau em sociedades pós-materiais e em menor grau em sociedades ainda em nível de busca por tais questões materiais. Assim, a presença das redes sociais no processo de socialização política do jovem pode indicar na ampliação de subculturas políticas, como é o caso das duas regiões analisadas

que possuem diferenças socioeconômicas importantes ao processo de consolidação democrática.

6. CONCLUSÃO

O surgimento de novos meios de comunicação, as *new medias* ou novas mídias, tem alcançado grande interesse acadêmico, pelo qual pesquisadores de diferentes áreas buscam compreender quais os possíveis efeitos e mudanças que estas novas ferramentas tecnológicas podem suscitar sobre a sociedade. A sociedade tem indicado perceptíveis mudanças da realidade política mundial devido a popularizada utilização das redes sociais. Seus efeitos são perceptíveis nas eleições de diversos países, nos relacionamentos sociais e inclusive sobre questões trabalhistas e relacionais. Entretanto, as análises sobre essas redes ainda têm tateado sobre seus efeitos. Seja devido a desconfiança de que as redes sociais sejam responsáveis por mudanças reais na sociedade ou mantenha-se apenas como uma nova ferramenta. Seja pela grande quantidade de pesquisas de pouco embasamento científico que tem reproduzido máximas de senso comum. Esse trabalho buscou contribuir em uma das lacunas referentes aos efeitos de utilização dessas redes sociais.

Assim, buscou-se responder a seguinte questão: *qual é a influência das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens? Como os contextos socioeconômicos interferem nessa influência?* Para isso desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa que buscou identificar em duas realidades, possivelmente de contextos socioeconômicos distintos, a influência do uso das redes sociais na formação da cultura política dos estudantes jovens. Para isso considerou-se que os contextos poderiam ser relevantes na medida em que Inglehart (2009) argumenta que sociedades que possuem condições materiais garantidas, essas desenvolvem valores do tipo pós materiais e valores de expressão.

A pesquisa realizada contou com duas amostras probabilísticas que utilizava a escola como conglomerado a fim de localizar os estudantes de Ensino Médio, jovens, de 15 a 29 anos. Foi construído como técnica de coleta de dados, um questionário em formato de formulário de autopreenchimento, interativo, que buscava identificar as atitudes e comportamentos dos jovens com relação ao perfil social, aos interesses, à família, à escola, à política, à democracia, à participação política e comunitária e ao uso das redes sociais, como entretenimento e como forma de envolvimento político. Assim, após a coleta de dados e tabulação dos dados, as análises consistiram em primeiro, identificar se de fato as duas regiões incorporadas nessa pesquisa possuíam contextos socioeconômicos

distintos e se isso decorria em culturas políticas diferenciadas. Segundo, analisar o uso das redes sociais nesses contextos socioeconômicos desiguais. Terceiro, verificar a influência da renda, dos tipos de escola e da escolaridade dos pais no uso das redes sociais sobre a cultura política dos estudantes jovens. As hipóteses levantadas para esse trabalho, em função de cada um desses objetivos serão analisadas a seguir.

A cultura política dos estudantes jovens do Distrito Federal é mais cívica do que a cultura política dos jovens do Entorno do Distrito Federal.

Com relação a provável existência de diferentes culturas políticas na região, verificou-se uma pequena quantidade de produções a esse respeito. Assim, a partir de cinco variáveis culturais retratou-se alguns indicadores da cultura política dos jovens entrevistados. As atitudes políticas dos jovens investigadas aqui indicaram que estes possuíam diferentes posturas frente a política. Os jovens do Distrito Federal, em geral, estão mais interessados e se sentem próximos as questões políticas, enquanto os do Entorno, uma parcela menor alega esse interesse, mas também são os que apresentam sentimentos mais positivos frente a atuação política.

Baquero e Morais (2018) indicam que, com relação a juventude do sul do Brasil, os jovens apresentam forte desconfiança com a capacidade das instituições políticas serem capazes de serem eficientes em suas necessidades. Assim, os jovens têm apresentado sentimentos de frustração, de indignação, de desconfiança generalizada e de incertezas sobre o futuro. Embora a visão dos autores seja pessimista a respeito dos valores verificados entre os jovens, ressalta-se que com relação aos Jovens do Distrito Federal identifica-se uma relação semelhante a apresentada nas capitais do sul do Brasil. Entretanto, os jovens no Entorno, com condições materiais menos resolvidas do que os do Distrito Federal, possuem valores positivos a respeito de atuações políticas.

Já com relação a participação política, os jovens do Distrito Federal tendem a se envolver mais com atividades têm em comum ações que reivindicam mudanças diretas e pontuais na sociedade, não necessariamente por vias institucionalizadas. Já no Entorno, as principais atividades políticas dos jovens são de construção de pautas e reconhecimento político, bem como em instituições de organização comunitária, como as igrejas. Os jovens dessa forma, possuem comportamentos políticos característicos de sociedades que

buscam superar as necessidades materiais, por meio da busca de espaço político convencionais para sanar suas debilidades econômicas (DALTON, 2015).

Os jovens do Entorno apresentam menos indicadores de sofisticação política, em todos os quesitos utilizados, Saliência Política, Conhecimento Político, Conceptualização política e Eficácia Política. Os jovens do Distrito Federal são assim, os que melhor compreendem os processos políticos e tem informações coerentes sobre tais, a ponto de saberem o funcionamento de aspectos complexos da política.

A respeito do Capital Social, os jovens do Distrito Federal possuem maiores indicadores de confiança interpessoal, enquanto os do entorno, confiam mais em instituições pré-estabelecidas. Da mesma forma, os jovens do Entorno tendem a, menos do que os jovens do Distrito Federal, em não apresentar senso comunitário. Em geral, os jovens podem apresentar indícios de auxílio aos grupos próximos a eles, mas sem sacrificar energias para questões que não lhe beneficiem diretamente. Já com relação as mídias, a televisão se destacou pois, com significância estatística, ela é o meio de comunicação mais confiável entre os jovens do Entorno do que entre os do Distrito Federal. Contudo, sobre a fonte de informações políticas a televisão, o rádio, jornais e a Internet não possuem associação significativa, mas as redes sociais sim. Os jovens do Distrito Federal são mais desconfiados do que os do Entorno no quesito informações veiculadas pelas redes sociais. Assim, verifica-se que há uma maior rede de confiança e solidariedade entre os jovens do Distrito Federal do que no Entorno, contudo são esses que também possuem mais confiança nos conteúdos políticos ali disseminados.

Por fim considerando os valores democráticos, é possível identificar que ambas as regiões apresentaram pouca adesão a tais valores, o que não significou que o local de estudo desses jovens exerça influências significativas. O que se pode verificar é que os jovens do Entorno apresentaram menos preocupação, e completo desinteresse, com os valores democráticos do que os do Distrito Federal.

Assim, os jovens do Distrito Federal apresentaram indicativos de possuírem uma cultura política próxima da defendida por Dalton (2015). Em que os cidadãos críticos podem não se envolverem em tradicionais mecanismos de participação política, mas estão interessados, e atentos, às questões sociais que o cercam, apresentando também mais valores de mobilização junto a questões sociais, e não econômicas, e que não precisem necessariamente lhe beneficiar.

Embora tais cidadãos não se enquadrem nos modelos clássicos de uma cultura política cívica, argumentada por Almond e Verba (1965) como possuidores de congruentes atitudes e comportamentos políticos quando estimulados a tal. Os jovens do Distrito Federal, por sua vez possuem valores associados aos mesmos que se espera de uma sociedade que passa por mudanças de ordem material, e que, portanto, passa a desenvolver valores de auto-expressão (INGLEHART, 2009). Em um primeiro momento, pode parecer que os jovens as atitudes políticas dos jovens são o resultado de uma erosão social, mas estes estão correspondendo a valores mais individuais que significam a aceitação da individualidade do outro.

Essa avaliação permite comprovar a primeira hipótese derivada e dizer que a cultura política dos jovens do Distrito Federal é mais cívica, do que as dos jovens do Entorno, e isso ocorre por esses jovens estarem em condições materiais mais satisfeitas do que os jovens do Entorno que ainda apresentam uma cultura política atrelada a valores de sobrevivência material. Já com relação as redes sociais, nesse momento, presumam-se que os jovens do Distrito Federal devam utilizar mais essas plataformas como forma de envolvimento do que estarem realmente dispostos a saírem as ruas em mobilizações reais. Para responder a essa questão, direciona-se as análises à segunda hipótese derivada desse trabalho.

A influência do uso das redes sociais com relação à política depende do contexto socioeconômico.

Existem diferentes formas de envolver-se politicamente nas redes sociais, nesse trabalho identificou-se na literatura algumas formas que possibilitassem identificar um envolvimento e um uso político dessas redes. Assim investigou-se de que forma, ou com que frequência, os jovens buscam saber sobre os conteúdos políticos por meio das redes sociais; da mesma forma, se esses conteúdos são de fato verdadeiros, realizando pesquisas sobre tais temáticas; se os jovens leem os conteúdos ali publicados; se possuem comportamentos mais complexos como comentar tais postagens ou fazer alguma postagem sobre o tema. Acrescentou-se ainda questionamentos sobre se os jovens têm explorado os conteúdos políticos vistos nas redes sociais junto a pessoas próximos a ele, como pais, familiares, professores, colegas ou outros.

A segunda hipótese dessa tese se confirma, uma vez que contextos socioeconômicos desiguais, comparando Distrito Federal e Entorno significam em diferentes usos das redes sociais com relação à política. A diferença entre as duas regiões parece indicar que existe uma cultura política mais participativa, com relação as redes sociais, de forma mais pulverizada no Distrito Federal, e no Entorno essa condição pertence a uma pequena parcela dos jovens, enquanto há uma outra parcela que mantém um distanciamento e desinteresse dessas questões.

Nesse ínterim, verificou-se também que entre as regiões, os jovens possuem diferentes preferências de acesso aos conteúdos políticos pelas redes sociais. O que está correlacionado ao status social derivado de cada rede, seja na busca por distinção social entre das classes sociais mais altas, seja por causa de interesses mais latentes sobre uma ou outra rede social, que pode favorecer tal acesso. Nesse sentido, as formas de engajamento, por meio das redes, contudo, como Abaixo Assinado, Boicotes e Twittaços, os jovens do Distrito Federal se manifestaram mais engajados. O que corresponde ao apresentado antes de que tais jovens são mais participativos via redes sociais do que os do Entorno, justamente por essa realidade de contexto socioeconômico corresponder a sociedades que possuem como cidadãos aqueles que se comprometem com valores menos políticos e mais sociais. Para esses a mobilização via redes sociais tem sido uma prática constante, mas que não significa uma efetiva mudança sobre tal realidade social, embora os jovens tendem a participar de mobilizações fora do mundo virtual, essas são apontadas por possuírem na mesma velocidade em que há mobilizações, há desmobilizações (CASTELLS, 2013). Já os jovens do Entorno apresentaram comportamentos dentro das redes com características mais clientelísticas e menos envolvido com os problemas sociais.

A hipótese central dessa tese, que diz que *a utilização das redes sociais pelos estudantes jovens influencia na formação de uma cultura política participativa*, pode ser testada. Uma vez que se verificou que ambas as regiões analisadas apresentam, por causa dos diferentes contextos socioeconômicos, culturas políticas diferentes e que em ambas as regiões essas possuem usos diferentes sobre as redes sociais, é possível dizer que existe causalidade entre elas. Ou seja, conforme os princípios do método comparativo,

É de importância particular para as ciências sociais o método das variações concomitantes, a ser usado quando for impossível a eliminação ou isolamento do fenômeno por tratar-se de causa natural, permanente. Neste caso, a saída é fazer variar ou observar a variação desta causa não eliminável sobre o resultado. (GONZÁLEZ, 2008).

Nesse sentido, a confirmação das duas primeiras hipóteses traz indícios de que há variações concomitantes na forma pelo qual os jovens utilizam as redes sociais e a cultura política dos jovens de cada uma das regiões. Para fortalecer tal achado, é preciso primeiro, destacar o teste da última hipótese derivada.

O uso das redes sociais, o tipo de escola e a escolaridade dos pais influenciam mais do que a renda na formação da cultura política dos estudantes jovens.

Para o melhor teste dessa hipótese utilizou-se técnicas complexas na análise dos dados a fim de identificar a força de cada um dos possíveis indicadores dos contextos socioeconômicos. Primeiro, com técnica de análise de regressão logística para avaliar o tipo de escola. Segundo, com a técnica de análise de trajetória, combinada as análises de regressão linear a fim de verificar os efeitos de cada uma das variáveis sobre a cultura política.

Com relação aos tipos de escolas, verificou-se forças significativas na correlação de cada uma das variáveis culturais. As maiores correspondem aos tipos de escolas federais e do tipo híbrido, que foi identificada pela combinação de uma escola estatal com a de alunos com condições econômicas similares às verificadas em escolas particulares. Os jovens estudantes das escolas federais, apresentaram associações semelhantes aos de escolas híbridas quanto ao envolvimento nas redes sociais com a política. Caracterizando que ambos modelos escolares podem desenvolver atitudes políticas e comportamentos associados aos valores pós-materiais, verificados em sociedades com amplo desenvolvimento humano. Sociedades que possuem cidadãos voltados para uma formação humanística, com liberdade de auto-expressão e respeito as diferenças, fortalecendo as instituições democráticas. Contudo, uma vez que esses tipos de escola são minoria, seus efeitos podem ser significativos, mas não possuem o alcance de transformar a cultura política nacional.

Assim parte-se para as análises de contexto socioeconômico, destaca-se que os efeitos encontrados em cada um dos modelos de trajetória, dizem respeito a associações diferenciadas para cada uma das variáveis da cultura política aqui analisados. Nesse ponto, as associações possuem forças diferentes entre os jovens do Distrito Federal e do Entorno, caracterizando que algumas variáveis da cultura política analisados dizem respeito a renda e a escolaridade dos pais dos jovens, enquanto outras há uma relevância

maior sobre o uso das redes sociais. Com base nos resultados já apresentados, indica-se aqui, em que região cada variável cultural foi mais influenciada pelas variáveis de contexto aqui exploradas.

Quadro 19 – Comparação final das influências (maiores efeitos)

	Renda	Escolaridade	Redes sociais Envolvimento	Redes sociais Conversa
Atitudes políticas	Entorno	Entorno	Distrito Federal	Distrito Federal
Participação política	Entorno	Entorno	Entorno	Entorno
Capital social	-----	-----	Entorno	Entorno
Sofisticação política	Entorno	Distrito Federal	Entorno	Entorno
Valores democráticos	Entorno	Entorno	Entorno	Entorno

Fonte: Elaboração própria.

Comparando-se acima, em qual região houve associações mais fortes, é possível descrever, com base no contexto já conhecido dessas regiões, o que é mais determinante na formação cultural dos jovens. Ou seja, a existência de efeitos maiores sobre os jovens do Entorno em praticamente todas as variáveis, indica que as variáveis socioeconômicas são mais determinantes para a existência das variáveis culturais associadas. Enquanto a presença de maior associação do Distrito Federal entre as redes sociais e as atitudes políticas, indica que essas possuem associação maior na medida em que há condições materiais estabelecidas.

Nesse sentido, a terceira hipótese derivada dessa tese, se confirma em partes, as maiores influências sobre a formação da cultura política dos jovens no Brasil são maiores se consideradas os tipos de escola e a renda, e menos pela escolaridade dos pais. Já sobre o uso das redes sociais, essas só possuem efeitos significativos se os jovens já possuem boas condições materiais. Ou seja, mesmo que os jovens possuem acesso as redes sociais e aos conteúdos ali veiculados, estes serão mais influenciados por eles se estiverem em um contexto socioeconômico seguro. Nesse caso os jovens que possuem valores pós materiais é que ao passarem a utilizar tais redes sociais podem ser influenciados por elas. Salvo se este jovem estiver inserido em um tipo de escola que favoreça tal aproximação com a política, independentemente de sua condição material, e assim os conteúdos políticos visualizados nas redes passam a influenciá-los, que é o caso das escolas federais.

As redes sociais têm se constituído como mecanismos de envolvimento político junto aos jovens, na medida em que aproxima esse jovem de informações políticas ou um debate político. Tal envolvimento político dos jovens junto as redes sociais caracterizam que estes possuem maior interesse político e menor participação política sobre os fatos. As redes sociais, assim como verificados por Theocharis e Quintelier (2016), causam um efeito cívico junto aos jovens brasileiros, na medida em que estes tendem a utilizar mais as redes para pesquisar sobre questões políticas, postar ou fazer comentários em postagens políticas, do que para envolver-se de forma mais robusta em atividades que tenham teor político.

Assim, a hipótese central dessa tese se confirma, na medida em que um maior uso das redes sociais pelos jovens favorece a formação de uma cultura política mais participativa, intermediada pelo contexto socioeconômico. Nesse caso considerando que isso tende a acontecer de forma mais efetiva entre jovens com suas condições materiais satisfeitas e, portanto, a formação dos valores de cultura política pode ser modificada, daquela transmitida pelos pais, ou tais modificações serem aceleradas. O que produz em maiores valores pós-materiais e valores de auto-expressão nessa sociedade.

As condições materiais, irão promover assim, valores cidadãos de contestação social, e estes utilizam as redes sociais para agirem de forma individualizada (DALTON, 2015). Os resultados aqui estão em consonância dos verificados por Colombo *et all* (2012), em que os cidadãos ao possuírem mais acesso a conteúdo político tendem a ampliarem suas atitudes políticas. Embora defenda-se que são mecanismos passíveis de ocorrer em condições socioeconômicas estáveis a formação política desses jovens. Assim, as condições socioeconômicas são determinantes aos efeitos das redes sociais sobre a formação da cultura política.

O uso de redes sociais se dá de forma diferente entre os jovens estudantes, variando conforme seu contexto socioeconômico, conseqüentemente, o uso dessas redes com relação a política também varia conforme o local de estudo desses jovens. Aqueles que possuem uma relação de confiança dentro das redes sociais tendem a utilizá-las de forma mais enérgica com envolvimento em pautas políticas. O que caracteriza em um envolvimento maior com instâncias não formais dentro da política, sugerindo novos comportamentos políticos, diferentes dos verificados historicamente com as gerações anteriores aos desses jovens envolvidos com a política. Nesse sentido, sugere-se que os novos estudos foquem sobre os efeitos comportamentais de tais envoltimentos virtuais

com a política. Justamente por retratarem em efeitos mais concretos no período após as eleições de 2018.

Por outro lado, sugere-se também que outras variáveis de contexto socioeconômico, como o perfil de trabalho dos jovens e a tradição religiosa, possam ser levadas em conta a fim de especificar ainda mais os efeitos desses sobre o perfil socioeconômico dos jovens. Assim, como esse trabalho se propôs a ser um estudo inicial sobre a cultura política dos jovens do Distrito Federal e do seu Entorno, indicando que novas pesquisas sejam realizadas na região de forma a compreender as variações internas específicas dessa região. Ampliando assim, os achados sobre a cultura política de uma região de ocupação e urbanização recente há outras capitais brasileiras.

Com base nos achados desse trabalho avalia-se que existem dois caminhos para o aceleramento das mudanças culturais brasileiras, ainda fortemente carregada de valores culturais de cunho clientelístico e patrimonialista. Primeiro, ocorrer uma transformação da cultura política por meio da satisfação das condições materiais dos indivíduos jovens, garantindo a eles a segurança material necessária a formação de valores pós-materiais. Ou, segundo, oferecendo um projeto de educação semelhante ao encontrado nesse trabalho nas escolas federais, cujo processo educativo prioriza a alta formação dos professores e níveis salariais, bem como promovem uma educação emancipatória aos jovens, priorizando valores de liberdade junto aos conteúdos ali administrados

Isso porque os jovens estudantes de escolas federais, a despeito de estarem em condições materiais menos favorecidas, apresentam um envolvimento maior com questões políticas dentro das redes sociais, do que jovens em condições semelhantes que frequentam um ensino privado ou público (estadual ou distrital). Pesquisas considerando a rede pública federal são ainda escassas, uma vez que tais redes têm se fortalecido a menos de 15 anos. Nesse sentido, sugere-se também que pesquisas futuras avaliem diretamente o efeito desse ensino federal, medindo quais elementos tem sido um diferencial sobre a formação da cultura política desses estudantes.

Nesse quesito avalia-se que a hipótese desse trabalho de que a utilização das redes sociais pelos estudantes jovens influencia na formação de uma cultura política participativa, pode ser considerada válida na medida em que os jovens não estiverem em condições socioeconômico cujos objetivos sejam satisfazer suas necessidades materiais.

7. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 21, p. 121-139, 2011.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- AGUIAR, Sonia. **Redes sociais na internet: desafios à pesquisa**. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.
- ALLEGRETTI, Sonia Maria Macedo *et all*. Aprendizagem nas redes sociais virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários. **Revista Cet**, v. 1, n. 2, p. 24-2, 2012.
- ALMOND, G.; VERBA, S. (Orgs.). **The civic culture revisited: political attitudes and democracy in five nations**. Londres: Sage, 1989.
- ALMOND, Gabriel A. *et all*. **Political culture and political socialization**. Comparative politics today: a world view. 9th ed. Nova York: Pierson Longman, p. 43-59, 2008.
- ALMOND, Gabriel A. **A discipline divided: Schools and sects in political science**. Sage, 1990.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Little, Brown, 1965.
- ALMOND, Gabriel; COLEMAN, J. **Um método funcional para o estudo da política comparada**. ALMOND, Gabriel A., COLEMAN, James S.. A política das áreas em desenvolvimento. Rio de Janeiro: USAID, 1969.
- ALMOND, Gabriel Abraham. **Harold Dwight Lasswell, 1902-1978: A Biographical Memoir**. National Academy Press, 1987.
- AMORIM, Maria Salete Souza de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**. 2006. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul–UFRGS/Programa de Pós-graduação em Ciência Política), 2006, 240 f.
- AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira. **Democracia e internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos de capitais brasileiras**. 2012. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Universidade Federal da Bahia–UFBA/Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas), 2012, 336 f.
- ANDERSON, Laurel; MCCABE, Deborah Brown. A coconstructed world: Adolescent self-socialization on the internet. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 31, n. 2, p. 240-253, 2012.
- ANDUIZA, Eva; CRISTANCHO, Camilo; CANTIJOCH, Marta. La exposición a información política a través de internet. **Arbor**, v. 188, n. 756, p. 673-688, 2012.

ANSON, Jacqueline *et all.* Political ideology in the 21st century: A terror management perspective on maintenance and change of the status quo. **Social and psychological bases of ideology and system justification**, p. 210-240, 2009.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: Avelar, Lúcia. Cintra, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp ed., 2004. (p. 223- 235)

BAEK, Young Min. Political mobilization through social network sites: The mobilizing power of political messages received from SNS friends. **Computers in Human Behavior**, v. 44, p. 12-19, 2015.

BANAJI, Mahzarin R.; HEIPHETZ, Larisa. **Attitudes**. Handbook of social psychology, 2010.

BANDURA, Albert. **Social learning theory**. 1977.

BAQUERO, Marcello. **Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI**. In: BAQUERO, Marcello. Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2011.

_____. (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p.11-44, 2008.

_____. **Desconstruindo a cultura política juvenil no Brasil**. BAQUERO, Rute V. A. (org.). In: O Agenda Jovem: Jovem na agenda. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

_____. **O papel dos adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil – Um estudo Preliminar de Socialização Política**. Cadernos de Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, n°8, 1997.

_____. **Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI**. In: BAQUERO, Marcello. Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2011.

BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião pública**, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2011.

BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 492-523, 2016.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. UFRGS Editora, 2007.

BAQUERO, Marcello, *et all.* Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

BARNES, S.; KAASE, M. **Political Action: mass participation in five western democracies**. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da Economia Política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. **Generación global**. Barcelona: Paidós, 2008.

BENEDICT, Ruth. **Padrões da cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 1969.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 38, p. 223-237, 1996.

BENNETT, W. Lance. **The personalization of politics political identity, social media, and changing patterns of participation**. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 644, n. 1, p. 20-39, 2012.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015**. 2017. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul–UFRGS/Programa de Pós-graduação em Ciência Política), 2017, 128 f.

BERTOT, John C.; JAEGER, Paul T.; GRIMES, Justin M. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government information quarterly**, v. 27, n. 3, p. 264-271, 2010.

BESSI, Alessandro; FERRARA, Emilio. Social bots distort the 2016 US Presidential election online discussion. 2016. **First Monday**, Volume 21, Number 11 - 7 November 2016.

BOBBIO, Norberto *et all*. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto *et all*. **Diccionario de política**. Siglo xxi, 1991.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.

BORDIGNON, Nelso Antonio. El desarrollo psicosocial de Eric Erikson. El diagrama epigenético del adulto. **Revista Lasallista de investigación**, v. 2, n. 2, 2005.

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar, 1988.
- BOULIANNE, Shelley. Does Internet use affect engagement? A meta-analysis of research. **Political communication**, v. 26, n. 2, p. 193-211, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121
- BOYD, Danah. **Can Social Network Sites Enable Political Action?** In: FINE, Allison; SIFRY, Micah; RASIEJ, Andrew; LEVY, Josh (eds.). *Rebooting America: Creative Commons*. 112-116, 2008. Disponível em: <http://www.danah.org/papers/Rebooting_America.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2011.
- BOYD, Danah; ELLISON, Nicole B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, oct. 2007.
- BOYD, Danah M. ELLISON, Nicole B. Social Network Sites: definition, history and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, n. 13, p. 210-230, 2008.
- BOWYER, Benjamin T.; KAHNE, Joseph E.; MIDDGAUGH, Ellen. Youth comprehension of political messages in YouTube videos. **New media & society**, v. 19, n. 4, p. 522-541, 2017.
- BREINDL, Yana; FRANCO, Pascal. Can Web 2.0 applications save e-democracy? A study of how new internet applications may enhance citizen participation in the political process online. **International Journal of Electronic Democracy**, v. 1, n. 1, p. 14-31, 2008.
- BRIM, O. G. Jr. **Socialization through the life cycle**. In: BRIM, O. G. Jr. E WHEELER, S. In: *Socialization after Childhood: two Essays*. New York: Wiley, 1966. (p. 1-49).
- BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **Eccos Revista Científica**, v. 11, n. 1, 2009.
- CABRAL, Álvaro. NICK, Eva. **Dicionário Técnico de Psicologia**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- CAMPOS, A. M.; *et all*. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, p. 35-76, 2016.
- CAMINO, Leôncio; COSTA, Joseli Bastos da. A participação política do adolescente: indicação de uma abordagem psico-social a partir da noção de identidade. **Temas em Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 1-16, 1994.
- CARRERO ALBORNOZ, Wilmer. La educación en valores como fortalecimiento de la democracia. **Revista de Ciencias Sociales (Ve)**, v. 19, n. 3, 2013.

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: companhia das letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. **Cultura política comparada**: democracia e mudanças econômicas Brasil, Argentina e Chile. Verbena Editora, 2014.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; REIS, Fernanda Teixeira. Participação política no Brasil no século XXI: mudanças e continuidades. **Teoria & Pesquisa**: revista de ciência política, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2012.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; CAPISTRANO, Daniel. Cultura Política Pós-Consenso de Washington: o conceito de Cultura Cívica e a mudança política na América Latina. **Revista Debates**, v. 2, n. 1, p. 75, 2008.
- CASTRO, Lucia Rabello. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.
- CASTRO, Mônica Mata Machado de. **Determinantes do comportamento eleitoral**: a centralidade da sofisticação política. Tese (Doutorado em ciência política). IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.
- CEPAL, N. U. *et all.* **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. 2004.
- CEPIK, Marco, EISEMBERG, José. **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- CHAI, Sun-Ki. **Rational choice and culture**: clashing perspectives or complementary modes of analysis?. In: Culture matters. Routledge, 2018. p. 45-56.
- CHAUÍ, Marilena. **Estado de natureza, contrato social, estado civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau**. Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, p. 220, 2000.
- CLEAVER, Harry. The Zapatista Effect: The internet and the rise of an alternativa political fabric. **Ciberlegenda**, n. 03, 2000.
- CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDADDF – 2015**. Codeplan: Brasília, dezembro de 2016.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Distrito Federal-PDAD/DF** 2013. Codeplan: Brasília, dezembro de 2014.

COLEMAN, James. Social Capital in the creation of human capital. **America Journal of sociology**, Col.94, suplement, p. 95-120, 1988.

COLOMBO, Clelia; *et all.* El uso de Internet y las actitudes políticas: Datos cuantitativos y cualitativos de España. **Arbor**, v. 188, n. 756, p. 751-766, 2012.

CONVERSE, Philippe E. **The nature of belief systems in mass publics**. In: APTER, David E. (ed.). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Três grandes marcos da primeira década de história dos sites de redes sociais de larga escala: Friendster, MySpace, Facebook e a sua atomização em sites de redes sociais de nicho. **ALCEU**, v. 15, n.30, p. 104 a 116, jan./jun. 2015.

CUNHA, Patrícia Rodrigues Chaves da. **Democracia, participação e cultura política da juventude brasileira**: uma percepção da política pública de juventude. 2011. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS/Programa de Pós-graduação em Ciência Política), 2011, 176 f.

DALTON, Russell J. *The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics*. **CQ press**, 2015.

DALTON, Russell J. Citizenship norms and the expansion of political participation. **Political studies**, v. 56, n. 1, p. 76-98, 2008.

DALTON, Russell J. **Democratic challenges, democratic choices**. Oxford univ. press, 2004.

DAWSON, Richard E.; PREWITT, Kenneth. **Political socialization**: an analytic study. Little, Brown, 1968.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DE BARROS, Antonio Teixeira; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, 2015.

DEIBERT, Ronald, ROHOZINSKI Rafal. Liberation vs. Control: the future of cyberspace. **Journal of Democracy**, v. 21, n. 4, October, 2010.

DELLI CARPINI, Michael X.; KEETER, Scott. **What Americans know about politics and why it matters**. Yale University Press, 1996.

DELLI CARPINI, Michael X. Gen. com: Youth, civic engagement, and the new information environment. **Political communication**, v. 17, n. 4, p. 341-349, 2000.

DENEMARK, David; NIEMI, Richard G. Political trust, efficacy and engagement in challenging times: An introduction. **Australian Journal of Political Science**, v. 47, n. 1, p. 1-9, 2012.

DENNIS, Jack; MCCRONE, Donald J. Preadult development of political party identification in Western democracies. **Comparative Political Studies**, v. 3, n. 2, p. 243-263, 1970.

DENNIS, Jack; LINDBERG, Leon; MCCRONE, Donald. Support for nation and government among English children. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 25-48, 1971.

DF. Governo do Distrito Federal. **Administrações Regionais**. Disponível em: <<http://www.df.gov.br/administracoes-regionais/>>. Acesso em: 13 de setembro de 18.

DIAMOND, Larry (Ed.). **Political culture and democracy in developing countries: Textbook edition**. Lynne Rienner Publishers, 1994.

DIMAGGIO, Paul *et al.* Social implications of the Internet. **Annual review of sociology**, v. 27, n. 1, p. 307-336, 2001.

DIMITROVA, Daniela V. *et al.* The effects of digital media on political knowledge and participation in election campaigns: Evidence from panel data. **Communication Research**, v. 41, n. 1, p. 95-118, 2014.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DREW, Dan; WEAVER, David. Voter learning in the 2004 presidential election: Did the media matter?. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 83, n. 1, p. 25-42, 2006.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. **Lua Nova**, São Paulo, n. 40/41, p. 241-266, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, v. 10, 1983.

DURKHEIM, Emille. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

EASTON, D. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in political System: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969.

ECKSTEIN, Harry. A culturalist theory of political change. **American Political Science Review**, v. 82, n. 3, p. 789-804, 1988.

ELLISON, N.; BOYD, B. **Sociality through Social Network Sites**. In Dutton, W. H. (Ed.), *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press., 2013. p. 151-172.

ELLISON, Nicole B.; et *all.* The benefits of Facebook “friends:” Social capital and college students’ use of online social network sites. **Journal of computer-mediated communication**, v. 12, n. 4, p. 1143-1168, 2007.

ERIKSON, Erik Homburger. **Youth: Change and challenge**. Basic books, 1963.

ERIKSON, Robert S.; MCIVER, John P.; WRIGHT, Gerald C. State political culture and public opinion. **American Political Science Review**, v. 81, n. 3, p. 797-813, 1987.

FACEBOOK. 2019 Disponível: <<https://br.newsroom.fb.com/company-info/>> acesso em: 2 de janeiro de 2019.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro**. Globo Livros, 2013.

FARRELL, Henry. The consequences of the internet for politics. **Annual Review of Political Science**, v. 15, p. 35-52, 2012.

FEEZELL, Jessica T. *et all.* The civic and political significance of online participatory cultures among youth transitioning to adulthood. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2013.

FEIGENBAUM, L., *et all.* The semantic web in action. **Scientific American**, Vol. 297 No. 6, pp. 90-7, 2007.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FERBER, Paul; *et all.* Cyberdemocracy and online politics: A new model of interactivity. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 27, n. 5, p. 391-400, 2007.

FERREIRA, Ricardo Ribeiro. Rede de mentiras: a propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. **Observatório (OBS*)**, v. 12, n. 5, 2018.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. The rational choice theory in the political science: concepts of rationality on political theories. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 05-24, 2001.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009

FILIMONOV, Kirill; RUSSMANN, Uta; SVENSSON, Jakob. Picturing the party: Instagram and party campaigning in the 2014 Swedish elections. **Social media+ society**, v. 2, n. 3, p. 2056305116662179, 2016.

FOLHA. **Apesar de cortes Institutos Federais lideram nota do Enem em 14 estados**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>> acesso em: 1 de março de 2019.

FRAGOSO, S. **WTF a crazy Brazilian invasion**. In: SUDWEEKS, F.; Hrachovec, H. (Eds.). *Proceedings of CATaC*. Murdoch, Australia: Murdoch University, 2006. (p. 255–274).

FREUD, Sigmund; SALOMÃO, Jayme. **A interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

FREUD S. **Romances familiares**. In: Freud S. Edição standard brasileira das obras completas. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago; 1976. (p. 241-3).

FUCHS, C., *et all*. Theoretical foundations of the web: cognition, communication, and co-operation. Towards an understanding of Web 1.0, 2.0, 3.0. **Future Internet**, Vol. 2 No. 1, p. 41-59, 2010.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opin. Publica**, Campinas , v. 18, n. 1, p. 88-108, June 2012.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradativa, 1996.

GALSTON, W. A. Political knowledge, political engagement, and civic education. **Annual Review of Political Science**, 4, 217-234, 2001.

GARCÍA FERRANDO, Manuel. **Socioestadística**: introducción a la estadística en sociología. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1985.

GARRIGOS-SIMON, Fernando J.; *et all*. **Social networks and Web 3.0**: their impact on the management and marketing of organizations. *Management Decision*, v. 50, n. 10, p. 1880-1890, 2012.

GIL DE ZÚÑIGA, Homero; JUNG, Nakwon; VALENZUELA, Sebastián. Social media use for news and individuals' social capital, civic engagement and political participation. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 17, n. 3, p. 319-336, 2012.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Wilson *et all*. **Participação política online**: questões e hipóteses de trabalho. Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, p. 19-46, 2011.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. A política de promoção aos direitos humanos no governo Lula. **Revista debates**: revista de ciências sociais. Porto Alegre. Vol. 4, n. 2 (jul./dez. 2010), p. 107-135, 2010.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O método comparativo e a ciência política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n. 2, 2008.

GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREENER, Ian. The potential of path dependence in political studies. **Politics**, v. 25, n. 1, p. 62-72, 2005.

- GREENBERG, Edward S. Black children and the political system. **Public Opinion Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 333-345, 1970.
- GREENWALD, Anthony G.; BANAJI, Mahzarin R. Implicit social cognition: attitudes, self-esteem, and stereotypes. **Psychological review**, v. 102, n. 1, p. 4, 1995.
- GREENSTEIN, F. I. **Children and Politics**. New Haven: Yale Univ. Press, 1965.
- GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.
- GRUPPI, Luciano. **Los cuadernos de la cárcel**. In: El concepto de hegemonía Gramsci. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978. (pp. 89-111).
- GUIA, George Alex da. Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades sócio-espaciais no aglomerado urbano de Brasília. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. 182 f.
- GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. Legitimidade política em novas democracias. **Opinião pública**, v. 9, n. 1, p. 1-43, 2003.
- HARDAGH, Cláudia Coelho *et all.* **Redes sociais virtuais**: uma proposta de escola expandida. 2009.
- HYMAN, Herbert. **Political socialization**. New York: The Free Press, 1959.
- HENDLER, J. Web 3.0 emerging. **Computer**, Vol. 42 No. 1, pp. 111-3, 2009.
- HOBBS, Thomas; **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 1999.
- HESS, Robert D.; EASTON, David. The child's changing image of the President. **Public Opinion Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 632-644, 1960.
- HOMANS, G. **Behaviorismo e pós-behaviorismo**. In: GIDDENS, A.; TURNER, J.(Orgs.). Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. Ática, 1994.
- HWANG, Tim; PEARCE, Ian; NANIS, Max. Socialbots: Voices from the fronts. **interactions**, v. 19, n. 2, p. 38-45, 2012.
- IAZZETTA, Osvaldo. Democracia, calidad de la democracia y democratización. **Revista Debates**, v. 7, n. 1, p. 139, 2013.
- IBGE. **Características Gerais da População**. Resultados da Amostra. 2018.
- IBGE. **CIDADES**. 2017.
- IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática**: SIDRA. Banco de dados agregados. 2015.

IBGE. **Censo**. 2010.

INGLEHART, Ronald. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Francis, 2009.

INGLEHART, Ronald. **Values, ideology, and cognitive mobilization in new social movements**. Taylor & Francis, Boca Raton, 1990.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. **American political science review**, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post-industrial societies. **American political science review**, v. 65, n. 4, p. 991-1017, 1971.

JAROS, Dean; GRANT, Lawrence V. **Political behavior: choices and perspectives**. St. Martin's Press, 1974.

JENNINGS, M. Kent; *et all.* Politics across generations: Family transmission reexamined. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 782-799, 2009.

JENNINGS, M. Kent; ZEITNER, Vicki. Internet use and civic engagement: A longitudinal analysis. **Public Opinion Quarterly**, v. 67, n. 3, p. 311-334, 2003.

JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard G. **The Political Character of Adolescence: the Influence of Families and Schools**. 1974.

JÚNIOR, Antonio Mendes. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KAASE, Max; NEWTON, Kenneth. **Beliefs in government**. OUP Oxford, 1995.

KATZ, J.E.; RICE, R.E. **Social Consequences of Internet Use: Access Involvement and Interaction**. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

KATZ, Daniel. The functional approach to the study of attitudes. **Public opinion quarterly**, v. 24, n. 2, p. 163-204, 1960.

KIM, Sei-Hill. Testing the knowledge gap hypothesis in South Korea: Traditional news media, the Internet, and political learning. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 20, n. 2, p. 193-210, 2008.

KRAUS, Stephen J. Attitudes and the prediction of behavior: A meta-analysis of the empirical literature. **Personality and social psychology bulletin**, v. 21, n. 1, p. 58-75, 1995.

KRAUSKOPF, Dina. Comprensión de la juventud. El ocaso del concepto de moratoria psicosocial. JOVENes. **Revista de Estudios sobre la Juventud**, v. 8, n. 21, 2004.

KRUEGER, Brian S. A comparison of conventional and Internet political mobilization. **American Politics Research**, v. 34, n. 6, p. 759-776, 2006.

KRUIKEMEIER, Sanne *et all.* Unraveling the effects of active and passive forms of political Internet use: Does it affect citizens' political involvement?. **New Media & Society**, v. 16, n. 6, p. 903-920, 2014.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. **Revista Forense**, 1948.

LANGTON, Kenneth P. **Political socialization**. 1969.

LASSWELL, Harold D. The World Attention Survey. **The Content Analysis Reader**, p. 295-98, 2009.

LEÃO, Geraldo. **Entre sonhos e projetos de jovens, a escola**. Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 99-116, 2011.

LEE, Nam-Jin; SHAH, Dhavan V.; MCLEOD, Jack M. Processes of political socialization: A communication mediation approach to youth civic engagement. **Communication Research**, v. 40, n. 5, p. 669-697, 2013.

LEVENSHUS, Abbey. Online relationship management in a presidential campaign: A case study of the Obama campaign's management of its internet-integrated grassroots effort. **Journal of Public Relations Research**, v. 22, n. 3, p. 313-335, 2010.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIESKE, Joel. Regional subcultures of the United States. **The Journal of Politics**, v. 55, n. 4, p. 888-913, 1993.

LIPSET, Seymour M. *et all.* **The psychology of voting**: An analysis of political behavior. Handbook of social psychology, v. 2, p. 1124-1175, 1954.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LUSKIN, Robert C. Measuring political sophistication. **American journal of political science**, p. 856-899, 1987.

MACHIAVELLI, Niccóló. **Comentários sobre a primeira década de Tito Livio**: "Discurso". Ed. da Universidade de, 1982.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987

MAIA, Rousiley *et all* (Eds.). **Internet e participação política no Brasil**. 2011.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe** (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

- MARGETTS, Helen. The internet and transparency. **The Political Quarterly**, v. 82, n. 4, p. 518-521, 2011.
- MARIO, F. U. K. S.; PERISSINOTTO, Renato Monseff; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de sociologia e política**, n. 21, 2003.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008.
- MARTÍNEZ, Miquel. Educación y valores democráticos. **La educación en valores en Iberoamérica**, p. 17-36, 2001.
- MARTINS, Suely Aparecida. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p. 143-167, 2018.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Papirus Livraria Editor, 1987.
- MEAD, Margaret; MACGREGOR, Frances Cooke. **Growth and culture: a photographic study of Balinese childhood**. 1951.
- MEDEIROS, Marcelo *et all*. O Topo Da Distribuição De Renda No Brasil: Primeiras Estimativas Com Dados Tributários E Comparação Com Pesquisas Domiciliares, 2006-2012. **DADOS-Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2015.
- MCLEOD, Jack M. Media and civic socialization of youth. **Journal of Adolescent Health**, v. 27, n. 2, p. 45-51, 2000.
- MENDEZ, Gina Rico; COSBY, Arthur G.; MOHANTY, Somya D. Obamacare on twitter: online political participation and its effects on polarisation 1. **Teorija in Praksa**, v. 55, n. 2, p. 419-444, 2018.
- MEYNAUD Jean; Alain LANCELOT. **Les attitudes politiques**. Paris: Presses universitaires de France, 1964.
- MILBRATH, L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally, 1965.
- MI. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF**. 2015. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/regioes_integradas_df_rides>. Acesso em: 13 de setembro de 18.
- MIRANDA, Antonio. **Brasília, capital da utopia: visão e revisão**. Thesaurus, 1985.
- MOISÉS, J. A. **A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas**. Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 23, n. 66, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1998.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. **A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia—o caso do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. **Capital Social e a Região sul do Rio Grande do Sul**. 2002. 228 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Econômico, Setor de Clínicas Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. 2002.

MONTGOMERY, Kathryn C. Children's media culture in the new millennium: Mapping the digital landscape. **The Future of Children**, p. 145-167, 2000.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. Políticas educacionais e a resistência estudantil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, 2016.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. 2017.

MORLINO, Leonardo. **Legitimacy and the quality of democracy**. *International Social Science Journal*, v. 60, n. 196, pp. 211-222, 2010.

_____, Leonardo. What is a 'good' democracy? Theory and the case of Italy. **South European Society & Politics**, v. 8, n. 33, pp. 01-32, 2003.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NEUMAN, W. Russell. **The paradox of mass politics**: Knowledge and opinion in the American electorate. Harvard University Press, 1986.

NICK, Eva; SHEILAH, R. de O. **Fundamentos de estatística para as ciências do comportamento**. Editôra Renes, 1971.

NIEMI, Richard G.; HEPBURN, Mary A. **The rebirth of political socialization**. *Perspectives on Political Science*, v. 24, n. 1, p. 7-16, 1995.

NORRIS, Pippa (Ed.). **Critical citizens**: Global support for democratic government. OUP Oxford, 1999.

NORRIS, Pippa *et al.* **Digital divide**: Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide. Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, Pippa. **Democratic phoenix**: Reinventing political activism. Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, Pippa. **New Social Movements, Protest Politics and the Internet**. In: *Democratic Phoenix: political Activism worldwide*. (Cap 10), 2003.

NORRIS, Pippa. **The globalization of comparative public opinion research**. In: ROBINSON, Neil; LANDMAN, Todd. Handbook of Comparative Politics. London: Sage Publications, 2009.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cosmopolitan communications: Cultural diversity in a globalized world**. Cambridge University Press, 2009.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. 9. **Digital divide**. Handbook on the Digital Creative Economy, p. 90, 2013.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge University Press, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos. **Revista debates**, v. 7, n. 1, p. 15, 2013.

ORTEGA y GASSET, J. **En torno a Galileo: esquema de las crisis**. Madri: Revista del Occidente, 1956.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: M. Fontes, 1987.

O'REILLY, Tim. What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. **Communications & strategies**, n. 1, p. 17, 2007.

OUTHWAITE, William. Verbete: **Cultura da juventude**. Dicionário do pensamento social do século XX. Zahar, 1996a.

OUTHWAITE, William. Verbete: **Movimento Estudantil**. Dicionário do pensamento social do século XX. Zahar, 1996b.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

PARSONS, Talcott. **El sistema de las sociedades modernas**. México: Trillas, 1974.

PATEMA, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATEMA, Carole. **The Civic Culture: A Philosopher Critique**. In: ALMOND, G.; VERBA, S. The Civic Culture Revisited. London: Sage, 1989.

PAVIANI, Aldo. **Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências**. Revista Espaço e Geografia, v. 10, n. 1, 2007.

PERALVA, Angelina T. **O jovem como modelo cultural**. 1997.

PESTANA, Maria. GAGUEIRO, João **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. rev. e aum. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.

PINTO, Marizângela Aparecida de Bortolo. **A territorialidade violenta no Brasil: o Jardim Ingá como síntese dos conflitos que definem a segurança pública**. Universidade de Brasília, 2017.

PIOLLI, Evaldo *et all.* **A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista.** *Crítica Educativa.* Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016.

PISANI, Elaine Maria; PEREIRA, Siloé; RIZZON, L. Antonio. **Temas de psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PLATÃO, Anon. **A república.** Martin Claret, 2000.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano.** Dados de 2010. Disponível em : <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>> Acesso em: 03 março de 2019.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. *Civilização brasileira*, 1979.

PREIBUSCH, S., HOSER, B., GÜRSES, S., BERENDT, B. (2007, June). **Ubiquitous social networks—opportunities and challenges for privacy-aware user modelling.** *Proceedings of Workshop on Data Mining for User Modeling.* Corfu, Greece. Retrieved October 20, 2007 from: <http://vasarely.wiwi.hu-berlin.de/DM.UM07/Proceedings/05-Preibusch.pdf>

PRIOR, Markus. **Post-broadcast democracy:** How media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections. Cambridge University Press, 2007.

PUTNAM, R. **A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

PUTNAM, Robert D. **Democracies in flux:** The evolution of social capital in contemporary society. Oxford University Press, 2002.

PUTNAM, Robert D. Our kids: **The American dream in crisis.** Simon and Schuster, 2016.

PYE, Lucian W.; VERBA, Sidney. **Introduction,** *Political Culture and Political Development.* Princeton University Press, 1965.

QUINTELIER, Ellen; VISSERS, Sara. The effect of Internet use on political participation an analysis of survey results for 16-year-olds in Belgium. **Social Science Computer Review**, v. 26, n. 4, p. 411-427, 2008.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RENNÓ, Lucio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1º, 1998.

RENNÓ, Lúcio. **Cultura política de desconfiança: o estudo do Distrito Federal.** 1997. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 1997.

RESNICK, Danielle; CASALE, Daniela. Young populations in young democracies: Generational voting behaviour in sub-Saharan Africa. **Democratization**, v. 21, n. 6, p. 1172-1194, 2014.

- RIBEIRO, Ednaldo. **Valores Pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: Eduem, 2011
- RHEINGOLD, Howard. **The virtual community: Homesteading on the electronic frontier**. MIT press, 1993.
- RIBEIRO, Renato J. Hobbes; HOBBS, R. o medo e a esperança. WEFFORT, Francisco C.(organizador). **Os Clássicos da Política**, v. 13, 2006.
- RICE, RONALD E. Artifacts and Paradoxes in New Media. **New Media & Society**, v. 1, n. 1, p. 24-32, 1999.
- ROBALLO, José Henrique Machado. **Cultura política, socialização política e internet: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS**. 2011.
- ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 2, 2017.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Editora Companhia das Letras, 2011.
- SABBATINI, Marcelo. “Gente diferenciada” e a favelização digital: olhar folkcomunicação sobre conflitos interculturais no terreno da convergência digital1. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO–INTERCOM. 2011.
- SADEK, Maria Tereza. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú**. In: WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. Vol. 1. São Paulo, Ática, 1999.
- SÁNCHEZ, Álvaro Jiménez *et all*. **Whatsapp and Facebook as a new political agora?**. In: 2018 International Conference on eDemocracy & eGovernment (ICEDEG). IEEE, 2018. p. 366-370.
- SANTOS, André Luís dos. **Religião e política: socialização e cultura política entre a juventude da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus em Porto Alegre-RS**. 2008.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Editora Campus, 1979.
- SAPIRO, Virginia. **Not your parents' political socialization: Introduction for a New Generation**. Annu. Rev. Polit. Sci., v. 7, p. 1-23, 2004.
- SCHIMDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SEGESTEN, Anamaria Dutceac; BOSSETTA, Michael. A typology of political participation online: How citizens used Twitter to mobilize during the 2015 British general elections. **Information, communication & society**, v. 20, n. 11, p. 1625-1643, 2017.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; SAN SEGUNDO, Mario Augusto Correia. **OCUPATUDORS**: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. *ETD-Educação Temática Digital*, v. 19, n. 1, p. 73-98, 2017.

SIGEL, Roberta S. (Ed.). **Political learning in adulthood**: A sourcebook of theory and research. University of Chicago Press, 1989.

SIEMENS, George. **Connectivism**: A learning theory for the digital age. *International journal of instructional technology and distance learning*, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2005.

SILVA, Adelina Maria Pereira. **Mundos Reais. Mundos Virtuais**: Os jovens nas salas de chat. *Textos de la CiberSociedad*, n. 6, p. 2, 2005.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. Ed. UFG-Univ. Federal de Goiás, 1997.

SILVA, Sérgio Barbosa dos Santos. **WhatsApp e política**: novas formas de ciberativismo. In: Livro de Atas do 1º Congresso Internacional de Redes Sociais| CIREs. CICS. NOVA, 2017. p. 680-699.

SILVEIRA, Angelita Fialho. **Capital social e educação**: perspectivas sobre empoderamento da juventude em Porto Alegre. 2005.

SMITH, Aaron Whitman *et all*. **The Internet and civic engagement**. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project, 2009.

SOARES, Gláucio. Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 5-23, 2000.

SOUZA, Ayda Connia. **Socialização política**: a família e a escola na formação de atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 1983.

SPOSITO, Marília Pontes *et all*. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte, MG: *Argumentvm*, v. 1, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ**, n. 24, p. 16-39, 2003.

SWIGGER, Nathaniel. The online citizen: Is social media changing citizens' beliefs about democratic values?. **Political Behavior**, v. 35, n. 3, p. 589-603, 2013.

TEDESCO, John C. Examining Internet interactivity effects on young adult political information efficacy. **American Behavioral Scientist**, v. 50, n. 9, p. 1183-1194, 2007.

TEWKSBURY, David *et all*. Accidentally informed: Incidental news exposure on the World Wide Web. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 78, n. 3, p. 533-554, 2001.

THEOCHARIS, Yannis; QUINTELIER, Ellen. Stimulating citizenship or expanding entertainment? The effect of Facebook on adolescent participation. **New Media & Society**, v. 18, n. 5, p. 817-836, 2016.

THOMPSON, William E.; HICKEY, Joseph V.; THOMPSON, Mica L. **Society in focus: An introduction to sociology**. Rowman & Littlefield, 2016.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Martins fontes, 2005.

VALLESPÍN, Fernando. **Redes sociales y democracia: ¿ un cambio cualitativo**. Social networks and democracy: a qualitative change, p. 57-60, 2011.

VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da capital**. Thesaurus Editora, 1978.

VASCONCELOS, Adirson. **As cidades satélites de Brasília**. Thesaurus Editora, 1988.

VASCONCELOS, Camila de. **Capital social e participação política: um estudo de caso sobre os atingidos por hidrelétricas no sul do Brasil**. 2014.

VISCARRA, Simone Piletti. **Socialização e cultura política dos moradores de Porto Alegre: um estudo longitudinal entre 1968 e 2013**. 2015.

VITAK, Jessica *et al.* It's complicated: Facebook users' political participation in the 2008 election. **CyberPsychology, behavior, and social networking**, v. 14, n. 3, p. 107-114, 2011.

WANG, Song-In. Political use of the Internet, political attitudes and political participation. **Asian Journal of Communication**, v. 17, n. 4, p. 381-395, 2007.

WATSON, John B. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological review**, v. 20, n. 2, p. 158, 1913.

WEARESOCIAL (2017). **Digital in 2017 global overview**. Disponível em: <https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>. acesso em: 15 de setembro de 2017.

WEARESOCIAL (2018). **Digital in 2018 global overview**. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: ed. Pioneira, 1985.

WEBER, Max. **Ação social e relação social**. Martins JS, Foracchi M, organizadores. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p. 139-144, 1977.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Editora Cultrix, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. da UNB, 1994.

WELLER, Wivian. A **atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. Sociedade e Estado, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010.

WELLMAN, Barry. An electronic group is virtually a social network. **Culture of the Internet**, v. 4, p. 179-205, 1997.

WELLMAN, Barry; GULIA, Milena. Virtual communities as communities. **Communities in cyberspace**, p. 167-194, 1999.

WELP, Yanina. Cuando todo lo sólido se desvanece en Twitter: análisis del movimiento social# yosoy132 (México 2012). POSTData: **Revista de Reflexión y Análisis Político**, v. 20, n. 2, p. 417-439, 2015.

WELZEL, Christian; INGLEHART, Ronald. Political culture, mass beliefs, and value change. **Democratization**, p. 126-144, 2009.

WILDAVSKY, Aaron. Choosing preferences by constructing institutions: A cultural theory of preference formation. **American Political Science Review**, v. 81, n. 1, p. 3-21, 1987.

YANG, Donghyu; RHEE, Young-hoon. Korean nobi and American black slavery: An essay in comparison. **Millennial Asia**, v. 1, n. 1, p. 5-39, 2010.

ZHANG, Weiwu *et all*. The revolution will be networked: The influence of social networking sites on political attitudes and behavior. **Social Science Computer Review**, 2009.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Cidadania desigual**: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. 2016.

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Construção do questionário

Para a construção do questionário considerou-se avaliar algumas variáveis da cultura políticas incluídos nesse trabalho, incorporando-os por meio de variáveis correspondentes a estes. No quadro a seguir é possível identificar os principais conceitos relacionados as suas variáveis.

Quadro 20 – Descrição dos conceitos e variáveis

Conceitos	Variáveis
Socialização política	Família; Escola; Grupos de Pares; Mídia;
Democracia	Valores Democráticos; Apoio a Democracia; Satisfação com a Democracia
Cultura política	Atitudes políticas; Participação política; Participação estudantil; Sofisticação política; Eficácia Política; Capital Social
Redes sociais	Uso de redes sociais; Mobilização pelas redes sociais; Conversa sobre assuntos vistos nas redes
Contexto Social e Econômico	Região (DF ou Entorno) Tipo de Escola; Renda da família; Escolaridade dos pais ou responsáveis; Profissão dos pais ou responsáveis; Trabalho; Religião

Fonte: elaboração própria.

8.2. Seleção da Amostra

Quadro – Organização das Regiões Administrativas e municípios que compõe as duas Amostras

Amostra Distrito Federal		Amostra Entorno do Distrito Federal	
Região administrativa	Cidade	Cidade	Estado
Águas Claras – RA XX	Brasília	Abadiânia	Goiás
Brazlândia – RA IV		Água Fria de Goiás	
Candangolândia – RA XIX		Águas Lindas	
Ceilândia – RA IX		Alexânia	
Cruzeiro – RA XI		Cabeceiras	
Fercal – RA XXXI		Cidade Ocidental	
Gama – RA II		Cocalzinho de Goiás	
Guará – RA X		Corumbá de Goiás	
Itapoã – RA XXVIII		Cristalina	
Jardim Botânico – RA XXVII		Formosa	
Lago Norte – RA XVIII		Luziânia	
Lago Sul – RA XVI		Mimoso de Goiás	
Núcleo Bandeirante – RA VIII		Novo Gama	
Paranoá – RA VII		Padre Bernardo	
Park Way – RA XXIV		Pirenópolis	
Planaltina – RA VI		Planaltina	
Plano Piloto – RA I		Santo Antônio do Descoberto	
Recanto das Emas – RA XV		Valparaíso	
Riacho Fundo I – RA XVII		Vila Boa	
Riacho Fundo II – RA XXI		Unai	
Samambaia – RA XII		Buritis	
Santa Maria – RA XIII			
São Sebastião – RA XIV			
SCIA/Estrutural – RA XXV			
SIA – RA XXIX			
Sobradinho – RA V			
Sobradinho II – RA XXVI			
Sudoeste/Octogonal – RA XXII			
Taguatinga – RA III			
Varjão – RA XXIII			
Vicente Pires – RA XXX			

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos por DF (2017) e MI (2015)

A pesquisa possui como universo de análise os jovens estudantes de Ensino Médio de duas Regiões Geográficas brasileiras distintas, com especificidades próprias, o Distrito

Federal e o Entorno do Distrito Federal, ambas fazem parte do RIDE-DF⁷⁷ (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno). Foram definidas duas amostras probabilísticas, uma para cada região. As amostras foram selecionadas por meio da técnica de *Amostra por Conglomerados*, em que a seleção destes foram definidos em diferentes estágios. Os conglomerados admitidos como amostra foram salas de aula. Tal critério foi utilizado porque um conglomerado possui uma grande variabilidade interna, o que representa no aumento do grau de precisão da amostra dos jovens estudantes (NICK, SHEILAH, 1971).

A fim de se obter um intervalo de confiança de 95% selecionou-se o número de 600 questionários para cada uma das amostras, na busca por uma precisão de 4%. Em anexo encontra-se os resultados do cálculo para fidedignidade de cada uma das amostras.

Para alcançar o número de entrevistas desejado em cada escola, de 60 alunos (600/10=60), selecionou-se turmas até completar o número de 60 entrevistas por escola. Assim, por exemplo, em uma escola que tenha turmas de 30 alunos, realizou-se as entrevistas em 2 turmas (contabilizando cerca de 60 entrevistas na escola). Considerou-se assim o número de turmas necessárias para cada escola, conforme o número de alunos nas turmas. No caso específico de escolas privadas da Região do Entorno do Distrito Federal, houve necessidade de escolha de mais duas escolas, uma vez que as escolas possuíam número total de alunos matriculados no Ensino médio insuficiente para completar a meta de 60 alunos por Escola.

Para selecionar os alunos em seus conglomerados, ou especificamente nas salas de aulas, realizou-se dois estágios de seleção, com tipos de seleção probabilística específicas.

Quadro 21 – Estágios da Amostra por Conglomerados

	Categoria de conglomerados	Tipo de seleção
Estágio I	Escolas Federais, Privadas e Estaduais/Distritais	Amostra por Conglomerados por tipo de Ensino com Seleção por números aleatórios com reposição
Estágio II	Turmas	Sorteio simples e por conveniência

Fonte: Elaboração própria.

⁷⁷ Criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 foi formulada a fim de “articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios” (MI, 2015) incorporados para a promoção de projetos que visem o desenvolvimento econômico e de infraestrutura da região.

8.2.1. Estágio I

Verificou-se junto ao Ministério da Educação (MEC) um banco de dados com todas as escolas cadastradas nos estados de Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal, no ano de 2016 que possuíam Ensino Médio. Após identificar as escolas que faziam parte das regiões da amostra neste banco de dados, o RIDE-DF, as relacionou em duas listagens em ordem alfabética, uma para a seleção da amostra de escolas do Distrito Federal e outra de escolas das cidades do Entorno do Distrito Federal. As duas listas possuíam seções separadas, organizando as escolas em três grupos relacionados aos tipos de Ensino: Escolas Estaduais ou Distritais, Escolas Federais e Escolas Privadas. Determinou-se que seriam realizados 60 questionários por escola, o que, portanto, para uma amostra de 600 indivíduos, seriam necessárias 10 escolas para cada amostra.

Para calcular a quantidade de escolas necessárias para cada uma das categorias da amostra (Estaduais, Federais e Privadas⁷⁸) realizou-se o seguinte cálculo para as categorias de cada região:

$$Xi = \frac{10.N}{N_t}$$

Xi = Número de escolas Federais, Privadas e Estaduais ou Distritais, a serem selecionadas

N= Número de escolas Federais, Privadas e Estaduais ou Distritais da Região

N_t= Número Total de escolas da região

Quadro 22 – Cálculo para seleção de Escolas da Amostra

Entorno do DF	N	%	Xi
Estaduais	127	68,27	6
Federal	4	2,1	1
Privada	55	28,56	3
Total = N_t	186	100%	10

Distrito Federal	N	%	Xi
Distritais	116	40,41	4
Federal	11	3,8	1
Privada	160	55,7	5
Total = N_t	287	100	10

Fonte: Elaboração própria.

⁷⁸ As categorias utilizadas para a seleção são correspondentes aos tipos de escolas presentes nas cidades. As escolas Federais possuem processo de seleção específico, portanto tem um público diferenciado das outras escolas públicas, o que torna relevante distinguir a categoria das outras escolas públicas.

Após a definição da quantidade de escolas para cada tipo de Ensino foi realizado o sorteio de um número aleatório para identificar o intervalo de seleção das escolas, que estavam organizadas por conglomerados de tipos de Ensino e em ordem alfabética. A listagem das escolas passíveis de seleção pelo intervalo de seleção está relacionada no Anexo 2, entretanto as escolas sorteadas não são informadas, para garantir o anonimato delas. Também se encontram em anexo os documentos exigidos por algumas escolas para que a pesquisa fosse realizada (Anexo 3).

8.2.2. Estágio II

Nas escolas selecionadas da amostra foi solicitado junto à secretaria da escola a listagem das turmas de Ensino Médio. As turmas presentes em cada escola foram numeradas (de 1 a “n”). Assim, realizou-se um sorteio com papéis numerados, a fim de manter a igualdade de oportunidade de seleção das turmas nas escolas. Em algumas escolas, a coordenação acadêmica não permitiu o sorteio das salas de aulas, mas indicou algumas turmas, os critérios de seleção dessas coordenações eram circunstanciais, e foram apresentados pela ausência do professor na escola e que permitia a ocupação da aula pela pesquisa, ou pela presença de um professor que voluntariamente cedeu seu horário para a aplicação da mesma. Em nenhum momento as coordenações justificaram a seleção dessas turmas, em que não houve sorteio, por se tratarem de turmas mais capacitadas ou que pudessem indicar respostas selecionadas. Nos casos em que tal situação ocorreu, as turmas foram selecionadas pelas circunstâncias das quais a escola possuía no momento do contato e para a realização da pesquisa.

Ao longo da coleta de dados, algumas escolas selecionadas da Amostra não permitiram a realização da pesquisa. Elas foram substituídas pela escola imediatamente seguinte a ela na listagem.

8.3 Histograma da Idade dos respondentes

Todos os respondentes:

Estatísticas		
Variável Idade		
N	Válido	1391
	Omisso	13
Média		17,60

Mediana	17,00
Moda	17
Curtose	24,961
Erro Padrão da Curtose	,131

Idade X DF e Entorno

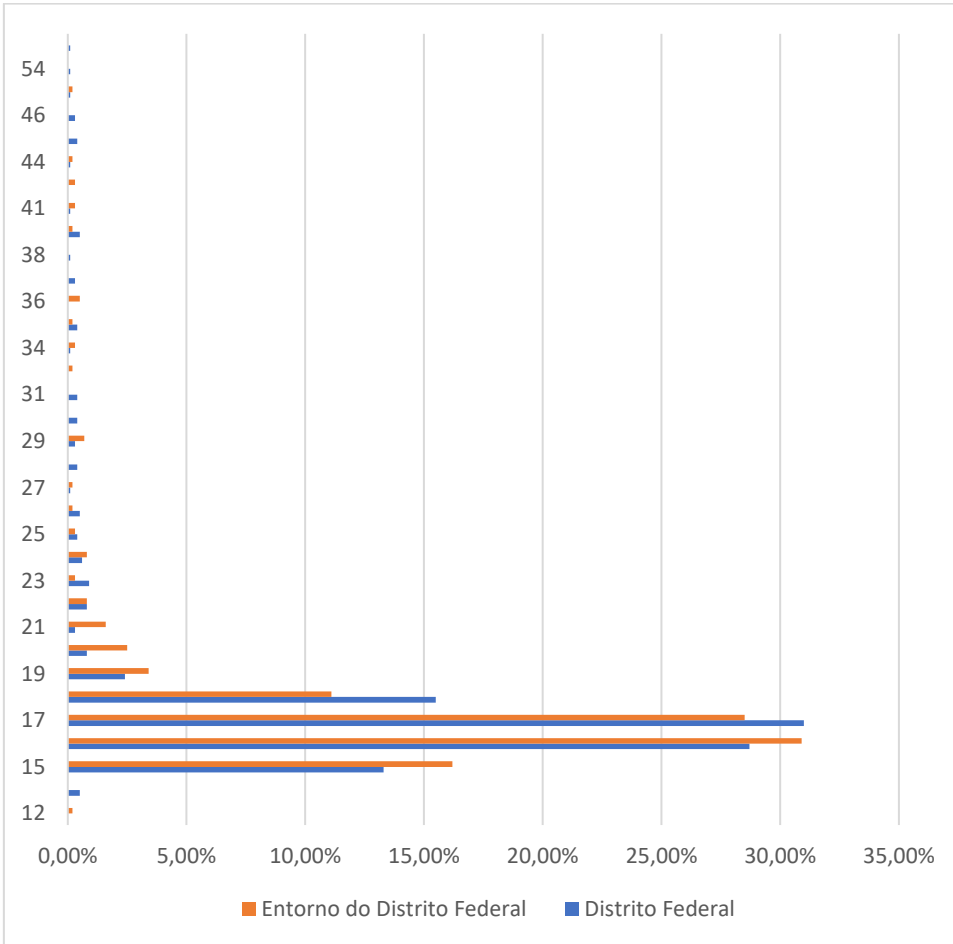
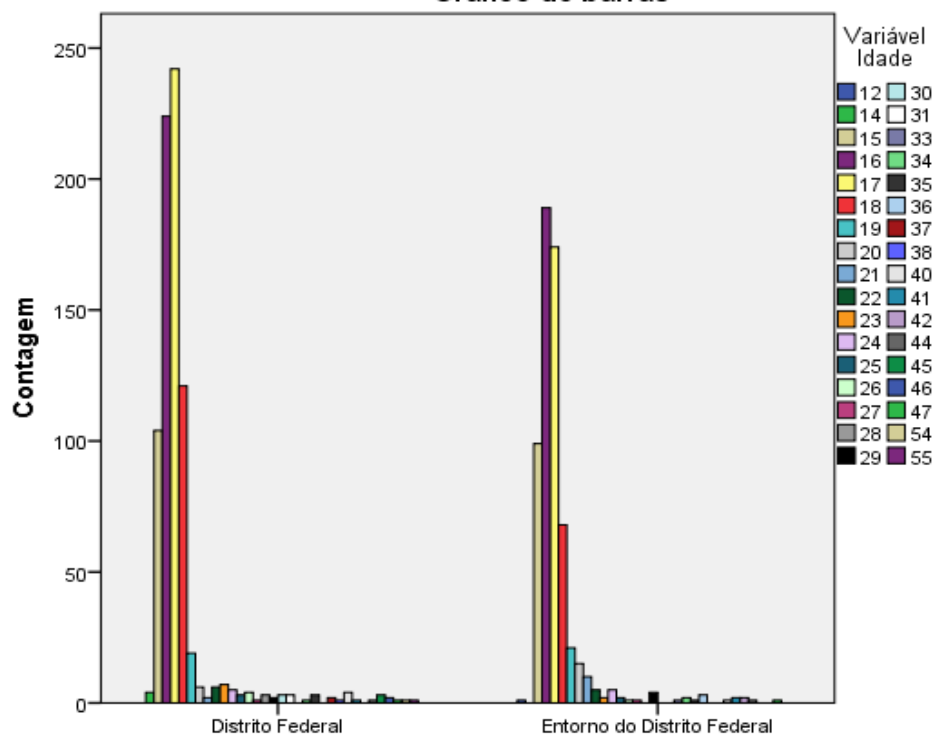


Gráfico de barras



DF ou Entorno

Variável Idade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	12	1	,1	,1	,1
	14	4	,3	,3	,4
	15	203	14,5	14,6	15,0
	16	413	29,4	29,7	44,6
	17	416	29,6	29,9	74,6
	18	189	13,5	13,6	88,1
	19	40	2,8	2,9	91,0
	20	21	1,5	1,5	92,5
	21	12	,9	,9	93,4
	22	11	,8	,8	94,2
	23	9	,6	,6	94,8
	24	10	,7	,7	95,5
	25	5	,4	,4	95,9
	26	5	,4	,4	96,3
	27	2	,1	,1	96,4
	28	3	,2	,2	96,6
	29	6	,4	,4	97,1
	30	3	,2	,2	97,3
	31	3	,2	,2	97,5
	33	1	,1	,1	97,6
	34	3	,2	,2	97,8
	35	4	,3	,3	98,1
	36	3	,2	,2	98,3
	37	2	,1	,1	98,4
	38	1	,1	,1	98,5
	40	5	,4	,4	98,8
	41	3	,2	,2	99,1

42	2	,1	,1	99,2
44	2	,1	,1	99,4
45	3	,2	,2	99,6
46	2	,1	,1	99,7
47	2	,1	,1	99,9
54	1	,1	,1	99,9
55	1	,1	,1	100,0
Total	1391	99,1	100,0	
Omisso	99	13	,9	
Total	1404	100,0		

Seleção das idades:

Tabulação cruzada DF ou Entorno * idadeokdenovo

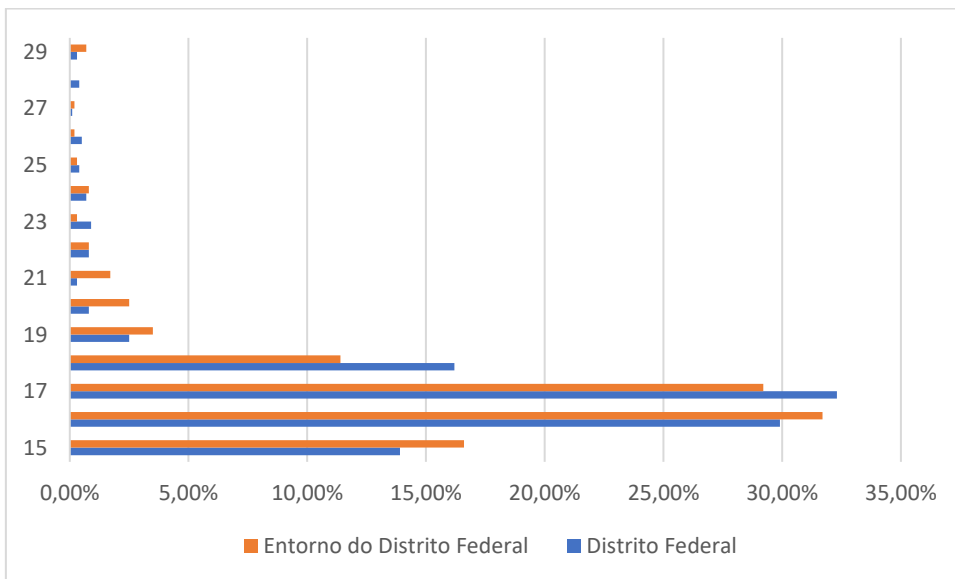
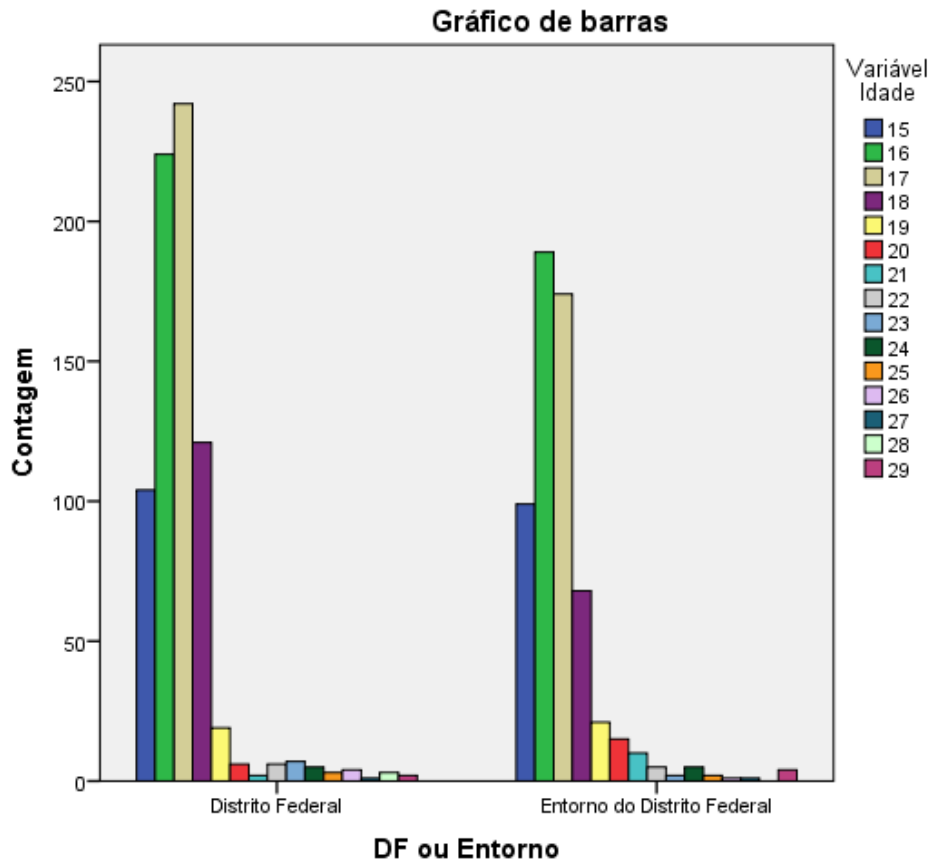
			idadeokdenovo		Total
			15 a 29	Menos de 15 30 ou mais	
DF ou Entorno	Distrito Federal	Contagem	749	36	785
		% em DF ou Entorno	95,4%	4,6%	100,0%
	Entorno do Distrito Federal	Contagem	596	23	619
		% em DF ou Entorno	96,3%	3,7%	100,0%
Total		Contagem	1345	59	1404
		% em DF ou Entorno	95,8%	4,2%	100,0%

Histograma após retirada de casos com mais de 30 anos, casos válidos para as análises:

Estatísticas

Variável Idade

N	Válido	1345
	Omisso	0
Média		16,96
Mediana		17,00
Moda		17
Curtose		11,895
Erro Padrão da Curtose		,133



Variável Idade				
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	15	203	15,1	15,1

16	413	30,7	30,7	45,8
17	416	30,9	30,9	76,7
18	189	14,1	14,1	90,8
19	40	3,0	3,0	93,8
20	21	1,6	1,6	95,3
21	12	,9	,9	96,2
22	11	,8	,8	97,0
23	9	,7	,7	97,7
24	10	,7	,7	98,4
25	5	,4	,4	98,8
26	5	,4	,4	99,2
27	2	,1	,1	99,3
28	3	,2	,2	99,6
29	6	,4	,4	100,0
Total	1345	100,0	100,0	

8.4 Operacionalização dos conceitos para confecção dos questionários

8.4.1. Atitudes políticas

Quadro 23 – Operacionalização do conceito de Atitudes políticas

Conceitos	Questão	Variáveis
Interesse por política	8) Você se interessa por política?	- Muito - Pouco - Nenhum interesse
Opiniões políticas	11) Dentre os assuntos abaixo, sobre o que mais gosta de conversar com seus amigos?	- Questões de Entretenimento - Questões de Vida Pessoal - Questões relacionadas aos problemas da sociedade
	18) Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?	Concordo: a política faz parte da formação do estudante. Não concordo: lugar de política não é na aula.
	29.4) Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.	Concordo Concordo em parte Discordo Não sabe
Predisposição em participar da política	20) Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum?	-Sim -Não
Sentimentos relacionados a ações políticas	23) Como você se sentiu com relação a essas ocupações?	Alienado Indiferente Desiludido Interessado Participativo

Fonte: Elaboração própria com apoio de questionários realizados em pesquisas similares sobre socialização política (SOUZA, 1983; BAQUERO, 1997; BAQUERO *et all*, 2016).

8.4.2. Participação Política e Estudantil

Quadro 24 – Operacionalização Participação política e estudantil

Conceitos	Questão	Variáveis
Participação Política	33) Você costuma participar de: 33.1) Partidos Políticos 33.2) Reuniões políticas 33.3) Associações comunitárias 33.4) Atividades religiosas 33.5) Organizações Governamentais (ONGs) Não 33.6) Orçamento Participativo 33.7) Abaixo assinados 33.8) Manifestações, protestos, passeatas 33.9) Ocupações de terrenos ou prédios públicos 33.10) Movimentos Sociais 33.11) Atividades no seu bairro	Participo Já participei Não participo Não sei
Participação estudantil	16) Você costuma discutir os problemas da escola com seus colegas da escola?	Sim Não
	22) Você participou de alguma ocupação?	Sim. Por quê? Não. Por quê?

Fonte: Elaboração própria com apoio de questionários realizados em pesquisas similares sobre socialização política (SOUZA, 1983; BAQUERO, 1997; BAQUERO *et al.*, 2016).

8.4.3. Sofisticação e Eficácia política

Quadro 25 – Operacionalização das Sofisticação e Eficácia Política

Conceitos	Questão	Variáveis
Saliência Política (interesse, preocupação e atenção com relação à política)	8) Você se interessa por política?	Muito Pouco Nenhum interesse
	11) Dentre os assuntos abaixo, sobre o que mais gosta de conversar com seus amigos? Marque uma opção.	Questões de Entretenimento Questões de Vida Pessoal Questões relacionadas aos problemas da sociedade
	18) Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?	Concordo: a política faz parte da formação do estudante Não concordo: lugar de política não é na aula.

	23) Como você se sentiu com relação a essas ocupações? Marque uma opção.	Alienado Indiferente Desiludido Interessado Participativo
	29) Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: 29.4) Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar. 29.6) Não adianta participar da política, pois nunca muda nada. 29.7) Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam.	Concordo Concordo em parte Discordo Não sabe
	43) Você busca saber mais sobre política através das redes sociais?	Sempre Às vezes Não
Conhecimento Político (familiaridade com conceitos, instituições, personagens e eventos políticos)	19) A sua escola tem Grêmios Estudantis? Marque uma opção.	Sim Não Não sei
	21) No ano passado, em 2016, muitas escolas foram ocupadas pelos alunos. Houve ocupações na sua escola?	Sim Não Não sei
	30) Algumas pessoas estão pensando em concorrer às eleições Presidenciais em 2018. Você sabe qual é a sigla do partido dos seguintes possíveis candidatos: 1. João Dória 2. Ciro Gomes 3. Jair Bolsonaro 4. Marina Silva 5. Luiz Inácio Lula da Silva 6. Michel Temer	
	31) Qual o nome de quem governa os lugares citados abaixo? 31.1) Cidade ou RA em que você mora? 31.2) Cidade de Goiânia? 31.3) Estado de Goiás? 31.4) Distrito Federal? 31.5) Brasil 31.6) Estados Unidos da América?	Acertou Errou Não sei
	32) Em 31 de agosto de 2016 a ex-presidente Dilma Rousseff deixou de forma definitiva o cargo de presidência	

	<p>da República. Por quê? Marque uma opção.</p> <p>(1) Porque terminou o seu mandato eleitoral.</p> <p>(2) Porque o Supremo Tribunal Federal determinou o Impedimento da ex-presidente.</p> <p>(3) Porque a Câmara dos Deputados votou pelo seu afastamento.</p> <p>(4) Porque o Senado votou pelo seu afastamento.</p> <p>(5) Não lembro/ não sei.</p>	
<p>Conceptualização Política (organização cognitiva sobre os conceitos abstratos nas avaliações de questões políticas)</p>	<p>(Peso 2)</p> <p>24) Nos últimos tempos fala-se muito em posicionamento político de Direita e de Esquerda, como você se considera: (Marque uma opção)</p> <p>(1) Extrema Direita.</p> <p>(2) Direita</p> <p>(3) Centro Direita</p> <p>(4) Centro Esquerda</p> <p>(5) Esquerda.</p> <p>(6) Extrema Esquerda</p> <p>(3) Não decidi ainda.</p> <p>(4) Não lembro/ não sei o que significa.</p> <p>(5) Prefiro não responder.</p>	<p>Marcou alguma opção</p> <p>Não decidi ainda.</p> <p>Não lembro/ não sei o que significa.</p> <p>Prefiro não responder.</p>
	<p>31) Qual o nome de quem governa os lugares citados abaixo?</p> <p>31.1) Cidade ou RA em que você mora?</p> <p>31.2) Cidade de Goiânia?</p> <p>31.3) Estado de Goiás?</p> <p>31.4) Distrito Federal?</p> <p>31.5) Brasil</p> <p>31.6) Estados Unidos da América?</p>	<p>Acertou</p> <p>Errou</p> <p>Não sei</p>
	<p>32) Em 31 de agosto de 2016 a ex-presidente Dilma Rousseff deixou de forma definitiva o cargo de presidência da República. Por quê? Marque uma opção.</p> <p>(1) Porque terminou o seu mandato eleitoral.</p> <p>(2) Porque o Supremo Tribunal Federal determinou o Impedimento da ex-presidente.</p> <p>(3) Porque a Câmara dos Deputados votou pelo seu afastamento.</p> <p>(4) Porque o Senado votou pelo seu afastamento.</p>	<p>Acertou</p> <p>Errou</p> <p>Não sei</p>

	(5) Não lembro/ não sei.	
Eficácia Política	23) Como você se sentiu com relação a essas ocupações? Marque uma opção. (1) Alienado (2) Indiferente (3) Desiludido (4) Interessado (5) Participativo (6) Outro. (7) Não sei	
	29.5) Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo. 29.6) Não adianta participar da política, pois nunca muda nada. 29.7) Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam. 29.8) Pessoas ligadas a famílias importantes da minha cidade tendem a obter benefícios dos políticos.	

Fonte: Elaboração própria com apoio de questionários realizados em pesquisas similares sobre socialização política (SOUZA, 1983; BAQUERO, 1997; BAQUERO *et al*, 2016).

8.4.4. Capital Social e Virtual

Quadro 26 – Operacionalização do Capital Social

Conceitos	Questão	Variáveis
Inserção social	10) Sobre sua relação com os seus amigos: 10.1) Você gosta dos seus amigos da escola? 10.2) Você gosta dos Professores?	Gosto muito Gosto pouco Não gosto Tanto faz
	12) Quando tem dúvidas sobre um assunto, quem você costuma procurar? 12.1) Pais 12.2) Familiares 12.3) Amigos 12.4) Colegas de escola 12.5) Professores	Frequentemente Às vezes Raramente Nunca
	17) Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola?	Sim Não Não sei

<p>Confiança interpessoal</p>	<p>34) Em relação às pessoas, ou grupos, que estão listadas abaixo, você confia nelas? 34.1) Pessoas em geral 34.2) Seus pais 34.3) Seus familiares 34.4) Seus vizinhos 34.5) Seus colegas de aula 34.6) Sua lista de contatos das redes sociais 34.7) Seus amigos 34.8) Seus professores</p>	<p>Confio Confio mais ou menos Não confio</p>
<p>Confiança Institucional</p>	<p>35) Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? 35.1) Igrejas 35.2) Partidos Políticos 35.3) Judiciário (Juízes e tribunais) 35.4) Presidente 35.5) Governo Federal (Ministros) 35.6) Polícia 35.7) Forças Armadas 35.8) Polícia Federal 35.9) Polícia Militar 35.10) Escola 35.11) Movimentos Estudantis 35.12) Conselho Escolar 35.13) Grêmios Estudantis da escola 35.14) Associações Comunitárias 35.15) TV 35.16) Jornal Impresso e Revista 35.17) Rádio 35.18) Internet 35.19) Redes sociais</p>	<p>Confio Confio mais ou menos Não confio</p>
<p>Predisposição a participação Política</p>	<p>36) Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda. 36.1) A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país. 36.2) A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país. 36.3) A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente.</p>	<p>Concordo Concordo em parte Discordo Não sabe</p>
<p>Capital Social Virtual</p>	<p>53) Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações:</p>	<p>Concordo</p>

	53.1) Sinto que sou parte de uma comunidade quando participo das redes sociais. 53.2) Quando vejo uma notícia sobre política na internet sinto vontade de participar de movimentos sociais ou mobilizações.	Concordo em parte Discordo Não sabe
Confiança Virtual	41) Com quem você mais interage nas Redes Sociais, em sua maioria? Marque uma opção.	Pessoas que eu conheço pessoalmente, meus amigos. Pessoas que eu conheço, mas de forma distante. Não interajo nas Redes Sociais.

Fonte: Elaboração própria com apoio de questionários realizados em pesquisas similares sobre socialização política (SOUZA, 1983; BAQUERO, 1997; BAQUERO *et all*, 2016).

8.4.5. Valores Democráticos

Quadro 27 – Operacionalização do conceito de valores democráticos

Conceitos	Questão	Variáveis
Satisfação com a Democracia	25) De maneira geral, como você se sente em relação à democracia no Brasil?	(1) Muito satisfeito (2) Satisfeito (3) Nem satisfeito, nem insatisfeito (4) Pouco satisfeito (5) Nada satisfeito
Apoio a Democracia	28) Na sua opinião...	(1) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. (2) Tanto faz, para mim não faz diferença. (3) Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia.
	26) Considerando os problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor?	(1) Um líder que coloque as coisas no lugar. (2) A participação da população nas decisões do governo. (3) Não sei
Avaliação da democracia	27) Em termos gerais, você diria que o Brasil está sendo governado: (1) por alguns grupos poderosos em seu próprio benefício.	

	(2) para o bem de todo o povo. (3) Não sei	
--	-----------------------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria com apoio de questionários realizados em pesquisas similares sobre socialização política (SOUZA, 1983; BAQUERO, 1997; BAQUERO *et all*, 2016).

8.5. Gráficos e Tabelas complementares:

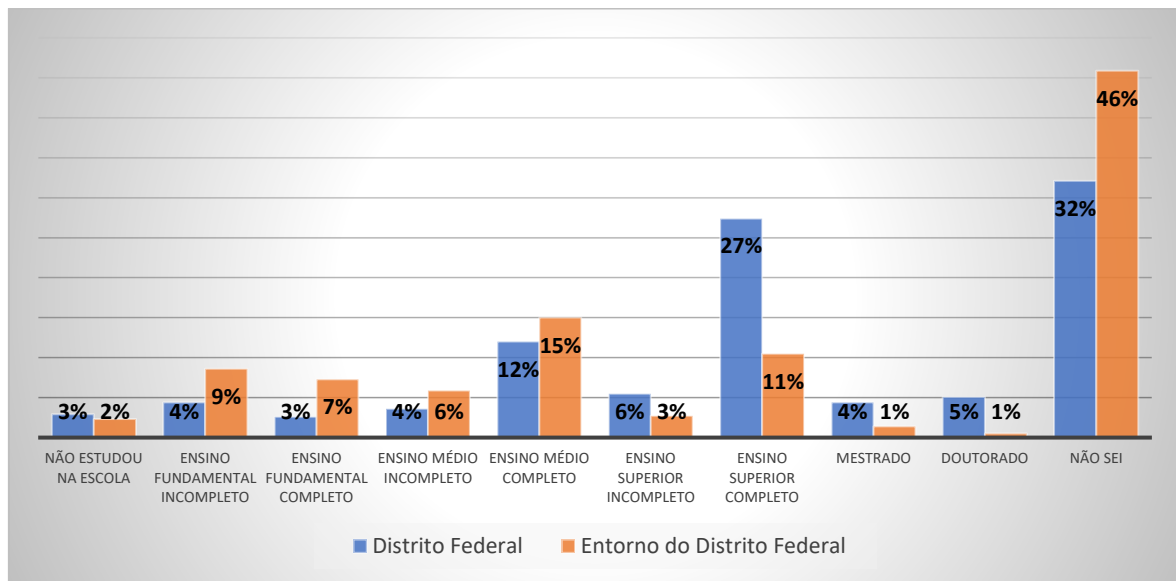
8.5.1. Gráficos e tabelas complementares

ZONA RURAL E URBANA

	Zona Rural	Zona Urbana
Distrito Federal	7,1	92,9
Entorno do Distrito Federal	10,5	89,5

N= 1271

Escolaridade dos responsáveis



N= 494

Recebe Bolsa?

	Sim, Integral	Sim, Parcial	Não
Distrito Federal	15,5	30,8	53,7
Entorno do Distrito Federal	4,4	10,7	84,9

N= 500

Tipo de escola pública

	Estadual	Instituto Federal	Militar
Distrito Federal	68,8	12,5	18,7
Entorno do Distrito Federal	84,4	15,5	0

N= 818

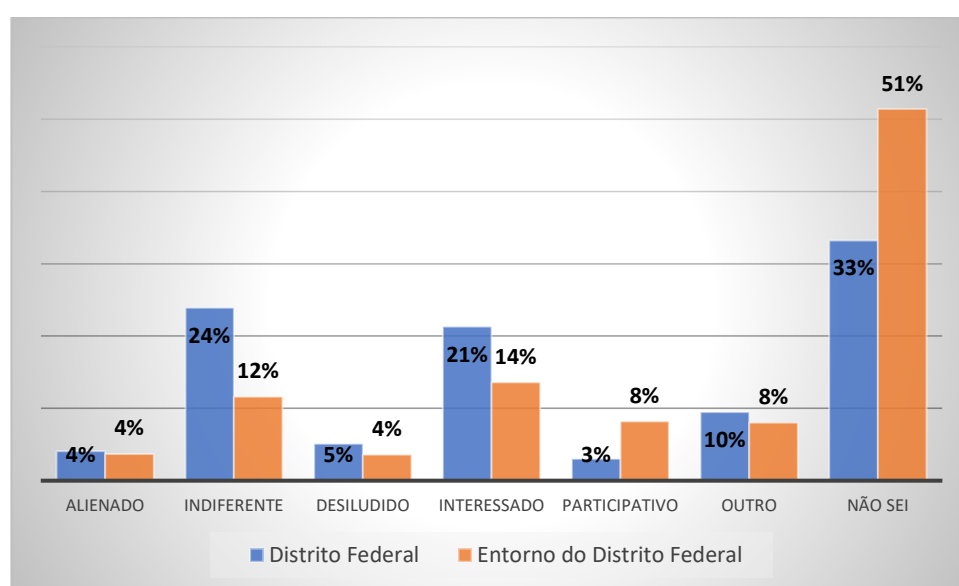
Frequência com que compartilha conteúdos políticos

	Distrito Federal		Entorno do DF	
	Frequentemente	Nunca	Frequentemente	Nunca
Twitter****	1,4	84,6	1,6	87,9
Facebook****	2,8	76,5	4,6	74,2
WhatsApp****	1,6	76,5	3,6	74,1
Instagram****	1,4	86,7	1,9	86,9
YouTube****	1,8	87	3,2	86

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa “Cultura Política dos estudantes da região do RIDE-DF” (2018); (n=1314); (n=1324); (n=1320); (n=1320); (n=1321)

* q<.00 / ** q<.01/ *** q<.05/ **** q>.05

Sentimento com relação as Ocupações das Escolas em 2016⁷⁹



8.5.2. Rotações para construção dos índices de Cultura Política

8.5.2.1 Atitudes Políticas

Primeira Rotação:

Comunalidades		
	Inicial	Extração
q8.InteressePolítica	1,000	,636
q11.MaisGostaConversar	1,000	,687
q18.QualSuaOpiniãoSobreDiscussãoAssuntosPolíticosSalaAula	1,000	,352
Q20.A.PensandoCargosLiderançaEstudantilGostaOcuparAlgum?	1,000	,458
q23.A.ComoSeSentiuComRelaçãoOcupações	1,000	,276

⁷⁹ As ocupações escolares foram um fenômeno social que ocorreu em diversas escolas brasileiras. Para maiores informações, consultar a seção 2.2.1.2 desse trabalho.

q29.4.QualSuaOpinião:NãoGostodeDiscussõesPolíticasPrefiroNãomeIncomodar	1,000	,592
-------------------------------------------------------------------------	-------	------

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Segunda Rotação (Suprimindo os destacados em amarelo)

Comunalidades

	Inicial	Extração
q8.InteressePolítica	1,000	,742
q11.MaisGostaConversar	1,000	,051
q29.4.QualSuaOpinião:NãoGostodeDiscussõesPolíticasPrefiroNãomeIncomodar	1,000	,738

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Terceira Rotação (Final):

Comunalidades

	Inicial	Extração
q8.InteressePolítica	1,000	,757
q29.4.QualSuaOpinião:NãoGostodeDiscussõesPolíticasPrefiroNãomeIncomodar	1,000	,757

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Índice Atitudes Políticas OK

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido ,00	214	15,9	16,1	16,1
,25	291	21,6	21,9	38,0
,50	322	23,9	24,2	62,2
,75	307	22,8	23,1	85,3
1,00	196	14,6	14,7	100,0
Total	1330	98,9	100,0	
Omisso Sistema	15	1,1		
Total	1345	100,0		

8.5.2.2. Participação Política⁸⁰

Primeira Rotação:

Comunalidades

	Inicial	Extração
Q33.1.Participa:PartidosPolíticos	1,000	,749
Q33.2.Participa:ReuniõesPolíticas	1,000	,704
Q33.3.Participa:RAssociaçõesComunitárias	1,000	,481
Q33.4.Participa:AtividadesReligiosas	1,000	,564
Q33.5.Participa:ONGs	1,000	,659

⁸⁰ Não foi incluída na primeira rotação a questão 22, pois está tem colinearidade com a questão 33.9, que também trata sobre ocupações.

Q33.6.Participa:OrçamentoParticipativo	1,000	,641
Q33.7.Participa:AbaixoAssinados	1,000	,482
Q33.8.Participa:Manifestações,Protestos,Passatas	1,000	,655
Q33.9.Participa:OcupaçõesTerrenos	1,000	,489
Q33.10.Participa:MovimentosSociais	1,000	,519
Q33.11.Participa:AtividadesNoBairro	1,000	,447

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Segunda rotação :

Comunalidades

	Inicial	Extração
Q33.1.Participa:PartidosPolíticos	1,000	,744
Q33.2.Participa:ReuniõesPolíticas	1,000	,726
Q33.4.Participa:AtividadesReligiosas	1,000	,340
Q33.5.Participa:ONGs	1,000	,583
Q33.6.Participa:OrçamentoParticipativo	1,000	,685
Q33.8.Participa:Manifestações,Protestos,Passatas	1,000	,525
Q33.10.Participa:MovimentosSociais	1,000	,615

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Terceira rotação (rotação final):

Comunalidades

	Inicial	Extração
Q33.1.Participa:PartidosPolíticos	1,000	,747
Q33.2.Participa:ReuniõesPolíticas	1,000	,733
Q33.5.Participa:ONGs	1,000	,603
Q33.6.Participa:OrçamentoParticipativo	1,000	,707
Q33.8.Participa:Manifestações,Protestos,Passatas	1,000	,681
Q33.10.Participa:MovimentosSociais	1,000	,648

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Matriz de componente rotativa^a

	Componente		
	Índice Participação Política1 formal OK	Índice Participação Política 3 Protesto OK	Índice Participação Política2 informal
Q33.1.Participa:PartidosPolíticos	,853		
Q33.2.Participa:ReuniõesPolíticas	,828		
Q33.5.Participa:ONGs			,713
Q33.6.Participa:OrçamentoParticipativo			,814
Q33.8.Participa:Manifestações,Protestos,Passatas		,805	
Q33.10.Participa:MovimentosSociais		,786	

Método de Extração: Análise de Componente Principal.
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.
a. Rotação convergida em 5 iterações.

Índice Participação Política1 formal OK

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	1129	83,9	85,5	85,5
	,25	138	10,3	10,4	95,9
	,50	40	3,0	3,0	98,9
	,75	7	,5	,5	99,5
	1,00	7	,5	,5	100,0
	Total	1321	98,2	100,0	
Omisso	Sistema	24	1,8		
Total		1345	100,0		

Índice Participação Política2 informal OK

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	1090	81,0	83,2	83,2
	,25	145	10,8	11,1	94,3
	,50	68	5,1	5,2	99,5
	,75	3	,2	,2	99,7
	1,00	4	,3	,3	100,0
	Total	1310	97,4	100,0	
Omisso	Sistema	35	2,6		
Total		1345	100,0		

Índice Participação Política 3 Protesto OK

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	651	48,4	49,5	49,5
	,25	301	22,4	22,9	72,3
	,50	258	19,2	19,6	91,9
	,75	60	4,5	4,6	96,5
	1,00	46	3,4	3,5	100,0
	Total	1316	97,8	100,0	
Omisso	Sistema	29	2,2		
Total		1345	100,0		

8.5.2.3. Sofisticação e Eficácia política

Saliência política:
Teste t-student

Estadísticas de grupo

	DF ou Entorno	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
Índice	Distrito Federal	684	,4973	,21127	,00808

Saliência PolíticaOK	Entorno do Distrito Federal	548	,4131	,22202	,00948
----------------------	-----------------------------	-----	-------	--------	--------

Teste de amostras independentes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Índice Saliência Política OK	Variâncias iguais assumidas	3,388	,066	6,793	1230	,000	,08417	,01239	,05986	,10847
	Variâncias iguais não assumidas			6,756	1145,669	,000	,08417	,01246	,05972	,10861

Conhecimento político:
Teste t-student

Estadísticas de grupo

	DF ou Entorno	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
Índice Conhecimento Político OK	Distrito Federal	482	,3455	,15046	,00685
	Entorno do Distrito Federal	409	,2833	,17385	,00860

Teste de amostras independentes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Índice Conhecimento Político OK	Variâncias iguais assumidas	19,174	,000	5,726	889	,000	,06221	,01087	,04089	,08354
	Variâncias iguais não assumidas			5,659	812,895	,000	,06221	,01099	,04063	,08379

Conceptualização Política
Teste t-student

Estadísticas de grupo

	DF ou Entorno	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
Índice	Distrito Federal	631	,3640	,19255	,00767

Conceptualização Política OK	Entorno do Distrito Federal	516	,2922	,23887	,01052
------------------------------	-----------------------------	-----	-------	--------	--------

Teste de amostras independentes

	Teste de Levene para igualdade de variâncias	teste-t para Igualdade de Médias								
		F	Sig.	t	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Índice Conceptualização Política OK	Variâncias iguais assumidas	35,519	,000	5,634	1145	,000	,07177	,01274	,04677	,09676
	Variâncias iguais não assumidas			5,515	981,228	,000	,07177	,01301	,04623	,09730

Eficácia Política

Estadísticas de grupo

	DF ou Entorno	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
Eficácia Política OK	Distrito Federal	716	,4661	,22259	,00832
	Entorno do Distrito Federal	573	,3906	,22890	,00956

Teste de amostras independentes

	Teste de Levene para igualdade de variâncias	teste-t para Igualdade de Médias								
		F	Sig.	t	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Eficácia Política OK	Variâncias iguais assumidas	,763	,383	5,974	1287	,000	,07549	,01263	,05070	,10027
	Variâncias iguais não assumidas			5,956	1210,660	,000	,07549	,01267	,05062	,10035

8.5.2.4. Capital social e virtual

Valor de n para a tabela 5

Interpessoal	n
Pessoas em geral	1304
Pais	1329
Familiares	1319
Vizinhos	1321
Colegas da Escola	1320
Lista de contato redes sociais	1310

	Amigos	1328
	Professores	1331
Instituições		
	Igrejas	1321
	Partidos Políticos	1325
	Judiciário	1333
	Presidente	1328
	Governo Federal	1312
	Polícia	1321
	Forças Armadas	1328
	Polícia federal	1327
	polícia militar	1319
	ESCOLA	1322
	Movimento Estudantil	1313
	Conselho escolar	1310
	Grêmio Estudantil	1280
	Associações Comunitárias	1308
Mídia		
	TV	1322
	Jornal Impresso	1321
	Rádio	1318
	Internet	1326
	Redes Sociais	1330

Índice de Capital Social⁸¹

Primeira rotação:

Comunalidades		
	Inicial	Extração
Q36.1.Concorda:ParticipaçãoPessoasImportanteResolverProblemasPaís	1,000	,675
Q36.2.Concorda:ColaboraçãoEntrePessoasPodeContribuirMelhorarSituaçãoPaís	1,000	,762
Q36.3.Concorda:ParticipaçãoProjetoEscolaéImportante	1,000	,576
Q37.1.ConfiaInformaçõesPolíticas:TV	1,000	,733
Q37.2.ConfiaInformaçõesPolíticas:Rádio	1,000	,721
Q37.3.ConfiaInformaçõesPolíticas:Jornais	1,000	,723
Q37.4.ConfiaInformaçõesPolíticas:Internet	1,000	,609
Q37.5.ConfiaInformaçõesPolíticas:RedesSociais	1,000	,564
Q53.1.QualOpinião:SintoquesouparteComunidadeQuandoParticipoRedesSociais	1,000	,668

⁸¹ Não se utilizou as questões referentes a confiança interpessoal e em instituições, uma vez que tais rotações rotam entre elas e não possuem associação com os valores de predisposição comunitária.

Q53.2.QualOpinião:VejoNoitícia sInternetSintoVontadeParticipar MovimentosSociais	1,000	,686
----------------------------------------------------------------------------------------	-------	------

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Segunda Rotação:

Comunalidades		
	Inicial	Extração
Q36.1.Concorda:ParticipaçãoPes soasImportanteResolverProblem asPaís	1,000	,800
Q36.2.Concorda:ColaboraçãoEnt rePessoasPodeContribuirMelhora rSituaçãoPaís	1,000	,809
Q37.1.ConfiaInformaçõesPolític as:TV	1,000	,779
Q37.2.ConfiaInformaçõesPolític as:Rádio	1,000	,796
Q37.3.ConfiaInformaçõesPolític as:Jornais	1,000	,787
Q37.4.ConfiaInformaçõesPolític as:Internet	1,000	,514
Q53.1.QualOpinião:Sintoquesou parteComunidadeQuandoParticip oRedesSociais	1,000	,666
Q53.2.QualOpinião:VejoNoitícia sInternetSintoVontadeParticipar MovimentosSociais	1,000	,692

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Terceira Rotação (Rotação Final):

Comunalidades		
	Inicial	Extração
Q36.1.Concorda:ParticipaçãoPes soasImportanteResolverProblem asPaís	1,000	,801
Q36.2.Concorda:ColaboraçãoEnt rePessoasPodeContribuirMelhora rSituaçãoPaís	1,000	,809
Q37.1.ConfiaInformaçõesPolític as:TV	1,000	,812
Q37.2.ConfiaInformaçõesPolític as:Rádio	1,000	,847
Q37.3.ConfiaInformaçõesPolític as:Jornais	1,000	,808
Q53.1.QualOpinião:Sintoquesou parteComunidadeQuandoParticip oRedesSociais	1,000	,664
Q53.2.QualOpinião:VejoNoitícia sInternetSintoVontadeParticipar MovimentosSociais	1,000	,697

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Matriz de componente rotativa^a

	Componente
--	------------

	1	Participação das pessoas é importante	Capital social virtual
Q36.1. Concorda: Participação das pessoas é importante para resolver problemas no país		,885	
Q36.2. Concorda: Colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país		,896	
Q37.1. Confia nas informações políticas: TV	,900		
Q37.2. Confia nas informações políticas: Rádio	,917		
Q37.3. Confia nas informações políticas: Jornais	,897		
Q53.1. Qual a sua opinião: Sinto que sou parte da comunidade quando participo nas redes sociais			,802
Q53.2. Qual a sua opinião: Vejo notícias na internet e sinto vontade de participar em movimentos sociais			,833

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 4 iterações.

Índice Capital Social Comunitário OK

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	24	1,8	1,8
	,25	24	1,8	3,6
	,50	148	11,0	14,7
	,75	192	14,3	29,2
	1,00	942	70,0	100,0
Total		1330	98,9	100,0
Omisso	Sistema	15	1,1	
Total		1345	100,0	

Índice Capital Social Virtual OK

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	431	32,0	32,6
	,25	356	26,5	59,6
	,50	323	24,0	84,0
	,75	158	11,7	96,0
	1,00	53	3,9	100,0
Total		1321	98,2	100,0
Omisso	Sistema	24	1,8	
Total		1345	100,0	

8.5.2.5. Valores Democráticos

Primeira rotação:

Comunalidades

	Inicial	Extração
q25.ComoVocêSeSenteComRelaçãoDemocraciaBrasil	1,000	,773
q26.ConsiderandoProblemasPaís,LíderouDemocracia	1,000	,665
q27.TermosGeraisBrasilEstaSendoGovernadoPorGruposBemdoPovo	1,000	,628
q28.EmAglumasSituaçõesMelhorDitadoraDemocracia	1,000	,806
Q60.QuandoÉNecessárioTomarDecisãoImportanteFamíliaVocêParticipa?	1,000	,456

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Segunda Rotação:

Comunalidades

	Inicial	Extração
q25.ComoVocêSeSenteComRelaçãoDemocraciaBrasil	1,000	,170
q26.ConsiderandoProblemasPaís,LíderouDemocracia	1,000	,632
q27.TermosGeraisBrasilEstaSendoGovernadoPorGruposBemdoPovo	1,000	,680
q28.EmAglumasSituaçõesMelhorDitadoraDemocracia	1,000	,799

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Terceira Rotação (Rotação Final)

Comunalidades

	Inicial	Extração
q26.ConsiderandoProblemasPaís,LíderouDemocracia	1,000	,768
q27.TermosGeraisBrasilEstaSendoGovernadoPorGruposBemdoPovo	1,000	,689
q28.EmAglumasSituaçõesMelhorDitadoraDemocracia	1,000	,796

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Índice Valores DemocráticosOK

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido ,00	31	2,3	2,4	2,4
,17	47	3,5	3,6	6,0
,33	200	14,9	15,3	21,3
,50	98	7,3	7,5	28,8
,67	452	33,6	34,6	63,4
,83	45	3,3	3,4	66,8
1,00	433	32,2	33,2	100,0

Total	1306	97,1	100,0
Omisso Sistema	39	2,9	
Total	1345	100,0	

8.5.3. Rotações para construção dos índices de Redes Sociais

Comunalidades		
	Inicial	Extração
Q37.5.ConfiarInformaçõesPolíticas:RedesSociais	1,000	,757
Q40.7.CostumaFazerNaInternet:AssuntosRelacionadosPolítica	1,000	,697
Q43.BuscaSaberPolíticaRedesSociais	1,000	,641
Q44.1.CostumaFazer:EmPostagensRelacionadasPolíticaPesquisaSaberVerdade	1,000	,663
Q44.2.CostumaFazer:NasRedesSociaisLePostagensPolítica	1,000	,736
Q44.3.CostumaFazer:NasRedesSociaisComentaPostagensPolítica	1,000	,690
Q44.4.CostumaFazer:NasRedesSociaisFazPostagensPolítica	1,000	,683
Q46.1.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Pais	1,000	,673
Q46.2.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Familiares	1,000	,658
Q46.3.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Amigos	1,000	,731
Q46.4.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:ColegasEscola	1,000	,683
Q46.5.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:ContatosRedesSociais	1,000	,651
Q46.6.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Professores	1,000	,541
Q47.RedesSociaisUtilizadasComoInstrumentoParticipaçãoPolítica	1,000	,427
Q49.1.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Twitter	1,000	,520
Q49.2.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Facebook	1,000	,683
Q49.3.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Whatsapp	1,000	,714
Q49.4.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Instagram	1,000	,658
Q49.5.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Youtube	1,000	,647
Q50.1.ParticipaMobilizaçõesInternet:AbaixoAssinado	1,000	,548
Q50.2.ParticipaMobilizaçõesInternet:Boicotes	1,000	,651
Q50.3.ParticipaMobilizaçõesInternet:Twittagens	1,000	,681
Q51.VocêParticipouMnaifestaçõesPolíticasNaRua	1,000	,534
Q52.SeEleiçõesFossemHojeFariaPostagemdeApoioCandidatoPolítico	1,000	,522

Q53.1.QualOpinião:Sintoquesou parteComunidadeQuandoParticipoRedesSociais	1,000	,554
Q53.2.QualOpinião:VejoNoitíciasInternetSintoVontadeParticiparMovimentosSociais	1,000	,480

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Comunalidades

	Inicial	Extração
Q37.5.Confianças:RedesSociais	1,000	,187
Q40.7.CostumaFazerNaInternet:AssuntosRelacionadosPolítica	1,000	,642
Q43.BuscaSaberPolíticaRedesSociais	1,000	,506
Q44.1.CostumaFazer:EmPostagensRelacionadasPolíticaPesquisaSaberVerdade	1,000	,593
Q44.2.CostumaFazer:NasRedesSociaisLePostagensPolítica	1,000	,677
Q44.3.CostumaFazer:NasRedesSociaisComentaPostagensPolítica	1,000	,594
Q44.4.CostumaFazer:NasRedesSociaisFazPostagensPolítica	1,000	,617
Q46.1.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Pais	1,000	,694
Q46.2.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Familiares	1,000	,687
Q46.3.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Amigos	1,000	,719
Q46.4.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:ColegasEscola	1,000	,576
Q46.5.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:ContatosRedesSociais	1,000	,521
Q47.RedesSociaisUtilizadasComoInstrumentoParticipaçãoPolítica	1,000	,216
Q49.2.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Facebook	1,000	,672
Q49.3.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Whatsapp	1,000	,731
Q49.4.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Instagram	1,000	,636
Q49.5.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Youtube	1,000	,665
Q50.2.ParticipaMobilizaçõesInternet:Boicotes	1,000	,658
Q50.3.ParticipaMobilizaçõesInternet:Twitttaços	1,000	,694

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Última rotação

Comunalidades

	Inicial	Extração
Q40.7.CostumaFazerNaInternet:AssuntosRelacionadosPolítica	1,000	,625
Q44.1.CostumaFazer:EmPostagensRelacionadasPolíticaPesquisaSaberVerdade	1,000	,609

Q44.2.CostumaFazer:NasRedesSociaisLePostagensPolítica	1,000	,675
Q44.3.CostumaFazer:NasRedesSociaisComentaPostagensPolítica	1,000	,676
Q44.4.CostumaFazer:NasRedesSociaisFazPostagensPolítica	1,000	,682
Q46.1.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Pais	1,000	,810
Q46.2.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Familiares	1,000	,744
Q46.3.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Amigos	1,000	,673
Q49.2.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Facebook	1,000	,689
Q49.3.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Whatsapp	1,000	,749
Q49.4.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Instagram	1,000	,673
Q49.5.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Youtube	1,000	,691
Q50.2.ParticipaMobilizaçõesInternet:Boicotes	1,000	,702
Q50.3.ParticipaMobilizaçõesInternet:Twittaços	1,000	,736

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Matriz de componente rotativa^a

	Componente			
	Interesse por política nas redes sociais	Compartilha política nas redes sociais	Conversa sobre postagens	Participa mobilizações
Q40.7.CostumaFazerNaInternet: AssuntosRelacionadosPolítica	,711			
Q44.1.CostumaFazer:EmPostagensRelacionadasPolíticaPesquisaSaberVerdade	,629		,440	
Q44.2.CostumaFazer:NasRedesSociaisLePostagensPolítica	,706		,408	
Q44.3.CostumaFazer:NasRedesSociaisComentaPostagensPolítica	,772			
Q44.4.CostumaFazer:NasRedesSociaisFazPostagensPolítica	,776			
Q46.1.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Pais			,881	
Q46.2.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Familiares			,828	
Q46.3.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Amigos	,441		,672	
Q49.2.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Facebook		,804		
Q49.3.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Whatsapp		,845		
Q49.4.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Instagram		,816		
Q49.5.RedesSociaisCompartilhaNotíciasPolíticas:Youtube		,825		
Q50.2.ParticipaMobilizaçõesInternet:Boicotes				,815
Q50.3.ParticipaMobilizaçõesInternet:Twittaços				,847

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 6 iterações.

Índice

Índice de Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	175	13,0	13,3	13,3
	,07	77	5,7	5,9	19,2
	,13	95	7,1	7,2	26,4
	,20	100	7,4	7,6	34,1
	,20	10	,7	,8	34,8
	,26	123	9,1	9,4	44,2
	,27	9	,7	,7	44,9
	,33	20	1,5	1,5	46,4
	,33	79	5,9	6,0	52,4
	,33	26	1,9	2,0	54,4
	,40	80	5,9	6,1	60,5
	,40	35	2,6	2,7	63,2
	,40	6	,4	,5	63,6
	,46	53	3,9	4,0	67,7
	,46	1	,1	,1	67,8
	,46	38	2,8	2,9	70,7
	,47	5	,4	,4	71,0
	,53	41	3,0	3,1	74,2
	,53	37	2,8	2,8	77,0
	,53	25	1,9	1,9	78,9
	,59	19	1,4	1,4	80,3
	,60	2	,1	,2	80,5
	,60	26	1,9	2,0	82,5
	,60	12	,9	,9	83,4
	,60	11	,8	,8	84,2
	,66	12	,9	,9	85,1
	,66	4	,3	,3	85,4
	,66	23	1,7	1,8	87,2
	,66	23	1,7	1,8	88,9
	,67	2	,1	,2	89,1
	,73	1	,1	,1	89,2
	,73	17	1,3	1,3	90,5
	,73	28	2,1	2,1	92,6
	,73	16	1,2	1,2	93,8
	,80	16	1,2	1,2	95,0
	,80	19	1,4	1,4	96,5
	,80	1	,1	,1	96,6
	,86	15	1,1	1,1	97,7
	,87	1	,1	,1	97,8
	,93	19	1,4	1,4	99,2
	1,00	10	,7	,8	100,0
	Total	1312	97,5	100,0	
Omisso	Sistema	33	2,5		
Total		1345	100,0		

Índice Participação Política Redes Sociais OK

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
--	------------	-------------	--------------------	------------------------

Válido	,00	1086	80,7	83,0	83,0
	,25	120	8,9	9,2	92,1
	,50	79	5,9	6,0	98,2
	,75	10	,7	,8	98,9
	1,00	14	1,0	1,1	100,0
	Total	1309	97,3	100,0	
Omisso	Sistema	36	2,7		
Total		1345	100,0		

índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	257	19,1	19,6	19,6
	,11	69	5,1	5,3	24,8
	,22	103	7,7	7,8	32,6
	,33	127	9,4	9,7	42,3
	,33	20	1,5	1,5	43,8
	,44	119	8,8	9,1	52,9
	,44	14	1,0	1,1	54,0
	,55	42	3,1	3,2	57,2
	,55	40	3,0	3,0	60,2
	,55	48	3,6	3,7	63,9
	,66	167	12,4	12,7	76,6
	,66	1	,1	,1	76,6
	,66	55	4,1	4,2	80,8
	,67	14	1,0	1,1	81,9
	,77	91	6,8	6,9	88,8
	,78	29	2,2	2,2	91,0
	,89	66	4,9	5,0	96,0
	1,00	52	3,9	4,0	100,0
	Total	1314	97,7	100,0	
Omisso	Sistema	31	2,3		
Total		1345	100,0		

Índice Compartilha Política RS ok

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	,00	908	67,5	69,5	69,5
	,08	72	5,4	5,5	75,0
	,17	81	6,0	6,2	81,2
	,25	38	2,8	2,9	84,2
	,25	9	,7	,7	84,8
	,33	75	5,6	5,7	90,6
	,33	4	,3	,3	90,9
	,41	9	,7	,7	91,6
	,41	11	,8	,8	92,4
	,42	10	,7	,8	93,2
	,50	9	,7	,7	93,9
	,50	1	,1	,1	94,0
	,50	1	,1	,1	94,0
	,50	2	,1	,2	94,2
	,50	3	,2	,2	94,4
	,58	7	,5	,5	94,9

,58	2	,1	,2	95,1
,58	7	,5	,5	95,6
,66	26	1,9	2,0	97,6
,66	3	,2	,2	97,9
,67	4	,3	,3	98,2
,75	1	,1	,1	98,2
,75	2	,1	,2	98,4
,75	1	,1	,1	98,5
,75	9	,7	,7	99,2
,83	2	,1	,2	99,3
,92	4	,3	,3	99,6
1,00	5	,4	,4	100,0
Total	1306	97,1	100,0	
Omisso Sistema	39	2,9		
Total	1345	100,0		

8.5.4. Construção de Índices exploratórios⁸²

Por meio desta técnica, agruparam-se variáveis que refletissem os conceitos teóricos, com base nas relações em comum entre elas. A análise fatorial permite reduzir o número das variáveis em fatores correlacionados entre si, via técnica de extração dos componentes principais e técnica de rotação *varimax*.

Este processo contou com duas etapas, na primeira realizou-se a ponderação das variáveis, através da técnica de extração dos componentes principais (PESTANA e GAGUEIRO, 2000). Essa técnica é utilizada para verificar de que forma as variáveis compartilham sua variância umas com as outras (FIELD, 2009). Uma vez que o objetivo desta etapa foi o de encontrar as dimensões comuns dentro dos dados coletados, para elaborar os índices propostos, analisou-se as comunalidades⁸³ entre algumas variáveis selecionadas, pois elas apresentaram a variância comum das variáveis (FIELD, 2009). A seleção dos fatores, ou a ponderação das variáveis, foi feita utilizando como critério a retirada da análise de variáveis que possuísem valores abaixo de (.6) (PESTANA e GAGUEIRO, 2000, p. 399).

Na segunda etapa da construção dos índices (no caso do índice de confiança institucional e do índice de participação política⁸⁴), os fatores retidos na etapa anterior,

⁸² Texto desenvolvido pela autora e pode ser encontrado por completo em Vasconcelos (2014).

⁸³ Comunalidade é uma “medida de proporção da variância explicada pelos fatores extraídos” (FIELD, 2009, p. 562)

⁸⁴ Para os outros índices não foram possíveis realizar a rotação da técnica *varimax*, ou por que só haviam duas variáveis na rotação ou porque as variáveis rodavam em um único grupo, impossibilitando que os fatores se aglutinassem em grupos diferentes (capital social encapsulado, capital social emancipatório, confiança interpessoal).

foram analisados conforme a técnica de rotação *varimax*⁸⁵. Essa técnica maximiza a dispersão das cargas fatoriais dentro de fatores, sendo essa rotação recomendada quando se pretende que os fatores aglutinados sejam independentes (FIELD, 2009). Possibilita, dessa forma, o aglutinamento de fatores em grupos, segundo a correlação existente entre eles. Neste caso, as cargas dos fatores a serem consideradas em cada grupo (*Component*) devem ser superiores a (0.4)⁸⁶. Os fatores obtidos pela rotação *varimax*, estão em anexo (Anexo 2, no quadro *Rotated Component Matrix*). A partir dos resultados destas rotações, com as variáveis retidas por esse processo, elaborou-se índices que possibilitaram a mensuração dos conceitos propostos

8.5.5. Análises de Regressão

Distrito Federal:

Sumarização do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,634 ^a	,402	,400	,24905

a. Preditores: (Constante), Índice Compartilha Política RS ok, índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK, Índice Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	29,396	3	9,799	157,986	,000 ^b
	Resíduo	43,665	704	,062		
	Total	73,061	707			

a. Variável Dependente: Índice Atitudes Políticas OK

b. Preditores: (Constante), Índice Compartilha Política RS ok, índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK, Índice Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK

⁸⁵ O processo de rotação das variáveis permite a transformação dos coeficientes da matriz de correlação em cargas fatoriais, e estas mantêm o princípio da ortogonalidade.

⁸⁶ O critério adotado leva em consideração o tamanho da amostra, Stevens (1992) recomenda que os fatores devem ser maiores do que .4.

Coefficientes^a

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	,228	,019		11,934	,000
	Índice de Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK	,833	,047	,629	17,688	,000
	Índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK	,029	,039	,026	,745	,456
	Índice Compartilha Política RS ok	-,080	,056	-,043	-1,433	,152

a. Variável Dependente: Índice Atitudes Políticas OK

Entorno:

Sumarização do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,633 ^a	,401	,398	,24881

a. Preditores: (Constante), Índice Compartilha Política RS ok, índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK, Índice de Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	22,803	3	7,601	122,778	,000 ^b
	Resíduo	34,049	550	,062		
	Total	56,852	553			

a. Variável Dependente: Índice Atitudes Políticas OK

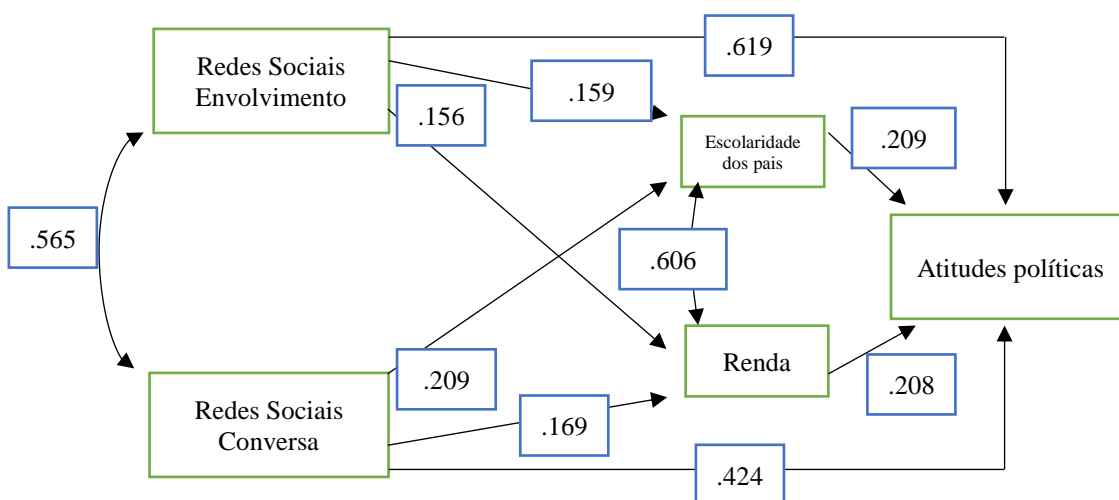
b. Preditores: (Constante), Índice Compartilha Política RS ok, índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK, Índice de Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK

		Coeficientes ^a				
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
Modelo		B	Erro Padrão	Beta	t	Sig.
1	(Constante)	,157	,018		8,525	,000
	Índice de Interesse Atividades Políticas Redes Sociais OK	,660	,051	,531	12,992	,000
	Índice Conversa Política Redes Sociais NOVO OK	,188	,043	,181	4,421	,000
	Índice Compartilha Política RS ok	-,087	,057	-,055	-1,545	,123

a. Variável Dependente: Índice Atitudes Políticas OK

8.6. Modelos de Trajetórias: Todos

Figura 14 – Todos: efeito sobre atitudes políticas



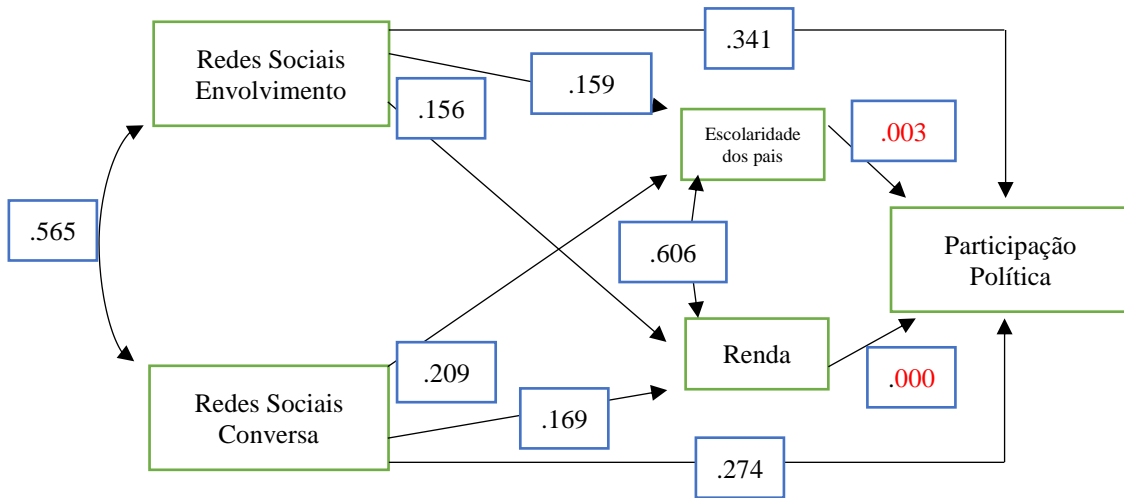
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 28 – Entorno: Efeito total do modelo de Atitudes Políticas

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.619 _(.254)	Renda	.156 _(.298)	.032	.461
		Escolaridade dos pais	.159 _(.222)	.033	
		Redes Sociais Conversa	.565 _(.249)	.239	
Redes Sociais Conversa	.424 _(.294)	Renda	.169 _(.297)	.035	.202
		Escolaridade dos pais	.209 _(.220)	.043	
Renda	.208 _(.315)	Escolaridade dos pais	.606 _(.238)	.126	.191
Escolaridade dos pais	.209 _(.316)				.066
Efeito Total					.920

Fonte: Elaboração própria.

Figura 15 – Todos: efeito sobre Participação política



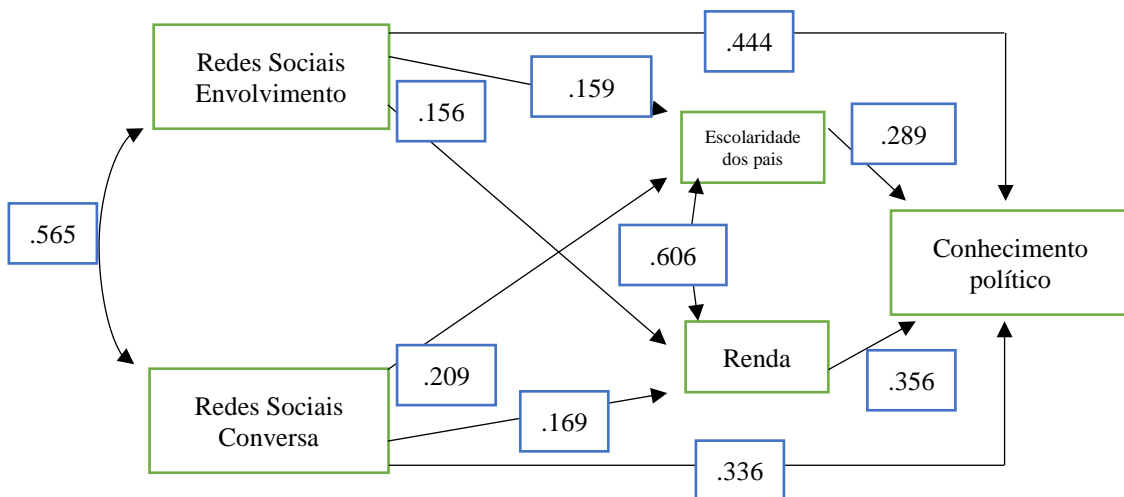
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 29 – Entorno: Efeito total do modelo de Participação Política

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.341 _(.254)	Renda	.156 _(.298)	.000	.240
		Escolaridade dos pais	.159 _(.222)	.000	
		Redes Sociais Conversa	.565 _(.249)	.154	
Redes Sociais Conversa	.274 _(.259)	Renda	.169 _(.297)	.000	.533
		Escolaridade dos pais	.209 _(.220)	.000	
Renda	.000 _(.280)	Escolaridade dos pais	.606 _(.238)	.001	.001
Escolaridade dos pais	.003 _(.272)				.000
Efeito Total					.773

Fonte: Elaboração própria.

Figura 16 – Todos: efeito sobre Conhecimento político



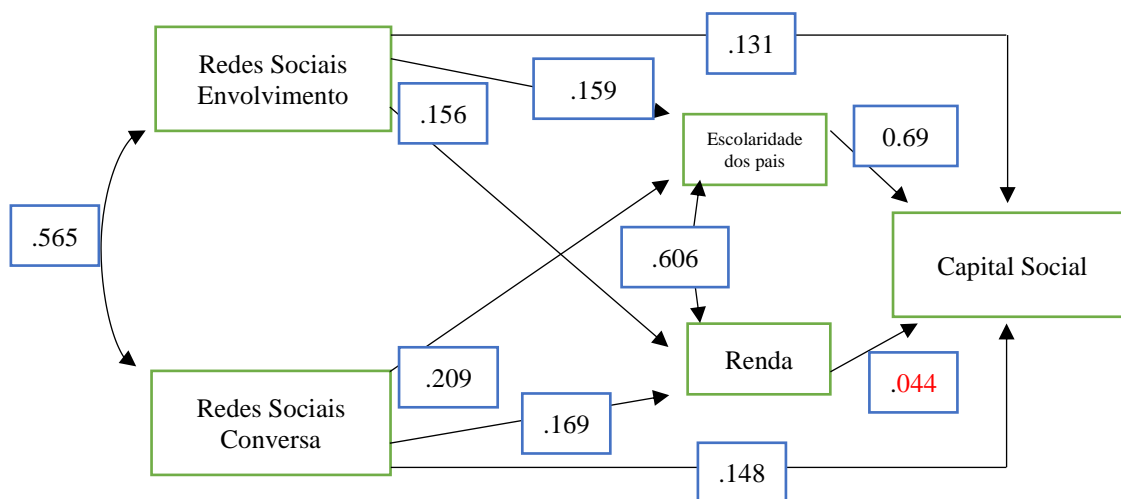
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 30 – Todos: Efeito total do modelo de Conhecimento Político

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.444 _(.147)	Renda	.156 _(.298)	.055	.354
		Escolaridade dos pais	.159 _(.222)	.045	
		Redes Sociais Conversa	.565 _(.249)	.189	
Redes Sociais Conversa	.336 _(.155)	Renda	.169 _(.297)	.060	.172
		Escolaridade dos pais	.209 _(.220)	.060	
Renda	.356 _(.150)	Escolaridade dos pais	.606 _(.238)	.175	.220
Escolaridade dos pais	.289 _(.156)				.045
Efeito Total					.791

Fonte: Elaboração própria.

Figura 17 – Todos efeitos Capital Social



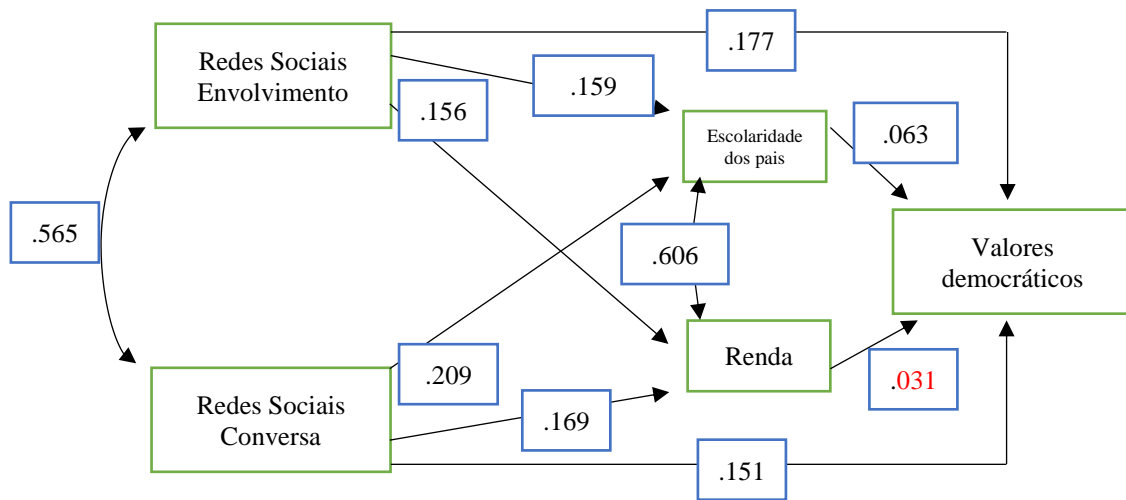
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 31 – Todos: Efeito total do modelo de Capital Social

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.131 _(.220)	Renda	.156 _(.298)	.005	.123
		Escolaridade dos pais	.159 _(.222)	.009	
		Redes Sociais Conversa	.565 _(.249)	.081	
Redes Sociais Conversa	.148 _(.218)	Renda	.169 _(.297)	.000	.040
		Escolaridade dos pais	.209 _(.220)	.000	
Renda	.044 _(.206)	Escolaridade dos pais	.606 _(.238)	.002	.016
Escolaridade dos pais	.069 _(.211)				.014
Efeito Total					.193

Fonte: Elaboração própria.

Figura 18 – Todos: efeito sobre Valores Democráticos



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 32 – Entorno: Efeito total do modelo de Valores democráticos

Conceito	Efeito Direto	Conceito	Efeito Indireto		Efeito Total
Redes Sociais Envolvimento	.177 _(.272)	Renda	.156 _(.298)	.004	.161
		Escolaridade dos pais	.159 _(.222)	.024	
		Redes Sociais Conversa	.565 _(.249)	.085	
Redes Sociais Conversa	.151 _(.271)	Renda	.169 _(.297)	.005	.122
		Escolaridade dos pais	.209 _(.220)	.032	
Renda	.031 _(.266)	Escolaridade dos pais	.606 _(.238)	.094	.102
Escolaridade dos pais	.156 _(.298)				.046
Efeito Total					.431

Fonte: Elaboração própria.

8.7. Teste de Fidedignidade: Alfa de Cronbach

Para todos os casos levantados na amostra (1404 estudantes)

Resumo de processamento de casos

		N	%
Casos	Válido	1404	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	1404	100,0

a. Exclusão por método listwise com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,937	154

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
q1.AnoNascimento	916,92	1019702,285	-,127	,971
q2.Sexo	2895,33	1002197,335	,134	,937
q4.TipoEnsinoMédio	2894,61	1002175,596	,108	,937
q5A.TipoEscola	2895,78	1003190,222	,121	,937
q5B.TipoEscola.Bolsa	2848,19	998472,954	,087	,938
q5C.TipoEscola.TipoPública	2868,00	1013000,481	-,111	,939
q8.InteressePolítica	2896,16	1003607,468	,175	,937
q9.1A.Amigos1Importante	2895,63	1003889,254	,103	,937
q9.2A.Amigos2Importante	2895,01	1002432,354	,137	,937
q9.3A.Amigos3Importante	2892,12	1000763,758	,136	,937
q10.1GostaAmigosEscola	2896,10	1000307,642	,255	,937
q10.2GostaProfessores	2894,82	997026,146	,310	,937
q11.MaisGostaConversar	2893,35	999116,367	,178	,937
q12.1.DuvidasPais	2893,73	994244,487	,337	,937
q12.2.DuvidasFamiliares	2891,29	991846,398	,326	,937
q12.3.DuvidasAmigos	2892,64	990009,561	,386	,937
q12.4.DuvidasColegasEscola	2891,63	989783,777	,383	,937
q12.5.DuvidasProfessores	2891,44	988918,727	,412	,937
q13.1InteressePolíticaPais	2894,24	994342,002	,369	,937
q13.2InteressePolíticaFamiliares	2893,79	992288,236	,414	,937
q13.3InteressePolíticaAmigos	2893,06	991455,740	,408	,937
q13.4InteressePolíticaColegasEscola	2892,94	989954,925	,457	,936
q13.5InteresseProfessores	2894,09	991282,944	,468	,937
q14.1ConversaPolíticaPais	2893,52	993501,641	,394	,937
q14.2ConversaPolíticaFamiliares	2892,92	990540,346	,467	,936
q14.3ConversaPolíticaAmigos	2893,50	992196,564	,436	,937

q14.4ConversaPolíticaColeg asEscola	2892,25	988774,124	,464	,936
q14.5ConversaPolíticaProfe ssores	2892,19	990359,558	,416	,937
q15.1ConcordaPolíticaPais	2894,04	991870,189	,446	,937
q15.2ConcordaPolíticaFamil iares	2893,53	992160,972	,425	,937
q15.3ConcordaPolíticaAmig os	2893,11	989395,460	,472	,936
q15.4ConcordaPolíticaColeg asEscola	2892,40	987924,639	,484	,936
q15.5ConcordaPolíticaCont atosRedesSociais	2892,79	988408,956	,497	,936
q15.6ConcordaPolíticaProfe ssores	2892,54	989024,845	,443	,936
q16.CostumaDiscutirProble masEscola	2897,37	1002335,258	,407	,937
q17.VocêAchaAlunosPartici paremMaisDecisõesEscola	2897,35	1002333,381	,406	,937
q18.QualSuaOpiniãoSobreD iscussãoAssuntosPolíticosS alaAula	2896,50	1001135,964	,242	,937
Q19A.EscolaTemGremioEst udantil	2895,55	1002303,215	,168	,937
Q19B.ComoConsideraAtuaç ãoGrêmioEstudantil	2845,83	1002641,267	,030	,938
Q20.A.PensandoCargosLide rançaEstudantilGostaOcupa rAlgun?	2894,38	999098,227	,217	,937
Q21.HouveOcupaçõesNaSu aEscola	2895,89	1001803,615	,243	,937
q22.A.ParticipouDeAlguma Ocupação	2894,54	999987,604	,201	,937
q23.A.ComoSeSentiuComR elaçãoOcupações	2891,83	1001089,167	,179	,937
q24.PosicionamentoPolítico DireitaEsquerda	2891,55	1000491,612	,297	,937
q25.ComoVocêSeSenteCo mRelaçãoaDemocraciaBrasi l	2893,70	1000108,697	,367	,937
q27.TermosGeraisBrasilEst aSendoGovernadoPorGrupo sBemdoPovo	2896,91	1000582,359	,366	,937

q28.EmAglumasSituaçõesMelhorDitadoraDemocracia	2895,52	998807,081	,293	,937
q29.1.QualSuaOpinião:TodosPolíticosSãoCorruptos	2895,55	996121,276	,462	,937
q29.2.QualSuaOpinião:PolíticosPrometemNãoCumprem	2896,19	994630,877	,547	,937
q29.3.QualSuaOpinião:PolíticosSãoTodosIguais	2892,88	993525,881	,338	,937
q29.4.QualSuaOpinião:NãoGostodeDiscussõesPolíticasPrefiroNãoMeIncomodar	2895,65	994581,312	,590	,937
q29.5.QualSuaOpinião: PessoasComoDeMinhaFamíliaNãoTemInfluenciaGoverno	2894,94	993178,230	,517	,937
q29.6.QualSuaOpinião: NãoAdiantaParticiparPolítica	2894,89	993873,666	,501	,937
q29.7.AssuntosPolíticosSãoMuitoComplicadosParaMim	2895,03	993003,567	,579	,937
q29.8.QualSuaOpinião: PessoasLigadasFamíliasImportantesTendemObterBenefíciosPolíticos	2894,99	992222,368	,597	,936
Q32.PorqueDilmaRousseffDeixouCargoDefinitivo	2891,09	993640,972	,301	,937
Q33.1.Participa:PartidosPolíticos	2894,25	991812,214	,593	,936
Q33.3.Participa:RAssociaçõesComunitárias	2894,18	991612,558	,552	,936
Q33.2.Participa:ReuniõesPolíticas	2894,21	990923,028	,603	,936
Q33.4.Participa:AtividadesReligiosas	2894,72	992085,904	,491	,937
Q33.5.Participa:ONGs	2894,06	991608,631	,553	,936
Q33.6.Participa:OrçamentoParticipativo	2893,47	990994,921	,521	,936
Q33.7.Participa:AbaixoAssinados	2894,77	991085,508	,620	,936
Q33.8.Participa:Manifestações,Protestos,Passatas	2894,16	991767,804	,515	,937
Q33.9.Participa:OcupaçõesTerrenos	2894,13	992087,830	,556	,936
Q33.10.Participa:Movimentos Sociais	2894,66	991976,129	,597	,936

Q33.11.Participa:Atividades NoBairro	2894,82	992294,883	,582	,936
Q34.1.Confia:PessoasEmG eral	2893,06	990378,255	,455	,937
Q34.2.Confia:SeusPais	2896,23	992759,566	,584	,937
Q34.3.Confia:SeusFamiliare s	2895,10	991777,689	,510	,937
Q34.4.Confia:SeusVizinhos	2894,40	990008,538	,589	,936
Q34.5.Confia:SeusColegas Escola	2894,65	989443,392	,598	,936
Q34.6.Confia:ListadeContat osRedesSociais	2893,43	991735,540	,428	,937
Q34.7.Confia:SeusAmigos	2895,93	992481,604	,598	,936
Q34.8.Confia:SeusProfessor es	2895,68	992246,787	,645	,936
Q35.1.Confia:Igrejas	2895,17	993398,794	,477	,937
Q35.2.Confia:PartidosPolític os	2894,39	992301,255	,546	,937
Q35.3.Confia:Judiciário	2895,42	993235,535	,640	,937
Q35.4.Confia:Presidente	2894,56	991936,403	,600	,936
Q35.5.Confia:GovernoFeder al	2893,62	992258,986	,447	,937
Q35.6.Confia:Polícia	2894,84	991907,419	,526	,936
Q35.7.Confia:ForçasArmada s	2895,62	992336,098	,606	,936
Q35.8.Confia:PolíciaMilitar	2895,47	992071,688	,588	,936
Q35.9.Confia:Escola	2894,78	992261,468	,485	,937
Q35.10.Confia:Escola	2895,04	992654,390	,496	,937
Q35.11.Confia:Movimentos Estudantis	2894,20	989931,001	,520	,936
Q35.12.ConselhoEscolar	2894,00	989829,367	,496	,936
Q35.13.Confia:GrêmioEstud antil	2891,52	989016,265	,390	,937
Q35.14.Confia:Associações Comunitárias	2893,79	987977,309	,548	,936
Q35.15.Confia:TV	2894,42	990152,766	,595	,936
Q35.16.Confia:JornalImpres so	2894,57	989624,288	,614	,936
Q35.17.Confia:Rádio	2894,24	989849,407	,556	,936
Q35.18.Confia:Internet	2894,84	989607,764	,666	,936
Q35.19.Confia:RedesSociai s	2894,98	990751,289	,682	,936

Q36.1. Concorda: Participação das Pessoas Importantes Resolver Problemas País	2896,32	991410,057	,702	,936
Q36.2. Concorda: Colaboração Entre Pessoas Pode Contribuir Melhorar Situação País	2896,34	992107,428	,668	,936
Q36.3. Concorda: Participação do Projeto Escola é Importante	2896,21	991929,999	,700	,936
Q37.1. Confia Informações Políticas: TV	2895,12	991764,054	,653	,936
Q37.2. Confia Informações Políticas: Rádio	2895,10	990096,737	,711	,936
Q37.3. Confia Informações Políticas: Jornais	2895,24	991390,783	,670	,936
Q37.4. Confia Informações Políticas: Internet	2895,22	991100,019	,704	,936
Q37.5. Confia Informações Políticas: Redes Sociais	2895,07	991214,650	,699	,936
Q38. Local Aces Internet	2895,07	993668,778	,388	,937
Q39. Acesso Internet No Celular	2896,58	993330,015	,629	,937
Q40.1. Costuma Fazer Na Internet: Interação Amigos	2895,64	989820,540	,612	,936
Q40.2. Costuma Fazer Na Internet: Jogos On Line	2893,84	988395,119	,572	,936
Q40.3. Costuma Fazer Na Internet: Redes Sociais	2895,30	990906,799	,522	,936
Q40.4. Costuma Fazer Na Internet: Música, Filmes, Séries	2895,56	989769,981	,591	,936
Q40.5. Costuma Fazer Na Internet: Informações Escola	2895,16	989056,417	,598	,936
Q40.6. Costuma Fazer Na Internet: Assuntos Outros Interesses	2894,70	987419,004	,618	,936
Q40.7. Costuma Fazer Na Internet: Assuntos Relacionados Política	2894,20	990255,450	,629	,936
Q41. Com Quem Interage Redes Sociais	2892,48	991050,570	,336	,937
Q42.1. Utiliza Redes Sociais: Twitter	2894,18	989741,766	,527	,936
Q42.2. Utiliza Redes Sociais: Facebook	2896,01	990860,679	,730	,936

Q42.3.UtilizaRedesSociais: Whatsapp	2896,38	991573,612	,673	,936
Q42.4.UtilizaRedesSociais:I nstagram	2895,51	990278,093	,633	,936
Q42.5.UtilizaRedesSociais: Youtube	2896,26	991554,195	,718	,936
Q43.BuscaSaberPolíticaRed esSociais	2895,05	992388,032	,608	,936
Q44.1.CostumaFazer:EmPo stagensRelacionadasPolític aPesquisaSaberVerdade	2895,04	991483,917	,664	,936
Q44.2.CostumaFazer:NasR edesSociaisLePostagensPol ítica	2894,97	991816,410	,650	,936
Q44.3.CostumaFazer:NasR edesSociaisComentaPostag ensPolítica	2894,03	991624,840	,631	,936
Q44.4.CostumaFazer:NasR edesSociaisFazPostagensP olítica	2893,91	990826,943	,686	,936
Q45.PolíticaRedesSociaisInt erageCom	2892,67	991002,823	,460	,937
Q46.1.ConversaPostagensP olíticaRedesSociais:Pais	2894,68	992584,034	,569	,937
Q46.2.ConversaPostagensP olíticaRedesSociais:Familiar es	2894,32	991923,727	,586	,936
Q46.3.ConversaPostagensP olíticaRedesSociais:Amigos	2894,28	990889,100	,567	,936
Q46.4.ConversaPostagensP olíticaRedesSociais:Colegas Escola	2893,99	990600,389	,580	,936
Q46.5.ConversaPostagensP olíticaRedesSociais:Contato sRedesSociais	2893,74	991297,525	,566	,936
Q46.6.ConversaPostagensP olíticaRedesSociais:Profess ores	2893,84	990756,431	,564	,936
Q46.7.A.ConversaPostagen sPolíticaRedesSociais:Outro s	2833,76	1006870,835	-,031	,939

Q47.RedesSociaisUtilizadas ComoInstrumentoParticipaç ãoPolítica	2895,62	992711,717	,573	,937
Q48.1A.RedesSociaisIntera gePoliticamente1lugar	2892,42	990092,841	,519	,936
Q48.2A.RedesSociaisIntera gePoliticamente2lugar	2891,47	988937,508	,521	,936
Q48.3A.RedesSociaisIntera gePoliticamente3lugar	2889,66	988822,436	,456	,936
Q49.1.RedesSociaisCompar tilhaNotíciasPolíticas:Twitter	2892,38	988979,334	,547	,936
Q49.2.RedesSociaisCompar tilhaNotíciasPolíticas:Faceb ook	2893,37	990824,828	,587	,936
Q49.3.RedesSociaisCompar tilhaNotíciasPolíticas:Whats app	2893,08	990180,688	,570	,936
Q49.4.RedesSociaisCompar tilhaNotíciasPolíticas:Instagr am	2892,83	989259,629	,596	,936
Q49.5.RedesSociaisCompar tilhaNotíciasPolíticas:Youtub e	2892,85	990185,978	,562	,936
Q50.1.ParticipaMobilizações Internet:AbaixoAssinado	2893,89	989958,580	,554	,936
Q50.2.ParticipaMobilizações Internet:Boicotes	2893,12	988785,886	,549	,936
Q50.3.ParticipaMobilizações Internet:Twittaços	2893,21	988236,845	,574	,936
Q51.VocêParticipouMnaifest açõesPolíticasNaRua	2895,10	990866,441	,575	,936
q52.SeEleiçõesFossemHoje FariaPostagemdeApoioCan didatoPolítico	2895,00	991760,808	,673	,936
Q53.1.QualOpinião:Sintoqu esouparteComunidadeQuan doParticipoRedesSociais	2894,78	989780,498	,644	,936
Q53.2.QualOpinião:VejoNoit íciasInternetSintoVontadePa rticiparMovimentosSociais	2894,56	991022,622	,623	,936
Q54.A.VocêTemAlgumaReli gião	2893,75	993195,546	,452	,937

Q55.A.AlémDeEstudar,Você Trabalha?	2895,11	993262,526	,619	,937
Q56.A.ComQuemVocêMora ?	2895,45	997602,174	,413	,937
Q57.1.QualEscolaridade:Mãe?	2891,98	997737,865	,330	,937
Q57.2.QualEscolaridade:Paiz?	2890,87	997367,067	,274	,937
Q57.3.QualEscolaridade:Responsável?	2835,62	1001249,445	,035	,939
Q60.QuandoÉNecessárioTomarDecisãoImportanteFamíliaVocêParticipa?	2895,84	997221,794	,436	,937
Q62.QualFaixadeRendaTodasPessoasDaCasa?	2893,58	996818,715	,426	,937

Teste alfa de Cronbach com idades entre 15 e 29 anos

Resumo de processamento de casos

		N	%
Casos	Válido	3	,2
	Excluídos ^a	1342	99,8
	Total	1345	100,0

a. Exclusão por método listwise com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,864	168

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
DF ou Entorno	2377,0000	1008,000	-,655	,868
q1.AnoNascimento	377,3333	1033,333	-,778	,872
Variável Idade	2362,3333	937,333	,751	,858
q2.Sexo	2377,0000	997,000	-,357	,866
q4.TipoEnsinoMédio	2376,6667	1032,333	-,665	,872

q6.CidadeCategorizada	2377,0000	1008,000	-,655	,868
q8.InteressePolítica	2376,0000	949,000	,984	,859
q9.1A.Amigos1Importante	2376,3333	984,333	,000	,864
q9.2A.Amigos2Importante	2376,6667	1032,333	-,665	,872
q9.3A.Amigos3Importante	2375,0000	931,000	,386	,861
q10.1GostaAmigosEscola	2377,0000	997,000	-,357	,866
q10.2GostaProfessores	2377,0000	1008,000	-,655	,868
q11.MaisGostaConversar	2377,0000	1008,000	-,655	,868
q12.1.DuvidasPais	2376,3333	1033,333	-,778	,872
q12.2.DuvidasFamiliares	2376,0000	939,000	,622	,859
q12.3.DuvidasAmigos	2376,6667	1010,333	-,372	,869
q12.4.DuvidasColegasEscola	2375,6667	961,333	,633	,861
q12.5.DuvidasProfessores	2375,6667	1070,333	-,884	,878
q13.1InteressePolíticaPais	2376,3333	984,333	,000	,864
q13.2InteressePolíticaFamiliares	2376,6667	1020,333	-,985	,869
q13.3InteressePolíticaAmigos	2375,6667	1010,333	-,372	,869
q13.4InteressePolíticaColegasEscola	2375,3333	917,333	,610	,857
q13.5InteresseProfessores	2377,0000	997,000	-,357	,866
q14.1ConversaPolíticaPais	2375,3333	984,333	,000	,864
q14.2ConversaPolíticaFamiliares	2375,3333	926,333	,936	,856
q14.3ConversaPolíticaAmigos	2376,0000	903,000	,861	,854
q14.4ConversaPolíticaColegasEscola	2376,0000	892,000	,986	,852
q14.5ConversaPolíticaProfessores	2376,0000	903,000	,861	,854
q15.1ConcordaPolíticaPais	2376,0000	903,000	,861	,854
q15.2ConcordaPolíticaFamiliares	2376,0000	903,000	,861	,854
q15.3ConcordaPolíticaAmigos	2376,3333	880,333	,983	,851
q15.4ConcordaPolíticaColegasEscola	2376,0000	903,000	,861	,854
q15.5ConcordaPolíticaContatosRedesSociais	2376,3333	880,333	,983	,851
q15.6ConcordaPolíticaProfessores	2376,0000	903,000	,861	,854

q16.CostumaDiscutirProblemasEscola	2377,3333	984,333	,000	,864
q17.VocêAchaAlunosParticiparemMaisDecisõesEscola	2377,3333	984,333	,000	,864
q18.QualSuaOpiniãoSobreDiscussãoAssuntosPolíticosSalaAula	2377,3333	984,333	,000	,864
Q19A.EscolaTemGremioEstudantil	2377,3333	984,333	,000	,864
EscolasComGrêmio	2377,6667	1020,333	-,985	,869
Grêmio Estudantil Acertou	2377,6667	1020,333	-,985	,869
Q19B.ComoConsideraAtuaçãoGrêmioEstudantil	2375,6667	961,333	,633	,861
Q20.A.PensandoCargosLiderançaEstudantilGostaOcuparAlgun?	2376,3333	984,333	,000	,864
Q21.HouveOcupaçõesNaSuaEscola	2376,6667	961,333	,633	,861
EscolasComOcupação	2378,0000	1008,000	-,655	,868
q22.A.ParticipouDeAlgumaOcupação	2376,3333	984,333	,000	,864
q23.A.ComoSeSentiuComRelaçãoOcupações	2374,0000	1069,000	-,871	,877
q24.PosicionamentoPolíticoDireitaEsquerda	2375,0000	939,000	,622	,859
q25.ComoVocêSeSenteComRelaçãoaDemocraciaBrasil	2374,3333	984,333	,000	,864
q26.ConsiderandoProblemasPaís,LíderouDemocracia	2377,0000	997,000	-,357	,866
q27.TermosGeraisBrasilEstaSendoGovernadoPorGruposBemdoPovo	2377,3333	984,333	,000	,864
q28.EmAlgumasSituaçõesMelhorDitadoraDemocracia	2377,0000	949,000	,984	,859
q29.1.QualSuaOpinião:TodosPolíticosSãoCorruptos	2376,3333	984,333	,000	,864
q29.2.QualSuaOpinião:PolíticosPrometemNãoCumprem	2376,6667	972,333	,324	,863
q29.3.QualSuaOpinião:PolíticosSãoTodosIguais	2376,0000	949,000	,984	,859

q29.4.QualSuaOpinião:Não GostodeDiscussõesPolíticas PrefiroNãoMeIncomodar	2376,0000	1057,000	-,986	,875
q29.5.QualSuaOpinião: PessoasComoDeMinhaFamíliaNã TemInfluenciaGoverno	2376,6667	1020,333	-,985	,869
q29.6.QualSuaOpinião:Não AdiantaParticiparPolítica	2375,6667	1020,333	-,985	,869
q29.7.AssuntosPolíticosSão MuitoComplicadosParaMim	2376,0000	1057,000	-,986	,875
q29.8.QualSuaOpinião:PessoasLigadasFamíliasImportantesTendemObterBenefícios Políticos	2376,3333	926,333	,936	,856
Q30.1Bok.QualSiglaDoPartido?JoaoDória	2376,6667	961,333	,633	,861
Q30.2Bok.QualSiglaDoPartido?CiroGomes	2376,3333	984,333	,000	,864
Q30.3Bok.QualSiglaDoPartido?JairBolsonaro	2376,3333	984,333	,000	,864
Q30.4.BokQualSiglaDoPartido?MarinaSilva	2376,3333	984,333	,000	,864
Q30.5.BokQualSiglaDoPartido?LULA	2376,6667	961,333	,633	,861
Q30.6.BokQualSiglaDoPartido?MichelTemer	2376,6667	961,333	,633	,861
Q31.1.B OK QualNomedeQuemGoverna: CidadeOuRA 123	2376,6667	961,333	,633	,861
Q31.2B.QualNomedeQuem Governa:GoiâniaOK 123	2376,3333	984,333	,000	,864
Q31.3.BQualNomedeQuem Governa:Goiás OK 123	2376,6667	961,333	,633	,861
Q31.4.BQualNomedeQuem Governa:DistritoFederal OK 123	2377,0000	1008,000	-,655	,868
Q31.5.B.QualNomedeQuem Governa:Brasil OK 123	2377,3333	984,333	,000	,864
Q31.6B.QualNomedeQuem Governa:EstadosUnidosAmérica OK 123	2377,3333	984,333	,000	,864
Q32.PorqueDilmaRousseffDeixouCargoDefinitivo	2375,3333	1033,333	-,778	,872

q32okDilmadeixuOCargo	2376,0000	961,000	,307	,862
Q33.1.Participa:PartidosPolíticos	2375,3333	984,333	,000	,864
Q33.2.Participa:ReuniõesPolíticas	2375,6667	972,333	,324	,863
Q33.3.Participa:RAssociaçõesComunitárias	2375,6667	1032,333	-,665	,872
Q33.4.Participa:AtividadesReligiosas	2377,0000	997,000	-,357	,866
Q33.5.Participa:ONGs	2376,0000	1008,000	-,655	,868
Q33.6.Participa:OrçamentoParticipativo	2375,3333	996,333	-,206	,867
Q33.7.Participa:AbaixoAssinados	2376,6667	961,333	,633	,861
Q33.8.Participa:Manifestações,Protestos,Passatas	2376,3333	926,333	,936	,856
Q33.9.Participa:OcupaçõesTerrenos	2375,6667	972,333	,324	,863
Q33.10.Participa:MovimentosSociais	2376,3333	926,333	,936	,856
Q33.11.Participa:AtividadesNoBairro	2377,3333	984,333	,000	,864
Q34.1.Confia:PessoasEmGeral	2375,6667	961,333	,633	,861
Q34.2.Confia:SeusPais	2377,3333	984,333	,000	,864
Q34.3.Confia:SeusFamiliars	2376,6667	972,333	,324	,863
Q34.4.Confia:SeusVizinhos	2376,3333	984,333	,000	,864
Q34.5.Confia:SeusColegasEscola	2376,0000	997,000	-,357	,866
Q34.6.Confia:ListadeContatosRedesSociais	2376,0000	997,000	-,357	,866
Q34.7.Confia:SeusAmigos	2377,0000	997,000	-,357	,866
Q34.8.Confia:SeusProfessores	2376,3333	1044,333	-,944	,873
Q35.1.Confia:Igrejas	2377,0000	997,000	-,357	,866
Q35.2.Confia:PartidosPolíticos	2376,3333	984,333	,000	,864
Q35.3.Confia:Judiciário	2376,3333	984,333	,000	,864
Q35.4.Confia:Presidente	2376,0000	1008,000	-,655	,868
Q35.5.Confia:GovernoFederal	2376,0000	1008,000	-,655	,868
Q35.6.Confia:Polícia	2376,3333	984,333	,000	,864

Q35.7.Confia:ForçasArmadas	2377,0000	1008,000	-,655	,868
Q35.8.Confia:PolíciaMilitar	2376,6667	972,333	,324	,863
Q35.9.Confia:Escola	2376,3333	984,333	,000	,864
Q35.10.Confia:Escola	2376,6667	1032,333	-,665	,872
Q35.11.Confia:MovimentosEstudantis	2376,3333	996,333	-,206	,867
Q35.12.ConselhoEscolar	2376,3333	984,333	,000	,864
Q35.13.Confia:GrêmioEstudantil	2375,6667	1020,333	-,985	,869
Q35.14.Confia:AssociaçõesComunitárias	2376,3333	984,333	,000	,864
Q35.15.Confia:TV	2375,6667	1020,333	-,985	,869
Q35.16.Confia:JornalImpresso	2375,3333	984,333	,000	,864
Q35.17.Confia:Rádio	2375,6667	961,333	,633	,861
Q35.18.Confia:Internet	2375,6667	961,333	,633	,861
Q35.19.Confia:RedesSociais	2376,0000	997,000	-,357	,866
Q36.1.Concorda:ParticipaçãoPessoasImportanteResolverProblemasPaís	2377,0000	949,000	,984	,859
Q36.2.Concorda:ColaboraçãoEntrePessoasPodeContribuirMelhorarSituaçãoPaís	2377,0000	1008,000	-,655	,868
Q36.3.Concorda:ParticipaçãoProjetoEscolaéImportante	2377,0000	1008,000	-,655	,868
Q37.1.ConfialInformaçõesPolíticas:TV	2375,6667	1020,333	-,985	,869
Q37.2.ConfialInformaçõesPolíticas:Rádio	2375,3333	984,333	,000	,864
Q37.3.ConfialInformaçõesPolíticas:Jornais	2376,0000	997,000	-,357	,866
Q37.4.ConfialInformaçõesPolíticas:Internet	2375,6667	961,333	,633	,861
Q37.5.ConfialInformaçõesPolíticas:RedesSociais	2375,6667	961,333	,633	,861
Q38.LocalAcesaInternet	2377,3333	984,333	,000	,864
Q39.AcessoInternetNoCelular	2377,3333	984,333	,000	,864
Q40.1.CostumaFazerNaInternet:InteraçãoAmigos	2377,3333	984,333	,000	,864

Q40.2.CostumaFazerNaInternet:JogosOnLine	2376,0000	903,000	,861	,854
Q40.3.CostumaFazerNaInternet:RedesSociais	2377,0000	1008,000	-,655	,868
Q40.4.CostumaFazerNaInternet:Música,Filmes,Séries	2377,3333	984,333	,000	,864
Q40.5.CostumaFazerNaInternet:InformaçõesEscola	2377,3333	984,333	,000	,864
Q40.6.CostumaFazerNaInternet:AssuntosOutrosInteresses	2376,6667	961,333	,633	,861
Q40.7.CostumaFazerNaInternet:AssuntosRelacionadosPolítica	2376,0000	903,000	,861	,854
Q41.ComQuemInterageRedesSociais	2376,6667	1020,333	-,985	,869
Q42.1.UtilizaRedesSociais:Twitter	2376,6667	1020,333	-,985	,869
Q42.2.UtilizaRedesSociais:Facebook	2376,0000	961,000	,307	,862
Q42.3.UtilizaRedesSociais:Whatsapp	2377,3333	984,333	,000	,864
Q42.4.UtilizaRedesSociais:Instagram	2376,6667	914,333	,983	,855
Q42.5.UtilizaRedesSociais:Youtube	2376,6667	1032,333	-,665	,872
Q43.BuscaSaberPolíticaRedesSociais	2376,0000	949,000	,984	,859
Q44.1.CostumaFazer:EmPostagensRelacionadasPolíticaPesquisaSaberVerdade	2376,3333	880,333	,983	,851
Q44.2.CostumaFazer:NasRedesSociaisLePostagensPolítica	2375,6667	914,333	,983	,855
Q44.3.CostumaFazer:NasRedesSociaisComentaPostagensPolítica	2375,6667	914,333	,983	,855
Q44.4.CostumaFazer:NasRedesSociaisFazPostagensPolítica	2375,0000	939,000	,622	,859
Q45.PolíticaRedesSociaisInterageCom	2376,0000	892,000	,986	,852

Q46.1.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Pais	2375,0000	949,000	,984	,859
Q46.2.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Familiares	2375,3333	926,333	,936	,856
Q46.3.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Amigos	2377,0000	997,000	-,357	,866
Q46.4.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:ColegasEscola	2375,6667	904,333	,845	,854
Q46.5.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:ContatosRedesSociais	2375,3333	937,333	,751	,858
Q46.6.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Professores	2375,3333	926,333	,936	,856
Q46.7.A.ConversaPostagensPolíticaRedesSociais:Outros	2375,3333	917,333	,610	,857
Q47.RedesSociaisUtilizadasComoInstrumentoParticipaçãoPolítica	2376,3333	1033,333	-,778	,872
Q48.1A.RedesSociaisInteraçãopoliticamente1lugar	2374,3333	836,333	,921	,847
Q48.2A.RedesSociaisInteraçãopoliticamente2lugar	2374,3333	825,333	1,000	,845
Q49.1.RedesSociaisCompartilhamentoNotíciasPolíticas:Twitter	2374,3333	984,333	,000	,864
Q49.2.RedesSociaisCompartilhamentoNotíciasPolíticas:Facebook	2374,6667	961,333	,633	,861
Q49.3.RedesSociaisCompartilhamentoNotíciasPolíticas:WhatsApp	2375,0000	939,000	,622	,859
Q49.4.RedesSociaisCompartilhamentoNotíciasPolíticas:Instagram	2374,3333	984,333	,000	,864
Q49.5.RedesSociaisCompartilhamentoNotíciasPolíticas:YouTube	2374,3333	984,333	,000	,864
Q50.1.ParticipaçãoMobilizaçõesInternet:AbaixoAssinado	2376,3333	984,333	,000	,864

Q50.2.ParticipaMobilizações Internet:Boicotes	2375,3333	984,333	,000	,864
Q50.3.ParticipaMobilizações Internet:Twittaços	2375,3333	984,333	,000	,864
Q51.VocêParticipouMnaifest açõesPolíticasNaRua	2376,6667	972,333	,324	,863
q52.SeEleiçõesFossemHoje FariaPostagemdeApoioCan didatoPolítico	2376,3333	984,333	,000	,864
Q53.1.QualOpinião:Sintoqu esouparteComunidadeQuan doParticipoRedesSociais	2375,6667	972,333	,324	,863
Q53.2.QualOpinião:VejoNoit íciasInternetSintoVontadePa rticiparMovimentosSociais	2375,6667	972,333	,324	,863
Q54.A.VocêTemAlgumaReli gião	2375,6667	904,333	,845	,854
Q55.A.AlémDeEstudar,Você Trabalha?	2376,3333	996,333	-,206	,867
Q57.1.QualEscolaridade:Mã e?	2371,6667	972,333	,324	,863
Q57.2.QualEscolaridade:Pai ?	2373,0000	949,000	,984	,859
Q60.QuandoÉNecessárioTo marDecisãoIimportanteFamíl iaVocêParticipa?	2376,6667	1020,333	-,985	,869
Q62.QualFaixadeRendaTod asPessoasDaCasa?	2375,0000	804,000	,933	,845

8.8. Listagem das escolas

Lista das escolas pré-selecionadas para a seleção da amostra do Distrito Federal:

Tabulação cruzada NO_ENTIDADE * TP_LOCALIZACAO * TP_DEPENDENCIA				
TP_DEPENDENCIA		TP_LOCALIZACAO		Total
		Urbano	Rural	
Federal	COL MILITAR DE BRASILIA	1		1
	IFB - CAMPUS BRASILIA	1		1
	IFB - CAMPUS CEILANDIA	1		1
	IFB - CAMPUS ESTRUTURAL	1		1
	IFB - CAMPUS GAMA	1		1
	IFB - CAMPUS PLANALTINA		1	1
	IFB - CAMPUS RIACHO FUNDO	1		1
	IFB - CAMPUS SAMAMBAIA	1		1
	IFB - CAMPUS SAO SEBASTIAO	1		1
	IFB - CAMPUS TAGUATINGA	1		1
	IFB - CAMPUS TAGUATINGA CENTRO	1		1
Total		10	1	11
Estadual	CED 01 DA ESTRUTURAL	1		1
	CED 01 DE BRASILIA		1	1
	CED 01 DE PLANALTINA	1		1
	CED 01 DO CRUZEIRO	1		1
	CED 01 DO GUARA	1		1
	CED 01 DO RIACHO FUNDO II	1		1
	CED 02 DE BRAZLANDIA	1		1
	CED 02 DE SOBRADINHO	1		1
	CED 02 DE TAGUATINGA	1		1
	CED 02 DO CRUZEIRO	1		1
	CED 02 DO GUARA	1		1
	CED 02 DO RIACHO FUNDO	1		1
	CED 03 DE BRAZLANDIA	1		1
	CED 03 DE PLANALTINA	1		1
	CED 03 DE SOBRADINHO	1		1
	CED 03 DO GUARA	1		1
	CED 04 DE BRAZLANDIA		1	1
	CED 04 DE SOBRADINHO	1		1
	CED 04 DE TAGUATINGA	1		1
	CED 04 DO GUARA	1		1
	CED 05 DE TAGUATINGA	1		1
	CED 06 DE CEILANDIA	1		1
	CED 06 DE TAGUATINGA	1		1
	CED 06 DO GAMA	1		1

	CED 07 DE CEILANDIA	1		1
	CED 07 DE TAGUATINGA	1		1
	CED 07 DO GAMA	1		1
	CED 08 DO GAMA	1		1
	CED 104 DO RECANTO DAS EMAS	1		1
	CED 11 DE CEILANDIA	1		1
	CED 123 DE SAMAMBAIA	1		1
	CED 14 DE CEILANDIA	1		1
	CED 15 DE CEILANDIA	1		1
	CED 310 DE SANTA MARIA	1		1
	CED 416 DE SANTA MARIA	1		1
	CED 619 DE SAMAMBAIA	1		1
	CED AGROURBANO IPE RIACHO FUNDO	1		1
	CED CASA GRANDE		1	1
	CED CONDOMINIO ESTANCIA III	1		1
	CED DARCY RIBEIRO	1		1
	CED DO LAGO	1		1
	CED DO LAGO NORTE	1		1
	CED DO PAD-DF		1	1
	CED DONA AMERICA GUIMARAES	1		1
	CED ENGENHO DAS LAJES		1	1
	CED FERCAL	1		1
	CED GESNER TEIXEIRA	1		1
	CED GISNO	1		1
	CED INCRA 08		1	1
	CED INCRA 09		1	1
	CED IRMA MARIA REGINA VELANES REGIS		1	1
	CED MYRIAM ERVILHA	1		1
	CED OSORIO BACCHIN		1	1
	CED POMPILIO MARQUES DE SOUZA	1		1
	CED PROF CARLOS RAMOS MOTA		1	1
	CED SAO BARTOLOMEU	1		1
	CED SAO FRANCISCO	1		1
	CED STELLA DOS CHERUBINS GUIMARAES TROIS	1		1
	CED TAQUARA		1	1
	CED VALE DO AMANHECER	1		1
	CED VARGEM BONITA	1		1
	CED VARZEAS		1	1
	CEF 01 DO RIACHO FUNDO II	1		1
	CEF 02 DO PARANOIA	1		1
	CEF 05 DO PARANOIA	1		1
	CEF 213 DE SANTA MARIA	1		1
	CEF 24 DE CEILANDIA	1		1
	CEF 312 DE SAMAMBAIA	1		1

	CEF 405 DO RECANTO DAS EMAS	1		1
	CEF 411 DE SAMAMBAIA	1		1
	CEF 427 DE SAMAMBAIA	1		1
	CEF 519 DE SAMAMBAIA	1		1
	CEF DOUTORA ZILDA ARNS	1		1
	CEF SAO JOSE	1		1
	CEJA ASA SUL - CESAS	1		1
	CEM 01 DE BRAZLANDIA	1		1
	CEM 01 DE SAO SEBASTIAO	1		1
	CEM 01 DE SOBRADINHO	1		1
	CEM 01 DO GAMA	1		1
	CEM 01 DO NUCLEO BANDEIRANTE	1		1
	CEM 01 DO PARANOIA	1		1
	CEM 01 DO RIACHO FUNDO	1		1
	CEM 02 DE CEILANDIA	1		1
	CEM 02 DE PLANALTINA	1		1
	CEM 02 DO GAMA	1		1
	CEM 03 DE CEILANDIA	1		1
	CEM 03 DE TAGUATINGA	1		1
	CEM 03 DO GAMA	1		1
	CEM 04 DE CEILANDIA	1		1
	CEM 09 DE CEILANDIA	1		1
	CEM 10 DE CEILANDIA	1		1
	CEM 111 DO RECANTO DAS EMAS	1		1
	CEM 12 DE CEILANDIA	1		1
	CEM 304 DE SAMAMBAIA	1		1
	CEM 404 DE SANTA MARIA	1		1
	CEM 414 DE SAMAMBAIA	1		1
	CEM 417 DE SANTA MARIA	1		1
	CEM 804 DO RECANTO DAS EMAS	1		1
	CEM ASA NORTE - CEAN	1		1
	CEM AVE BRANCA	1		1
	CEM EIT	1		1
	CEM ELEFANTE BRANCO	1		1
	CEM INTEGRADO A EDUC PROFISSIONAL DO GAMA	1		1
	CEM JULIA KUBITSCHEK	1		1
	CEM PAULO FREIRE	1		1
	CEM SETOR LESTE	1		1
	CEM SETOR OESTE	1		1
	CEM TAGUATINGA NORTE	1		1
	CEP - ESC DE MUSICA DE BRASILIA	1		1
	CEP - ESC TECNICA DE BRASILIA	1		1
	CEP - ESC TECNICA DE CEILANDIA	1		1
	CEP - ESC TECNICA DE SAUDE DE PLANALTINA	1		1

	COL MILITAR DOM PEDRO II	1		1
	COL MILITAR TIRADENTES	1		1
	ESC BILINGUE LIBRAS E PORTUGUES ESCRITO DE TAGUATINGA	1		1
	ESC TECNICA DE SAUDE DE BRASILIA – ETESB	1		1
Total		104	12	116
Particular	ASSOC UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO - CAMPUS I	1		1
	C DE EDUC PROFISSIONAL DE CEILANDIA	1		1
	C EDUCATIVO PASSIONISTA MAE DA SANTA ESPERANCA	1		1
	C INTEGRADO EXCELSUS	1		1
	C OLIMPICO DE ENSINO	1		1
	C TECNICO EM SAUDE - CETESI	1		1
	CE BRASIL CENTRAL	1		1
	CE CANDANGUINHO - CECAN	1		1
	CE DO SESI - DF GAMA	1		1
	CE DO SESI - DF TAGUATINGA	1		1
	CE DO SESI DF - SOBRADINHO	1		1
	CE EBENEZER	1		1
	CE ISAAC NEWTON	1		1
	CE LOGOS	1		1
	CE SANTA RITA DE CASSIA	1		1
	CED ADVENTISTA DE TAGUATINGA	1		1
	CED ADVENTISTA MILTON AFONSO	1		1
	CED BANDEIRANTES - CEBAN	1		1
	CED CATOLICA DE BRASILIA	1		1
	CED CCI SENIOR	1		1
	CED CERTO	1		1
	CED DPAULA	1		1
	CED EVOLUCAO	1		1
	CED EXPOENTE	1		1
	CED HORACINA CATTI PRETA - CECAP	1		1
	CED JUSCELINO KUBITSCHEK - ASA NORTE I	1		1
	CED JUSCELINO KUBITSCHEK - GAMA	1		1
	CED JUSCELINO KUBITSCHEK - GUARA	1		1
	CED JUSCELINO KUBITSCHEK TAGUATINGA	1		1
	CED LEONARDO DA VINCI	1		1
	CED LEONARDO DA VINCI - UNID ASA NORTE	1		1
	CED LEONARDO DA VINCI - UNIDADE TAGUATINGA	1		1

	CED MARIA AUXILIADORA	1		1
	CED OBJETIVO TAGUATINGA	1		1
	CED ORIGEM	1		1
	CED PROJECAO GUARA II	1		1
	CED PROJECAO SOBRADINHO	1		1
	CED PROJECAO TAGUATINGA NORTE	1		1
	CED PROJECAO TAGUATINGA NORTE UNIDADE II	1		1
	CED SAGRADA FAMILIA	1		1
	CED SIGMA	1		1
	CED SIGMA - ASA NORTE	1		1
	CED SIGMA AGUAS CLARAS	1		1
	CED VITORIA REGIA	1		1
	CEM DELTA	1		1
	CENEL - C DE EDUC NERY LACERDA	1		1
	CEP SENAC - JESSE FREIRE	1		1
	CEP SENAC - PLANO PILOTO	1		1
	CEP SENAC - SOBRADINHO	1		1
	CEP SENAC - TAGUATINGA	1		1
	CEUBRAS	1		1
	CFP ROSERVARTE ALVES DE SOUSA - SENAI GAMA	1		1
	CFP TAGUATINGA - SENAI	1		1
	CIP - COL INTEGRADO POLIVALENTE	1		1
	CLARETIANO - CED STELLA MARIS	1		1
	COC BRASILIA	1		1
	COL ALUB - SEDE II	1		1
	COL ALUB - SEDE V	1		1
	COL ALUB - SEDE VI - ENS MEDIO	1		1
	COL ALUB - SEDE VIII	1		1
	COL ALUB SEDE I	1		1
	COL ALUB SEDE III	1		1
	COL ALUB SEDE VII	1		1
	COL ATHOS	1		1
	COL BARAO DO RIO BRANCO - PARANOA	1		1
	COL BATISTA DE BRASILIA	1		1
	COL CIMAN	1		1
	COL COR JESU	1		1
	COL DJ	1		1
	COL DO SOL	1		1
	COL DOM BOSCO	1		1
	COL DOM CESAR	1		1
	COL EDUCANDARIO DE FATIMA	1		1
	COL ESPU	1		1
	COL EVANGELICO BOM SAMARITANO – COEBS	1		1

	COL GALOIS	1		1
	COL IDEAL	1		1
	COL IMPACTO	1		1
	COL ISAAC NEWTON	1		1
	COL JESUS MARIA JOSE	1		1
	COL KADIMA	1		1
	COL LA SALLE	1		1
	COL LA SALLE – SOBRADINHO	1		1
	COL LA SALLE AGUAS CLARAS	1		1
	COL LA SALLE BRASILIA	1		1
	COL MADRE CARMEN SALLES	1		1
	COL MADRE TERESA	1		1
	COL MAPA	1		1
	COL MARIANO	1		1
	COL MARISTA CHAMPAGNAT	1		1
	COL MARISTA DE BRASILIA - ENSINO MEDIO	1		1
	COL MARISTA JOAO PAULO II	1		1
	COL MAXWELL	1		1
	COL MDC	1		1
	COL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	1		1
	COL NOTRE DAME	1		1
	COL OBJETIVO GAMA	1		1
	COL OLIMPO	1		1
	COL OLIMPO DE AGUAS CLARAS	1		1
	COL PALOMA	1		1
	COL PODION	1		1
	COL PRESBITERIANO MACKENZIE – BRASILIA	1		1
	COL REACAO II	1		1
	COL ROGACIONISTA	1		1
	COL SAGRADO CORACAO DE MARIA	1		1
	COL SANTA DOROTEIA	1		1
	COL SANTA MARIA	1		1
	COL SANTO ANTONIO	1		1
	COL SERIOS	1		1
	COL SOMA	1		1
	COL TIRADENTES	1		1
	COL TRIANGULO RECANTO	1		1
	COL VITAL BRAZIL	1		1
	COL VITORIA	1		1
	COL WGS	1		1
	DINAMICO CED	1		1
	DINAMICO CED TAGUATINGA	1		1

EDUC DO SERVICO SOCIAL DO COMERCIO – EDUSESC	1		1
EDUCACIONAL COMPACT GAMA	1		1
EDUCANDARIO DE MARIA	1		1
ESC ADVENTISTA DE PLANALTINA	1		1
ESC ADVENTISTA DO GAMA	1		1
ESC AMERICANA DE BRASILIA	1		1
ESC CANADENSE DE BRASILIA	1		1
ESC CENED	1		1
ESC CETEB DE JOVENS E ADULTOS	1		1
ESC DAS NACOES	1		1
ESC DE EDUC BASICA E PROF FUNDACAO BRADESCO	1		1
ESC DE PAISAGISMO DE BRASILIA	1		1
ESC FRANCISCANA NOSSA SRA DE FATIMA	1		1
ESC JARDIM DO EDEN	1		1
ESC MASTER II	1		1
ESC NACIONAL DE ACUPUNTURA	1		1
ESC SALESIANA SAO DOMINGOS SAVIO	1		1
ESC TECNICA BRASILIENSE DE PROTESE DENTARIA	1		1
ESC TECNICA DE SAUDE	1		1
ESC VILA DAS CRIANCAS	0	1	1
INEDI - INST DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	1	0	1
INST EDUCACIONAL DROMOS	1	0	1
INST EDUCACIONAL STO ELIAS	1	0	1
INST GLOBAL DE EDUC	1	0	1
INST MAUA	1	0	1
INST MONTE HOREBE ASA SUL	1	0	1
INST MONTE HOREBE PLANALTINA	1	0	1
INST MONTE HOREBE SOBRADINHO	1	0	1
INST SAGARANA	1	0	1
INST SAO JOSE	1	0	1
INST TECNICO DE EDUC DE BRASILIA - ASA SUL	1	0	1
INST TECNICO DE EDUC DE BRASILIA - SOBRADINHO II	1	0	1
INST TECNICO EDUCACIONAL MADRE TERESA	1	0	1
INSTEI – CE	1	0	1
LS ESC TECNICA	1	0	1
LYCCEE FRANCAIS FRANCOIS MITTERRAND	1	0	1
MONT BLANC CED	1	0	1
MONT BLANC INST DE ENSINO	1	0	1

	PRO-EDUCAR INST TECNICO EDUCACIONAL	1	0	1
	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC	1	0	1
	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	1	0	1
	ÚNICO	1	0	1
	UNICO EDUCACIONAL	1	0	1
Total		159	1	160
Total		273	14	287

Lista das escolas pré-selecionadas para a seleção da amostra do Entorno do Distrito Federal:

Tabulação cruzada NO_ENTIDADE * TP_LOCALIZACAO * TP_DEPENDENCIA				
TP_DEPENDENCIA		TP_LOCALIZACAO		
		Urbano	Rural	Total
Federal	IF GOIANO - CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA	1		1
	IFG - CAMPUS AGUAS LINDAS DE GOIAS	1		1
	IFG - CAMPUS LUZIANIA	1		1
	IFG - CAMPUS VALPARAISO DE GOIAS	1		1
Total		4		4
Estadual	CAIC JOSE ELIAS DE AZEVEDO	1	0	1
	CAIC NOVO GAMA	1	0	1
	CENTRO DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS GELMIREIS REIS	1	0	1
	CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO MODELO CIEM	1	0	1
	CESEC JULIO MARTINS FERREIRA	1	0	1
	COLEGIO DA POLICIA MILITAR FERNANDO PESSOA	1	0	1
	COLEGIO DA POLICIA MILITAR JOSE DE ALENCAR	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL 13 DE MAIO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL 31 DE MARCO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ABIGAIL BRASIL DA SILVEIRA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ADELVINA FLORES RIBEIRO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL AGUA FRIA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ALBERICO DE ARAUJO RORIZ	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ALCEU DE ARAUJO RORIZ	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ALDA FERREIRA	0	1	1

	COLEGIO ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ANDRE GAUDIE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL AURORA ATTIE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL AYRTON SENNA DA SILVA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CAMPOS LINDOS	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CECILIA MEIRELES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CEU AZUL	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMENDADOR CHRISTOVAM DE OLIVEIRA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO 07	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO 3	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO 9	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO N 01	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO N 02	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO N 10	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL COMPLEXO N 5	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CONEGO RAMIRO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CORA CORALINA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL CORACAO DE MARIA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DE AGUAS LINDAS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DE PLANALTINA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DE VICENTINOPOLIS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR DILERMANDO MEIRELES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DIVINA OLIMPIO MIRANDA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DONA TORINHA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL EMILIA FERREIRA BRANCO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL EPAMINONDAS RORIZ	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL FRANCISCO MACHADO DE ARAUJO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL GILDETE BARRETO DE LIMA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL HELENA LUZIA RODRIGUES QUEIROZ	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL HERBERT DE SOUZA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ILIDIO DE SOUZA LEMOS	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL JARBAS JAYME	0	1	1

	COLEGIO ESTADUAL JARDIM ORIENTE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL JARDIM ZULEIKA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL JOAO ALVES DE CASTRO	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL JORGE AMADO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL JOSE DE ASSIS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL JOSE DE GOIAS BRASIL	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MACHADO DE ASSIS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MANSOES ODISSEIA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MARAJÓ	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MARIA ABADIA MEIRELES SHINOHARA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MARIA ABADIA SALOMAO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MARIA DO CARMO LIMA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL MINGONE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL NAIR TIECHER	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL NOVO GAMA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL OCIDENTAL	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL OEMIS VIRGINIO MACHADO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL OLAVO BILAC	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL OLGA AGUIAR MOHN	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL OSFAYA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL OSORIO RODRIGUES CAMARGO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PACAEMBU	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PADRE ANTONIO MARCIGALHA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PADRE DARIO DE ROMEDIS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PADRE JOSE BAZZON	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PAULO FREIRE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PIAGET	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL POSTO IPE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL POVOADO MATO SECO	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL PRINCESA DAIANA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO NASSER	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR ANTONIO MARCO DE ARAUJO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR ANTONIO VALDIR RORIZ	1	0	1

	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR BENEDITO VIEIRA DE AS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR JOSE CARNEIRO FILHO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR JOSE MONTEIRO LIMA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA ESTER DA CUNHA PERES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA LOURDES DE OLIVEIRA SAMPAIO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA LUIZA DA SILVA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA PEREIRA VASCONCELOS	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL RAFAEL DE SOUZA BARBOSA	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL REINALDO CANDIDO DE ARAUJO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ROCHA LEAL	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL SALOMAO ELIAS ABDON	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL SAMAMBAIA	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL SANTA BARBARA	0	1	1
	COLEGIO ESTADUAL SANTA EDWIRGES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL SENHOR DO BONFIM	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL THIAGO VIDAL FERNANDES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL TIRADENTES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ULYSSES GUIMARAES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL VALPARAIZO	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL VASCO DOS REIS GONCALVES	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL VEREADOR WALDIR JOSE DE REZENDE	1	0	1
	COLEGIO ESTADUAL ZULCA PEIXOTO DE PAIVA	1	0	1
	EE ARGEMIRO ANTONIO PRADO	1	0	1
	EE DELVITO ALVES DA SILVA	1	0	1
	EE DEPUTADO EDUARDO LUCAS	1	0	1
	EE DOM ELISEU	1	0	1
	EE DOMINGOS PINTO BROCHADO	1	0	1
	EE ELISA DE OLIVEIRA CAMPOS	1	0	1
	EE JOSE GOMES PIMENTEL	1	0	1

	EE JUVENAL DIOGO PIRES	1	0	1
	EE JUVENCIO MARTINS FERREIRA	0	1	1
	EE MARIA ASSUNES GONCALVES	1	0	1
	EE MUCIO DE CASTRO ALVES	0	1	1
	EE SAO DOMINGOS	1	0	1
	EE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	1	0	1
	EE VIGARIO TORRES	1	0	1
	EE VIRGILIO DE MELO FRANCO	1	0	1
	ESCOLA ESTADUAL NELSON SANTOS	1	0	1
	ESCOLA ESTADUAL NOVO GAMA	1	0	1
	ESCOLA ESTADUAL SANDRA MEIRELES RORIZ	0	1	1
Total		114	12	126
Municipal	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR RAIMUNDO DE JESUS PAIVA	1		1
Total		1		1
Privada	ACTEG-ASSOCIACAO DE CIENCIAS E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIAS-COLEGIO JK	1	0	1
	CENTRO DE ENSINO UNIBRAS	1	0	1
	CENTRO EDUCACIONAL BALAO MAGICO LTDA	1	0	1
	CENTRO EDUCACIONAL CASTRO ALVES	1	0	1
	COL SANTA TEREZINHA	1	0	1
	COLEGIO ALUB UNIDADE DE AGUAS LINDAS	1	0	1
	COLEGIO ANGELA JOAO LTDA	1	0	1
	COLEGIO BARTOLOMEU BUENO	1	0	1
	COLEGIO BATISTA WINDERMERE	1	0	1
	COLEGIO CAMPOS DO SABER	1	0	1
	COLEGIO CENECISTA NOSSA SENHORA DO CARMO	1	0	1
	COLEGIO CRISTO REI	1	0	1
	COLEGIO DECISIVO	1	0	1
	COLEGIO DINAMICO DE AGUAS LINDAS DE GOIAS LTDA-ME	1	0	1
	COLEGIO EDUCACIONAL BRASIL VITORIA COC	1	0	1
	COLEGIO EVANGELICO PLENITUDE	1	0	1
	COLEGIO EVANGELICO RECANTO DO CEU	1	0	1
	COLEGIO FILOS	1	0	1
	COLEGIO JEAN PIAGET	1	0	1
	COLEGIO JOAO XXIII	1	0	1
	COLEGIO MARIA GOMES MATIAS-MAGMA LTDA	1	0	1
	COLEGIO MARIA MONTESSORI	1	0	1
	COLEGIO MARIO DE ANDRADE	1	0	1

	COLEGIO MAUA DE GOIAS	1	0	1
	COLEGIO MORAES GUALBERTO	1	0	1
	COLEGIO NOSSA SENHORA DA PENA	1	0	1
	COLEGIO PADRAO	1	0	1
	COLEGIO PADRE REUS	1	0	1
	COLEGIO PEDACINHO DO CEU	1	0	1
	COLEGIO POLIS JB	1	0	1
	COLEGIO POSITIV PLUS	1	0	1
	COLEGIO SANTA LUZIA LTDA	1	0	1
	COLEGIO SANTO ANTONIO	2	0	2
	COLEGIO SELECTUS	1	0	1
	COLEGIO SOCIAL EVANGELICO	1	0	1
	COLEGIO SUPERA DE AGUAS LINDAS	1	0	1
	COLEGIO TIA IVONE	1	0	1
	COLEGIO VOO LIVRE LTDA	1	0	1
	CURSO MARIANO	1	0	1
	CVO INTERATIVO	1	0	1
	ESCOLA ARCO IRIS	1	0	1
	ESCOLA CACULINHA LTDA	1	0	1
	ESCOLA LIVRE EXPRESSAO	1	0	1
	ESCOLA NOVA JERUSALEM LTDA - COLEGIO GENESIS	1	0	1
	ESCOLA RIO BRANCO LTDA	1	0	1
	ESCOLA SERVOS DA RAINHA	1	0	1
	ESCOLA TURMA DA MONICA	1	0	1
	INSTITUTO ADVENTISTA BRASIL CENTRAL	0	1	1
	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA ATHOS	1	0	1
	INSTITUTO EDUCACIONAL EXITO LTDA	2	0	2
	INSTITUTO EDUCACIONAL GUNNAR VINGREN	1	0	1
	PORTAL EDUCACIONAL LTDA	1	0	1
	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALPARAISO LTDA-ME	1	0	1
Total		54	1	55
Total		173	13	186



8.9. Questionário

PESQUISA SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E REDES SOCIAIS
DOUTORANDA CAMILA DE VASCONCELOS (UFRGS)

Olá! Gostaríamos que você pudesse responder as questões como você realmente pensa. Não existem respostas certas ou erradas, mas sim sua opinião, e você não será identificado.

Esta é uma pesquisa de opinião pública acadêmica realizada em conjunto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (UFRGS). Com os resultados busca-se contribuir para a compreensão da cultura política dos jovens.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais sobre você.

- 1) 🧑 Ano de nascimento: _____
- 2) Sexo: (1) 🧑 (2) 🧑 (3) 🧑 Outro
- 3) Série: _____.
- 4) E em que tipo de Ensino? (1) Médio regular (2) EJA (3) Técnico
- 5) Marque em que tipo de Escola:
 - (1) Privada.  Nesse caso, você recebe bolsa?
(1) Sim, integral. (2) Sim, parcial. (3) Não.
 - (2) Pública.  Que Tipo?
(1) Estadual. (2) Instituto Federal. (3) Militar.
- 6) Em que cidade você mora? _____ (1) Zona Rural (2) Zona Urbana
- 7) Qual é o seu Bairro ou Região Administrativa? _____
- 8) Você se interessa por política?
 - (1) Muito
 - (2) Pouco
 - (3) Nenhum interesse

Agora, queremos conhecer um pouco mais sobre o seu cotidiano.

- 9) Sobre os seus amigos, quais você considera os mais importantes? Marque o mais importante, em primeiro, segundo e terceiro lugar.

1° Mais importante

- (1) Colegas da escola
- (2) Membros da família
- (3) Colegas de grupo religioso
- (4) Vizinhos
- (5) Colegas de outras atividades. Qual?

(6) Outros. Quais?

2° Mais importante

- (1) Colegas da escola
- (2) Membros da família
- (3) Colegas de grupo religioso
- (4) Vizinhos
- (5) Colegas de outras atividades. Qual?

(6) Outros. Quais?

3° Mais importante

- (1) Colegas da escola
- (2) Membros da família
- (3) Colegas de grupo religioso
- (4) Vizinhos
- (5) Colegas de outras atividades. Qual?

(6) Outros. Quais?

10) Sobre sua relação com os seus amigos.



Gosto muito



Gosto pouco



Não Gosto



Tanto faz

- | | | | | |
|------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|
| 1. Você gosta dos seus amigos da escola? | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 2. Você gosta dos Professores? | (1) | (2) | (3) | (4) |

11) Dentre os assuntos abaixo, sobre o que mais gosta de conversar com seus amigos? Marque uma opção.

(1) Questões de Entretenimento

(2) Questões de Vida Pessoal

(3) Questões relacionadas aos problemas da sociedade

12) Quando tem dúvidas sobre um assunto, quem você costuma procurar?



Frequentemente



Às vezes



Raramente



Nunca

- | | | | | |
|----------------------|-----|-----|-----|-----|
| 1. Pais | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 2. Familiares | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 3. Amigos | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 4. Colegas de escola | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 5. Professores | (1) | (2) | (3) | (4) |

13) Considerando as pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política?



Muito



Pouco



Nenhum



Não sei

- | | | | | |
|----------------------|-----|-----|-----|-----|
| 1. Pais | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 2. Familiares | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 3. Amigos | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 4. Colegas de escola | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 5. Professores | (1) | (2) | (3) | (4) |

14) Você costuma conversar sobre política com essas pessoas?



Frequentemente



Às vezes







Raramente



Nunca

- | | | | | |
|-----------------------|-----|-----|-----|-----|
| 1. Pais | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 2. Familiares | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 3. Amigos | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 4. Colegas de escola | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 5. Professores | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 6. Outro. Quem? _____ | (1) | (2) | (3) | (4) |

15) Considerando o que as pessoas abaixo falam sobre política, você concorda, concorda em parte ou discorda?

	 Concordo	 Concordo em parte	 Discordo	 Não sabe
1. Pais	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Familiares	(1)	(2)	(3)	(4)
3. Amigos	(1)	(2)	(3)	(4)
4. Colegas de escola	(1)	(2)	(3)	(4)
5. Contatos das redes sociais	(1)	(2)	(3)	(4)
6. Professores	(1)	(2)	(3)	(4)

Agora, queremos conhecer um pouco mais sobre a sua escola.

16) Você costuma discutir os problemas da escola com seus colegas da escola?

- (1) Sim
- (2) Não

17) Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sei

18) Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?

- (1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante.
- (2) Não concordo: lugar de política não é na aula.

19) A sua escola tem Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sei

Como você considera a atuação do Grêmios estudantis da sua escola?
 (1) Muito atuante (2) Pouco atuante (3) Não é nada atuante.

20) Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum?

- (1) Sim. Por quê? _____
- (2) Não. Por quê? _____

21) No ano passado, em 2016, muitas escolas foram ocupadas pelos alunos. Houve ocupações na sua escola?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sei

22) Você participou de alguma ocupação?

- (1) Sim. Por quê? _____
- (2) Não. Por quê? _____





23) Como você se sentiu com relação a essas ocupações? Marque uma opção.

- (1) Alienado
- (2) Indiferente
- (3) Desiludido
- (4) Interessado
- (5) Participativo
- (6) Outro. Como? _____
- (7) Não sei

Agora, queremos conhecer um pouco mais sobre o que você pensa com relação à política.

- 24) Nos últimos tempos fala-se muito em posicionamento político de Direita e de Esquerda, como você se considera: (Marque uma opção)
- (1) Extrema Direita.
 - (2) Direita
 - (3) Centro Direita
 - (4) Centro Esquerda
 - (5) Esquerda.
 - (6) Extrema Esquerda
 - (3) Não decidi ainda.
 - (4) Não lembro/ não sei o que significa.
 - (5) Prefiro não responder.
- 25) De maneira geral, como você se sente em relação à democracia no Brasil?
- (1) Muito satisfeito
 - (2) Satisfeito
 - (3) Nem satisfeito, nem insatisfeito
 - (4) Pouco satisfeito
 - (5) Nada satisfeito
- 26) Considerando os problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor?
- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar.
 - (2) A participação da população nas decisões do governo.
 - (3) Não sei
- 27) Em termos gerais, você diria que o Brasil está sendo governado:
- (1) por alguns grupos poderosos em seu próprio benefício.
 - (2) para o bem de todo o povo.
 - (3) Não sei
- 28) Na sua opinião...
- (1) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.
 - (2) Tanto faz, para mim não faz diferença.
 - (3) Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia.

29) Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	 Concordo	 Concordo em parte	 Discordo	 Não sabe
1. Todos os políticos são corruptos.	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Os políticos prometem, depois não cumprem.	(1)	(2)	(3)	(4)
3. Políticos são todos iguais.	(1)	(2)	(3)	(4)
4. Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.	(1)	(2)	(3)	(4)
5. Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.	(1)	(2)	(3)	(4)
6. Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.	(1)	(2)	(3)	(4)
7. Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam.	(1)	(2)	(3)	(4)
8. Pessoas ligadas a famílias importantes da minha cidade tendem a obter benefícios dos políticos.	(1)	(2)	(3)	(4)

30) Algumas pessoas estão pensando em concorrer às eleições Presidências em 2018. Você sabe qual é a sigla do partido dos seguintes possíveis candidatos:

- | | | |
|------------------------------|-------|-------------|
| 1. João Dória | _____ | (2) Não sei |
| 2. Ciro Gomes | _____ | (2) Não sei |
| 3. Jair Bolsonaro | _____ | (2) Não sei |
| 4. Marina Silva | _____ | (2) Não sei |
| 5. Luiz Inácio Lula da Silva | _____ | (2) Não sei |
| 6. Michel Temer | _____ | (2) Não sei |

31) Qual o nome de quem governa os lugares citados abaixo?

- | | | | | |
|--------------------------------------------|-------------|----------------------------|-------|-------------|
| Cidade ou RA em que você mora? (2) Não sei | _____ | Distrito Federal? | _____ | (2) Não sei |
| Cidade de Goiânia? | (2) Não sei | Brasil? | _____ | (2) Não sei |
| Estado de Goiás? | (2) Não sei | Estados Unidos da América? | _____ | (2) Não sei |

32) Em 31 de agosto de 2016 a ex-presidente Dilma Rousseff deixou de forma definitiva o cargo de presidência da República. Por quê? Marque uma opção.




- (1) Porque terminou o seu mandato eleitoral.
- (2) Porque o Supremo Tribunal Federal determinou o Impedimento da ex-presidente.
- (3) Porque a Câmara dos Deputados votou pelo seu afastamento.
- (4) Porque o Senado votou pelo seu afastamento.
- (5) Não lembro/ não sei.

Agora, queremos conhecer um pouco mais sobre participação e confiança.

33) Você costuma participar de:

	Participo	Já participei	Não participo	Não sei
1. Partidos Políticos	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Reuniões políticas	(1)	(2)	(3)	(4)
3. Associações comunitárias	(1)	(2)	(3)	(4)
4. Atividades religiosas	(1)	(2)	(3)	(4)
5. Organizações Não Governamentais (ONGs)	(1)	(2)	(3)	(4)
6. Orçamento Participativo	(1)	(2)	(3)	(4)
7. Abaixo assinados	(1)	(2)	(3)	(4)
8. Manifestações, protestos, passeatas	(1)	(2)	(3)	(4)
9. Ocupações de terrenos ou prédios públicos	(1)	(2)	(3)	(4)
10. Movimentos Sociais	(1)	(2)	(3)	(4)
11. Atividades no seu bairro	(1)	(2)	(3)	(4)





34) Em relação às pessoas, ou grupos, que estão listadas abaixo, você confia nelas?

	 Confio	 Confio mais ou menos	 Não confio
1. Pessoas em geral	(1)	(2)	(3)
2. Seus pais	(1)	(2)	(3)
3. Seus familiares	(1)	(2)	(3)
4. Seus vizinhos	(1)	(2)	(3)
5. Seus colegas de aula	(1)	(2)	(3)
6. Sua lista de contatos das redes sociais	(1)	(2)	(3)
7. Seus amigos	(1)	(2)	(3)
8. Seus professores	(1)	(2)	(3)

35) Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas?

	 Confio	 Confio mais ou menos	 Não confio
1. Igrejas	(1)	(2)	(3)
2. Partidos Políticos	(1)	(2)	(3)
3. Judiciário (Juízes e tribunais)	(1)	(2)	(3)
4. Presidente	(1)	(2)	(3)
5. Governo Federal (Ministros)	(1)	(2)	(3)
6. Polícia	(1)	(2)	(3)
7. Forças Armadas	(1)	(2)	(3)
8. Polícia Federal	(1)	(2)	(3)
9. Polícia Militar	(1)	(2)	(3)
10. Escola	(1)	(2)	(3)
11. Movimentos Estudantis	(1)	(2)	(3)
12. Conselho Escolar	(1)	(2)	(3)
13. Grêmios Estudantis da escola	(1)	(2)	(3)
14. Associações Comunitárias	(1)	(2)	(3)
15. TV	(1)	(2)	(3)
16. Jornal Impresso e Revista	(1)	(2)	(3)
17. Rádio	(1)	(2)	(3)
18. Internet	(1)	(2)	(3)
19. Redes sociais	(1)	(2)	(3)

36) Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda.

	 Concordo	 Concordo em parte	 Discordo	 Não sabe
1. A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país.	(1)	(2)	(3)	(4)
2. A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.	(1)	(2)	(3)	(4)
3. A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente.	(1)	(2)	(3)	(4)

37) Confia nas informações políticas veiculadas:



Confio



Confio mais ou menos



Não confio

1. Na TV	(1)	(2)	(3)
2. Na rádio	(1)	(2)	(3)
3. Nos jornais impressos ou revistas	(1)	(2)	(3)
4. Na internet	(1)	(2)	(3)
5. Nas redes sociais	(1)	(2)	(3)

Agora, queremos saber um pouco mais sobre seus hábitos na Internet e nas Redes Sociais

38) Em que local que você mais acessa à internet? Marque uma opção.

- (1) Casa
- (2) Escola
- (3) Casa dos amigos
- (4) Lan house

39) Você tem acesso à internet no celular?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não utilizo celular

40) O que costuma fazer ao acessar à Internet?



Frequentemente



Às vezes



Raramente








Nunca

1. Interação com os amigos	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Jogos online	(1)	(2)	(3)	(4)
3. Redes sociais	(1)	(2)	(3)	(4)
4. Música, filmes e séries	(1)	(2)	(3)	(4)
5. Informações para trabalhos escolares	(1)	(2)	(3)	(4)
6. Assuntos de outros interesses	(1)	(2)	(3)	(4)
7. Assuntos relacionados a política	(1)	(2)	(3)	(4)

41) Com quem você mais interage nas Redes Sociais, em sua maioria? Marque uma opção.

- (1) Pessoas que eu conheço pessoalmente, meus amigos.
- (2) Pessoas que eu conheço, mas de forma distante.
- (3) Não interajo nas Redes Sociais.

42) Das redes sociais listadas abaixo, você, utiliza diariamente, não ou não utiliza diariamente?

	Utilizo diariamente	Não utilizo	Utilizo, mas não diariamente	Não conheço
1. Twitter 	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Facebook 	(1)	(2)	(3)	(4)
3. Whatsapp 	(1)	(2)	(3)	(4)
4. Instagram 	(1)	(2)	(3)	(4)
5. Youtube 	(1)	(2)	(3)	(4)

43) Você busca saber mais sobre política através das redes sociais?

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Não

44) Nas situações abaixo, gostaríamos de saber o que você costuma fazer:



Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

- | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|
| 1. Se alguém posta alguma notícia relacionada a política nas redes sociais pesquiso para saber se é verdade. | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 2. Nas redes sociais, leio as postagens sobre assuntos políticos. | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 3. Nas redes sociais, comento as postagens sobre assuntos políticos. | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 4. Nas redes sociais, faço postagens sobre assuntos políticos. | (1) | (2) | (3) | (4) |

45) Quando o assunto é política nas redes sociais, você prefere interagir:

- (1) com qualquer pessoa que esteja na rede.
- (2) com pessoas que você não conhece.
- (3) com pessoas que você conhece.
- (4) não interage com ninguém.

46) Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais?



Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

- | | | | | |
|-------------------------------|-----|-----|-----|-----|
| 1. Pais | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 2. Familiares | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 3. Amigos | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 4. Colegas de escola | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 5. Contatos das redes sociais | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 6. Professores | (1) | (2) | (3) | (4) |
| 7. Outro. Quem? _____ | (1) | (2) | (3) | (4) |




47) Na sua opinião, as redes sociais têm sido utilizadas como instrumentos de participação política?

- (1) Sim
- (2) Mais ou menos
- (3) Não
- (4) Não sei






48) Das redes sociais abaixo, quais você mais **interage** com postagens relacionadas a política?

Marque a que interage em primeiro, segundo e terceiro lugar, se houver.

Primeiro lugar

- (1) Twitter 
- (2) Facebook 
- (3) Whatsapp 
- (4) Instagram 
- (5) Youtube 
- (6) Outro? _____
- (7) Não utilizaria

Segundo lugar

- (1) Twitter 
- (2) Facebook 
- (3) Whatsapp 
- (4) Instagram 
- (5) Youtube 
- (6) Outro? _____
- (7) Não utilizaria

Terceiro lugar

- (1) Twitter 
- (2) Facebook 
- (3) Whatsapp 
- (4) Instagram 
- (5) Youtube 
- (6) Outro? _____
- (7) Não utilizaria

49) Considerando as redes sociais abaixo, você compartilha notícias relacionadas a política depois de ler apenas o título?



Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

1. Twitter	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Facebook	(1)	(2)	(3)	(4)
3. Whatsapp	(1)	(2)	(3)	(4)
4. Instagram	(1)	(2)	(3)	(4)
5. Youtube	(1)	(2)	(3)	(4)

50) Você participa de mobilizações políticas via Internet, tais como:

	Participo	Já participei	Nunca participei	Não sei o que é
1 Abaixo assinado	(1)	(2)	(3)	(4)
2 Boicotes	(1)	(2)	(3)	(4)
3 Twittaços	(1)	(2)	(3)	(4)

51) Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela internet?

- (1) Sim
- (2) Não

52) Se as eleições fossem hoje, você faria postagens de apoio a algum candidato político pelas redes sociais?

- (1) Sim
- (2) Talvez
- (3) Não

53) Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações:



Concordo

Concordo em parte

Discordo

Não sabe

1. Sinto que sou parte de uma comunidade quando participo das redes sociais.	(1)	(2)	(3)	(4)
2. Quando vejo uma notícia sobre política na internet sinto vontade de participar de movimentos sociais ou mobilizações.	(1)	(2)	(3)	(4)


Para finalizar, alguns outros dados gerais

54) Você tem alguma religião?

- (1) Católica apostólica romana
- (2) Evangélica pentecostal
- (3) Evangélica tradicional
- (4) Espírita
- (5) Umbanda, candomblé e religiões afro-brasileiras
- (6) Sem religião
- (7) Outras religiões. Qual? _____





55) Além de estudar, você trabalha?

- (1) Sim. Em quê? _____
- (2) Já trabalhei. Em quê? _____
- (3) Não.

56) Com quem você mora? Marque uma opção. 

- (1) Com seus pais
- (2) Com parentes ou amigos
- (3) Com a mãe
- (4) Com o pai
- (5) Sozinho
- (6) Com esposo(a) ou companheiro(a)
- (7) Outros. Quem? _____

57) Qual a escolaridade dos seus pais ou responsável? Marque uma opção para sua mãe e uma para seu pai e, se houver, marque algum outro(a) Responsável.

Mãe 	Pai 	Outro(a) Responsável  
(1) Não estudou na Escola	(1) Não estudou na Escola	(1) Não estudou na Escola
(2) Ensino Fundamental incompleto	(2) Ensino Fundamental incompleto	(2) Ensino Fundamental incompleto
(3) Ensino Fundamental completo	(3) Ensino Fundamental completo	(3) Ensino Fundamental completo
(4) Ensino Médio incompleto	(4) Ensino Médio incompleto	(4) Ensino Médio incompleto
(5) Ensino Médio completo	(5) Ensino Médio completo	(5) Ensino Médio completo
(6) Ensino Superior incompleto	(6) Ensino Superior incompleto	(6) Ensino Superior incompleto
(7) Ensino Superior completo	(7) Ensino Superior completo	(7) Ensino Superior completo
(8) Mestrado	(8) Mestrado	(8) Mestrado
(9) Doutorado	(9) Doutorado	(9) Doutorado
(10) Não sei	(10) Não sei	(10) Não sei

58) Se você marcou outro(a) responsável, em quem estava pensando? _____

59) Qual a profissão dos seus pais?

Pai? _____


Mãe? _____

Responsável? _____

60) Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você participa das decisões?

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Nunca
- (4) Não sei
- (5) Não quero responder

61) Qual sua etnia (cor)? _____

62) Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa e considerando que o salário mínimo é de R\$ 937,00)? 

- (1) Até um salário mínimo.
- (2) De 1 a 2 salários mínimos.
- (3) De 3 a 4 Salários mínimos.
- (4) De 5 a 6 salários mínimos.
- (5) De 7 a 10 salários mínimos.
- (6) Mais de 11 salários mínimos.
- (7) Não sei.

Muito Obrigada! Sua contribuição foi muito importante!

63) Por fim, o que você pensa sobre a relação entre política, internet e redes sociais?
